

Callipole

Revista de Cultura n.º 22 - 2015



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

N.º 22 – 2015



Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal

Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director

Manuel João Fontainhas Condenado

Director Adjunto

Licínio Lampreia

Conselho de Redacção

Ana Rocha

Antónia Ruivo

António Almas

António Rosa

Cuba Ramalho

João Ruas

João Tavares

Joaquim Barreiros

José Rosa

Licínio Lampreia

Luís Brito da Luz

Margarida Borrega

Mário Tavares de Oliveira

Moisés Cayetano Rosado

Noémia Serrano

Rute Pardal

Tiago Abalroado

Tiago Salgueiro

Colaboradores deste número

Antónia Ruivo

Carlos Aurélio

Fátima Reis

Francisco Bilou

Francisco Madureira

João Ruas

Joaquim Saial

Cuba Ramalho

Licínio Lampreia

José Manuel Fernandes

Luís Lopes

Mafalda Soares da Cunha

Manuel Condenado

Moisés Cayetano Rosado

Nuno Lemos Pires

Ruben Martins

Rute Pardal

Tiago Salgueiro

Vítor Serrão

Capa

Vila Viçosa, fotografia aérea da Praça ducal

Foto Capa

CMVV / Francisco Piqueiro

– Foto Engenho, 2007

Administração e Redacção

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de Callipole

geral@cm-vilavicosas.pt

Execução gráfica

Colibri – Artes Gráficas

Periodicidade anual (22.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872 5225

Depósito Legal N.º 121 787/98

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

Manuel João Fontainhas Condenado 9

VILA VIÇOSA: A “PRIMEIRA CIDADE RENASCENTISTA EM MÁRMORE” CANDIDATA A PATRIMÓNIO MUNDIAL

A FACHADA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA E OS SEUS
ARQUITECTOS NICOLAU DE FRIAS E PERO VAZ PEREIRA:
UMA NEBULOSA QUE SE ESCLARECE

Vítor Serrão 13

8 INTERVENÇÕES URBANAS DO ESTADO NOVO EM CENTROS HISTÓRICOS

José Manuel Fernandes 47

VILA VIÇOSA – DO ESPLENDOR DA CORTE DUCAL À SIMBÓLICA
DA CASA REAL: RITMOS DE PODER E DE REPRESENTAÇÃO

Fátima Reis 63

‘LA GRANDEZA DE LA CASA DE BRAGANÇA’.

DISPUTAS DE PRIMAZIA E PRECEDÊNCIAS NOS SÉCULOS XVI E XVII

Mafalda Soares da Cunha 73

AS PEDREIRAS DE MÁRMORE AO LONGO DOS TEMPOS

Ruben Martins, Luís Lopes e Francisco Bilou 83

VILA VIÇOSA: PATRIMÓNIO GEOLÓGICO, POTENCIAL CIENTÍFICO
E GEOTURISMO

Luís Lopes e Ruben Martins 101

**COMEMORAÇÃO DOS 350 ANOS DA BATALHA DE MONTES CLAROS
(1665-2015)**

A IMPORTÂNCIA DA RESISTÊNCIA DE VILA VIÇOSA NOS 350 ANOS DA BATALHA DE MONTES CLAROS	
<i>Nuno Lemos Pires</i>	123

ESTUDOS HISTÓRICOS

PÚBLIA HORTÊNSIA DE CASTRO: UMA HUMANISTA CALIPOLENSE NO SÉCULO XVI	
<i>Licínio Lampreia</i>	145

PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTÊNCIA EM ÉVORA (1650-1750): DO PERCURSO AO CONTEÚDO	
<i>Rute Pardal</i>	149

A EXPANSÃO DA MEMÓRIA ... UMA CULTURA POR UMA PAISAGEM	
<i>Cuba Ramalho</i>	161

RECORDANDO A PRINCESA DE PORTUGAL, LEONOR DE MENDONÇA, E O PAGEM ANTÓNIO ALCOFORADO	
<i>Francisco Madureira</i>	181

LUSITANOS, PORTUGUESES E LUSÍADAS	
<i>Carlos Aurélio</i>	191

CORRESPONDÊNCIA DE JOAQUIM FRANCISCO SOEIRO TORRINHA PARA JOAQUIM SAIAL (12.06.1990-25.01.2013)	
<i>Joaquim Saial</i>	205

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

E DEUS ESTAVA COM OS PORTUGUESES – D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA, UM CALIPOLENSE QUE FOI VICE-REI DA ÍNDIA	
<i>Tiago Salgueiro</i>	235

VILA VIÇOSA. RETAGUARDIA FORTIFICADA EN LOS CONFLICTOS
PENINSULARES

Moisés Cayetano Rosado..... 247

CRIAÇÃO LITERÁRIA

NOTÍCIAS DE VILA VIÇOSA PARA O MUNDO – FLORBELA ESPANCA
E A ALMA ALENTEJANA 120 ANOS APÓS O SEU NASCIMENTO

Antónia Ruivo 271

HOMENAGEM

HOMENAGEM A JOAQUIM TORRINHA

João Ruas..... 279

NOTA DE ABERTURA

Começo por realçar que nos nossos dias grande parte da informação é recebida através da Televisão, Jornais, Internet, Redes Sociais e Rádio. Mas, isto não significa que as revistas de cultura e as publicações de pensamento perderam vigência. Vários pressupostos estão na base desta asseveração. Na verdade, as revistas de cultura são hoje elementos necessários e insubstituíveis, instrumentos fundamentais para a difusão e criação de cultura que se situam no espaço intermédio da actualidade imediata dos jornais e a pausa dos livros, constituindo uma alternativa credível ao esgotamento de certos meios de comunicação como espaço para o debate e a reflexão. Acresce que, à semelhança do que acontece com os livros, as revistas de cultura desempenham a importante função de depositárias da memória histórica e cultural. Acresce que as revistas de cultura oferecem o tempo e o espaço necessários para uma análise mais profunda e permitem salvaguardar a dignidade do debate intelectual, pelo que seria um erro grosseiro ignorar o seu papel e o seu contributo. Por isso, estou absolutamente convicto de que as revistas devem sobreviver e manter a sua importante função de consciência cultural, não descurando, obviamente, a sua adaptação aos tempos em que vivemos e às circunstâncias sociais e culturais em que se inserem.

Não é possível passar este momento sem olhar para a presente edição da Revista de Cultura *Callipole*. No número 22 da Revista está patente uma coexistência cultural assumida nas várias unidades temáticas. Logo num primeiro patamar, a publicação aponta para um novo espaço temático dedicado à candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO. Na verdade, ao retomar-se a candidatura patrimonial de Vila Viçosa, a Revista inclui um excelente conjunto de textos que têm como denominador comum destacar as singularidades dos valores patrimoniais locais e analisar as bases fundamentais para justificar cientificamente a candidatura, constituindo um contributo muito enriquecedor, incentivo para este longo e complexo projecto que pretende inscrever a “vila ducal” na lista dos bens classificados como Património Mundial.

A publicação é testemunha de vários acontecimentos marcantes de que agora faz eco. Observamos que esta viagem também faz referência aos *Trezentos e Cinquenta Anos da Batalha de Montes Claros (1665-2015)*, acontecimento

com ligações profundas a Vila Viçosa. Nesta edição, destacamos ainda as unidades temáticas matriciais de *Estudos Históricos*, *Estudos do Património e Criação Literária*, onde prevaleceu uma escolha criteriosa de trabalhos variados relacionados com estes temas. Já o espaço temático de *Homenagem* dá conhecimento de alguns aspectos relacionados, implícita ou explicitamente, com Vila Viçosa.

Mas, aquilo que caracteriza de imediato a Revista é a difusão de trabalhos que incidem sobre a vertente local, propósito de esperar numa Revista de Cultura com origens em Vila Viçosa. Por isso, é muito importante incentivar e divulgar obras de autores calipolenses. A análise do seu conteúdo coloca em evidência a qualidade, o rigor e a originalidade científica deste número, assim como a estreita relação da sua temática com a realidade local, mantendo a revista o imprescindível equilíbrio entre a temática calipolense e a externa. A produtividade da inspiração da temática calipolense parece inesgotável, o que as publicações aqui reunidas testemunham. Os seus escritos permanecem vivos e cooperaram imensamente na tarefa memorável de valorização e engrandecimento de Vila Viçosa.

Convém ter em atenção que a apresentação do número 22 de *Callipole* se encontra associada à realização do III Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura que pretende proporcionar um espaço colectivo de debate das principais alterações e inovações das revistas de cultura e promover a análise do seu papel na reflexão cultural e no debate intelectual.

Na verdade, o potencial desta edição vai certamente permitir a pessoas e instituições que se interessam por este legado patrimonial o acesso a um excelente repertório de produção cultural e científica, bem como a possibilidade de aprofundamento de conhecimentos históricos, culturais, patrimoniais e artísticos sobre as temáticas incluídas neste estudo, com especial incidência no seu contributo para a fundamentação e o conhecimento dos valores e do carácter excepcional do património cultural calipolense.

Quando se fala de *Callipole*, interessa reter a lucidez, a elevação cultural científica e, sobretudo, a generosidade dos colaboradores da Revista, cujo meritório contributo atesta bem o apreço em que é tida. Por isso, todos eles merecem de nós mais do que simples palavras de cortesia: a expressão indelével de toda a nossa gratidão e público reconhecimento. São estas palavras de agradecimento igualmente dirigidas aos membros do Conselho de Redacção.

Manuel João Fontainhas Condenado
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Vila Viçosa: “Primeira
cidade renascentista
em mármore” candidata
a património mundial

A FACHADA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA E OS SEUS ARQUITECTOS NICOLAU DE FRIAS E PERO VAZ PEREIRA: UMA NEBULOSA QUE SE ESCLARECE

Vítor Serrão*

1. O Paço de Vila Viçosa, a «*corte na aldeia*»: um problema de arte

A candidatura de Vila Viçosa a Património da Humanidade junto das instâncias da UNESCO tem, entre as suas evidenciadas mais-valias patrimoniais, a força acrescida de incluir como peça mais aprimorada o conjunto monumental do Paço dos Duques de Bragança. Entre as suas jóias de referência, a «cidade dos mármore» possui um Paço que é não só o maior e o mais importante monumento português de arquitectura civil do século XVI, como um dos mais expressivos testemunhos da época maneirista, e desse gosto estilístico, a nível da Península. Essa é razão de sobra para que um processo de revalorização da cidade alentejana, como é a candidatura em curso, seja encarado com boas expectativas.

A fachada do Terreiro¹ é de majestoso poder cenográfico, ainda que nem sempre tal tenha sido reconhecido pela historiografia que dela se ocupou. Não só a

* ARTIS-IHA-FLUL-Instituto de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Este texto sumaria os resultados das nossas pesquisas sobre a fachada ducal, esboçadas no livro *O Fresco Maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança* (Fundação da Casa de Bragança, 2008) e depois melhor desenvolvidas no livro *Arte, Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1573-1602* (no prelo), bem como num dos capítulos do relatório final do projecto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, coordenado por Jessica Hallett (PTDC/EAT-HAT/098461/2008).

sua cenografia é grandiloquente, como o prospecto architectónico tem vincada erudição, mas tal nem sempre significou que sobre o edifício se lançasse o olhar analítico que merecia e impunha. O Paço Ducal, centro importante de vida literária e cultural que a fez cenário da famosa «*corte na aldeia*» de Rodrigues Lobo, é também mal conhecido no que diz respeito à génese das suas obras de construção, sendo a arquitectura da grande fachada que lança para o terreiro frequentemente considerada de época mais antiga: foi vista como tendo filiação renascentista, fruto das iniciativas do quinto titular da casa, o Duque D. Teodósio I (1532-1563), e sequaz das linguagens classicistas do primeiro Renascimento italiano. Veremos que a tese não tem fundamentação histórico-artística.

É necessário perceber-se, antes de mais, o que foi construído no Paço de Vila Viçosa durante a segunda metade do século XVI, bem como o espírito que presidiu, ao mesmo tempo, às decorações intestinas das «casas novas». A documentação abunda, e a leitura das formas artísticas permite que saibamos melhor o que persistiu das campanhas primevas iniciadas no tempo do 4º Duque D. Jaime, e o que efectivamente lhe foi acrescentado, em monumentalidade e extensão, no tempo do sexto Duque D. João I (1563-1583), fase em que os corpos do terreiro ducal foram concebidos e começaram a ser erigidos segundo o prospecto que remanesceu até aos nossos dias. Essa campanha maneirista concluiu a empresa ducal da fachada no tempo do sétimo Duque D. Teodósio II (1583-1630).

Apura-se, pelo que ainda felizmente chegou aos nossos dias em termos de documentação arquivística, que coube ao arquitecto lisboeta Nicolau de Frias um papel decisivo nessa concretização do plano de engrandecimento da Casa Ducal, à medida desejada dos seus interesses e estratégias políticas. Este arquitecto, ao mesmo tempo empregue por D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora (1578-1602), na direcção das obras mais importantes da sua Arquidiocese, vai ser essencial na definição dos valores que a fachada do Terreiro vai assumir, à entrada do último quartel do século XVI, num discurso nobiliárquico de forte aparato, apto a encantar os embaixadores e demais visitantes estrangeiros, pródigos em elogios à magnificência palacial apresentada pela sede da Casa de Bragança.

No término da construção ducal, em empreitadas teodosinas realizadas entre o final do século XVI e a passagem para o século XVII, destacar-se-á de seguida outro artista, Pero Vaz Pereira, educado na cidade de Roma, que será mesmo designado arquitecto e escultor do Duque D. Teodósio II e que nesse âmbito ultimarà o projecto da fachada de Nicolau de Frias.

2. A monumental fachada palatina: estado da questão

O Paço Ducal de Vila Viçosa, emblemática sede da Casa de Bragança, estima-se, como se disse, entre os mais notáveis empreendimentos da arquitectura senhorial do pleno século XVI da Península Ibérica. A esplêndida massa da

sua fachada dispõe-se em triplo andar com vinte e três tramos forrados de mármore, num longo e grandiloquente prospecto arquitectónico, único no seu tempo se se exceptuar o destruído Paço Real na Ribeira de Lisboa.

A inspiração artística do prospecto é tomada seguramente maneirista, dentro dos preceitos civilistas «*ao italiano*» e em fidelidade à tratadística serliana, e remete para conhecimento, por parte dos seus responsáveis, de bons exemplos de construção aristocrática, tanto castelhana como transalpina². Apesar de a sua linguagem estilística se conformar à lição de módulos da arquitectura internacional, como aliás esclarecem as informações que nos podem ser fornecidas através da contra-prova arquivística, a cronologia da fachada ainda hoje continua a dividir a opinião dos historiadores de arte.

Tem-se defendido uma cronologia temporã. Considerou o historiador de arte Rafael Moreira³ (e, na sua esteira, vários outros autores⁴) que o Duque D. Teodósio I, tendo sido indigitado como Condestável do Reino em 1535, e ao ter de negociar o casamento de sua irmã D. Isabel com o Infante D. Duarte, irmão de D. João III, proveu a ampliação do velho Paço a fim de o tornar condigno para as festas que se anunciavam. Era um matrimónio prestigiante para a casa, mesmo descontando os dotes que envolvia em terras e bens, sendo portanto dessa época, segundo tal tese, a obra da imponente fachada que hoje admiramos. Ou seja, existiu um esforço de promoção da Casa de Bragança que levou D. Teodósio I a erguer um corpo palatino junto às «casas velhas» (o paço tardogótico do Reguengo), como que exorcizando a pesada memória de seu pai D. Jaime, o que tornaria Vila Viçosa o expoente urbanístico italianizado de um *Renascimento de mármore*⁵. Estaríamos perante um caso ímpar de arquitectura de patrocínio aristocrático realizada no tempo de D. João III e de que o Paço calipolense seria o mais evoluído testemunho.

² Sobre a fachada ducal, cf. Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal. VIII. Distrito de Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, pp. 611-644; José de Monterroso Teixeira, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983, pp. 71-87; Rafael Moreira, «Uma 'cidade ideal em mármore'. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português», revista *Monumentos*, nº 6, 1997, pp. 48-53; Vitor Serrão, *O fresco maneirista no Paço de Vila Viçosa*, cit., 2008, pp. 113-120; Carlos Ruão, *O Eupalinos Moderno. Teoria e Prática da Arquitectura Religiosa em Portugal (1550-1640)*, tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2006, vol. I, pp. 306-310, e vol. II, pp. 184-202; Miguel Soromenho, *A Arquitectura: o Ciclo Filipino*, in *Arte Portuguesa da Pré-História ao Século XX*, direcção de Dalila Rodrigues, Lisboa, Fubu, 2009, pp. 81-83; e Nuno Senos e Alexandre Pais (coord.), *Da Flandres. Os Azulejos encomendados por D. Teodósio I, 5º Duque de Bragança*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo e Fundação da Casa de Bragança, 2013.

³ Rafael Moreira, *art. cit.*, 1997, pp. 50-52.

⁴ Tal foi a opinião maioritariamente difundida pela generalidade dos investigadores envolvidos no âmbito do projecto *De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, coordenado por Jessica Hallett.

⁵ Rafael Moreira, *art. cit.*, 1997, pp. 50-52.

Essa opinião não é, todavia, consensual e pôde ser fundamentadamente contestada em estudos recentes, com base documental e no estudo analítico e comparatista da obra remanescente. As listas de contabilidade existente e o estudo formal da fachada, assim como a memória transcontextual que, a partir das fontes da iconografia, pode ser fixada, apontam para outra realidade. É certo que com as obras realizadas na sequência das festas de 1537 a fachada que lança para o Terreiro estava parcialmente erguida, em gosto «ao romano», com dois pisos sobrepostos. Segundo regista uma fonte coetânea, «em fim do anno de 1552 em tempo de El-Rey D. João III tem o terreiro do paço de Villa Viçosa de longo 66 braças e d'ancho 55»⁶. Por outro lado, o autor anónimo que descreveu as festas de 1537⁷ refere-se à fachada existente como obra esplendorosa com suas «janellas lavradas ao modo antigo romano de bases e capiteis cornigeas e outras obras romanas»⁸. Segundo Rafael Moreira, essa campanha seria da responsabilidade de Benedetto da Ravena, um engenheiro militar de Carlos V que passa em 1535 por Portugal e trabalhará entretanto na fortaleza de Mazagão⁹.

Ora sabemos pelos róis das *Aposentadorias* e pelas fêrias de pedreiros de Março de 1565 quais foram precisamente as obras custeadas pelo Duque a seguir a 1537. Após o seu casamento com D. Beatriz de Lencastre, essas obras de D. Teodósio I foram avaliadas pelos mestres pedreiros Domingos Lourenço e Marcos de Pina, e desse rol pode apurar-se com exactidão o tipo de trabalhos que se fez, tanto na fachada como em salas do paço. Pode, assim, reconstituir-se o pré-existente antes das definitivas remodelações dos anos de 1580 sob batuta de Nicolau de Frias¹⁰. De facto, com a governação de D. Teodósio I fizeram-se as primeiras obras de expansão do corpo palatino para a ala sul, excluindo-se a parte fundamental dessa ala, a torre central com o portal de serventia, e o terceiro piso da ala norte; aliás, este último ainda estava por ultimar à data em que Pier Maria Baldi desenha a fachada do paço, aquando da visita do Grão-Duque da Toscana Cosme de Médicis em 1669. Pode saber-se, pelas contas de 1559 a 1563, que o Duque iniciou o corpo do Terreiro com uma ala de dois pisos angulando com o velho paço do Reguengo, prolongando-o mais ou menos até

⁶ B.N.P., Reservados, *Memórias Históricas*, Cód. 675; cf. José Teixeira, *op. cit.*, pp. 36-37, e Carlos Ruão, *op. cit.*, vol. II, p. 185.

⁷ Segundo Rafael Moreira, *art. cit.*, tratar-se-ia do escritor Francisco de Moraes, criado da casa e autor do romance *Palmeirim de Inglaterra*.

⁸ B.N.P., Reservados, Mss. Cód. 1544 (*Festas e apercebimentos que fêz em Villa Vicoza o Duque de Bragança Dom Theodosio e os casamentos do Infante Dom Duarte e da sr^a Infante Dona Izabel sua irmam No mês de Abril do anno de 1537*).

⁹ Rafael Moreira, *art. cit.*, p. 51.

¹⁰ Sobre este importantíssimo documento (Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança, *Avalliaçam das obras das casas de Vila Viçosa*, Res. Ms. 17, Maço 1, t.2), cf. a primeira referência e revelação de existência em João Ruas, *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II. Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Caxias, 2006, p. 90 e nº 105, e a primeira transcrição em Vitor Serrão, *O fresco maneirista...*, pp. 235-246.

ao lanço que integra a Sala dos Tudescos, e custeando a decoração fresquista dos salões e câmaras interiores¹¹.

Ao certo, ficamos a saber que o paço ducal se ampliou entre 1537 a 1559, adquirindo um *facies ao romano* e abandonando os resquícios da primitiva tipologia gótico-mudéjar. Existem referências precisas, entre outras, a decorações na fachada com *tondi* relevados, dentro do gosto renascentista, que são inequívocas sobre a obra que então se erguia. Um dos lanços de avaliação de 1559 contabiliza 698.000 rs com os «*treze vãos de pedraria que estão no terreiro do alpendre ate o Jardim*», correspondendo a obras feitas entre 1540 e aquele ano, «*descontando as janellas que não são deste tempo*»¹², o que significa que já à data se pensava seriamente em dar ao prospecto uma imagem cenográfica consentânea com modelos de palácios peninsulares coevos.

Todavia, o prospecto da ala teodosina levantado para as festas de 1537 e depois prosseguido foi substancialmente alterado com a intervenção definitiva de 1583: foi essa campanha, sim, que prolongou a fachada até às dimensões actuais e lhe modernizou o carácter arquitectónico, com torre central integrando o corpo da longa frontaria, remate com serliana, fina molduração das janelas e adição de um piso superior pensado como contínuo. Em 1571, à data da visita do Cardeal Alexandrino, legado do Papa, o cronista Giovan Battista Venturino¹³ descreve-nos ainda uma «*casa comprida*» onde a comitiva papal pernitoiu e que não deveria ser a actual Sala dos Tudescos, situada à direita da escadaria nobre, pois a avaliação de Março de 1565 fala repetidamente de uma *Casa dos Hóspedes* sita no ângulo junto ao paço do Reguengo.

Só no final do governo do Duque D. João I (1563-1583) se iniciará a grande campanha de ampliação e remodelação integral, que lhe conferiu o carácter monumental que hoje se admira. As obras das chamadas «*casas novas*» trazem-nos esclarecedoras referências, a partir de vários contratos notariais com pedreiros que laboram nessa campanha com direcção essencial do Duque D. Teodósio II e de Nicolau de Frias, «*arquitecto de sua casa e obras della*»¹⁴. Voltando às obras do segundo quartel do século XVI, só nos restam alguns elementos de equipamento doméstico (como um antigo oratório ducal pintado a fresco)¹⁵ e nada em absoluto remanesce na fachada que remeta para a campanha teodosina, toda ela reformulada em prospecto majestático quando finalmente houve condições políticas para o fazer: e, essas, foram as condições que a crise dinástica impunha e os pergaminhos dos Braganças exigiam.

¹¹ B.N.P., Reservados, Cód. 1544, *cit.* em José Teixeira, *op. cit.*, p. 114.

¹² A.H.F.C.B., *Avalliação das obras...*, fl. 24. Cfr. Serrão, *O Fresco Maneirista...* (2008), pp. 243-244.

¹³ Túlio Espanca, *art. cit.*, 1952, pp.146-150.

¹⁴ A.C.B., *Mercês de D. Teodósio II*, mss. nº 135, fl. 2 vº, refª em José Teixeira, *op. cit.*, p. 120, Túlio Espanca, *op. cit.*, pp. 615 e seg., Vitor Serrão, *op. cit.* (2008), p. 113, e Carlos Ruão, *op. cit.*, vol. II, pp. 184-202.

¹⁵ Vitor Serrão, *op. cit.*, pp. 184-187.

Foi no fim dos anos 70 do século XVI que se concebeu a monumental fachada do Terreiro que constitui o *ex-libris* de Vila Viçosa. É preciso, por isso, contestar antes de mais a opinião prevalecente em bases definitivas que sejam convincentes. Se em termos estilísticos se torna uma evidência contestar a proposta de cronologia de cerca de 1537, lembremos os termos em que o faz o historiador de arte Miguel Soromenho ao observar, justamente, que «a sobreposição vitruviana das ordens e o coroamento de vãos, em pisos alternados, com frontões triangulares e semicirculares, não tinham ainda sido tentados (naquela data), e só o vieram a ser muito mais tarde», enquanto que «a concepção planificada do muro parece mais próxima de um tipo de linguagem finissecular, enriquecida pelo sentido experimental introduzido através das opções do desenho da fachada do Paço da Ribeira, que continuava a ser o termo de referência mais internacionalizado da arquitectura civil portuguesa»¹⁶. Analisemos, pois, os factos.

3. A primeira fachada palatina e o seu provável arquitecto, o francês Francisco Loreto

A proposta de cronologia do actual corpo palaciano do Terreiro como sendo o que foi sido erguido no tempo de D. Teodósio I, «num prenúncio de bom augúrio para as grandezas futuras»¹⁷, tem feito escola na historiografia portuguesa, apesar da evidência estilística que a lição arquitectónica proporciona, e da probatória documentação que subsiste.

Como dissemos, as descrições esclarecedoras, as *contas das aposentadorias* que elencam obras de construção entre 1540 e 1563, e a leitura estilística, permitem reconstituir exactamente como seria a fachada nos anos de governação do quinto Duque. Embora uma análise cuidada de tal documentação permita deduzir que em 1559 já estava prevista a extensão da frontaria senhorial para vinte e três tramos¹⁸, revelando a intenção de engrandecimento que os Braganças entendiam vital como sua estratégia de afirmação – tratando-se da mais poderosa nobreza do Reino –, o cumprimento desse desiderato só terá modo de concretização, e modelo adequado à ambição do programa, no tempo de D. Teodósio II. E esse cumprimento deveu-se a traças de Nicolau de Frias, ao configurar a fachada do Terreiro com a fisionomia que chegou aos nossos dias.

¹⁶ Miguel Soromenho, *op. cit.*, pp. 81-82.

¹⁷ Rafael Moreira, *op. cit.*, p. 49.

¹⁸ É útil cruzar estes dados arquivísticos, e a informação iconográfica calipolense, em comparação com os resultados das pesquisas de reconstituição ‘in situ’ de Nuno Senos e Ana Lopes, no âmbito do projecto *De Todas as Partes do Mundo*. Cf. Alexandre Nobre Pais, Maria Antónia Pinto de Matos e Nuno Senos (coord.), *Da Flandres. Os Azulejos encomendados por D. Teodósio I, 5º Duque de Bragança*, Lisboa: Museu Nacional do Azulejo e Fundação da Casa de Bragança, 2013, p. 31.

Assim, a «obra romana» da fachada de D. Teodósio I (cujo responsável pode ser agora revelado fruto de nova documentação) não é a que remanesce: coube ao Duque seu filho, D. João I (1563-1583), a tarefa de gizir o projecto monumental de fachada palatina, dentro de uma severidade tridentina que era a do novo gosto de arquitectura senhorial dominante na Península. Essa fachada maneirista, idealizada em tempo de crise dinástica e nas vésperas de viragem para a Monarquia Dual, deve-se, com a segurança proporcionada por base documental sólida, a custosas «traças» realizadas em 1583 pelo arquitecto Nicolau de Frias, que lhe conferiram o actual prospecto, austero e grandiloquente ao mesmo tempo, ao gosto da arquitectura castelhana do terceiro quartel do século XVI e assumindo notória dimensão internacional¹⁹.

Sabemos hoje que Frias começa a trabalhar na renovação e ampliação da fachada com o governo de D. João I, sendo já em 1578 considerado «famoso architecto destes tempos» pela educação italiana e arrojo de certas obras (como a elogiada planta do Dormitório do Convento de São Domingos de Lisboa, com configuração de «huma cruz perfeita de tres braços»). Porém, tendo ficado cativo por um ano no rescaldo da trágica expedição de Marrocos («para sitiadores do campo ião Filipe Estercio, italiano, e Nicolao de Frias, grandes architectos»)²⁰, só em 1583 retoma as obras calipolenses do Duque D. João I: recebe a 15 de Março 50.000 rs «por respeito de vir a Lx^a per mandado do duque que Ds tem a esta villa Viçosa onde esteve ate ora fazendo as traças»²¹, são-lhe pagos 20.000 rs em 3 de Abril da parte do novo Duque D. Teodósio II como «arquitecto da sua casa», e mais 20.000 rs a 12 de Maio «por todas as traças que mais fez»²². Trata-se indiscutivelmente do projecto de renovação da fachada paça: como observou a propósito Carlos Ruão, pelos desenhos de remodelação do palácio, Nicolau de Frias recebeu a fabulosa soma de 70.000 rs (em parte de pago), o que aponta para «um projecto de grande relevância»²³, coerente com a modernidade pretendida.

Trata-se de uma tipologia ligada com proximidade ao modelo maneirista que se impôs em Castela com a reorganização dos paços régios e que envolveu arquitectos de corte como Alonso de Covarrubias, Luis de Vega e seus colaboradores Hernán González de Lara, Francisco de Villalpando, Gaspar de Vega, e outros nomes de topo na construção cortesã, onde se configuram novas soluções de cenográfica grandiloquência como os palácios de Madrid, Aranjuez, Valla-

¹⁹ Cf. a este respeito, entre outros, Chueca Goitia, «El estilo herreriano y la arquitectura portuguesa», *El Escorial 1563-1963*, Madrid, IV Centenario, 1963, pp. 215-253; Fernando Marias, *op. cit.*, 1989; José Manuel Barbeito, *El Alcázar de Madrid*, Madrid, 1992; Carlos Ruão, *op. cit.*, 2008; e Miguel Soromenho, *op. cit.*, 2009.

²⁰ Fonte citada em José Teixeira, *op. cit.*, p. 72 e n. 28.

²¹ José Teixeira, *op. cit.*, p. 120.

²² José Teixeira, *op. cit.*, pp. 120-121.

²³ Carlos Ruão, *op. cit.*, II, p. 187.

dolid, Segóvia, Toledo, Valsaín, etc. Esse gosto, chamado por Chueca Goitia *estilo Príncipe Felipe*²⁴, e que se integra dentro da deliberada severidade contra-reformista que era a desse ‘tempo’²⁵, é a nosso ver o gosto áulico que domina na opção estética seguida no Paço de Vila Viçosa com os Duques D. João I e D. Teodósio II – ou seja, muitos anos após a morte de D. Teodósio I.

Recentes pesquisas arquivísticas deram a conhecer o nome do artista que esteve ao serviço de D. Teodósio I e que surge taxativamente nomeado como mestre responsável das suas obras: o arquitecto e escultor francês François de Loiret, ou na gíria portuguesa Francisco de Lorete e, ainda, Francisco de Loreto²⁶. A descoberta é relevante e deve-se às pesquisas de Francisco Bilou e Manuel Branco. O nome do arquitecto-escultor francês não era desconhecido: trata-se de um artista oriundo da região do Loiret (um afluente do rio Loire), na antiga província de Orléans, que chega a Portugal por volta de 1530, e a quem se deve, conforme provou Pedro Flor, a obra do magnífico portal renascentista da igreja matriz de Arronches²⁷. Uma carta escrita nessa vila alentejana com data de 4 de Fevereiro de 1542, pelo crúzio Frei Brás de Barros, dirigida a D. João III, diz-nos o seguinte: «*Item. Senhor ho portal da Igreja estaa Ja assentado muito boom conforme a ella. E porque nom tem portas e a Igreja estaa sem ellas devassa sera boom Vossa Alteza as mandar fazer de bordos has quaaes fara ho mesmo Francisco de Loreto que fez ho portal por ser assi em pedra como em madeira grande oficial*»²⁸.

A referência é clara: o francês lavrara o portal marmóreo da igreja de Arronches (durante muitos anos atribuído a Nicolau Chanterene) em composição clássica com frontão triangular integrando a cruz da Ordem de Cristo, pilastras coríntias assentes em plintos decorados, e dois soberbos *tondi* com figuras evocativas das virtudes cristãs, e este seu trabalho merecera devido encómio, a ponto de se lhe dar de seguida o entalhe das portas de madeira²⁹.

²⁴ Chueca Goitia, *op. cit.*, pp. 215-253.

²⁵ Alfonso R. de Ceballos, *La arquitectura religiosa y sus cambios tras el Concilio de Trento*. in *El arte del Renacimiento en el territorio burgalés* (coord. de Emilio Jesús Rodríguez Pajares, María Isabel Bringas López, Burgos, 2008).

²⁶ Pedro Flor, «O escultor francês Pierre Loiret», *Actas do Colóquio Lisboa e os Estrangeiros / Lisboa dos Estrangeiros*, coord. de Maria João Ferreira, Pedro Flor e Teresa Leonor Vale (coord.), Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, Grupo Amigos de Lisboa, 2013.

²⁷ Pedro Flor, «O Portal da Igreja Matriz de Arronches e a Escultura do Renascimento em Portugal», in *O Largo Tempo do Renascimento. Arte, Propaganda e Poder*, Lisboa, Caleidoscópio, 2008, pp. 131-152.

²⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 71, nº 77. Cf. Pedro Flor, *op. cit.*, 2008, p. 137.

²⁹ Ao contrário do que se pensa, não estava interdita a prática da talha em madeira a um escultor de labor pétreo. Abundam exemplos em contrário, como se infere deste caso explícito de Arronches com um artista que é, simultaneamente, escultor de pedra e

Aliás, o «grande oficial» Francisco de Loreto era conhecido dos crúzios de Coimbra, pois em 1531 já acrescentara o cadeiral do mosteiro de Santa Cruz (de mestre Machim Fernandes) e lavrara, no ano seguinte, um facistol e uma caixa de órgão segundo desenhos «ao romano» que apresentara³⁰. Nos anos que passou em Coimbra, o francês teve casas na rua da Sofia e privou com os escultores João de Ruão, Odarte e Nicolau Chanterenne, o pedreiro Juan de la Faya, o marceneiro Charles e o pintor Vasco Fernandes, o que atesta papel de destaque no centro decisório das grandes encomendas ligadas aos crúzios. Por essa via, desloca-se em 1533 ao Convento de Cristo de Tomar para realizar trabalhos de marcenaria em altares da Charola, e volta mais tarde a trabalhar nas obras do Noviciado. Em 1542, como se viu, ultimou o trabalho do portal da matriz de Arronches e em seguida, segundo defende Pedro Flor, lavrou o portal e demais obra renascentista da igreja da Madalena em Olivença. Mais se sabe que Francisco de Loreto vem para Portugal acompanhado de um irmão escultor, chamado Pierre Loiret (Pedro de Loreto), que em 1551 declara viver no Reino há vinte e um anos (chegara, pois, em 1530), sendo casado há onze com Antónia de Moraes, irmã do pintor Cristóvão de Moraes, e tendo trabalhado em 1542 no Convento de Cristo de Tomar³¹. As relações artísticas dos dois irmãos Loreto com os círculos do humanismo renascentista, tanto crúzios, como cortesãos, percebem-se pela constância de encomendas em Coimbra, Tomar, e nos Jerónimos. A acção na órbita do Infante D. Luís depreende-se do inventário de bens e dívidas de Pedro de Loreto, cujo cunhado, Cristóvão de Moraes, possuía um valioso livro de *debuchos* por si emprestado³².

Acresce a este perfil biográfico o facto absolutamente relevante de se saber, agora, que Francisco de Loreto foi o mestre das obras do Duque de Bragança. Ou seja, era ele quem servia D. Teodósio I à data das opulentas festas de 1537! A revelação documental de que foi este francês o arquitecto-escultor do Duque esclarece a nebulosa de conhecimentos do que eram os círculos artísticos da corte ducal e lança luz sobre este problema artístico. O documento que a seguir se transcreve (e cuja comunicação devemos, como se disse, aos histo-

madeira e, ainda, mestre de arquitectura. O mesmo sucedeu com Diogo de Çarça, por exemplo. Cf. Pedro Flor, *op. cit.*, 2008, pp. 137-138.

³⁰ Cf. Vergílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, 1947; Robert C. Smith, *Cadeirais de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968; Pedro Dias, «A presença de artistas franceses no Portugal de Quinhentos», *Mundo da Arte*, nº 15, 1983, pp. 3-18.

³¹ Sobre Pedro de Loreto, cf. o que mais nos diz Pedro Flor, *art. cit.*, 2013: o artista vivia em Lisboa (a Belém), trabalhou em Coimbra (mosteiro de Santa Cruz) e Tomar (Charola do Convento de Cristo) e, ainda, na Trofa do Vouga, em cuja igreja deve ter intervindo, segundo Pedro Flor, na escultura do célebre panteão dos Lemos. Segundo mais aduz Francisco Bilou, morreu nos cárceres da Inquisição em 1561 (A.N.T.T., *Inquisição de Lisboa*, Processo nº 10.946, fl. 29. Inédito).

³² Pedro Flor, *op. cit.*, 2013.

riadores de arte Francisco Bilou e Manuel Joaquim Branco) contribui para resolver o problema das encomendas palatinas dos anos seguintes ao casamento de 1537. Ficamos a saber que Francisco de Loreto estava a morar em Vila Viçosa em 1539, na qualidade de «*mestre das obras do Duque nosso senhor*», data em que arrematou em escritura notarial a obra de construção da igreja de Arronches.

O teor do contrato de 22 de Novembro de 1539, realizado nas notas de um tabelião de Vila Viçosa, é o seguinte:

*Saibam quantos este estromemto de fiamça e obrjguaçam vyrem que no anno do nacimiento de nosso sennhor Ihesuus xpristo de mjll e quinhentos e trimta e noue annos vymte e dous dias do mes de nouembro em vila vyçosa nas casas e morada de mim tabaliam e peramte mim e testemunhas ao diamte nomeados pareceram **Framçisco de Loreto mestre das obras do duque nosso senhor** e Joham Louremço Manso e Vasco SeRam pedreyro moradores em a dita villa e dise elle Francisquo de Loreto que era verdade que elle tinha ora tomado d'empreytada huma obra d'aluenaria da Igreja de samta Maria da vylla d'aRomches por certo preço conforme A escritura que diso tem ffeito pera o quall lhe era necesario dar fyamça segundo pellos officiaes da confrarja da dita nossa Senhora lhe fora mandado per A quall fyamça o dito Framçisco de Loreto dise que apresentaua e apresentou por seus fiadores Aos ditos Johão Lourençõ e Vasco Serram pera a contya de cemto e vinte e cimquo mjll Reaes que polla dita obra esta comçertado e pera As paguas e seguridade della apresentou por fiadores aos sobreditos Vasco Serram e Johão Louremço pollos quaaes ambos foy dito que lhes aprazia e de feito Aprouue de fiar e fiaram ao dito Framçisco de Loreto na dita obra E paguas della ambos juntos de mão nuum hum por Ambos e ambos por hum pera f.69//f. 69v o qual Nomearam e Ipotecarão A fazemda segujnte convem saber o dito Vasco Serram obrjgou e ypotecou humas casas que tem na dita vila viçosa na Rua de samto espirito que partem com casas de Vasco Fernandez Marcos e asy huuma vijnha ahomde chamão o chafariz que parte com vijnha de Vale da Rama criado do dito senhor duque e bem asy a metade de hum oliuall no dito chafarizo que parte com Manuel Martinz bacharel. E o dito Joam Louremço dise que hobrjguaua e ypotecaua pera a dita fiamça humas casas em que viue na Rua das Cortes que partem com casas dos filhos de Framçisco Vaasquez e bem assy huuma vynha boa e tal na serra termo da mesma que parte com vijnha de Pero Lopez trapeyro e bem asy outra vijnha nas Cortes Ahomde se chama o pomar da Felipa que parte com vijnha de Fernam Cordeiro tabaliam do Judicial e maijs todos os outros seus beens moueis e Raijz avidos e por aver a quall fiamça deram pera a dita obra e paguas e seguridade della ate de todo ser acabada A qual fyamça e obrjguaçam eu tabaliam estipuley e aceitey e aceyto em nome das partes a quem pertemçer por nom serem presentes a isto e em testemunho de verdade mandarão e outorgaram ser fl. 69 v// fl. 62 ffeito este estromemto A que foram presentes Lopo Guomçalvez oleiro e Pedro outrosy*

oleiro e Per'Eanes mestre d'alcunha moradores em a duque que este estromemto escriui e da nota treladey e em elle meu pubrico synall fiz que tal he [sinal de tabelião] ... pagos... L reaes»³³.

A obra de arquitectura realizada por Francisco de Loreto em Arronches foi, no essencial, a modernização da belíssima *hall church* 'manuelina', aditando-lhe o belíssimo portal, o porta-óleos renascentista e outros elementos de gosto «ao romano», com destaque maior para os «*portados de pedra d'estremoz com sua moldura romana*»³⁴. A sua intervenção nesse templo estendeu-se até Fevereiro de 1542, quando Frei Brás de Barros escrevia ao rei, como vimos atrás, a elogiar a magnificência com que o portal fora lavrado pelo «*grande oficial*» Francisco de Loreto³⁵. Apura-se, assim, que **Francisco de Loreto era o mestre das obras do Duque D. Teodósio I** nos anos subsequentes ao célebre casamento de D. Isabel com D. Duarte, e que, tal como outros mestres franceses que com ele vieram para Portugal, não esgotava a sua actividade em obras de lavor pétreo e em escultura de madeira, mas também na direcção de empreitadas de arquitectura.

É seguro, assim, dado o cargo que ocupava junto a D. Teodósio, que tivesse dirigido a obra de ampliação da fachada do Paço e bem assim, em 1536, a construção «ao romano» da igreja do convento das Chagas de Vila Viçosa (onde o desenho do portal, da clássica fenestra renascentista e do bem lançado arco triunfal têm afinidades flagrantes com a obra de Arronches)³⁶. É de crer que Francisco de Loreto se ocupasse por alguns anos no serviço do Duque e que várias obras descritas nas referidas *Aposentadorias* fossem responsabilidade sua. De certo, sabemos que após o término da igreja de Arronches em 1542, trabalhará ainda para o Bispo de Ceuta: deve-se-lhe, segundo Pedro Flor, a decoração renascentista da igreja da Madalena de Olivença (1546-1548); de seguida, desloca-se para o Norte de África, ao serviço do mesmo Bispo, senhor de Olivença, tendo lá falecido em circunstâncias ainda ignotas. Mas essa é uma outra história e um outro estudo...

O que o estilo de Francisco de Loreto nos revela, pela concepção e lavor de cinzel do extraordinário pórtico e demais obra renascentista de Arronches, e pela finura de cinzelado do arco-mestre e fenestra moldurada na igreja das Chagas de Vila Viçosa, é verdadeiramente um gosto «romano» de primeira

³³ Arquivo Distrital de Portalegre, *Convento de Nossa Senhora da Luz – Concelho de Arronches*, CNSLARR, maço 1, Lº 1, nº 37, fls. 62 e vº e 69 e vº. Leitura paleográfica do Dr. Manuel Branco e do Dr. Francisco Bilou.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 71, nº 77. Cf. Pedro Flor, *art. cit.*, 2008, pp. 131-152.

³⁶ Já os *tondi* do portal desse templo calipolense, que data de 1536, revelam um trabalho de artista mais fruste.

ordem, mas em tudo diferente da linguagem que se pode admirar na fachada do Paço Ducal. Podemos presumir, assim, quanto à obra da fachada do quinto Duque, elogiada pelas suas «*janellas lavradas ao modo antigo romano de bases e capiteis cornigeas e outras obras romanas*»³⁷, que a responsabilidade da empresa se deveu a Francisco de Loreto, o mestre das obras do Duque. Mas a verdade é que, dessa fachada teodosina, nada mais resta do que a memória.

4. A actual fachada palatina do tempo do Duque D. João I (1563-1583)

A actual fachada do Paço calipolense revela uma linguagem que nada deve à que se intui vendo, por exemplo, as fenestras molduradas e a morfologia clássica do portal da igreja das Chagas e, com maior evidência, o portal de Arronches, de cerca de 1536-1542. O que chegou aos nossos dias é uma magna construção erguida mais tarde e segundo os cânones do Maneirismo peninsular (dentro do já muito referido gosto áulico e despojado que se denomina *estilo Príncipe Felipe*).

A fachada deve ter começado a ser pensada pelo Duque D. João I nas vésperas de Alcácer Quibir, campanha militar para onde a Casa de Bragança enviou algumas centenas de cavaleiros e onde ficaram cativos o próprio príncipe Teodósio (futuro sétimo duque), o arquitecto de serviço Nicolau de Frias, o engenheiro Filipe Terzi e, provavelmente ainda, o pintor-calígrafo Giraldo Fernandes de Prado, cavaleiro da casa ducal. Assim que se resgataram estas personagens, a fachada prosseguiu célere, num afã de substituir as remanescências «*ao romano*» do francês, já desusadas e como tal apeadas, e conferir ao terreiro a dignidade pretendida. Tal como Teodósio I apagara as marcas do gosto medievalizante de seu pai («*não eram de seu contentamento*», diz o cronista das festas de 1537), também D. João I virou a página já considerada retrógrada dessa arquitectura «*ao romano*» incentivada pelo progenitor, de que o castelo de Évoramonte, a igreja das Chagas de Vila Viçosa, ou a matriz de Arronches, são testemunho demonstrativo. Passou-se em Vila Viçosa algo de similar ao que os crúzios fizeram em Tomar, ousando corrigir o plano do claustro grande, de João de Castilho, que deu lugar ao claustro maneirista de Diogo de Torralva... Outro exemplo, mais próximo, passou-se no Paço de São Miguel (ou dos Condes de Basto) em Évora, onde a reconstrução-ampliação maneirista do tempo de D. Diogo de Castro e de D. Fernando de Castro, 1º conde de Basto, cobriu a primeva estrutura gótico-mudéjar da construção do primeiro quartel do século XVI, seguindo e desenvolvendo as disposições que já se indicavam em modelos tratadísticos de Sebastiano Serlio para seguir as modernizações de

³⁷ B.N.P., Reservados, Mss. Cód. 1544, *Festas e apercebimentos que fêz em Villa Vicoza o Duque de Bragança Dom Theodosio e os casamentos do Infante Dom Duarte e da sr^a Infante Dona Izabel sua irmam No mês de Abril do anno de 1537.*

velhas casas de fidalguia³⁸. Eram tempos novos, e os Braganças aspiravam ao reforço político da sua imagem, que passava também pelo prospecto magnificante da sua sede residencial.

O que predomina hoje em Vila Viçosa é uma nobilíssima fachada da segunda metade do século XVI. Nada existe já do corpo mais restrito que se fez no tempo de D. Teodósio I, por engenho de Francisco de Loreto e outros artistas, e que estava em parte erguido aquando das festas de 1537. O gosto construtivo imperante com a Contra-Reforma seguiu aqui um *modelo específico de palácio peninsular* (a lembrar os de Luis de Vega e de Alonso de Covarrubias nas construções palatinas de Castela)³⁹, abrindo espaço a uma alternativa monu-

³⁸ Manuel Joaquim Branco, «Renascimento, Maneirismo e ‘Estilo Chão’ em Évora», catálogo da exposição *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, C.N.C.D.P., 1999, pp. 219-247, ref^a pp. 242-243, e Joaquim Oliveira Caetano e José Alberto Seabra Carvalho, «He nobreza as cidades haverem em ellas boas casas. A propósito de dois palácios eborenses», revista *Monumentos*, nº 6, 2004, ref^a pp. 59-57.

³⁹ Estas afinidades foram acertadamente sublinhadas e sugeridas como pólo comparativo com a fachada de Vila Viçosa pela Prof. Maria José Redondo Cantera, a quem agradecemos. Sobre o Palacio de los Cobos em Valladolid, essa historiadora de arte atesta que o autor da traça conhecia – tal como sucede no risco da fachada de Vila Viçosa e outra arquitectura palacial do pleno Quinhentos – um desenho saído na primeira edição ilustrada do tratado de Marco Vitruvius Polião por Frei Giocondo (*M. Vitruvius per Iocundum solito castigatior factus sum figuris et tabula ut iam legi et intelligi possit*, libro I, fl. 4^o, Venecia, 1511). Esta obra encontrava-se entre os tratados de arquitectura disponíveis na livraria dos Condes de Basto em Évora (A.H.F.E.A., *Inventario que se fez de todos os bens que ficarão per falecimento do senhor Conde de Basto...*, fl. 69 v^o: «*Vetruvio De Architettura de quarto em pergaminho, avaliado em duzentos reis*»)! O desenho de Vitruvius, modelo de um tipo ortogonal de representação frontal em perspectiva, foi seguido pelo arquitecto Luís de Vega no palácio de los Cobos, cuja origem remonta a 1526-1527, prolongando-se as obras até cerca de 1545, com adições no fim da centúria. Maria José Redondo Cantera destaca «la excelencia atribuida a la composición de la fachada» e acrescenta: «Hasta entonces los grandes palacios vallisoletanos destacaban más por la gran superficie que ocupaban y por sus imponentes volúmenes, por la riqueza de su decoración exterior o la incorporación de un lenguaje *al romano*, si bien éste ya había sido introducido en la ciudad gracias a la portada del Colegio de Santa Cruz (...). Ora Luis de Vega «se jactaba ante su cliente de que la fachada seguía *«la mexor manera que nunca se ha visto en delantera de casas*». Si tomamos como referencia la apertura de los huecos, que han permanecido en el cuerpo central de la fachada aunque alterados en sus dimensiones y molduras al menos en dos ocasiones, la novedad consistiría en la regularidad de su distribución. Ciertos datos de las reformas realizadas en 1602 en la fachada confirman que en ella se abrían 13 ventanas, distribuidas en dos alturas y siete ejes, de los que el central correspondía a la puerta, que actuaba como eje de simetría, como se mantiene en la actualidad. Por encima corría una galería bajo la cornisa. Tal organización presenta una gran proximidad con la que se aplicó en otras fachadas posteriores: la del Patio de Armas en el antiguo Palacio Arzobispal de Alcalá de Henares; la principal del Alcázar de Toledo (trazada por Alonso de Covarrubias en 1545) y la de los ubetenses palacios del deán Fernando Ortega y de

mental, que se adequava às ambições políticas da Casa: grande corpo-fachada de dois andares a dominar o Rossio palatino, com novas câmaras e salões abertos à fruição de convidados de luxo e à vivência requintada de uma *corte-Parnaso*. É também notória a derivação dos modelos de extensas fachadas palatinas concebidas por Sebastiano Serlio, que eram bem conhecidos de Nicolau de Frias (tanto pela viagem a Itália como pela sua formação própria em Arquitectura), caso do alçado de palácio real que ilustra um dos fólios do *Sesto Libro*, ou do desenho de uma fachada coríntia, com seu piso nobre de balaústres, num dos fólios do *Quarto Libro*⁴⁰. Também a tipologia de alguma das arquitecturas neoantigas, de cariz laudatório e triunfal dentro do contexto da *Roma Felix*, capital da Contra-Reforma, que surge bem atestada nos projectos de construções do arquitecto e tratadista Domenico Fontana, mostra similitudes de concepção e cenografia civilista com a fachada alentejana⁴¹. A *ideia* geral do Paço calipolense encontrou aí a sua génese.

Analisando-se mais uma vez o rol de obras realizadas no Paço no tempo de D. Teodósio I e de sua segunda mulher D. Brites, cujos documentos nos chegaram, a referência a salas como de David, de Cipião o Africano, e outras que existiam no paço renascentista, não se pode confundir com as novas salas tituladas da mesma forma que se rebaptizam nas «casas novas» do Palácio renovado – o mesmo que foi ampliado a partir do Duque D. João I. É importante, por isso, a contra-prova fornecida por preexistências com decorações picturais que prevalecem do paço teodosino e que já em outro lugar foram minuciosamente estudadas, como é o caso do Oratório dito de D. Teodósio I (ainda com parte dos frescos de Francisco de Campos e de Giraldo de Prado), para se perceberem as grandes alterações sucedidas no corpo do Terreiro, e nas correspondentes câmaras novas, nos anos 70 e 80 do século XVI⁴². Nesses anos centrais do século XVI também se adquiriram azulejos para decorar as novas salas. Em

Juan Vázquez de Molina (Andrés de Vandelvira, ca. 1550), sobrino de Cobos y buen conocedor de su casa por haber sido secretario de Isabel de Portugal, quien habitó allí ininterrumpidamente entre 1536 y 1538. Como ya se ha señalado en el caso de este último, el modelo fue el ejemplo de representación, según la Ortophía o imagen frontal, del edificio civil propuesto como ideal de dispositio en la edición del tratado de Vitrubio que hizo Fra Giocondo. Si admitimos que la fachada vallisoletana constituiría el inicio de esa serie, nos encontraríamos con que Luis de Vega sería uno de los más tempranos vitrubianos de la Arquitectura española del Renacimiento».

⁴⁰ José Teixeira, *op. cit.*, p. 84, e as citações de Serlio in *Quarto Libro*, fls. 177 vº e 179 vº, e *Sesto Libro*, ms, fl. LXXIII r.

⁴¹ Domenico Fontana, *Della trasportatione dell'obelisco Vaticano et delle fabbriche di Nostro Signore Papa Sisto V, fatte dal caualier Domenico Fontana architetto di Sua Santità: libro primo*, Roma, appresso Domenico Basa, 1590. Existe um exemplar guardado na B.N.P., cota res-2990-a, que bem pode ser o que existia na Biblioteca do Arcebispo D. Teotónio de Bragança e circulou no meio dos artistas envolvidos nestas obras...

⁴² Vítor Serrão, *O fresco maneirista...*, 2008, pp. 184-187.

época de esplendor da vida cortesã, D. Teodósio I manda pintar vários salões e comprar em Antuérpia azulejos de majólica flamenga⁴³. É revelador o facto de nenhum desses azulejos permanecer *in situ*, o que se deve a que, com as obras definitivas de Nicolau de Frias, todos os espaços já construídos foram inevitavelmente remodelados e os azulejos reutilizados e dispersos. É ainda problemática a identidade do pintor *F.IAB 1558* que fez os azulejos da *História de Tobias* (hoje no rodapé de uma das Salas de Música), durante muito tempo identificado com Jan van Bogaert e, mais tarde, considerado por Claire Dumortier⁴⁴ como correspondendo ao *atelier* Den Salm e a outro ceramista dessa oficina, Franz Franchois; independentemente da autoria, a verdade é que se trata de um conjunto excepcional de azulejo, cuja encomenda correspondeu a propósitos específicos por parte do Duque D. Teodósio I e em que, presumimos, deve ter sido o pintor Francisco de Campos a supervisionar a compra em Antuérpia.

A imagem arquitectónica do Paço, visto pelo exterior no terreiro, a partir da igreja dos Agostinhos, tal como já se podia admirar no fim do século XVI, oferecia um novo prospecto que invejava os visitantes. Um ilustre escritor dessa época, Luís Zapata (1526-1595), indica Vila Viçosa entre as cinco melhores praças de toda a Península Ibérica, a partir do prestígio, escala e ostentação da arquitectura: «*la mayor de Valladolid y el Ruxio de Lisboa y la de Medina del campo y la del Duque de vergança en Villaviciosa y la de antepalacio de Lisboa de la casa real*»⁴⁵. Era esse impressionante prospecto que fazia da sede da Casa de Bragança um dos monumentos-chave do Reino. Num tratado seiscentista da autoria do arquitecto régio Luís Nunes Tinoco (e não de seu pai João Nunes Tinoco como se tem afirmado), diz-se que o paço de Vila Viçosa era um dos grandes monumentos do Reino e, como tal, digno de nota:

«(...) também no nosso Portugal há maravilhosos templos, & sumptuosos edificios fabricados ao antigo, moderno, & Romano, como são o Templo Real da Batalha, o de Alcobaça, o de Thomar, o de St^a Cruz de Coimbra, o de Belem em lix^a, & outros muitos mandados fazer pelos nossos Serenissimos Reis de Portugal, como também o Templo Real de S. Vic.te de Fora, o do Collegio de St^a Antão da Comp^a de Jhs, o do Carmo de Lix^a, o do Loreto

⁴³ Sobre estes azulejos antuerpianos, cfr. José Teixeira, *op. cit.*, pp. 60-63; José Meco, *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa, 1985, p. 19; e *O Azulejo*, Publicações Alfa, 1988, pp. 51-52; Joaquim Torrinha, «Os azulejos renascentistas», *Monumentos*, nº 6, 1997, pp. 26-31; Claire Dumortier, «Contribution à l'étude des carreaux anversois de Vila Viçosa», *Azulejo*, nº 1, 1991, pp. 22-32; idem, «Frans Andries, ceramista de Amberes estabelecido en Sevilla», *Laboratório de Arte*, nº 8, 1995, pp. 51-60; idem, *Céramique de la Renaissance à Anvers*, Bruxelas, 2002; Alexandre Pais *ed alii*, *cat. cit.*, 2013, pp. 42-57.

⁴⁴ Cf. Dumortier, *art. cit.*, 1995, pp. 51-60; idem, 2002; José Meco, *op. cit.*, 1995; Alexandre Pais *ed alii*, *cat. cit.*, 2013.

⁴⁵ Luis de Zapata, *Miscelânea. Memorial Histórico Español*, XI, Madrid, 1859, p. 447, e Fernando Bouza Alvares, *op. cit.*, p. 166.

que ao prezente se esta fabricando, o da Ermida Nova feita por ordem da Serenissim^a Raynha de Portugal nossa Snra, e outros muitos infinitos, que há em todo o Reyno que por não ser preluxo não relato. Como também o Edifício real da obra do Forte do Palacio em que assistem os serenissimos Reis de Portugal. Os Paços de Syntra, os de Almeirim, os de Villa Viçosa, os de Salvaterra, & outros muitos. Como tãobem o Edifício sumptuoso do Marquez de Castel R^o que hoje hé do serenissimo Infante de Portugal D. Pedro, irmão delRey D. Afonso 6^o nosso Senhor q. Deos goarde»⁴⁶.

A ampliação-remodelação definitiva da fachada ducal por Nicolau de Frias corporalizou-se nos anos 80 do século XVI, depois do resgate do arquitecto cativo em Marrocos, e teve no pedreiro da casa ducal Manuel Ribeiro o empreiteiro de serviço⁴⁷. As referências às obras abundam e intensificam-se na sua fase final, aquando das festas de casamento de D. Teodósio II com D. Ana de Velasco y Girón, da casa de Faria, que apressaram a sua conclusão. A descoberta destes contratos notariais – de enorme importância para o historial do Paço – veio comprovar aquilo que afinal se passou desde o fim dos anos 70, com D. João I, ao planear o prolongamento e unificação do corpo da frontaria com traças de Nicolau de Frias num severo mas elegante, e monumental, gosto maneirista «ao escurialense»⁴⁸.

Tudo revela uma obra excelsa, tanto na sua concepção como nos seus acabamentos, nos alçados e nos pormenores arquitectónicos. O recorte dos capitéis é fino e atesta a presença de mão-de-obra habilitada, e o jogo alternado de frontões nas janelas dos três andares reforça a impressão de um rigorismo tratadístico eloquente, que se expressa também no modelo serliano dos três janelões centrais da torre, no terceiro piso. O recurso à sobreposição de ordens clássicas – toscana, jónica e coríntia em três pisos –, com tipologias bem estruturadas nos vãos das aberturas e pilastras de fuste liso assentes em pedestais de bom desenho, reforçam a majestade do conjunto.

São estas características que atestam o rigor do projecto de Nicolau de Frias na execução desta fábrica grandiosa, ampliando e diluindo os traços de uma anterior campanha renascentista hoje com vestígios indeléveis e restrita a algumas salas e câmaras no extremo norte da fachada⁴⁹.

⁴⁶ Teresa Campos Coelho, *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de architectos régios dos séculos XVII e XVIII*, tese de Doutoramento, dirigida por Rafael Moreira, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2014, p. 305.

⁴⁷ *Mercês de D. Teodósio II*, mss. 135, fl. 158, ref^a José Teixeira, *op. cit.*, p. 120.

⁴⁸ José Teixeira, *op. cit.*, pp. 8-13.

⁴⁹ Caso do Oratório ducal junto à actual Sala de Hércules.

5. O projecto do arquitecto Nicolau de Frias

O arquitecto Nicolau de Frias (c. 1550-1610) formara-se em Itália, depois de aprendizado juvenil de carpintaria junto a seu pai, o escultor Pedro de Frias, e teve de seguida actividade próxima à de Filippo Terzi (com quem esteve cativo após a derrota militar de Alcácer Quibir), sendo nomeado, após obtido o resgate, arquitecto das obras do Senado e do Arcebispado de Lisboa.

Autor de uma série de programas de grandiosa cenografia para o Arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, como é o caso do Sepulcro da capela-mor da Sé de Évora (1588), concebido como *teatro* ricamente estruturado, Nicolau de Frias realizou também, para a corte, o desenho para o monumento para as exéquias de Filipe I de Portugal no Mosteiro dos Jerónimos (1599), e também se responsabilizou, junto a seu genro, o pintor Domingos Vieira Serrão, pelo programa decorativo dos «octógonos» da mítica Charola do Convento de Cristo em Tomar com efusiva ornamentação de frescos e estuques. Para o Arcebispo de Évora também traçou edifícios religiosos e civis⁵⁰, e desenhou peças de retabulística (para a igreja de Santo Antão e acaso também para a da Cartuxa de Évora), e peças litúrgicas de ourivesaria (como o lampadário da Sé de Évora, feita pelo ourives João Luís a mando do Arcebispo D. Teotónio⁵¹).

A sua actividade relevante centrou-se ao serviço dos Braganças, ora em Évora junto ao Arcebispo D. Teotónio, tio-avô de D. Teodósio II⁵², ligado às obras do Mosteiro da Cartuxa, ora em Vila Viçosa, ao serviço dos duques D. João I e D. Teodósio II. Por mando deste último, por exemplo, ocupou-se de obras na igreja de São Silvestre de Unhos (Sacavém), povoação pertencente à Casa de Bragança, onde gizou nova torre e realizou outras ampliações⁵³. Mas também trabalhou para o nobre D. Álvaro de Castro, em 1575, traçando a capela dessa família no Mosteiro de São Domingos de Benfica⁵⁴, e para D. Fernando de Castro, o 1º Conde de Basto, governador militar de Évora: para este, desenha em 1592 desenha a nova igreja matriz de Almodôvar, formosa *hall kirch* ainda existente, onde assumiu um projecto de «retoma» de um modelo com ressonâncias tardo-medievais (no tipo previsto de abobadamento único para as três

⁵⁰ Cf. a abundante documentação reunida em Vítor Serrão, *Arte, Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1573-1602*, no prelo.

⁵¹ Túlio Espanca, *art. cit.*, 1983-84, pp. 102 e 145. Lavrado em 1588 por excepcional preço de 600.000 rs, esta lâmpada era «a mais bela e grandiosa lâmpada de prata que existiu em Portugal, invenção nova, desenhada pelo arquitecto Nicolau de Frias».

⁵² Segundo nos informa Manuel Branco, em 1586 o arquitecto Filipe Terzi avaliou a nova grimpada da Sé de Évora mandada fazer em Lisboa por D. Teotónio de Bragança com risco de Nicolau de Frias (B.P.E., *Colecção Manizola*, Cód. 85, doc. 1).

⁵³ Vítor Serrão, *op. cit.*, 2008, p. 41, n. 72.

⁵⁴ A.N.T.T., *Cartório Notarial nº 7-A*, Lº 5, fls. 53 a 55 vº.

naves)⁵⁵, e por esses mesmos anos seguiu as obras que os pedreiros Diogo Gonçalves e Manuel Filipe realizavam no Paço de São Miguel e outras propriedades dos Castros⁵⁶. Em Junho desse ano de 1592, desenhou a traça do palacete de D. Jerónimo Coutinho em Cacilhas⁵⁷. Pouco antes, também em Lisboa, traça a planta da nova igreja de Nossa Senhora da Vitória, segundo uma «forma» que serviu de modelo para outras⁵⁸, e trabalhara no Mosteiro de São Domingos de Benfica (traça a primeira capela dos Castros, no claustro), desenhara a belíssima capela de planta centralizada do Hospital de Nossa Senhora da Luz em Carnide, e fizera obras em Santa Catarina do Monte Sinai, em Lisboa, uma igreja ligada à importante confraria dos livreiros, a que também estava associado Filipe Terzi. Entre outros retábulos, desenha o da capela de São Tiago na igreja de São Julião de Lisboa, que o mestre nórdico Jacques de Campos executaria de entalhe, com painéis da autoria de Fernão Gomes, mas que infelizmente desapareceu.

É de corrigir, entretanto, o errado parecer de alguns autores que extrapolaram o facto de que Nicolau de Frias, pelo facto de ser filho de imaginário (Pedro de Frias), teria necessariamente uma formação-base no campo da marcenaria (já que deu traças para muitas obras de entalhe, desde as citadas da Sé e de Santo Antão de Évora, ao retábulo da Misericórdia de Sintra, ao Sepulcro da Sé de Évora, ao monumento das celebrações fúnebres de Filipe I nos Jerónimos, etc etc)⁵⁹, sendo a sua obra de arquitecto para D. Teodósio II e para D. Teotónio algo de residual. Nada de mais falso: Frias tanto desenhou para o Arcebispo de Évora peças de luxuoso equipamento litúrgico, tanto de marcenaria como de prataria, mas foi sobretudo como projectista de obras de arquitectura que se impôs, junto a ele e junto ao Duque seu sobrinho.

A sua formação romana, e a imagem adquirida com o risco da fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa, bastavam para lhe firmar o nome junto do ilustre prelado eborense e de outras clientelas importantes do Reino. Hoje, sabe-se bem o que Nicolau de Frias concebeu como arquitecto, e entre essas suas obras contam-se algumas das mais inovadoras do seu tempo: basta citar-se uma obra-prima do melhor rigorismo maneirista de ressaibos herrerianos, como é a

⁵⁵ A.N.T.T., *Livro de Notas do Tab. Belchior de Montalvo*, contrato de 29-V-1592; A.D.E., *Lº 275 do Tab. Baltazar de Andrade*, fls. 55 a 56 vº (contrato de 22-V-1593 sobre a empreitada dessa igreja pelo mestre pedreiro Domingos Moreira).

⁵⁶ A.D.E., *Lº 280 de Notas de Baltazar de Andrade*, fls. 71 vº-73 vº; *Lº 284*, fls. 36-37 vº.

⁵⁷ A.D.E., *Cartório Notarial de Lisboa nº 11*, *Lº 13 de Notas de Heitor Dias de Magalhães*, fls. 18-19 vº.

⁵⁸ A.N.T.T., *Cadernos do Distribuidor*, Cx. 1, lº 3, fl. 61: «Concerto os Irmãos de N.ª Sr.ª da Vitória e Nicolau de Frias».

⁵⁹ Segundo documento que há muitos anos publicámos, em 1581, estando a ser discutido como devia ser o retábulo da Misericórdia de Sintra (que Cristóvão Vaz haveria de pintar), foi discutida uma «traça» pedida pelos mesários a Nicolau de Frias.

capela centralizada do Hospital de Nossa Senhora da Luz de Carnide (actual capela do Colégio Militar), onde o «risco» dado a fazer a Nicolau de Frias em 1599 pela testamentaria da Infanta D. Maria vem confirmar as suas altíssimas capacidades de tracista de formação italiana, ao nível do que fizera na fachada do Paço de Vila Viçosa e nas obras para D. Teotónio de Bragança⁶⁰.

Para a fachada do Paço ducal de Vila Viçosa, sua empresa mais aprimorada, para a qual desenhou planos em 1583, estando a obra em andamento, faltam documentos para acompanhar a empreitada de pedreiros nos anos 1585-1590, mas voltamos a tomar pulso ao seu andamento, com direcção do pedreiro da casa ducal Manuel Ribeiro, no fim da centúria quinhentista. O essencial estava cumprido em 1603, mostrando o risco que Nicolau de Frias tinha não só conhecimento da tratadística clássica, de Vitruvius a Serlio, mas também dos bons modelos palacianos da Península Ibérica (as encomendas da regência de Filipe II). Sendo provedor das obras ducais Escovar de Lira, contratam-se em 1601 os pedreiros Manuel de Loureiro e Manuel Rodrigues para ultimarem os tramos da fachada sul e o corpo principal da torre, utilizando para o efeito «pedraria velha» do anterior projecto de D. Teodósio I⁶¹.

Segundo esses contratos, os mestres obrigavam-se a «fazer pera as dittas casas novas de Sua Excellençia a obra de pedreria seguinte na frontaria que os paços fazem pera o terreiro: huma crecença de pedraria no cabo da d^a frontaria da parte das Chagas conforme a amostra que pera isso teem, a qual crecença he do deradeiro pillar que hora estaa feito de pedraria ate o canto das dittas casas novas que se hora fazem que serão dez ou onze palmos de largo, e quanto a altura será conforme a da frontaria que estaa feita de pedraria em toda a sua alltura, que sam duas ordens». Os tramos da fachada a erguer seriam «conforme a pedraria da dita frontaria que já estaa feita fazendosse hum pillar no cabo das dittas casas dalto a baixo com toda a pedraria conforme aos pillares velhos», sendo o lavor de molduras, pedestais, pilares, carrancas da cornija, silharia e janela «do tamanho que na dita amostra esta no andar da segunda ordem». Em outra cláusula especifica-se que «no telhado do passadisso pera cima que se hade fazer pera o mosteiro das Chagas hadese cobrir o pillar que será tornejado pera a parte da orta das Chagas e tudo aquillo que mostra pella frontaria do terreiro, he torre, entendese assi no pilar, como no capitel, alquitrave, frizo, e cornija da segunda ordem de cima sendo o ditto pillar ho mais resaltado como se vê pella dita frontaria velha»⁶².

Na crónica de Francisco de Moraes Sardinha, que data de 1618, elogia-se o efeito final da fachada ducal, essa obra de «grandíssima autoridade e appa-

⁶⁰ Este interessantíssimo contrato notarial da A.N.T.T. aguarda melhor oportunidade para conclusão de um estudo, em vias de publicação.

⁶¹ A.D.E., L^o 6 de Notas de André Luis de Cerveira, tabelião de Vila Viçosa, fls. 60 v^o a 63 v^o.

⁶² Outra escritura de 5 de Novembro (L^o 8 de Notas, cit., fls. 12-14) especifica que «se moveo e acreçemtou obra».

rato», com três pisos («o treceiro he coríntio tem vinte palmos de altura, não esta delle acabado mais do que a meã parte com treze janellas»), e aduz-se um dado que é, a nosso ver, assaz esclarecedor: «teem assi os paços velhos como os novos que todos correm por linha recta, vinte e sinco janellas com suas portas verdes»⁶³. Ou seja, as obras do velho paço de D. Jaime completava-se com o cenográfico e monumental corpo de D. Teodósio II, praticamente concluído. Também o escritor Sebastião Lobo Vogado, na *Relação de Festas* do casamento de D. Teodósio II, em 1603, descreve o prospecto magnificante da fachada, anotando o seguinte comentário: «... posto que ultimamente edificado e ainda agora imperfeito nos sobrados superiores»⁶⁴.

6. A campanha do arquitecto Pero Vaz Pereira

Entra em cena o arquitecto e escultor **Pero Vaz Pereira** (c. 1570-1643), também de formação italiana tal como Nicolau de Frias, que vai ultimar a fachada ducal. Era filho de um entalhador-carpinteiro de Portalegre, Diogo Vaz Pereira, o que explica que muito cedo aprendesse a arte do labor da madeira no *atelier* de seu pai, na freguesia de São Lourenço da cidade alentejana. Ignora-se quem lhe patrocinou a viagem à cidade de Roma, de onde regressa por volta de 1594, trabalhando desde então em Évora ao serviço do Arcebispo D. Teotónio de Bragança. Com a protecção deste ilustre epíscopo, até à sua morte em 1602, faz diversas obras relevantes, designadamente no mosteiro da Cartuxa, não deixando entretanto de servir também o Duque D. Teodósio II, a cujo serviço ingressa em 1604 como arquitecto e escultor do Duque de Bragança. É ele quem vai ultimar as obras da fachada do Paço, iniciadas havia cerca de vinte e cinco anos, em fidelidade às traças de Frias.

Tem-se identificado obra numerosa da sua lavra ou supervisão. Em fase inicial, realizou empresas para o Arcebispo D. Teotónio de Bragança, em fidelidade ao seu gosto de renovação tridentina⁶⁵, como sejam as traças para uma capela dedicada a São Bruno no termo de Portel, o desenho da reconstrução e ampliação da igreja de Santa Maria de Machede, a supervisão da obra de ampliação da igreja matriz de São Manços, os desenhos para numerosas obras no mosteiro da Scala Coeli da Cartuxa (junto a Nicolau de Frias, que nelas superintendia), bem como o projecto para a Sacristia Nova e para o portal marmóreo da Sé de Elvas. Nessa cidade ultimou o Aqueduto das Amoreiras, tendo realizado também obras no convento de São Paulo da Serra d'Ossa⁶⁶, fazendo ainda

⁶³ José Teixeira, *op. cit.*, pp. 121-122.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 66; e Carlos Ruão, *op. cit.*, vol. II, p. 191.

⁶⁵ Cf. a abundante documentação reunida em Vítor Serrão, *Arte, Religião e Imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1573-1602*, no prelo, e alguma documentação de teor biográfico aduzida pelas pesquisas de Francisco Bilou.

⁶⁶ Nas obras do Convento da Serra d'Ossa, Pero Vaz Pereira teve a colaboração do seu genro

a traça da Fonte Grande de Vila Viçosa, de um palacete em Castelo de Vide, etc etc⁶⁷. Em Portalegre, desenhou quase de certeza a obra retabular de dois altares da Sé, o de São Mauro e de São Crispim e o de Crispiniano, sabendo-se que para este último altar trouxera de Roma relíquias desses santos mártires sapateiros⁶⁸. Para D. Teodósio II, dirige programas intestinos e decorações no Paço calipolense (é de sua lavra e traça a chaminé da Sala de Medusa, além de que concebeu uma das capelas da Tapada, e outras obras). Escreveu e dedicou ao Duque seu protector um *Tratado de Rádio Latino*⁶⁹, e é ele quem segue a obra do último andar da empreitada da fachada desenhada por Nicolau de Frias, assim como as obras intestinas de câmaras e espaços⁷⁰.

Apurou recentemente a historiadora de arte Patrícia Monteiro que Pero Vaz Pereira, «*architetto do senhor Duque de Bragança*», traçou em 1620 o palácio de D. Mendo Álvares de Matos, em Castelo de Vide, e a descrição desta casa senhorial, infelizmente alterada⁷¹, lembra de modo irresistível uma tipologia de

(?) Jerónimo Rodrigues, mestre pedreiro, cavaleiro da Casa de Bragança, com quem lavrou um fogão de sala, entre outras campanhas para os frades paulistas. Cf. Luísa d'Orey Capucho Arruda e Teresa Campos Coelho, *Convento de S. Paulo de Serra de Ossa*, Lisboa, Edições Inapa, 2004.

⁶⁷ Para a obra da Fonte do Aqueduto das Amoreiras, traçada por Vaz Pereira e executada pelos pedreiros Agostinho Nunes e Fernão Gomes, cf. contrato de 18-VIII-1628 no A.D.E., L^o 80 de *Notas de Manuel de Oliveira, de Vila Viçosa*, fls. 20-23. Pero Vaz Pereira, na qualidade de «arquitecto do Duque de bragança», foi também autor da traça da Ponte de Olivença, em que o mestre pedreiro Diogo Rodrigues trabalhava em Junho de 1607 (Arquivo Distrital de Portalegre, L^o 2 de *Notas do tabelião Mendo Afonso de Resende*, fls. 87-88. Informação inédita da Dra Patrícia Monteiro).

⁶⁸ Segundo nova documentação elencada por Francisco Bilou, em 1616 estavam activos na Sé de Portalegre e quase de certeza nas obras desses altares o entalhador Manuel Dias e o pintor-dourador Alexandre de Carvalho, prováveis colaboradores de uma empreitada supervisionada por Pero Vaz Pereira.

⁶⁹ Luís de Albuquerque, «Notícia de dois manuscritos portugueses sobre o Rádio Latino de Orsini», *As Navegações e a sua projecção na Ciência e na Cultura*, Lisboa, Gradiiva, 1987, pp. 163-180. Um desses manuscritos foi identificado pelo Doutor Henrique Leitão como sendo o perdido mss. do tratado de Pero Vaz Pereira.

⁷⁰ Sobre Pero Vaz Pereira, cf. José Teixeira, *op. cit.*, 1983, p. 120; Manuel Inácio Pestana, «Pero Vaz Pereira, arquitecto seiscentista de Portalegre. Tentativa cronológica e questões a propósito», *A Cidade*, n^o 8, 1993, pp. 153-166; Manuel Branco, *op. cit.*, 1999, pp. 219-247; Mário Cabeças, «Obras e remodelações na Sé Catedral de Elvas (1599-1637)», *Artis – Revista do Instituto de História da Arte*, n^o 3, 2004, ref^a pp. 249-261; Artur Goulart e Vítor Serrão, *art. cit.*, 2006, pp. 211-238; Vítor Serrão, *op. cit.*, 2008, pp. 131-136; Carlos Ruão, *op. cit.*, vol. I, pp. 306-310 e vol. II, pp. 192-193; e Patrícia Monteiro, *A Pintura Mural no Norte Alentejano (sécs. XVI-XVIII): núcleos temáticos da Serra de São Mamede*, Lisboa, tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, 2012, pp. 41-52 e 98-99.

⁷¹ Informa-nos a Doutora Rosário Salema de Carvalho que esta casa solarenga de Castelo de Vide sobreviveu, com a sua fachada maneirista de boa traça, posto que muito modificada na sua estrutura interna aquando da adaptação a hospital de campanha durante as guerras de fronteira. No livro de Augusto Moutinho Borges, *Reais Hospitais Militares em*

sobriedade maneirista inspirada no modelo palatino de Vila Viçosa: «*toda a cantaria com sinco janellas..., com seus fromtespiços de altura e medida que as tem já asemado, ... he por todo grande na forma que esta feito, he por entre as janellas he dali pera sima de diamantes bem lavrados, com suas gargulas e remates, he simalha, he cunhais, tudo de boa cantaria*», com indicação expressa do arquitecto «*que era melhor ser toda a frontaria de cantaria cham he bem llavrada*»⁷². No mesmo ano de 1620, em Julho, Pero Vaz Pereira estava activo de novo em Évora, pois se achava envolto em certa obra, pensamos que a dos Paços episcopais, quando lhe faleceu, vindo de Vila Viçosa, um seu moço criado⁷³.

Em Junho de 1601, já Vaz Pereira devia estar a substituir Nicolau de Frias (muito ocupado com várias obras na capital) na empresa do Paço de Vila Viçosa. Nesse mês se contrata o mestre Francisco Lopes, de Borba, para «*fazer dous vãos de pedraria na frontaria das casas dos paços de Sua Excellência sobre as duas ordens de pedraria que já estão feitas nas dittas casas*», a 40.000 rs cada vão, segundo a «*traça*» fornecida⁷⁴. Na obrigação lê-se que «*cada vão se entende de pillar a pillar em largura e há altura se estende de sima da cornija da segunda ordem ate ao alquitrave da terceira ordem da torre que são desassete palmos dalto, fazendo em cada vão destes hum pedrestal e simalha vasa e pilar conforme aos que estão jaa feitos na tore, e a arquitrave, frizo e cornija será conforme ao modelo da mostra que fica em poder de Sua Excellência*». Em cada vaso rasgar-se-ia uma janela «*que responda ao vão de cada huma dellas conforme os debaxo que já estão feitos na dita frontaria, com ha altura conforme a amostra e assi a feição e molduras que pera isso se darão moldes, a qual janela será de pedraria branca e assi mesmo os pilares, o vão que fica entre elles e as janellas será de pedraria preta, e toda a dita pedraria terá muito bons leitos de modo que ella por si se tenha e será toda muito bem lavrada e bornida a bornideiras sem falhas nem quebraduras e toda muito bem desempenada com os junctos e leitos muito bem feitos, posta toda ao pee da frontaria dos paços do dito senhor*». Em Junho desse ano, faz-se ainda o revestimento de marmoreado de dois vãos das «*casas novas*», pelo pedreiro de Estremoz André Francisco⁷⁵,

Portugal (1640-1834), Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, há referências à sua função hospitalar. Trata-se da casa onde é tradição ter nascido Mouzinho da Silveira, e que Luís Keil (*Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, 1942, p. 43) destaca pelo seu interessar como arquitectura solarengas seiscentista. Em César Videira, *Memória Histórica (...) de Castelo de Vide...*, 2ª ed., pp. 87-88, diz-se que em 1714 (segundo os registos de sisas do Concelho) a casa pertencia aos herdeiros da senhora D. Ana Cardoso de Matos mas tinha já funções hospitalares, a cargo dos religiosos de São João de Deus.

⁷² A.D.P., *Cartório Notarial – Castelo de Vide*, Lº 8, fls. 231 vº-233 vº. Leitura inédita da Doutora Patrícia Monteiro.

⁷³ Túlio Espanca, *op. cit.*, 1948, pp. 258-259 (A.D.E., *Lº dos Defuntos da Misª*, 1610-30, fl. 81).

⁷⁴ A.D.E., Lº 6 de *Notas de André Luís de Cerveira*, *tabelião de Vila Viçosa*, fls. 109 a 111 vº.

⁷⁵ Foi autor, em 1613, do túmulo com jacente de D. Pedro de Carvajal Girón, bispo de Cória,

recebendo «risco» e indicações «da mão de Manuel Ribeiro mestre das obras de Sua Ex^a e escudeiro de sua casa»⁷⁶. A obra destes vãos diz respeito ao andar dentro dos trâmites da obrigação feita com Francisco Lopes, cabendo a ambos a factura de quatro tramos do andar superior.

Seguindo o estudo das existências, e a informação documental, a 5 de Novembro de 1601 Escobar de Lira contrata ainda o mestre Manuel de Loureiro para integrar a empreitada das «casas novas» junto a Manuel Ribeiro e Manuel Rodrigues e acelerar o seu término⁷⁷. Ao mesmo tempo, decorriam no interior as obras de forro de carpintaria e começam as grandes campanhas de pintura fresquista sobre as quais tivemos já oportunidade de nos pronunciar com pormenor em outros trabalhos. Essas pinturas decorreram nas novas Salas de Medusa e David, no Oratório de D. Catarina e na *Galerietta* destinada a D. Ana de Velasco y Girón, esposa de Teodósio II, e envolveram os pintores Tomás Luís e Custódio da Costa, com supervisão de André Peres, pintor do Duque. São, todas elas, obras ainda existentes e já devidamente documentadas e estudadas⁷⁸. É no âmbito destas obras da provedoria da Casa Ducal que também se adquirem azulejos de majólica em Talavera (da oficina de Fernando de Loyasa) e se contratam em 1602 os pintores Custódio da Costa e Tomás Luís para fazerem decorações a fresco e outras obras nessas novas câmaras destinadas a habitação imediata.

Sabemos, assim, que o arquitecto Pero Vaz Pereira – nomeado arquitecto da casa ducal em 23 de Março de 1604 com ordenado anual de 60.000 rs⁷⁹ – prosseguiu as obras do Paço de Vila Viçosa traçadas por Frias e esteve ao serviço de D. Teodósio II (falecido em 1630) e do oitavo Duque D. João II (que em Julho de 1641, já tornado rei após a Restauração, ainda o designa para cargo honorífico, o ofício de arquitecto do Convento de Cristo de Tomar⁸⁰). As suas intervenções são, além do equipamento das salas e de obras de escultura de fogões, mas também no acabamento da frontaria (será da sua responsabilidade certamente o remate do corpo central e o último piso, que se prolongaram mais uns bons anos). É importante reter-se o que diz, por exemplo, Diogo Ferreira de Figueiroa, que visitou o Paço em 1632, à data do casamento de D. João II com D. Luísa de Guzmán, e que destaca na fachada o seguinte: «o frontespício

na igreja de San Nicolás de Plasência, com estátua-orante (Florêncio-Javier García Mogollón, «El sepulcro del obispo de Coria D. Pedro de Carvajal Girón. Una obra del escultor portugués Andrés Francisco», *Norba-Arte* (V), 1984, pp. 141-162).

⁷⁶ A.D.E., L^o 6 de *Notas de André Luís de Cerveira, tabelião de Vila Viçosa*, fls. 111 v^o a 114 v^o.

⁷⁷ A.D.E., L^o 8 de *Notas de André Luís de Cerveira*, fls. 12 a 14.

⁷⁸ Sobre as pinturas murais e a pinacoteca da casa ducal, cf. Vitor Serrão, *O fresco maneirista...*, 2008.

⁷⁹ José Teixeira, *op. cit.*, p. 121.

⁸⁰ F. M. de Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, 2^a série, Lisboa, 1911, p. 249.

avendo de prefeiçãoarsse virá a ser composto com quatro columnas três janellas a do meyo hade ser rasgada de sacada conforme ao que mostra»⁸¹.

Em termos gerais, Pero Vaz Pereira seguiu esse modelo de «*frontaria de camtaria cham he bem llavrada*» que aprendera com Nicolau de Frias e com a memória viva de um estágio italiano onde pudera ver os *palazzi* de Roma. A sua importância era reconhecida na corte, a ponto de D. João IV o designar para arquitecto do Convento de Cristo de Tomar, em 1641, um cargo que era sobretudo honorífico, dada a idade avançada de Pero Vaz Pereira. Até a morte o surpreender em fins de 1643 (jaz em campa rasa na igreja do Convento das Chagas de Vila Viçosa, à entrada da nave, junto à grade do coro baixo), deve ter prosseguido essa obra de ultimização do andar superior da fachada palatina. A frontaria, de facto, ainda estava por acabar na totalidade à data da visita do Grão-Duque da Toscana, em 1668, segundo afiança o precioso desenho de Pier Maria Baldi, o pintor italiano que integrava a comitiva de Cosme III. As delongas percebem-se: a mudança da corte calipolense para Lisboa, após a Restauração do 1º de Dezembro de 1640, alterou definitiva e inexoravelmente o ritmo construtivo do Paço calipolense. Ainda no tempo de D. João V e de D. Maria I essas obras de término da fachada se arrastavam, cabendo a sua responsabilidade, em 1786, ao mestre arquitecto Bento José Brochado⁸².

Entretanto, um precioso desenho da segunda metade do século XVII, conservado em arquivo parisiense e que pertencia à colecção do cavaleiro Roger de Gaignières (1642-1715), vem enriquecer a magra iconografia do Paço Ducal de Vila Viçosa. Esse apontamento de discreta qualidade e, ao que parece, inacabado, mostra-nos uma rara visão do palácio, com o terreiro adjacente, a fachada com o corpo central destacado, e marcação dos arruamentos, das Chagas, do castelo e dos adarves da fortificação seiscentista, coevos das guerras da Restauração⁸³. Embora pouco acrescente de relevante para a análise empreendida neste capítulo, vem-nos revelar, pelo menos, a necessidade de se pesquisarem sistematicamente as fontes gráficas integradas em acervos de viajantes a Portugal, na presunção de que, além do desenho de Baldi, mais testemunhos iconográficos subsistirão sobre Vila Viçosa e o seu celebrado paço dos Duques brigantinos. É uma investigação que, por certo, alargará conhecimentos e trará frutos.

⁸¹ Diogo Ferreira de Figueiroa, *Epítome das Festas que se fizeram no casamento do Sereníssimo Príncipe Dom João* (Évora, 1633), fl. 4, apud José Teixeira, *op. cit.*, p. 85.

⁸² Fernando Castelo-Branco, «Subsídios para a história do palácio de Vila Viçosa», *Belas-Artes*, n.º 31, 2ª série, 1977, pp. 71-76.

⁸³ Bibliothèque Nationale de France, Paris, *Ville et château de Villa viciosa*, P188796, desenho, 45 x 63 cms, revelado pelo senhor Dr. Francisco Bilou, a quem nos confessamos gratos pela informação inédita.

7. Conclusões

Face ao exposto, podemos concluir de modo sustentado que:

- 1) O Paço Ducal de Vila Viçosa é uma das obras-primas da arquitectura civil portuguesa da Idade Moderna, e a sua traça deve-se ao arquitecto régio Nicolau de Frias, que terá iniciado o projecto cerca de 1577 a mando do sexto Duque D. João I, interrompendo a obra com Alcácer Quibir e retomando-a com celeridade em 1583, já a mando do Duque D. Teodósio II. Dessa obra gigantesca, com frontaria de 110 m de comprido, sem precedentes na arquitectura civil portuguesa, onde sabiamente se utilizam as ordens toscana, jónica e coríntia sobrepostas ao longo de vinte e três tramos de três andares, e modelo de serliana no corpo central, sobressai a solução contra-reformista de raiz italiana, com incidência de modelos palaciais castelhanos generalizados na época da regência de Filipe II.
- 2) É absolutamente incontornável que esta solução só vigorou em Portugal em plena segunda metade do século XVI e ela não pode ser, em caso algum, confundida com o modelo construtivo da campanha de D. Teodósio I. Ao mesmo tempo, a magna obra atesta aquilo que Fernando Marías defende serem, no século XVI tardio, valores absolutos da Arquitectura: a *consciência cívica* dos mecenas, e o *orgulho cívico* dos tracistas e empreiteiros de obra na valorização dos lugares de excelência⁸⁴.
- 3) Por outro lado, o conhecimento que temos hoje do estilo do francês Francisco de Loreto, arquitecto das obras de D. Teodósio I, pelo que nos deixou nas igrejas de Arronches e das Chagas de Vila Viçosa, vem-nos iluminar sobre o que era o gosto renascentista desse Duque e o tipo de obras que custeou no seu paço.
- 4) Assim temos que a campanha definitiva de Nicolau de Frias – aquela que chegou aos nossos dias – proveu a ampliação, reformulação e substituição de uma anterior fachada renascentista «ao romano», mais pequena, concebida e acaso lavrada pelo arquitecto francês Francisco de Loreto no tempo de D. Teodósio I, da qual nada resta.
- 5) Tal campanha veio conferir ao Terreiro ducal o carácter que preserva na actualidade, com a força severa de uma arquitectura maneirista de gosto herreriano-escurialense a rimar com o desejo de emulação e sentido de modernidade pretendidos pelos Braganças, não escondendo já as suas ambições de sucessão dinástica.

⁸⁴ Cf. Fernando Marías, *El Largo Siglo XVI*, cit., 1989, p. 54.

N: o Autor manifesta a sua gratidão, pelas informações prestadas e frutuosa troca de ideias, a Francisco Bilou, Manuel Joaquim Branco, Pedro Flor, João Ruas e, ainda, a José de Monterroso Teixeira, Miguel Soromenho, Maria de Jesus Monge, Mário Cabeças, Nuno Senos e Rosário Salema de Carvalho.



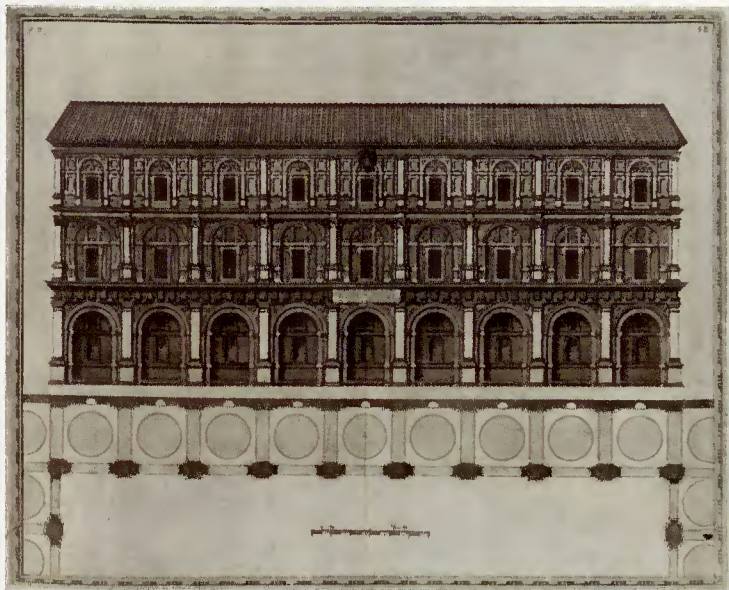
1. Fachada maneirista do Paço Ducal de Vila Viçosa, do último terço do século XVI, com traça do arquitecto Nicolau de Frias e acabamento de Pero Vaz Pereira, c. 1583-1632.



2. O Palácio de Vila Viçosa em 1669, desenho de Pier Maria Baldi (integrado na Viagem de Cosme III de Médicis).



3. Fachada do Palacio de los Cobos em Valladolid, obra do arquitecto Luis de Vega, remodelação c. 1545.



4. Desenho de palácio romano, pelo arquitecto Domenico Fontana, integrado no seu tratado de arquitectura de 1590.



5. Portal da igreja matriz de Arronches (pormenor de um dos 'tondi'), obra de 1539-1542 pelo arquitecto e escultor francês Francisco de Loreto, artista ao serviço de D. Teodósio I.



6. Fachada do mosteiro das Chagas de Vila Viçosa, c. 1535-1540, traça provável de Francisco de Loreto, com seu portal renascentista (1536).



7. Fachada da igreja e mosteiro da Scala Coeli, ou da Cartuxa, em Évora, traça de Fr. Giovan Vincenzo Casale (1587), levada a cabo sob direcção de Nicolau de Frias (1587-1598), acabamento de Pero Vaz Pereira (1599-1622) e ultimações no final do século XVII.



8. Pormenor da fachada da igreja da Cartuxa de Évora.



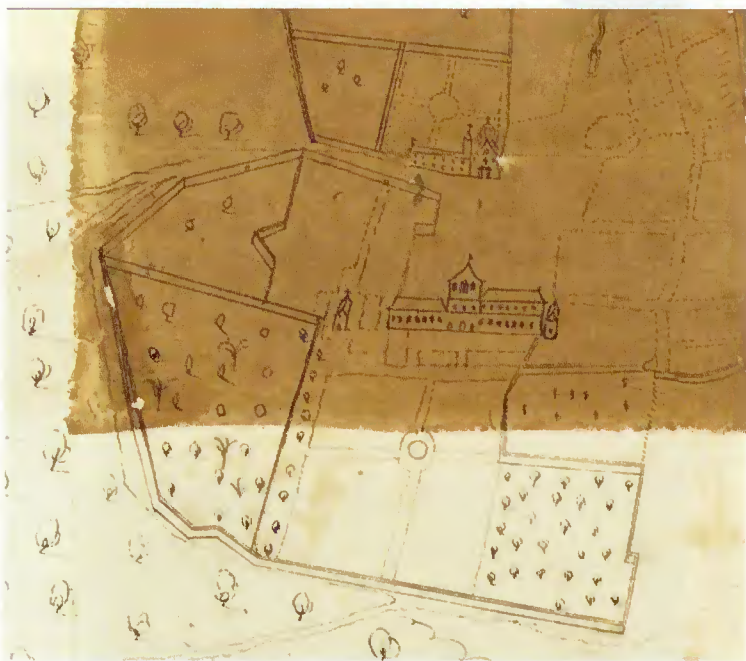
9. *Gallerietta* de D. Ana de Velasco no Paço de Vila Viçosa, pintada a fresco em 1602 pelo pintor Tomás Luís.



10. Casa nobre em Castelo de Vide, traça de Pero Vaz Pereira, 1620.



11. Pormenor do mesmo solar aristocrático de Castelo de Vide.



12. *Ville et château de Villa Viçosa*, desenho com planta de Vila Viçosa, fim do século XVII ou início do XVIII. Paris, Bibliothèque Nationale de France, P188796, Coll. Roger de Gaignières.



13. Pero Vaz Pereira, Fogão de mármore da Sala de Medusa. 1611.



14. Pormenor da fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa, traça de Nicolau de Frias, c. 1583; acabamento do remate superior, Pero Vaz Pereira, início do século XVII.

8 INTERVENÇÕES URBANAS DO ESTADO NOVO EM CENTROS HISTÓRICOS

José Manuel Fernandes*

Introdução, enquadramento, filosofias

Procura-se neste texto dar uma visão de conjunto, uma panorâmica, sobre algumas intervenções urbano-arquitectónicas, executadas no período do Estado Novo salazarista, adentro das áreas centrais de vários núcleos históricos em Portugal.

Destaquem-se os tópicos essenciais comuns aos diversos projectos e acções que, sobretudo entre as décadas de 1930 e de 1950, nortearam as diversas intervenções urbanísticas e arquitectónicas promovidas no quadro do regime político do Estado Novo:

- as capacidades tecnológicas renovadas pela utilização do betão armado, divulgado em larga escala a partir dos anos de 1920-30;
- a criação e consolidação de uma linguagem neo-historicista e neo-tradicionista (de teor ideológico nacionalista), agora concebida em conjunto, ou suportada, pelas novas tecnologias e materiais, nos anos de 1930-40;
- e a vontade política de intervir e de autoritariamente “transformar à sua imagem” algumas das principais áreas sede de instituições históricas da cultura, do ensino e da administração portuguesas.

Esta acção do Estado Novo foi entendida quer por acção directa do Estado – via Ministério das Obras Públicas, inicialmente norteador por Duarte Pacheco – quer indirectamente, pela influência deste modelo de intervenção, seguido em várias situações pelas Câmaras Municipais.

*Arquitecto, Professor da Faculdade de Arquitectura da Univ. de Lisboa

O tema não foi exclusivo da “Nação Portuguesa”; ao contrário, foi praticado em diversos outros países sujeitos a regimes políticos semelhantes, como a Espanha da década de 1940 ou a Itália dos anos 1930.

A consideração fulcral de que intervir através de renovação urbana e arquitectónica (na época, não se usava esta terminologia, mas outra, mais enfática e retórica, focando o “engrandecimento” ou a “dignificação” das áreas de intervenção), em espaços significativos de certas áreas urbanas centrais, era uma acção importante de afirmação do Estado, ditou estas modificações – quase sempre traumáticas e muito criticáveis – de vários e delicados tecidos urbanos, com séculos de consolidação.

Constituem exemplos paradigmáticos destes tipos de acção: a intervenção do Fascio itálico na praça central de Milão, a piazza Duomo, com a reconstrução/completamento de todo o flanco do sector à direita da imponente fachada da Catedral; o “Ordenamento do Centro Antigo” de Brescia (por M. Piacentini, em 1932); e a reestruturação, em Roma, da piazza Augusto Imperatore (V. Ballio Morpurgo, 1937).

Em todas elas se utilizou um desenho urbano-arquitectónico assente no estilo neo-clássico dito simplificado, ou modernizado – o qual, tendo em conta o uso do betão armado, o escondia sistematicamente com a “nobilitação” da pedra e do tijolo, traduzido em arcadas, colunatas e pórticos – estando por sua vez as edificações enquadradas através de composições urbanas de traçados simétricos e monumentalizantes.

Em Portugal, os aspectos gerais e “de filosofia”, comuns a estas diversas intervenções de carácter amplo, em conjuntos urbanístico-arquitectónicos, foram as seguintes:

- procura de uma **significação ideológica de tom nacionalista**, no tipo de proposta urbano-arquitectónica planeada e executada, de cariz monumentalista, historicista e/ou regionalista;
- execução de um **espaço público central renovado** ou *ex-novo*, acompanhado por um ou mais novos edifícios, preferencialmente equipamentais (isto é, “públicos”) com expressão neo-tradicional;
- escolha, para as intervenções e obras edificadas, de **programas de quadro social com dimensão ou significado** importante, nacional e/ou localmente, sejam de tipo cultural, pedagógico, administrativo, judicial.

Oito intervenções exemplificativas e algumas conclusões

Analisemos, considerando-as exemplos significantes – pela distribuição geográfica e diversidade de conteúdos – as seguintes intervenções, à luz da procura de “casos de estudo” nas várias regiões do país, de Norte a Sul, do

Continente às Ilhas, e das diferentes escalas ou graus na complexidade dos projectos e das acções – realizadas sobretudo entre o arranque da década de 1940 e toda a de 1950:

- a “Nova” Cidade Universitária de Coimbra, na Alta da cidade (1942-plano, por Cottinelli Telmo, continuado desde 1948 por Cristino da Silva; 1953-remodelação do plano; 1975, conclusão do edificado);
- o Terreiro/Praça Conselheiro Silva Torres com os edifícios da Câmara Municipal de Caminha e da Caixa Geral de Depósitos (o edif. municipal remodelado por José Porto, 1950-54);
- a praça municipal, com a Câmara, os Correios, a CGD e o Cine-Teatro Covilhanense (com projectos por João Aguiar, e projecto edificado do cine-teatro por Rodrigues Lima, concluído em 1954), na Covilhã;
- o largo às Portas de Moura, com o Tribunal (projecto por Carlos Ramos, 1960), em Évora;
- a “Alameda do Castelo”, com os novos edifícios no topo nordeste (cine-teatro), arborização e mobiliário urbano, em Vila Viçosa, em 1938-1940);
- a Praça Gonçalo Velho/“Portas da Cidade”, formando conjunto com a Avenida Marginal, e os edifícios da Capitania, dos Correios/CTT e da Alfândega, em Ponta Delgada (1952-53, pelo arquitecto Quintanilha e diversos autores);
- a praça do Município, com a remodelação da C.M.F. e o vizinho Tribunal, no Funchal (por Raul Lino e Caldeira Cabral, 1941-42).
- o núcleo da praça municipal de Arcos de Valdevez, com a reconstrução de três imóveis, dentro da arquitectura neo-tradicional “ofical” para Caixa Geral de Depósitos, Palácio de Justiça e Correios.

Antes de descrever sucintamente cada uma dessas intervenções, importa retirar algumas conclusões da sua análise conjunta e comparada:

- há em todas estas acções urbano-arquitectónicas um fundo de **imagem cívica e colectiva da urbe** – isto é, a vontade de dotar os centros históricos edificados onde se operam as planeadas transformações de peso, com espaços de dignificação da vida colectiva e das actividades públicas – que se traduz pelo emprego de uma tipologia urbana característica, “cívica”, utilizada com frequência: a **arcada, galeria ou pórtico térreo**, a acompanhar o plano da rua ou da praça (casos de Caminha, da Covilhã e de Ponta Delgada), garantindo, em maior ou menor extensão (conforme a sua aplicação é total ou parcial), uma unidade de percurso e de protecção dos utilizadores dos vários edifícios;
- sente-se presente um **entendimento da “praça” como lugar de congregação ou de afirmação do poder cívico**, municipal ou estatal, de que resulta

- o uso desta tipologia urbana, recriada, alterando o existente ou por criação de um novo espaço livre (casos de Coimbra – com a praça e a alameda que culmina em nova praça; de Vila Viçosa, com a ampliação da existente praça em alameda; do Funchal, com a nova praça municipal; da Porta de Moura em Évora, organizando-se como praça em “L” com o Tribunal; e de Ponta Delgada, com a recriação das Portas da Cidade em Praça Gonçalo Velho);
- os edifícios projectados, sejam remodelados ou construídos de novo, **são considerados como peças de um conjunto ao serviço do renovado sistema urbano** que se concebeu – isto é, não valem apenas por si, mas assumem valor e importância em função do seu enquadramento com arruamentos, largos e praças, que servem e que configuram (é o caso mais evidente do Tribunal de Évora, articulando com o largo da Porta de Moura, ou da Câmara com a CGD em Caminha – mas sucede em todos os 7 casos apresentados).
 - os **monumentos históricos existentes são “recuperados” (“reintegrados”, na palavra da época), na sua imagem cénica e arquitectónico-urbana**, servindo, ao modo do urbanismo barroco, de pontos de fuga perspécticos, ou de eixos rectilíneos de enfiamento visual – quer por desobstrução (demolindo quarteirões que antes lhes estavam próximos), quer por reconstrução ou remodelação parcial dos seus conteúdos (acrescentando-lhes elementos, partes construídas, etc); é o caso de Coimbra, onde a porta seiscentista da Universidade serve de eixo de composição a toda a sequência praça-alameda-praça; de Caminha, onde a vetusta Torre do Relógio enquadra a Câmara e a CGD; e de Vila Viçosa, onde o reconstruído Castelo centra as vistas da nova alameda, em contraponto à igreja da antiga praça, a sudoeste.

As descrição sucinta dos oito “casos de estudo”

1. O processo da construção da “nova” Cidade Universitária de Coimbra foi o mais complexo e longo de todos os que o Estado Novo encetou, neste tipo de operações. Por um lado, pela enorme extensão do plano, que obrigou à demolição de vários quarteirões, monumentos sacros e civis, representando grande parte da “Alta” da cidade – despoletando uma polémica que só terá ficado pela dimensão local devido ao enorme peso e autoridade do estado central na época, bem como à eficácia da sua propaganda autoritária e centralizada – sem esquecer que se contou com a participação directa de Salazar em muitas das directivas do plano, como a da demolição do observatório astronómico pombalino.

Por outro lado, a duração longa das obras – mais de 30 anos, até depois do 25 de Abril – bem como a incompletude das mesmas, em relação ao plano inicial, veio colocar problemas e questões novas, à medida que, década a

década, se alteravam (e modernizavam) as perspectivas de entendimento do que devia ser a “Nova Alta” da cidade...

Em síntese, a Alta de Coimbra foi irreversivelmente alterada por esta intervenção, histórica e traumática para a cidade, na sua brutalidade construtiva – dada a área atingida pelas demolições ocorridas, e a importância simbólica e vivencial de muitos dos espaços desaparecidos.

O plano inicial de Cottinelli Telmo (1897-1948), de 1942-43 (pensado no auge do sucesso militar das “Potências do Eixo”), em visão de uma “acrópole clássica”, tinha algo de megalómano, e nunca foi concluído. Mesmo assim, uns 17 quarteirões e muitas ruazinhas que compunham a Alta medieva-moderna (com toda a rua Larga), foram para isso destruídos.

No novo conjunto, uma Praça da Porta Férrea, seguida de alameda, culminaria na Praça de D. Diniz (moldurada por um arco triunfal ligando os edifícios de cada lado), descendo uma escadaria a partir desta para a área Oitocentista da cidade.

Este sistema (tirando o “arco triunfal” de que finalmente se desistiu em 1969) substituiu-se de facto ao conjunto antigo e estruturante do largo da Porta Férrea, Rua Larga e Largo do Castelo. Os enormes e novos edifícios sucederam-se, ao longo desse eixo:

- a Faculdade de Letras e a Biblioteca Central, a par, definindo arquitectonicamente a praça da Porta Férrea em molde neo-clássico;
- as Faculdades de Medicina e de Ciências, acompanhando a alameda no seu sector intermédio (ou nova “Rua Larga”), e finalizando na praça de D. Diniz, totalmente nova (de que constituem o alçado poente), e ainda com outra nova edificação a sul – sendo que o lado norte nunca foi completado.

2. A intervenção em **Caminha** é muito mais modesta, mas interessante de cotejar com a obra de Coimbra, precisamente pelo seu contraste de escala e de meios – pois mantém mesmo assim uma ideologia análoga em pano de fundo. De facto, as frentes arquitectónicas dos dois imóveis edificadas de cada lado da **Torre do Relógio**, junto aos antigos limites e porta da vila, com a sua diversidade formal e espacial, eram um fruto “natural” da evolução histórica e urbana da povoação.

A essa diversidade se contrapôs uma “nova ordem” de forma e de desenho, por certo de iniciativa conjunta municipal e estatal, com sentido unificador, e supostamente prestigiante do conjunto – situado no mais importante, simbólico e central espaço urbano da casco antigo, o Terreiro ou Praça Conselheiro Silva Torres.

Assim, a remodelação de um deles, à direita da Torre – o edifício dos Paços do Concelho – foi projecto de José Porto (1883-1965), um importante arquitecto modernista nortenho, natural da região, em 1950-54 (a época mais “dura” da Guerra Fria), o qual procurou basear-se na tipologia e história desta

preciosa construção, sem deixar porém de obedecer ao conceito de “reintegração” monumental próprio da época. Deste modo, foram rasgadas novas arcadas ao lado das três inicialmente existentes, o que resultou num efeito urbano de clara “abertura” e extensão da frente pública da câmara no plano térreo e dos seus acessos ao espaço interno – num efeito de simetria (3 + 2 + 3 arcadas), reforçado pelo novo contraforte acrescentado entre o corpo das arcadas existentes e os das novas arcarias.

Esta intervenção foi complementada, à esquerda da Torre, pela demolição do pequeno edifício de habitação existente, substituído pelo novo volume em gosto “neo-seiscentista” da Caixa Geral de Depósitos, que no plano térreo instaura também uma sequência de arcarias – mais frias e desinteressantes, naturalmente, do que as da Câmara.

Deste modo, a série de arcadas construídas nos dois edifícios, de cada lado da Torre, deu a este “Monumento” um especial destaque e protagonismo na relação com o amplo espaço do Terreiro de Caminha.

3. A **praça municipal da Covilhã** mostra a capacidade deste tipo de intervenção em se adaptar a territórios de morfologia mais irregular – no caso, ao lugar central por excelência de uma cidade de montanha como é a Covilhã – a Praça do Município, onde se cria, numa intervenção de desenho urbano marcante, uma plataforma de nível, dotada de três frentes edificadas, alargando e consolidando o valor desse espaço histórico da urbe. A nova praça, que implicou a demolição do histórico e precioso edifício camarário existente, redefiniu-se num largo rectângulo, enquadrado por quatro edificações de uso cívico, desenhadas em linguagem neo-tradicional classicizante, homegeizadora – a Câmara, os Correios, a Caixa Geral de Depósitos e o Cine-Teatro.

O urbanista João António Aguiar (n. em 1906, director do GUC/Gabinete de Urbanização Colonial desde 1947) foi o autor do respectivo plano de conjunto, bem como do projecto da edificação municipal; do edifício da Caixa Geral de Depósitos, foi autor o arq. Veloso Reis Camelo (1899-1985), entre 1947-1951; e o imóvel dos Correios, a “Estação da Covilhã”, foi projectado pelo arquitecto Adelino Nunes (1903-1948), concluído cerca de 1950 (Bártolo, 1998, p.30). Este conjunto de edificações foi concebido e erigido entre 1944 e 1958. Do cine-teatro covilhanense sabe-se ser autor o arquitecto Raul Rodrigues Lima (1909-1979), aliás o grande especialista português desta tipologia nas décadas de 1930-50 – tendo sido concluído em 1954.

O conjunto, como nos chegou até hoje, é de grande equilíbrio, dentro das normas a um tempo classicizantes e regionalistas que a época e o gosto estado-novista impõem: O corpo central, o mais longo, correspondendo ao edifício municipal, com composição simétrica, de feição neo-solarenga, e com o corpo central de desenho mais elaborado, de remate sobre-elevado, ladeado por dois pináculos; o corpo do cine-teatro, com uma torre de coruchéu-e-esfera-armilar, utilizada aliás para rematar o conjunto deste lado, e ao mesmo tempo permitir a abertura para a rua que dele emerge em posição oblíqua; o imóvel dos Correios,

com a torreão de ângulo, igualmente com coroamento armar; e finalmente, do lado oposto, o corpo autónomo da Caixa Geral de Depósitos, de arcadas térreas, que também remata um quarteirão no caminho para o núcleo mais antigo da cidade. A dar unidade de desenho e de funcionalidade ao conjunto, estão as arcarias, comuns a todos os edifícios mencionados, e factor de homogeneização e monumentalidade – que o uso do granito ajuda a reforçar.

4. O caso da **Porta de Moura em Évora** é talvez o mais elementar destes sete exemplos, uma vez que se refere apenas a um edifício novo, no contexto daquele precioso espaço histórico de entrada na muralha da cidade: o Tribunal, obra por Carlos Chamber Ramos (1897-1969), de 1954-60, tardiamente inaugurado, em 1963. Mas a sua utilização como factor de construção (ou de consolidação) de uma urbanidade na área de intervenção, obedecendo embora a uma arquitectura de feição passadista (a cuja volumetria Ramos tenta dar um “tom horizontal”, modernizante, de inspiração wrightiana, pela aplicação de coberturas em sanca alongada sobre a fachada) – resulta muito interessante, embora contraditória.

De facto o largo da Porta de Moura é articulado, pelo desenho e implantação do novo imóvel, em dois tempos e sub-espacos, precisamente formando um “L” em planta: o espaço adjacente às portas propriamente ditas, para onde deita um dos alçados do Tribunal – e o espaço do belíssimo chafariz Quinhentista (1556), possuindo uma escala e um desenho mais delicado, para onde abre o outro alçado do mesmo Tribunal.

É este alçado que Ramos procura fragmentar em diversos corpos escalonados, diluindo assim o volume global da construção – e tentando deste modo uma integração no quadro de um largo com autênticas “filigranas” edilicias, de que é exemplo, soberbo, o delicado alpendre mudéjar de arco ultrapassado, patente do outro lado deste espaço urbano.

A parte central do Tribunal exhibe uma arcada, a qual dá acesso a um pátio público, semi-interiorizado – num novo esforço para criar uma área integradora da vivência urbana deste largo, que de algum modo recuse o conceito de “fachada monumentalista”. Mas no seu conjunto esta obra fica a meio caminho entre a dimensão neo-tradicional (dada pelas arcadas de arco redondo) e a dinâmica modernizante (dado pelas sancas horizontais).

5. A intervenção em **Vila Viçosa**, esventrando parte do seu núcleo histórico e central, a partir da Praça da República, para nordeste, assume uma dimensão de escala média, no quadro das comparações que aqui fazemos: mais modesta sem dúvida do que a da Alta de Coimbra (são sacrificados 3 quarteirões, contra os 17 da Alta), mas também traumática, se comparada na proporção da pequena vila que constitui.

De facto, e no quadro das “Duplas Comemorações da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência Nacional” (de 1140 e 1640, em 1940), a Praça da República de Vila Viçosa, lugar primeiro da representação cívica da urbe

– que possuía, na sedimentação da história, uma proporção alongada, mas equilibrada – é duplicada na direcção do antigo Castelo, assumindo o resultado final a tipologia nova de uma alameda, aberta e arborizada, com uma placa central de utilização pública, dotada de mobiliário (bancos, iluminação, etc).

Esta **alameda – então designada Avenida Duarte Pacheco** – estava já apresentável em 1953, embora incompleta, estando por edificar alguns lotes. O novo espaço urbano recoloca o pequeno monumento que se implantava no centro da anterior praça – o chafariz, o qual é agora implantado no eixo de cruzamento com a rua que intersecta a parte média dessa longa alameda.

No topo nordeste da nova área pública, os dois novos quarteirões de remate, resultantes das demolições, serão construídos com arquitectura dentro dos parâmetros da chamada “arquitectura do Estado Novo”, de cariz neo-regionalista: o Cine-teatro, de um lado (edificado entre 1954 e 57), e os novos Correios, do outro (ainda por erigir em 1957).

O principal efeito urbanístico é porém cenográfico – como de resto seria o objectivo principal de toda a operação, encetada por Duarte Pacheco, em paralelo com o novo arranjo da Praça do Paço Ducal (dotado de estátua equestre consagrada a D. João IV): é o da clara monumentalização do castelo, o qual foi reconstruído e “completado” parcialmente, para dele se obter uma imagem “simbólica”, mais consistente do que a que as ruínas descontínuas, antes existentes, permitiriam.

É frequente esquecermos as Ilhas, neste tipo de temas. De facto, tanto os Açores como a Madeira assistiram a operações de teor análogo, que convém evocar e descrever, pois o processo cultural onde elas se inscreveram, na época analisada, é em tudo idêntico, apesar das distâncias e de um maior isolamento.

6. Em **Ponta Delgada**, com arranque nos anos de 1952-53, ressalta a vasta intervenção da construção de duas novas áreas urbanas litorais, rasgadas de raiz nos aterros executados na faixa portuária mais central da urbe: as novas “Portas da Cidade”, que substituíram o antigo espaço de embarcadouro (onde historicamente desembarcou a Família Real em 1903) por uma nova praça, de Gonçalo Velho Cabral; e a Marginal, que prolonga a dita praça.

Esta praça, muito convencional e tradicionalista na sua arquitectura (que imitava um Terreiro do Paço lisboeta, mais modesto e simplificado, em negra pedra regional de basalto), embora com construção de betão armado, suscitou logo protestos pelos mais informados – onde ressalta o então jovem arquitecto João Rebelo (1923-2006), autor de artigos de jornal locais, e de folhetos-manifestos contra aquela empresa – o que representa uma originalidade insular muito interessante, pois ao que sabemos, tal nível de protesto nunca foi contemporaneamente conseguido aquando das intervenções, também elas “pesadas” e traumáticas, no Continente.

Uma praça de escala falhada, com as famigeradas arcadas, de composição simétrica e estilo vagamente neo-pombalino (da autoria do arquitecto Francisco

Quintanilha), foi pois o resultado mais central desta operação, que, à semelhança da da Alta de Coimbra, durou longamente a executar, se considerarmos nela inserida toda a frente mar da “Avenida Marginal”, no seu prolongamento (que inicialmente, no plano de João Aguiar, se designava como “Rua Marginal”) e a série de edifícios administrativos que a completaram e que lhe deram corpo: a Capitania, os Correios (então designado pomposamente por “Palácio dos CTT”), a Alfândega (esta pelo arq. Lucínio Cruz, 1914-1999).

7. No **Funchal**, a abertura da nova Praça do Município foi de algum modo pioneira neste tipo de operações, a par da concepção da intervenção em Vila Viçosa: cerca de 1941-42, com a colaboração inicial de Raul Lino (1879-1974), na concepção do chafariz-obelisco central à praça, (e ao que se sabe, na remodelação dos espaços do edifício municipal), e depois, com a participação do então jovem arquitecto paisagista Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), que desenhcou o pavimento em calçada à portuguesa (em renovado e imaginoso padrão), de todo o espaço público central da nova praça (e que colaborou então no desenho de outros espaços centrais da cidade, como o do jardim de São Francisco).

O resultado, algo convencional como não podia deixar de ser, inclui a franca monumentalização dos edifícios públicos existentes, centrados agora pela e com a nova área rasgada (obtida também por demolição de um quarteirão) – com destaque para a fachada da igreja do antigo Colégio Jesuíta, que se implanta a meio do lado norte deste espaço público. E a intervenção assim conseguida abriu caminho para a criação da futura praça contígua, a nascente, onde se implantará o novo edifício do Tribunal da cidade – obra por Januário Godinho (1910-1990), já tardia em relação a esta fase.

8. Em **Arcos de Valdevez** o terreiro que define a chamada Praça Municipal não foi reformulado no seu conjunto – mas, por via de intervenções pontuais, recebeu três importantes unidades equipamentais que apoiaram a introdução de uma nova leitura da arquitectura pública no local: logo acima da Câmara, na mesma frente urbana, o Palácio de Justiça (obra tardia, de arq. Álvaro da Fonseca, inaugurado em 1972); no gaveto fronteiro ao edifício municipal, a Caixa Geral de Depósitos; e, numa rua logo abaixo da praça, a edificação dos Correios. O Palácio de Justiça – seguindo o arquétipo dos seus anteriores homólogos, erigidos um pouco por todo o País – define a habitual monumentalidade de sentido público, simbolizando a autoridade do Estado através de uma frontaria de marcação verticalista, classicizante e impositiva; o imóvel da CGD segue um modelo mais próximo do da “Casa Portuguesa”, algo senhorializada em todo o caso, através da volumetria mais “macia”, do beiral, do alpendre com escadaria lateral, e das sacadas ornadas com ferro forjados; e os Correios, mais modestos, a meio do arruamento, exprimem na marcação simétrica da fachada, com frontão, uma suave nostalgia da época barroco-setecentista, aqui de algum modo abordada como metáfora de ordem e autoridade. Embora discreta, esta “obra urbana tripartida”, quiçá nunca pensada em conjunto, foi afinal prova de

eficácia e de sistema, em relação à sedimentação e estabilidade dos tipos de intervenção e aos modelos arquitectónicos seguidos pelo Estado Novo, nas transformações que operou nos centros urbanos de caracterização medieval da região Norte.

Em síntese, importa aqui ressaltar o significado importante deste conjunto de intervenções do período do Estado Novo (sobretudo na fase mais “dura” ou “intensa” da “sua” arquitectura e urbanismo, os anos de 1940-50), patentes nas diversas cidades e vilas onde foram implementadas – como esforço, a um tempo de cariz autoritário e com sentido cívico, para lançar no terreno uma ideologia própria, e um determinado entendimento da cidade e da sua arquitectura, coerente com os objectivos do Regime.

(adaptação e desenvolvimento do artigo escrito para a revista *Monumentos* n.27, de 2007)

Bibliografia

- Azevedo, João, *Uma Visita ao Concelho de Caminha com o bilhete postal ilustrado da primeira metade do século XX*, Câmara Municipal de Caminha, 2003 (dados sobre o Terreiro / Praça Conselheiro Silva Torres de Caminha e a C.M.C.)
- Bártolo, Carlos, *Arquitectura e Equipamento do Modernismo ao Estado Novo. As Estações de Correio do Plano Geral de Edificações* (textos e org. do catálogo de exposição), Fundação Portuguesa das Telecomunicações, Novembro de 1998
- Brites, Joana, *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos. 1929-1970*, Edição Prosafeita / Caixa Geral de Depósitos, 2014
- Bruno, Jorge A. Paulus, “João Correia Rebelo e a Sociedade Micaelense”, in *João Correia Rebelo, Um Arquitecto Moderno nos Açores* (catálogo de exposição, coord. científica por João Vieira Caldas), Instituto Açoriano de Cultura, 2002, págs.28-45) (dados sobre as “Portas da Cidade” e a “Rua Marginal” de Ponta Delgada)
- Carlos, Filipe C.Serra, *Os Paços do Concelho da Covilhã*, Câmara Municipal da Covilhã, Covilhã, 2008
- Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian / Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas / 1940-1970* (catálogo de exposição, coord. Teresa Andresen), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003 (dados sobre a Praça do Município do Funchal, págs.200-203)
- Fernandes, José Manuel, *Português Suave / Arquitecturas do Estado Novo*, Instituto Português do Património Arquitectónico / IPPAR, Lisboa, 2003 (dados sobre a Praça Municipal da Covilhã, págs.176-177)
- Lima, Miguel Pedroso de, *O Recinto Amuralhado de Évora*, Estar Editora, 1996
- José Porto (1883-1965) / *Desvendando o arquitecto de Vilar de Mouros* (catálogo de exposição, coord. Paulo Torres Bento), Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense / Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Vilar de Mouros, Outubro de 2003 (dados sobre a Câmara Municipal de Caminha, págs.40-41 e 45)

- Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, n. 27, Dezembro, de 2007, IHRU /Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Lisboa (sobre Vila Viçosa)
- Monumentos. Cidades / Património / Reabilitação*, n. 29, Julho de 2009, IHRU /Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Lisboa (sobre a Covilhã)
- Nunes, António Manuel, *Espaços e Imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da Justiça e Arte Judiciária*, Minerva História, Coimbra, 2003
- Pedreirinho, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*, Edições Afrontamento, Porto, 1994
- Portas, Nuno, “A Formação Urbana de Vila Viçosa / Um Ensaio de Interpretação”, in revista *Monumentos*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, n. 6 de Março de 1997, págs. 58-63 (dados sobre a Praça da República de Vila Viçosa)
- Rebello, João, *Esta Arquitectura não É / Esta Arquitectura É* (folheto/manifesto), Ponta Delgada, edição do autor, s/d (1953)
- Rosmaninho, Nuno, *O Princípio de uma “Revolução Urbanística” no Estado Novo – Os Primeiros Programas de Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*, Minerva Arte, Coimbra, 1996 (dados sobre a Nova Cidade Universitária de Coimbra)
- Saial, Joaquim, “1953-1962, uma década de Vila Viçosa (I.^a parte, 1953-55)”, in *Callipole. Revista de Cultura*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, n. 20, 2012, pp. 289-325
- (A) *Velha Alta...Desparecida. Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, Livraria Almedina, Coimbra, 1984

(O autor agradece às entidades editoras dos postais)



I – Vista Geral da Cidade Universitária de Coimbra, com a intervenção planeada e executada entre os anos quarenta e setenta. Apresenta o eixo monumental desde a Praça de D. Dinis à Porta Férrea (postal “Centro de Caridade N. S. do Perpétuo Socorro – Porto”, col. JMF arq)



2 – Caminha, área central: a nova “face” dos Paços do Concelho, com a extensão das arcadas, depois da intervenção por José Porto, em 1956 (imagem 26) e a nova edificação da CGD (imagem 24) (2 postais in Azevedo, João, *Uma Visita ao Concelho de Caminha com o bilhete postal ilustrado da primeira metade do século XX*, Câmara Municipal de Caminha, 2003, p.124, imagens 24 e 26)



3 – Vista de conjunto sobre a Praça do Município na Covilhã, com as arcadas do edifício da Câmara e do Cine-teatro covilhanense (postal “LIFER-Porto (foto de FISA”, col. JMF arq)



4 – O edifício do Tribunal de Évora (à direita), articulando o largo das Portas de Moura com o fronteiro espaço (e monumento) do chafariz Quinhentista (postal “Centro de Caridade N.S. do Perpétuo Socorro – Porto”, col. JMF arq)



5 – O eixo monumental da Praça da República de Vila Viçosa (“Avenida Duarte Pacheco e Muralhas de D. Dinis”) depois da intervenção comemoracionista do Estado Novo (postal “Coleção Passaporte LOTY, foto Passaporte”, col. JMF arq)



6 – Frente da via marginal de Ponta Delgada, com a articulação com a nova praça de Gonçalo Velho, após as obras dos anos 1950 (postal “Edição de Álvaro Saraiva”, col. JMF arq)



7 – A praça do Município no Funchal depois das remodelações dos anos 1940, com a implantação do chafariz e a pavimentação decorativa, por estudo de Raul Lino, frente ao antigo Colégio Jesuíta (postal “Perestrellos – Fotógrafos – Madeira”, col. JMF arq)



7 a – A mesma praça do Município do Funchal (foto 1984, JMF arq)



8 – Arcos de Valdevez, vista geral da Praça Municipal, antes das novas edificações (postal “Edição do café Arcuense”, col. JMF arq)



8 a – Arcos de Valdevez, na mesma praça municipal: o novo edifício do Tribunal, que substituiu o que se vê no postal à esquerda, ao lado do edifício da Câmara (foto 2013, JMF arq)

VILA VIÇOSA – DO ESPLENDOR DA CORTE DUCAL À SIMBÓLICA DA CASA REAL: RITMOS DE PODER E DE REPRESENTAÇÃO

Maria de Fátima Reis*

A história de Vila Viçosa ao longo da época moderna está ligada à Casa de Bragança, que teve a sua origem em 1401, pelo casamento do infante D. Afonso, conde de Barcelos, filho bastardo de D. João I, com D. Beatriz Pereira, filha única do condestável D. Nuno Álvares Pereira¹. Foi a casa bragançina acrescida de bens territoriais com doações aos descendentes², mormente depois da criação do ducado de Bragança, em 1442, por concessão de D. Pedro, regente na menoridade de D. Afonso V, do título de duque de Bragança ao meio-irmão, D. Afonso, assim “permitindo a constituição da primeira grande casa nobre do País”³.

Reforçada a importância da casa ducal após a batalha de Alfarrobeira⁴, com

* Academia Portuguesa da História. Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa. Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste»

¹ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, “Casa de Bragança”, *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão, vol. I, [s.l.], Iniciativas Editoriais, imp. 1979, pp. 371-372, onde se encontra a enumeração das terras com que D. Nuno dotou D. Brites e D. João I favoreceu D. Afonso, assim como em idem, *História de Portugal*, vol. II – *A Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, 3.ª ed. rev., [s.l.], Editorial Verbo, imp. 1980, pp. 207-208.

² Acompanhe-se esta realidade em idem, *ibidem*, p. 208, recordando que pela Lei Mental, de D. Duarte, de 1434, os bens da Casa de Bragança não podiam ser integrados na coroa.

³ Idem, *ibidem*, p. 208.

⁴ Tenha-se presente a obra de Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, vols. I-II – *Antecedentes e Significado Histórico*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1979-1980.

o aumento do património dos Bragança⁵, o seu poderio decai quando D. João II acusa o terceiro duque, D. Fernando, de alta traição, tendo o mesmo sido decapitado em Évora, em 1483, o que levou à confiscação dos bens e à perda de influência política durante a governação do *Príncipe Perfeito*.

Recuperada a Casa de Bragança no reinado de D. Manuel I⁶, com o regresso dos seus membros do exílio em Castela, e aumentado o património ao longo do século XVI, consolidam os Bragança a grandeza e a distinção⁷. Em Vila Viçosa floresce a corte brigantina, optando D. Jaime, quarto duque de Bragança, filho do duque executado, por não residir no castelo, ainda que nele efectuando obras de remodelação, assim como nas imediações, construindo o Paço Ducal. Esta mudança de residência do castelo, zona onde se situa a Matriz, fortalecida em termos defensivos, para o Paço, situado na Horta do Reguengo, fora do aglomerado urbano medieval, leva a um crescimento da vila em torno da residência dos duques, marca do poder e das formas de representação da Casa de Bragança⁸. A construção do palácio e edificação da capela, a criação da tapada e a magnanimidade reconhecida a D. Jaime⁹, que verdadeiramente inicia a época de superior

⁵ Siga-se a consolidação social e política da Casa de Bragança entre 1401 e 1483, observando as estratégias de uniões matrimoniais e de reforço de ligações à Casa Real, com a aproximação a reputadas casas senhoriais, em Mafalda Soares da Cunha, “Estratégias Matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento do Duque D. João II”, *Hispania*, LXIV/1, n.º 216, Madrid, 2004, pp. 39-62, em especial, pp. 40-42. Disponível em <http://hispania.revistas.esic.es/index.php/hispania/article/viewFile/196/199>. De maior entendimento para essa problemática, idem, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1433)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990. Ainda de interesse para o tempo em causa, o estudo de Maria Barreto Dávila, *D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança: Vida e Acção Política*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009. Exemplar policopiado.

⁶ Vide sobre o assunto Manuela Mendonça, “Recuperação da Casa de Bragança por D. Manuel I”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 139-162. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4889.pdf>.

⁷ Veja-se em Mafalda Soares da Cunha, “Estratégias Matrimoniais da Casa de Bragança...”, a explicação para a substituição de uma “lógica linhagística”, que definiu as opções de casamento dos Bragança no século XV, com intenso recurso ao matrimónio, por uma “lógica de casa”, nos séculos XVI e XVII, caracterizada por uma significativa redução dos investimentos matrimoniais, com uma estratégia de distinção social, visível na selecção dos cônjuges para os primogénitos, firmando preferencialmente alianças com Grandes de Castela, e ainda com a Casa Real e com a própria parentela ou com casas portuguesas de melhor linhagem. Muito expressivos os quadros 2 e 3, pp. 43-44.

⁸ Aspecto que adquire plena expressão no estudo de Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000 que, a este propósito, refere, na p. 34, a analogia apontada por alguns investigadores entre a deslocação manuelina do Paço Real do Castelo para a Ribeira e esta passagem da residência brigantina do castelo para a Horta do Reguengo.

⁹ Vide sobre este assunto Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus*:

afirmação da Casa de Bragança, tem continuidade, designadamente com D. Teodósio I, com D. João I e com D. Teodósio II, titular da casa entre 1583 e 1630.

D. Teodósio I, erudito e empenhado nas artes, beneficiou do ensino de notados mestres humanistas. Considerado verdadeiro arquétipo de príncipe do Renascimento português¹⁰, possuidor de uma admirável e diversificada biblioteca, de singular dimensão ao tempo¹¹, que construiu com vista à fundação de uma universidade em Vila Viçosa¹², o duque ampliou o seu palácio adoptando as tendências arquitectónicas das cortes europeias do tempo¹³.

as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII), [s.l.], Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000, c.g., pp. 31-32.

¹⁰ Vide Luís de Matos, *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956, estudo pioneiro sobre a dinâmica cultural da corte de Bragança, em Vila Viçosa, apontando o mecenato artístico dos duques. De referência, a publicação *Da Flandres. Os azulejos encomendados por D. Teodósio I*, 5.º *Duque de Bragança (c.1510-1563)*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo e Fundação da Casa de Bragança, 2012, pp.13-20, um dos resultados do projecto de investigação “De todas as Partes do Mundo, O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I” (FCT/PTDC/EAT-HAT/098461/2008), promovido pelo Centro de História de Além-Mar, em parceria com a Fundação da Casa de Bragança, coordenado por Jessica Hallett.

¹¹ Vide Belmiro Fernandes Pereira, “Duas Bibliotecas Humanísticas: alguns livros doados à Cartuxa de Évora por Diogo Mendes de Vasconcelos e por D. Teotónio de Bragança”, *Hymnitas*, XLVII, 1995, pp. 845-860, que, na p. 846, considera o espólio literário de D. Teodósio I “a maior biblioteca portuguesa no século XVI, depois da biblioteca ‘romana’ de Aquiles Estaço”; ver também Aires A. do Nascimento, “A livraria de D. Teodósio I, Duque de Bragança”, *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vols. I-II, Évora, Instituto Superior de Teologia-Seminário Maior de Évora, 1994, pp. 209-220 e ver ainda Ana Isabel Buescu, “Livros em Castelhana na Livraria de D. Teodósio I (1510?-1563), 5.º Duque de Bragança”, *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 12, León, 2013, pp. 105-126, estudo em que, comparando a dimensão da livraria ducal com outras livrarias régias e aristocráticas da época, sobressai a sua magnitude, no contexto peninsular e europeu; excepção para “a célebre biblioteca Colombina, biblioteca «universal» de Fernando Colón († 1539), filho do descobridor da América, com cerca de 15 000 volumes”. Destaca a autora a supremacia de livros em língua castelhana, “uma das presenças linguísticas mais expressivas nesta livraria, no quadro de um muito difundido bilinguismo português-castelhano na Época Moderna, quer na corte régia e nos meios aristocráticos, quer entre letrados, membros da Igreja, lentes universitários e eruditos” (p. 113).

¹² O breve do Papa Pio IV, de 13 de Julho de 1560, concedia a faculdade de erigir «Estudos Gerais» no convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, a ser regidos pelos respectivos Religiosos. Anexou D. Teodósio I, para sustentação da Universidade, a igreja de S. Pedro de Monforte, unida posteriormente à capela real; apesar das recomendações testamentárias de prossecução das obras para a projectada Universidade, no convento foram instituídas duas «classes» públicas de gramática, em 1587. Vide Maria de Fátima Reis, “Representação e Poder da Casa de Bragança: patrocínio religioso e assistencial em Vila Viçosa na época moderna”, *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 13, Vila Viçosa, 2005, pp. 55-62, em especial, pp. 56-57.

¹³ Merece referência o trabalho de reconstrução virtual, no âmbito do projecto supra citado,

A revelação de um inventário do arquivo do Paço mostrou a riqueza dos bens do quinto duque de Bragança¹⁴, compreendendo, além de manuscritos e livros raros, pinturas, mobiliário, tapeçaria, armaria e ourivesaria proveniente não só da Europa, mas também de África, do Oriente e do Brasil, assim evidenciando o esplendor da casa ducal.

Distante da corte régia, ainda que com reconhecida ligação ao centro político, a Casa de Bragança fixava a sua preeminência num processo de constante visibilidade dos símbolos de poder, com impressionante cerimonial público, potenciado em actos solenes. A estruturação do espaço senhorial brigantino em Vila Viçosa, criando uma rede de dependentes geradora de práticas de relacionamento e de exercício do poder, fixou uma alargada «família» no século XVI, cuja dimensão, privilégios e organização admite equiparação às casas dos filhos dos monarcas¹⁵. Testemunhando que o afastamento dos duques, verificado no reinado de D. João II, não quebrou, na globalidade, as fidelidades, antes avigorou o grupo de apaniguados, asseverado pelo aumento de servidores da casa e de filamentos¹⁶.

Pertencer à corte ducal, entenda-se à rede brigantina, possibilitava adquirir proveitos materiais, assegurar recursos simbólicos associados e beneficiar de relações sociais vantajosas, proporcionando a circulação e a mobilidade entre o oficialato ducal e o régio. A hipótese de trajectórias sociais de sucesso, de evidente atracção, abria também oportunidades de alianças matrimoniais decisivas na consolidação do poder, pela união de grupos de elite ou pelo acesso a escalões de ascensão sob influência brigantina. Laços que exprimem lógicas reprodutivas em que a Casa de Bragança tinha papel fundamental, tanto na definição de modelos, como no estímulo de percursos de preservação e mobilidade social e mesmo geográfica. Com efeito, a capacidade de influência dos Bragança sobre as elites das terras donatárias, para além de articular centro e periferia do senhorio, disseminava a malha clientelar brigantina, consubstanciada em reciprocidade de interesses: o desempenho de poder e inerente patrocínio ducal implicava práticas públicas de deferência, formalizando relações que projecta-

de Ana Catarina G. Lopes, *Virtually rebuilding the Palace of Vila Viçosa: from nowadays until the time of D. Teodósio I (the first half of 16th century)*, apresentado ao encontro "Virtual Palaces II. Lost Palaces and Their Afterlife. Virtual Reconstruction Between Science and Media", Munique, 12-15 de Abril de 2012, publicado em *Proceedings of the European Science Foundation Research Networking Programme "PALATIUM"*, 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/25165>.

¹⁴ Trata-se do já dito projecto de estudo do património do duque, que tem por base um traslado seiscentista do inventário do património brigantino realizado após a morte de D. Teodósio, em 1563, em que figuram cerca de 6.000 registos.

¹⁵ Vide esta evidência em Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640 [...]*, p. 94, quadro 5, elaborado com base nas informações registadas nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de António Caetano de Sousa.

¹⁶ Vide *idem, ibidem*, pp. 96-100 e pp. 74-86.

vam a reputação da casa e garantiam o benefício de mercês e liberalidades¹⁷.

A vida no Paço, que implicou um alargado número de servidores¹⁸ e consequente dinâmica comercial, organizou a terra em função da casa dos duques, que foram «protectores» de todos os conventos da vila e benfeitores das irmandades locais¹⁹, o que justifica que, no século XVI, Vila Viçosa tivesse lugar cimeiro entre as povoações vizinhas²⁰. A construção de palácios para corresponder à crescente população e o fomento de casas religiosas, favorecidas pelos duques, reconfiguram a vila e demarcam o espaço nobre na envolvência do Terreiro do Paço, núcleo do poder social, político e religioso. A posse de avultados bens, o estreito parentesco com a família real e a confirmação de privilégios pelos sucessivos monarcas, tornará o ducado em *Sereníssima Casa*, “até que um dos senhores duques se houver de sentar no trono real”²¹. Organizada à imagem da corte régia, a corte brigantina de Vila Viçosa procurava seguir a magnificência e o protocolo reais na vida cortesã.

Gozando de valimento durante o reinado de D. Sebastião, D. João I, 6.º duque de Bragança, acompanhou o monarca ao Norte de África, em 1574, recrutando à sua custa, 600 cavaleiros e 2000 infantes nas terras do ducado²². Só não participou na expedição de Alcácer Quibir por se encontrar doente, enviando seu filho, D. Teodósio, com alargado contingente de cavalaria e infantaria, que aí ficou prisioneiro. Perante a crise dinástica, não tendo resultado os esforços que desenvolveu em defesa dos direitos à coroa de sua mulher, a duquesa D. Catarina, investido das funções de condestável do reino, recebeu D. João I, nas Cortes de Tomar de 1581, a insígnia da Ordem do Tosão de Ouro²³. Compensação senhorial para a renúncia ao trono que votou os esposos ao refúgio do paço de Vila Viçosa. Poucos anos para D. João, que faleceu em 1583, recusando D. Catarina a proposta de casamento que Filipe II lhe veio a dirigir. Em 1593, a missiva de D. Catarina para o monarca era para indicar o filho, D. Teodósio II, para vice-rei de Portugal, na sequência do regresso a Madrid do cardeal Alberto. Propósito de evidente sentido político, que não teve assentimento, confiando Filipe II o poder a cinco

¹⁷ Para a análise desta problemática e, em particular, no que respeita às alianças criadas no espaço senhorial exterior a Vila Viçosa, vide idem, *ibidem*, pp. 514-546.

¹⁸ De vários níveis hierárquicos, incluindo escravos. Vide Jorge Fonseca, “Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança”, *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 13, Vila Viçosa, 2005, pp. 43-53.

¹⁹ Vide Maria de Fátima Reis, *op. cit.*, especialmente, pp. 58-61.

²⁰ Vide Maria Marta Lobo de Araújo, *op. cit.*, p. 31.

²¹ Vide esse percurso no sugestivo trabalho de Manuel Inácio Pestana, *A Casa de Bragança: um Sereníssimo Estado dentro do Estado*, Porto, 1988, separata da *Revista de História*, vol. VIII, pp. 259-272.

²² Vide Joaquim Veríssimo Serrão, “D. João I”, *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão, vol. III, [s.l.], Iniciativas Editoriais, imp. 1979, p. 378.

²³ Vide idem, *ibidem*, p. 378.

governadores, de Portugal, que tinham recebido mercês pela confiança manifestada em 1580: D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; D. João da Silva, 4.º conde de Portalegre, capitão dos presídios; D. Francisco Mascarenhas, capitão-mor dos ginetes; D. Duarte Castelo Branco, conde do Sabugal, meirinho-mor; e D. Miguel de Moura, escrivão da puridade²⁴.

Aquando do casamento com D. Ana de Velasco, recebeu D. Teodósio II, sucessor no ducado de Bragança, mercês de Filipe III²⁵. O esplendor da corte ducal com D. Teodósio II tornou Vila Viçosa num centro artístico e literário, com a presença de notados músicos, pintores, letrados e arquitectos. Ambiente proporcionado pelos Bragança, possuidores de vasto património, repartido por Trás-os-Montes, Douro e Minho, Estremadura e Alentejo, detentores de elevados rendimentos e de alargados direitos e privilégios jurisdicionais²⁶. Titular da mais importante casa senhorial portuguesa, “hesitante” e “tímido”, no retrato panegírico de D. Francisco Manuel de Melo²⁷, as opções senhoriais de D. Teodósio II tendem a uma avaliação que forçosamente se colocam entre o protagonismo político da mãe e o desfecho régio de seu filho, D. João IV²⁸. Porém, a análise de Mafalda Soares da Cunha, que desloca a observação da tradicional perspectiva “periférica da corte brigantina” como “resistência informada à tomada de poder da dinastia filipina”²⁹ para um entendimento das práticas da Casa de Bragança à luz da cultura nobiliárquica ibérica, situa D. Teodósio II na linha de actuação senhorial das grandes casas peninsulares do tempo³⁰. Quer no que respeita à defesa de direitos adquiridos e às formas de organização e de gestão da casa, quer no que se refere ao investimento cultural e simbólico³¹, ressaltando, é certo, o “carácter extraordinário de certos privilégios”, descobre-se agora na corte calipolense uma similitude de comportamento aristocrático não muito diferente de outras casas ibéricas, como decorre do isolamento andaluz dos duques de Medina Sidónia ou dos condes dos Arcos³².

²⁴ Vide idem, *História de Portugal*, vol. IV – *Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*, [Lisboa], Editorial Verbo, imp. 1979, p. 41.

²⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 307.

²⁶ Vide idem, *ibidem*, pp. 306-308, designadamente o mapa apresentado na p. 306.

²⁷ Vide Fernando Castelo-Branco, “D. Teodósio II”, *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão, vol. VI, [s.l.], Iniciativas Editoriais, imp. 1979, pp. 149-150.

²⁸ Vide Mafalda Soares da Cunha, “D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança. Práticas senhoriais como política de reputação”, *Monumentos*, n.º 27 – *Vila Viçosa*, Lisboa, Dezembro de 2007, pp. 76-83, em concreto, p. 76.

²⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 76.

³⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 79.

³¹ A prossecução do patrocinato ducal com D. Teodósio II é particularmente expressivo na livraria, na capela, nos colégios, nos conventos e nas irmandades. Vide sobre o assunto, Maria de Fátima Reis, *op. cit.*, pp. 55-62.

³² Vide Mafalda Soares da Cunha, “D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança [...]”, p. 79.

A repercussão da presença dos duques de Bragança em Vila Viçosa, sede do senhorio, no património edificado calipolense é evidente³³; patrocínio que se estendia às demais terras brigantinas como marca de dominação e que é possível identificar na história da fundação de confrarias, misericórdias, conventos e igrejas³⁴. Remodelado o paço e engrandecida a tapada, D. Teodósio II preservou a preeminência senhorial do quotidiano brigantino na opulência e no cerimonial, assim prolongando o prestígio da Casa de Bragança³⁵, que o seu sucessor, 8.º duque, levará a casa real³⁶.

A partir da elevação do duque D. João II a D. João IV, o “triunfo”³⁷ do “parnasos” de Vila Viçosa³⁸ reflecte o afastamento dos Bragança. Vilhena Barbosa refere que esse “sucesso tão venturoso” para o país, “operou a decadência” de Vila Viçosa. E explica os motivos: a “ausência dos duques, e da sua numerosíssima família, bem como a de muitas outras pessoas principaes da terra, a quem se deram empregos em Lisboa, deixou a villa quasi deserta”³⁹. “A muito populosa” vila com 3.000 vizinhos na primeira metade do século XVII⁴⁰,

³³ Para o engrandecimento de Vila Viçosa a partir da instalação dos duques na vila e sua transformação em importante centro de poder local, vide, por todos, Manuel Inácio Pestana, *Vila Viçosa. História, Arte e Tradição*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2000.

³⁴ Vide Mafalda Soares da Cunha, “D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança [...]”, p. 82.

³⁵ Reconhece-se que o poder da Casa de Bragança adquiriu maior expressão durante a união ibérica, simbolizando Vila Viçosa “a Corte portuguesa que o reino não possuía e simultaneamente a alternativa a Castela”. Vide Maria Marta Lobo de Araújo, “Vila Viçosa, os «pobres» e as «esmolas» do duque D. João II (1636-1646)”, *Revista de Demografia Histórica*, n.º XXII, Madrid, 2004, pp. 183-205, em destaque, p. 184. Estudo que realça Vila Viçosa como “importante local de esmola, que justificava a passagem de muitos pobres pela vila à procura de ajuda” (p. 185), considerando que a acção assistencial, mais notória com os duques D. Teodósio II e D. João II, reforçava o prestígio da Casa de Bragança, à escala local.

³⁶ Facto que teve consequências no cartório da Casa Ducal. Vide Manuel Inácio Pestana, *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1985.

³⁷ Vide Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Prefácio de José António Gonsalves de Mello, 4.ª ed., Recife, Diretoria de Assuntos Culturais, Governo de Pernambuco, 1985.

³⁸ Vide Francisco de Moraes Sardinha, *Antiquissimo Parnaso novamente achado, e descoberto em Villa Viçosa de que he Apollo o Excellentissimo Principe D. Theodosio 2.º* [...], 1618, B.N.P., Res., cod. 107. Vide também Manuel Inácio Pestana, *Cronistas da serenissima Casa de Bragança: notícias documentais*, Lisboa, Academia da História, 2001.

³⁹ Vide I. de Vilhena Barbosa, *As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d'armas*, vol. III, Lisboa, Typographia do Panorama, 1862, pp. 174-175.

⁴⁰ Vide António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*. Introdução, proposta de leitura e notas por Heitor Gomes Teixeira, [Lisboa], Imprensa Nacional/Casa da Moeda, imp. 1982, p. 23.

vai declinando para 1.051 vizinhos em 1739⁴¹, com a “emigração de famílias que serviam a Casa de Bragança”⁴². Aspecto sentido na Misericórdia local, nos cargos de topo, ocupados por servidores dos Bragança que acompanharam a deslocação do duque para Lisboa⁴³.

Os festejos de regozijo pela subida ao trono do duque D. João II, que tivera esmerada educação⁴⁴, com aclamação nas principais ruas da vila, marcam a transição da vitalidade económica e da tranquilidade vivencial calipolense, para tempos difíceis, devido às consequências da Restauração, cuja presença diária de soldados alteraram o quotidiano, agora marcado por carestia e guerra. Ultrapassadas as campanhas da Restauração (1640-1668), a Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714) levou de novo militares à vila, tal como aconteceu entre 1756 e 1763, pela Guerra Fantástica⁴⁵. “Militarizada”⁴⁶, Vila Viçosa perdera a prosperidade de outrora. Ausentes, os duques têm permanente presença simbólica na monumentalidade e duradoura lembrança na memória, com regular presença física, particularmente devido à ligação devocional a Nossa Senhora da Conceição e à veneração dos túmulos dos antepassados⁴⁷.

Inaugura o Restaurador uma nova dinastia, que legitima na esfera internacional com o envio de várias embaixadas, entre 1641 e 1656, às principais cortes europeias e que afirma na metrópole e no ultramar com a publicação de intensa legislação. Beneficiando da notável livraria musical da Casa de Bragança, que aumentou consideravelmente, D. João IV notabilizou-se na música, atribuindo-se-lhe algumas composições e escritos, que mereceram a atenção de Sousa Viterbo⁴⁸ e de Mário de Sampaio Ribeiro⁴⁹.

⁴¹ Vide António de Oliveira Freire, *Descrição corográfica do reyno de Portugal*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1739, pp. 139-140.

⁴² Vide Joaquim José da Rocha Espanca, *Compendio de noticias de Vila Viçosa*, Redondo, Typ. de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892, p. 201.

⁴³ Vide esta realidade em Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima [...]*, p. 45.

⁴⁴ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, “D. João IV”, *Dicionário de História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão, vol. III, [s.l.], Iniciativas Editoriais, imp. 1979, pp. 396-399, em especial, p.396.

⁴⁵ Sobre a assistência local aos enfermos militares, vide Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a Assistência aos Soldados em Finais do Século XVIII*, Évora, 1996, separata das *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*.

⁴⁶ Vide idem, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima [...]*, p. 49.

⁴⁷ Colhem-se muitos testemunhos da regularidade de visitas reais desde D. João IV a D. Maria I em Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 203-243.

⁴⁸ Vide Sousa Viterbo, *A Livraria de música de D. João IV e o seu index. Notícia histórica e documental*, Lisboa, Academia Real da Sciencias, 1900.

⁴⁹ Vide Mário de Sampaio Ribeiro, *El-Rei D. João IV. Príncipe-Músico e Príncipe da*

Vincula D. João IV a ligação real à vila calipolense, em 1646, oferecendo a coroa de Portugal a Nossa Senhora da Conceição, de Vila Viçosa, como agradecimento pelo sucesso das Guerras da Restauração, declarando-A Rainha e Padroeira de Portugal e atribuindo-Lhe cinquenta cruzados de ouro anuais⁵⁰. Continuada esta homenagem pelos seus sucessores, com visitas de preces e de graças⁵¹, prova de reforço local da Casa de Bragança como Casa Real, criou D. João VI, em 1818, a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; “certamente inspirada no culto da dinastia dos Bragança à Imaculada Conceição”⁵².

Mantiveram, pois, os monarcas presença em Vila Viçosa com frequentes e até demoradas idas⁵³, voltando a vila à “sua habitual solidão e tristeza” com a partida da família real para o Brasil⁵⁴; em 1843 visitaram D. Maria II, D. Fernando e seus filhos, a vila. Em 1860 aí se deslocou D. Pedro V⁵⁵ e, em 1887, estando D. Carlos, Príncipe Real e Duque de Bragança, com D. Amélia e

Música, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e idem, *Livraria de música de el-rei D. João IV. Estudo musical, histórico e bibliográfico*, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1966-1967.

⁵⁰ Sobre a veneração brigantina do culto a Nossa Senhora da Conceição, de Vila Viçosa, mesmo antes de 1640, vide Maria Marta Lobo de Araújo, “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696”, *Callipole. Revista de Cultura*, n.º 9, Vila Viçosa, 2001, pp. 127-139. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/8766>.

⁵¹ Maria Marta Lobo de Araújo refere as preces pela saúde do príncipe D. Teodósio, em 1653, o pagamento das promessas de D. Catarina, filha de D. João IV, em 1699, e de D. João V, em 1716, e as súplicas por D. Maria I, em 1792. Vide idem, *ibidem*, p. 129.

⁵² Vide Luís Adão da Fonseca, “Ordens Militares”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. J-P, Casais de Mem Martins, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 336. Sobre esta Ordem, vide Francisco Bélard da Fonseca, *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955.

⁵³ Recorde-se o momento da Troca de Princesas, em Janeiro de 1729, aquando do duplo casamento dos filhos de D. João V, D. Maria Bárbara e D. José, com os filhos dos monarcas de Espanha, D. Fernando, príncipe das Astúrias, e D. Mariana Vitória de Bourbon, assinalado por obras no Paço. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V – *A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, 2.ª ed. rev., [s.l.], Editorial Verbo, imp. 1982, pp. 254-255. Também de relevar o duplo consórcio ibérico dos filhos de D. Maria I, o príncipe D. João com D. Carlota Joaquina de Bourbon e de D. Mariana Vitória Josefa com D. Gabriel de Bourbon e Saxe, com troca das princesas em Vila Viçosa. Vide Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, “Formas de arte efêmera no duplo consórcio Bragança-Bourbon em 1785”, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, 1 série, vol. III, Porto, 2004, pp. 95-108. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/7892>.

⁵⁴ Vide I. de Vilhena Barbosa, *op. cit.*, p. 176.

⁵⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 176.

o filho D. Luís Filipe no Paço de Vila Viçosa, sofreu o pequeno príncipe um acidente, devido a um incêndio no seu quarto⁵⁶.

Remodelado o palácio no final do século XIX, passou Vila Viçosa a ser um dos locais preferidos da Família Real para estadas fora da capital, aí encontrando descanso e refúgio. A afectividade manteve-se, mesmo quando interrompida a dinastia com a queda da Monarquia.

⁵⁶ Vide Maria de Fátima Reis, *D. Estefânia e D. Maria Pia de Saboia. A Caridosa e o Anjo da Caridade. 1837-1859 e 1847-1911*, Vila do Conde, Quidnovi, 2011, p. 72.

‘LA GRANDEZA DE LA CASA DE BRAGANÇA’. DISPUTAS DE PRIMAZIA E PRECEDÊNCIAS NOS SÉCULOS XVI E XVII

Mafalda Soares da Cunha*

Tanto quanto se sabe hoje, a casa ducal de Bragança não patrocinou uma cronística sobre a sua própria história nem sobre os feitos das suas figuras maiores. De acordo com o levantamento que Manuel Inácio Pestana fez há alguns anos atrás¹, existem até escassos registos de trabalhos feitos por contemporâneos que, para mais, não lograram ser impressos e cujos manuscritos estarão quase todos perdidos. Será o caso dos trabalhos de Fr. Jerónimo Román, D. Fernando Alvia de Castro, Fr. Jerónimo da Encarnação. Excepção é *O Parnaso de Vila Viçosa* de Francisco Morais Sardinha de 1618². Existem, no entanto, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Real Academia de História (Madrid) alguns excertos manuscritos incompletos que parecem ter sido redigidos com o objectivo de dar conhecimento das grandezas da Casa de Bragança³. Um deles foi redigido em castelhano, outros em português, e serão cópias. Como os factos narrados não vão além das primeiras três décadas da agregação de Portugal à Monarquia Católica, será plausível supor que os origi-

* Universidade de Évora – CIDEHUS (UID/HIS/00057/2013)

¹ Manuel Inácio Pestana, *Cronistas da Sereníssima Casa de Bragança. Notícias documentadas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2001.

² Francisco de Morais Sardinha [1618], *O Parnaso de Vila Viçosa*, leitura, introd., notas e índices de Christopher C. Lund, Rio de Janeiro, H.P. Comunicação Editora, 2003.

³ BNP, Mss. 128-130; Real Academia de la Historia (Madrid), 9/119, fls. 15-22 e 30-31 (cota antiga: B-4, fls. 15-22 e 30-31).

nais se destinavam a informar o monarca, ou os seus conselheiros, dos usos e estilos com que os duques de Bragança se tratavam e eram tratados pelos reis anteriores. Uma vez que o teor de tais escritos é notoriamente assertivo relativamente aos privilégios que a casa invocava deter, talvez a sua redacção proviesse do governo da própria casa de Bragança e talvez se destinassem a oferecer argumentos de prova para a conservação e renovação dos privilégios de tratamentos que os duques reivindicavam.

Em contrapartida, após 1640 e a ascensão do duque D. João II ao trono de Portugal, parece ter havido algum investimento da nova dinastia na fixação de uma memória da casa e dos feitos da linhagem dos seus antepassados. Tal será o caso da encomenda régia a Francisco Manuel de Melo das biografias de D. Teodósio II e do próprio D. João IV, apelidado como o Tácito Português apesar de só terem sido impressas no século XX⁴. Ainda assim, se excluirmos o conjunto dos papéis, panfletos, manifestos e tratados destinados a fundamentar a legitimidade da ruptura dinástica provocada por D. João IV, nos quais o tópico da grandeza da linhagem brigantina andava associado aos direitos sucessórios à coroa de Portugal, é preciso chegarmos ao final de Seiscentos para encontrarmos menção explícita à intenção régia de promover a escrita de uma história da Casa de Bragança, com consulta do seu cartório. Em outro contexto, D. António Caetano de Sousa concretizou este propósito na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* onde dedicou dois livros às biografias dos diversos titulares e membros da casa ducal e um outro (desdobrado em duas partes) à edição da documentação arquivística que suportava tais relatos biográficos⁵. É ao teatino que se devem muitas das menções às histórias da casa de Bragança antes mencionadas. Como o próprio aponta, delas se aproveitou retirando informação, pequenas narrativas ou sinalizando algumas interpretações da época em que foram escritas. Existem, ainda, vários fragmentos manuscritos depositados em diversos arquivos que parecem ter sido coligidos para cumprir o objectivo de redacção de história da casa que atravessou todo o século XVIII. E é mesmo plausível supor que alguns desses excertos possam ser versões iniciais do capítulo sobre “Excelências e Glorias da Sereníssima Casa de Bragança” com que o autor encerra o tomo VI da sua *História Genealógica*.

Ora o facto de a maior parte destes autores ou terem redigido os seus textos com a intenção de demonstrar as grandezas da casa ducal de Bragança ou o terem feito após 1640, impõe uma atenta hermenêutica na descodificação dos

⁴ Francisco Manuel de Melo, *D. Teodósio Duque de Bragança*, Porto, Liv. Civilização Ed^a, 1944. Francisco Manuel de Melo, [1650], *Tácito Português. Vida, Morte, Dittos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*, pref. e leitura de Raul Rêgo, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1995.

⁵ D. António Caetano de Sousa, [17338-1739], *História Genealógica de Casa Real Portuguesa*, tomos V e VI, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1958-1949. D. António Caetano de Sousa, [1745], *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV (P. 1^a e P. 2^a), Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1950.

seus conteúdos, muito em particular, na informação que escolheram incluir e na que deliberadamente deixaram de fora. Com efeito, a acreditar nessas obras, o estilo de vida e as pautas de comportamento dos titulares brigantinos assemelhavam-se de forma flagrante às práticas cerimoniais da casa real. Tópica insistentemente era ainda a consideração que os duques mereciam a todos, muito em particular aos diversos monarcas do reino de Portugal e aos príncipes europeus. A intenção de legitimar pretensões de mercês ou de sinalizar um destino providencial assim como a essencialização da natureza régia da linhagem parece ser clara, o que impõe, repita-se, cuidados redobrados na interpretação dos dados contidos nesses trabalhos.

Em qualquer dos casos, é indiscutível que a casa de Bragança foi um dos mais importantes senhorios do reino de Portugal e que os seus titulares, embora com nível desigual de participação na macro-política do reino ao longo dos séculos XV a XVII, se constituíram como figuras maiores no espaço social e político do reino. Esta afirmação não significa, porém, que os duques possuissem uma preeminência indiscutível. Antes pelo contrário. Uma parte significativa da existência política dos duques de Bragança foi justamente dedicada a defender os direitos e os privilégios que os superiorizavam face aos principais senhores do reino. Essa a razão pela qual a Casa mobilizou esforço, atenção e influência para obter primazia na partilha e na apropriação dos signos de distinção social. Referimo-nos concretamente às numerosas variantes das polémicas de precedências e de formas de tratamento que opuseram, intermitentemente, os duques de Bragança aos de Aveiro e a D. António, Prior do Crato e os seus irmãos e parentes a outros tantos grandes senhores do reino.

Não que este tema fosse um exclusivo do topo da hierarquia nobiliárquica, nem dos séculos XVI e XVII. Afligiui, de forma generalizada, todos aqueles que tinham, ou sentiam que tinham, direitos e deveres de representação e sinalizam de forma clara um clima de competição política. Esse é, de resto, o quadro mais amplo no qual se devem inscrever as questões de precedências entre diversos órgãos institucionais que no período da integração de Portugal na Monarquia dos Áustria ocuparam diversos tratadistas e autoridades e cujo significado e importância políticos a historiografia tem vindo a resgatar⁶. Defender precedências era preservar – ou conquistar – determinadas posições no ordenamento político e na hierarquia social. No que respeita aos indivíduos, em última análise, tratava-se também da defesa da «honra» e esta era um dos mais difusos, mas também dos mais importantes bens que valia a pena salvaguardar⁷. E esse

⁶ Diogo Ramada Curto, *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Edições 70, 2011, pp. 309-346.

⁷ Cf. o estudo clássico de José Antonio Maravall, *Poder, Honor y Élite en el Siglo XVII*, 2ª ed. Madrid, Siglo XXI, 1984 (1ª ed. 1979) e o trabalho de Kristen B. Neuschel, *Word of Honor. Interpreting Noble Culture in Sixteenth-Century France*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1989. O tópico «honra» tem, porém, sido objecto de outras abordagens, com perspectivas um pouco diversas, mas que ilustram tanto a polivalência semântica do

conceito conferia-lhes uma sensibilidade especial ao poder simbólico, transformando este em «both a motor and a goal of public life»⁸.

Os conflitos sobre essas matérias tendiam, por isso, a ser longos e a reacender-se periodicamente, pois a intransigência era o único mote de quem se sentia agravado. A Coroa, árbitro último de todas estas querelas procurava, com o auxílio da justiça – jurisprudência, sobretudo – dar a cada um o que lhe era devido. Tarefa difícil porque a capacidade de argumentação dos envolvidos era quase inesgotável, a fabricação de tradições pelos intervenientes possível e nem sempre havia matéria de prova nem legislação suficientemente claras sobre a matéria. Eram os diferentes e diversos casos que estabeleciam os precedentes, as balizas e as fronteiras das tomadas de decisão futuras. Da consciência desse facto – do peso conferido à tradição nos processos de decisão – radicava o empenhamento feroz que todos punham nessas matérias.

Deste modo, ao longo do século XVI e XVII a Casa de Bragança, em diferentes episódios das mesmas questões, foi obrigada a defender os seus privilégios e as suas preeminências dentro do ordenamento jurídico e social existente. Estas diversas querelas constituem um elemento evidente da participação activa dos duques na luta política no centro, que como se verá, eles não descuravam, pese embora a sua manifesta preferência pelo quotidiano cortesão senhorial, em Vila Viçosa e a presença reduzida que mantiveram na corte régia. E, na realidade, o reconhecimento das suas preeminências junto dos monarcas era um elemento fundamental para a afirmação dos Bragança junto da sua própria gente.

Se este é o quadro geral em que ocorreram as disputas de precedências em que muitos membros da Casa de Bragança foram parte, os tópicos concretos são de dois tipos. Um primeiro que nascia das dúvidas que surgiam face à multiplicação de descendentes da casa real portuguesa e as pretensões de superiorização desses familiares régios no espaço social da corte do rei. Neste contexto os argumentos invocados eram sempre os mesmos: o facto de possuir o mais antigo título de duque fazia com que a Casa estivesse na posse e costume de preceder a todos os senhores do Reino, com a única excepção dos infantes ou dos filhos legítimos dos infantes. Tal não ocorria, no entanto, caso algum desses filhos o fosse por linha bastarda. Esse defeito de sangue era definitivo e inibia todos os direitos de representação da linha paterna, mesmo que houvesse sido legitimado. Exemplo paradigmático são os diferendos que opuseram D. Dinis, irmão do duque de Bragança a D. Afonso, filho natural de D. Diogo, duque de Viseu, e aqueles que contrapuseram os 5º e 6º duques de Bragança, respectiva-

conceito (cf. por exemplo, Claude Chauchadis, *Honneur, Morale et Société dans l'Espagne de Philippe II*, Paris, CNRS, 1984), quanto as possibilidades da sua instrumentalização na luta política (cf., entre outros, Richard Cust, «Honour and Politics in Early Stuart England: The Case of Beaumont v. Hastings», *Past and Present*, nº 149, 1995, pp. 57-94).

⁸ Kristen B. Neuschel, *Word of Honor...*, p. 18.

mente, D. Teodósio I e D. João I, a D. António, prior do Crato. O primeiro teve lugar no reinado de D. Manuel e foi resolvido a favor de D. Dinis, com base no já referido argumento da bastardia⁹. O segundo foi mais complicado e prolongou-se por vários episódios ao longo do tempo que se podem sumariar: a) 1556-1562 – disputa da precedência em cortes que acabou por ser resolvida favoravelmente ao duque como se comprova pelas precedências estabelecidas nas cortes de 1562 e no auto de levantamento de D. Sebastião¹⁰; b) 1568 – por, em seguida ao senhor D. Duarte, filho do infante D. Duarte, ter sido dado o tratamento de Excelência ao prior do Crato, antes de o ser ao duque de Bragança¹¹; c) 1578 – novo episódio assente sobre as diferenças de entendimento entre direito de posse de precedências e direito de propriedade das mesmas¹². Como bem explicou Nuno Espinosa Gomes da Silva as disputas com D. António e as limitações jurídicas apontadas ao seu nascimento ilegítimo sinalizavam sérios impedimentos às possibilidades de sucessão ao trono de Portugal, caso a linha dinástica fosse interrompida por falta de descendência. Com efeito, perante as sucessivas mortes dos vários filhos de D. Manuel, a questão punha-se com bastante acuidade. Essa foi a razão pela qual o conhecido jurisconsulto Dr. Pedro Barbosa emitiu parecer sobre a matéria, justificando os direitos de precedência dos duques de Bragança, além da inabilidade sucessória do Prior do Crato¹³.

O segundo tópico assentava nas disputas que nasciam da estreita vigilância que os grandes senhores do reino faziam sobre os privilégios e as mercês que o monarca dispensava a uma ou a outra casa senhorial, a um ou a outro título. As querelas de precedências que opuseram os duques de Bragança aos duques de Coimbra/Aveiro podem enquadrar-se nesta situação. É bem conhecido que a rivalidade entre estas duas casas atravessou todo o século XVI e ainda a primeira metade do século XVII e não se expressou apenas através das querelas de precedências e das formas de tratamento que a seguir se inventariam. Com efeito a atenção com que as casas de Aveiro e Bragança seguiam os privilégios e as práticas políticas uma da outra era constante e manifestava-se a propósito de várias matérias. Citem-se, a título de exemplo, dois episódios ligados ao

⁹ António Caetano de Sousa, *HGCRP*, t. VI, p. 87.

¹⁰ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P.1ª, pp.195-199 e BNL, cx 7, nº 23. Cf. o estudo (e transcrição do parecer) de Nuno Espinosa Gomes da Silva, «Um parecer de Pedro Barbosa sobre a questão das precedências entre D. António, Prior do Crato, e D. João, Duque de Bragança», *O Direito*, Ano 106, 1974, Janeiro, pp. 13-31.

¹¹ António Caetano de Sousa, *HGCRP*, t. VI, pp. 84 e 85-92.

¹² António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P.1ª, p. 350-351.

¹³ Nuno Espinosa Gomes da Silva, «Um parecer de Pedro Barbosa...» e *idem*, *Um «conselho de Pedro Barbosa sobre a Sucessão do reino antes de el rey Dom Sebastião paratir para a Africa»* sep. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. XXIII, 1972.

controlo imposto pelas respectivas linhagens sobre a construção da sua memória e que foram intervalados por quase um século: as referências à Casa de Bragança que Damião de Góis incluiu na sua crónica do príncipe D. João, suscitaram veementes protestos ao marquês de Ferreira, descendente directo dos Bragança, que conduziram à subsequente revisão do texto pelo autor¹⁴; no primeiro terço de seiscentos surgiu uma outra questão, dessa vez a propósito da publicação da obra de Agostinho Manuel de Vasconcelos¹⁵. Ou ainda o traslado de uma carta de privilégio concedida ao duque de Bragança sobre provimento de serventias de ofícios das suas terras em 1617 que o duque de Aveiro solicitou a fim de fundamentar a sua reivindicação ao mesmo direito. Além de invocar direitos antigos possuídos pelos seus antepassados, na mesma linha de argumentação comparativa com outras casas alegava que idêntico privilégio havia também já sido concedido ao marquês de Alenquer, ao marquês de Castelo Rodrigo e ao conde de Lumiares, filho deste último¹⁶.

Os episódios de precedências tiveram afloramentos regulares, como antes se mencionou. No reinado de D. Manuel a questão colocou-se a propósito das precedências entre D. Jaime e D. Jorge, Mestre de Santiago e Avis, e foi resolvida pelo Conselho do rei a favor do duque Bragança. Um dos argumentos fortes esgrimido na época por D. Jaime fora o da ilegitimidade de D. Jorge, posto que fosse legitimado; mas adiantara outros: invocava a descendência por linha direita e legítima do infante D. Duarte através da sua mãe, a duquesa D. Isabel (do casamento com o 3º duque de Bragança) e irmã do rei D. Manuel, além de alegar que tal relação justificara que D. Manuel o tivesse escolhido a ele como presuntivo herdeiro, enquanto não tivesse filhos¹⁷.

Mais tarde, já durante a regência da rainha D. Catarina, surgiu nova rivalidade. A causa directa foi o rumor que corria de que o duque apresentara um requerimento para a concessão do título de duque de Barcelos ao herdeiro da Casa de Bragança. Sem questionar o mérito de tal pedido, o duque de Aveiro, em carta à rainha reclamava que idêntico título de duque fosse concedido ao seu

¹⁴ «Introdução» de Alberto Martins de Carvalho à reedição da *Crónica de ElRei D. João II* e Mafalda Soares da Cunha, «D. João II e a Construção do Estado Moderno. Mitos e Perspectivas Historiográficas», in *Arqueologia do Estado. 1ªs Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, sécs. XIII-XVIII*, vol. II, Lisboa, 1988, pp. 649-667.

¹⁵ António Oliveira, «Para a História do Embargo à Publicação da Obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y Acciones del Rey Don Juan el Segundo*» in *O Instituto*, vol. CXXXIX, 1979, pp. 17-33.

¹⁶ Mafalda Soares da Cunha, «Relações de poder, patrocínio e conflitualidade. Senhorios e municípios (século XVI – 1640)» in Mafalda Soares da Cunha e Teresa Fonseca (eds.) *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*, Lisboa, CIDEHUS-UE – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo – Edições Colibri, 2005, pp. 94-95.

¹⁷ António Caetano de Sousa, *HGCRP*, t. VI, p. 35.

filho primogénito, o marquês de Torres Novas. As razões para obter igual graça eram bastantes. Desde logo alegava que em vida do rei tal simetria fora respeitada, pois assim que o então primogénito do 5º duque fora feito duque, o monarca logo o elevava a ele (quando ainda era apenas sucessor da casa e usava o título de marquês) ao título ducal. Argumentava a esse propósito que «não he cousa que se posa pasar, fazerse tamta diferença hu de nosos filhos herdeiros ao outro», uma vez que na corte portuguesa havia diferença grande de estatuto entre marqueses e duques¹⁸. E, adivinha-se, era este afinal o cerne da questão. Casas com títulos iguais sofriam mal que o monarca introduzisse diferenças que publicamente subalternizassem de forma tão evidente os Aveiro face aos Bragança.

Após a tomada de poder de Filipe II, as questões surgidas em torno da concessão do tratamento de Excelência levantaram acesas controvérsias e incidem sobre a mesma matéria. Os problemas acentuaram-se após a decisão régia de em 1586 fixar por escrito as fórmulas de tratamento para os seus reinos da coroa de Castela (Pragmática dos Tratamentos¹⁹). A Senhora D. Catarina reagiu às restritas determinações enviando papéis comprovativos do direito, seu e de seu filho, que, no seu entendimento, estava a ser ultrajado pela referida lei. Em 28 de Dezembro 1596 os governadores do reino de Portugal (D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa; o conde de Portalegre; o conde de Santa Cruz, D. Francisco de Mascarenhas, o conde de Sabugal, meirinho-mor, e Miguel de Moura) pronunciavam-se favoravelmente sobre a reclamação da senhora D. Catarina e sugeriam um ajuste da lei régia aos privilégios que tais senhores gozavam²⁰. A referida lei foi pouco depois publicada em Lisboa, em 16 de Setembro de 1597 e ficou conhecida como Lei das Cortesias. Incluía já a autorização para o duque de Bragança ser tratado por Excelência em vista da mercê régia que lhe tinha sido feita, mas a forma de tratamento de Alteza para D. Catarina continuou omissa e também não contemplava outros privilégios que os senhores da casa de Bragança costumavam gozar²¹.

Os membros da casa reagiram imediatamente, pois, ainda em 1597, um longo papel (sem assinatura) dava conta ao rei das suas críticas face à perda de “preeminências” que a lei de 1597 lhes fazia. E os reparos eram, com efeito, muitos. Referiam em primeiro lugar a equiparação aos marqueses que a lei lhes estipulava nas fórmulas com que escreviam e se dirigiam oralmente ao rei, insistindo na manutenção das diferenças que antes existiam. Argumentavam, depois, a favor da manutenção do tratamento de Alteza a D. Catarina, em vez da mera Excelência que a nova lei lhe consagrava. De seguida pugnavam pelo

¹⁸ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. VI, P. 1ª, p. 43-54 (citação pp.43-44).

¹⁹ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P. 1ª, pp. 373-378.

²⁰ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P. 1ª, pp. 360-361.

²¹ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P. 1ª, pp. 362-365

direito exclusivo ao tratamento de Excelência para eles e para os seus descendentes. Consideravam que, tão relevante quanto o dito tratamento, era a exclusividade que estava expressa na carta régia que lhes concedera tal privilégio, e, por isso, referiam explicitamente que o duque “houvera a excepção de ser singular”. Outras determinações contra as quais se insurgiam eram: a da obrigação de colocar o lugar do título que possuíam, contra o uso de simplesmente assinar “o duque”; a da imposição de não nomear os seus criados pelo foro que tinham em sua casa, como eles e os reis costumavam fazer; e a de usar apelidos na correspondência activa ou passiva, coisa que nenhum membro da casa tinha²².

Os duques levaram avante a maioria destas pretensões, uma vez que a documentação demonstra que persistiram no uso das mesmas formas de tratamento e de assinatura que até então adoptaram. No entanto, houve uma matéria em que a preservação da diferença face aos demais senhores em Portugal não foi respeitada. Trata-se do tratamento de Excelência.

A perda do direito exclusivo a este tratamento foi, em grande medida, resultado dos porfiados requerimentos que o duque de Aveiro interpôs após a publicação da Lei das Cortesias e que lhe valeram a obtenção dessa mercê em 1606²³. Em data não conhecida e antes de expressar o seu parecer sobre esta questão, o conde de Portalegre resumiu ao rei o fundamento das queixas do duque de Aveiro que, no essencial, defendia que os reis passados nunca tinham diferenciado os dois duques, fosse nas cerimónias régias, nos estilos de escrever e falar ou ainda nas fórmulas de tratamento. Invocava ainda a maior proximidade de sangue com os reis de Portugal, pois descendiam por linha varonil de D. João II, enquanto os Bragança tinham que remontar esse laço a D. João I²⁴. Significativamente este descritivo do Aveiro calava a ilegitimidade original de que ambas as casas padeciam.

No parecer, o conde de Portalegre afirmava: “no estoy muy cierto de que los Reyes hiziessen com los Duques esta igualdad del todo como el de Avero refiere”²⁵. Com efeito, o duque D. João I beneficiara do tratamento de Excelência em resultado do seu casamento com a Senhora D. Catarina que era filha do infante D. Duarte. Pretendeu depois a mesma D. Catarina alargar essa mercê a seu filho primogénito, pelo que solicitou a Filipe II a extensão desse privilégio ao seu herdeiro, o então duque de Barcelos, D. Teodósio. O pedido foi negado, pois sabia-se que o alargamento de tão cobiçada e selecta distinção iria suscitar problemas entre os titulares das duas outras maiores casas ducais do reino de Portugal, ou seja aos duques de Aveiro e de Vila Real. Para mais, pelo costume

²² António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P.1ª, pp. 366-373.

²³ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P.1ª, p. 380.

²⁴ British Library, Additional, ms. 20929, fls. 97-102v (cartas de D. João da Silva, conde de Portalegre, 1579-1601, transcritas dos originais em Roma por Clemente Botelho em 1619).

²⁵ British Library, Additional, ms. 20929, fl. 101v.

e pela lei de 1586 em Castela, os Grandes (aos quais equivaliam os títulos ducais em Portugal) não gozava desse tratamento, mas apenas do de Senhoria, uma vez que era prática no reino vizinho que a Excelência fosse dada apenas aos cardeais e arcebispo de Toledo. E, em Portugal, esse tratamento estava reservado aos filhos e às filhas legítimos dos infantes.

Sobre os requerimentos do duque de Aveiro concluía o conde de Portalegre que embora não tivessem justiça, também seria excessivo introduzir e fixar tamanha desigualdade entre os dois duques de Aveiro e Bragança, recusando ao primeiro o tratamento de Excelência. Bom conhecedor das sensibilidades da elite nobiliárquica portuguesa, afirmava que a decisão era complicada, pois seria certamente difícil fazer com que o marquês de Vila Real tratasse os dois duques por Excelência. Alertava, por isso, que a decisão sobre as queixas do Aveiro iria abrir precedentes para o futuro, pelo que a concessão do tratamento que requeria traria esta "carga a costas"²⁶. Como se disse antes, o duque de Aveiro conseguiu a distinção em 20 de Junho de 1606, agravando com isso o duque de Bragança.

A verdade é que a Lei das Cortesias foi recorrentemente transgredida, fosse por privilégios régios concedidos a diferentes senhores, fosse por abusos generalizados. O descaso da sua aplicação em Portugal foi mencionado no alvará de 30 de Agosto de 1612, através do qual o rei insistia junto das justiças do reino que se guardasse e cumprisse a lei de 1597²⁷. Em 1636, houve nova insistência régia, desta vez abrangendo toda a monarquia, o que bem sugere a dificuldade generalizada em fazer respeitar tais quadros normativos. Por carta de 1 de Agosto de 1636, publicitada em 7 de Agosto em frente ao Palácio Real em Madrid, criticavam-se os excessos cometidos e actualizava-se o texto com as reformas introduzidas anteriormente (5 de Janeiro de 1611 e 11 de Fevereiro de 1623)²⁸.

Por outro lado, a forma como o duque de Bragança tratava os demais titulares e fidalgos também servia para demarcar o seu próprio espaço social. São conhecidos o rigor e a altivez com que o fazia. O uso de fórmulas tratamento abaixo das expectativas de consideração que a fidalguia detinha deixaram numerosos ecos²⁹ e tem até sido apresentado como um argumento explicativo

²⁶ British Library, Additional, ms. 20929, fl. 102v.

²⁷ António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, P.1^a, pp. 381-382 e José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1603-1612*, Lisboa, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, 1854 p. 381 (www.iuslusitanae.fcsh.unl.pt).

²⁸ José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1634-1640*, Lisboa, Imprensa de F. X. de Souza, 1855 pp. 87-91 (www.iuslusitanae.fcsh.unl.pt).

²⁹ Cf. *Ditos Portugueses Dignos de Memória. – Ditos Portugueses Dignos de Memória. História íntima do Século XVI*, José Hermano Saraiva (notas de), 2^a ed., Lisboa, Pub. Europa-América, s/d, n° 42, p. 30 e n° 276, p. 112. A primeira destas historietas narra o tratamento mais elevado com que os irmãos do duque, D. Teodósio I distinguiram o seu parente D. Francisco de Melo (futuro conde de Tentúgal) por comparação com D. Pedro de Meneses, filho do conde de Linhares e a segunda a forma indiferenciada com que o mesmo duque tratava o seu parente conde de Vimioso e os demais condes, o que muito o ofendia.

para a falta de amizade e de apoio prestado pela nobreza do reino à candidatura da Senhora D. Catarina ao trono de Portugal, em 1580.

Deste modo, o clima generalizado de competição entre os aristocratas traduzido nestas disputas pelos signos de distinção revela bem a importância conferida ao *status*, e à simbólica do poder tomada ela própria como identidade com o próprio poder. Demarcava e distanciava, também, a monarquia que era árbitro de todas estas querelas e de quem implicitamente se iam aceitando os critérios de classificação social, mas tinha inequívocas repercussões sobre a reputação política dos diversos titulares, inclusive do duque de Bragança.

Sabe-se bem que a residência permanente dos duques era em Vila Viçosa. Não como consequência da dominação filipina, mas em resultado de uma decisão política dos duques bastante anterior: a estruturação da corte ducal em Vila Viçosa data do regresso do 4º duque de Castela, ainda em finais do século XV. Em todo o caso e de acordo com estudos recentes, talvez o principal impulsor do estabelecimento de uma orgânica cortesã em Vila Viçosa tenha sido D. Teodósio I, o 5º duque³⁰. Os investimentos na construção e no engrandecimento do palácio ao longo de todo este período, a criação e os melhoramentos da tapada e as repercussões da permanência da corte brigantina sobre a reorganização das áreas de crescimento da vila são testemunhos adicionais do carácter sistemático da presença ducal em Vila Viçosa. A própria centralidade da administração senhorial brigantina no paço ducal a par das marcas de patrocínio que a casa disseminou por diversas instituições locais corroboram, de resto, o impacto da casa ducal na construção de uma vila-corte em Vila Viçosa.

A decisão de construir a residência ducal fora dos constrangimentos espaciais do castelo oferece um argumento adicional à ideia que aqui vimos defendendo sobre a atenção constante que a Casa de Bragança dedicava à evolução das formas de representação. O paralelismo existente entre a tomada de decisão manuelina de deslocar o Paço Real do Castelo para a Ribeira e a opção brigantina de construir a nova morada na Horta do Reguengo tem já sido sublinhado por muitos autores³¹. A breve trecho, essa mudança espacial revelou-se como um projecto coerente de reorganização da própria lógica do tecido urbano calipolense de forma «a exaltar a fama da linhagem, ombreando, senão superando, com a própria casa real»³².

³⁰ Cunha, Mafalda Soares da, “Preocupações senhoriais do ‘principal senhor destes reynos’”. Contributos para uma biografia de D. Teodósio I.” in Jessica Hallett e Nuno Senos (org.), *DE TODAS AS PARTES DO MUNDO: O património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, Lisboa, Tinta da China, 2015 (no prelo).

³¹ José Teixeira, *O Paço Ducal de Vila Viçosa. Sua Arquitectura e suas Colecções*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983, pp. 14 e ss.; Rafael Moreira, «Uma “Cidade Ideal” em Mármore. Vila Viçosa, a Primeira Corte Ducal do Renascimento Português», *Monumentos*, nº 6, 1997, p. 48-53 (cit. p. 50); Luiz Sá Pereira, «Nota Histórico-Interpretativa de Transformações Urbanísticas em Vila Viçosa», *Monumentos*, nº 6, 1997, pp. 54-57.

³² Rafael Moreira, «Uma “Cidade Ideal” em Mármore...» p. 50.

AS PEDREIRAS DE MÁRMORE AO LONGO DOS TEMPOS

Ruben Martins^{1a}, Luís Lopes^{1,2,b}, Francisco Bilou^{3,c}

Resumo

O mármore alentejano é uma pedra ornamental apreciada desde tempos imemoriais. Os diferentes aspetos cromáticos e a qualidade impar torna-o único no mundo, por isso tem sido explorado desde a antiguidade, havendo registos *in situ* de exploração romana. Até à década de trinta do Século XX a exploração era extremamente lenta e penosa. Desde então a exploração inicia uma nova fase. O interesse crescente pelo mármore alentejano estimulou o desenvolvimento tecnológico, primeiro de forma quase impercetível, depois gradualmente foi-se intensificando atingindo atualmente ritmos de produção notáveis e condições de trabalho que nada têm a ver com os que existiam no passado. Honra seja feita a todos os industriais que de forma voluntária e corajosa foram investindo na extração, transformação e aplicação, divulgando esta pedra fantástica por todo o Mundo.

Neste artigo convidamos o leitor a fazer uma viagem pelas explorações do mármore nos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, tomando conhecimento dos interessantes desenvolvimentos tecnológicos que foram ocorrendo ao longo dos tempos.

¹Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geociências. Rua Romão Ramalho, 59. Apartado 94. 7002 554 Évora. ²Instituto de Ciências da Terra (ICT), FCT, Portugal. ³Câmara Municipal de Évora, Divisão de Cultura e Património

^arubenvm@uevora.pt, ^blopes@uevora.pt, ^cfrancisco.bilou@gmail.com

Abstract

The marble from Alentejo is an ornamental stone appreciated since immemorial times. Several chromatic aspects and excellent quality makes it unique in the world, so it has been exploited since antiquity, with *in situ* records of Roman exploitation. Until the thirties of the twentieth century exploration was extremely slow and painful. Since then, the operation starts a new phase. The growing interest in the Alentejo Marble stimulated technological development, first almost imperceptibly, then gradually intensifying and reaching currently outstanding production rates with working conditions much better than existed in the past. Honour must be made to all entrepreneurs who voluntarily and courageously have been investing in the extraction, processing and application, disseminating this fantastic stone all over the World.

In this article we invite the reader to take a journey through the marble quarries in the municipalities of Estremoz, Borba and Vila Viçosa, taking notice of the interesting technological developments that have occurred over time.

A ocupação da terra pelo homem esteve ao longo de toda a História associada aos recursos naturais e particularmente à utilização da pedra. O Alentejo possui um vasto espólio de monumentos megalíticos que comprova uma presença humana que remonta ao Paleolítico Médio, materializado em abrigos temporários como é o caso da Gruta do Escoural (47.000 anos a.C.) e numa quantidade, dificilmente contabilizável de monumentos fúnebres, tais como antas e dolmens, ou mesmo, pedras isoladas. Na bibliografia relacionada com a arqueologia industrial, não são poucas as referências à Idade do Ferro (700 a.C. – 218 a.C.) e à existência de um grande número de pedreiras por toda a Europa assim como à manufatura de pedras circulares que funcionariam como mós, para a moagem de cereais (Hockensmith, 2009). Apesar dos poucos vestígios desta época, muito provavelmente, também, a região dos mármore alentejanos se incluía nesta realidade histórica. Estes vestígios revelam assim, uma forte relação do homem com o elemento lítico, a sua manipulação e aplicação, desde tempos imemoriais.

Citando Manuel Branco (2015, comunicação oral), se a geomorfologia da região alentejana foi o «berço» das primeiras comunidades humanas e também a «matriz» da cultura megalítica regional, a pedra – primeiro lascada, depois polida – permitiu, durante milénios, a mais visível e consistente transformação «tecnológica» da sociedade pré-histórica. Tal facto só foi ultrapassado com o domínio metalúrgico dos minérios de cobre e de ferro. Com esse conhecimento as comunidades agro-pastoris foram mudando; tenderam à hierarquização social e ao confronto pela posse dos recursos naturais e dos excedentes. As preocupações com a defesa e com a ocupação estratégica das cumeadas tornaram-se nucleares às redes de povoamento. As cinturas amuralhadas construídas em pedra, sobre acidentes geológicos de amplo domínio visual, passaram então a definir as sociedades guerreiras da época proto-histórica.

Foi esta a paisagem que os povos vindos de oriente encontraram no território alentejano. Primeiro os fenícios, depois os púnicos e os túrdulos, finalmente os romanos.

Foram construídos templos, fóruns, aquedutos, arcos de triunfo, anfiteatros e teatros, todos edificados como expressão máxima da urbanidade. Neste contexto, as pedreiras de mármore situadas no eixo Sousel, Estremoz, Vila Viçosa, Borba e Alandroal, correspondente à estrutura geológica conhecida por “Anticlinal de Estremoz”, até pela sua centralidade no contexto provincial da Lusitânia, foram exploradas ao longo do Império para servirem os desígnios do poder de Roma. É o mármore, branco e venado em tons de azul, creme e cor-de-rosa, que decora as fachadas dos edifícios romanos de Mérida e se apresenta na tumulária e na estatuária do seu imponente museu nacional. Também, o mármore ruivina (variedade azul escura) marca presença no palco do Teatro Romano de Mérida (Séc. XVI a.C. – XIV a.C.), em Espanha e o mármore rosa, único no panorama mundial, pode ser observado no arco de triunfo de Volubilis (Séc. I a.C.), Marrocos (Fig. 1). Como exemplo nacional, refira-se o emblemático Templo Romano de Évora (Séc. II d.C.), onde o mármore alentejano foi incorporado nos capitéis e nas bases das colunas de granito.



Fig. 1 – Arco do triunfo em Volubilis, Marrocos.

Vários são os vestígios de exploração da época romana, onde, *in situ* ainda se podem observar incisões na pedra (Fig. 2), feitas para posterior colocação de cunhas de madeira que, depois de embebidas em água inchariam desencadeando a abertura da fratura artificialmente provocada, mas respeitando a orientação planar preferencial dos cristais de calcite (mineral que constitui cerca de 98% dos mármore da região) o que revela um bom conhecimento da matéria-prima. Este processo era tanto utilizado para a extração de colunas, como de placas, sempre auxiliado por ferramentas manuais, como maços e escopros.



Fig. 2 – Vestígios de exploração romana na pedreira da Lagoa, da empresa Marmoz, Companhia Industrial de Mármore de Estremoz, Lda.

O corte do mármore era executado penosamente por dois escravos, utilizando corda de sisal, areia e água. Esta técnica atravessou séculos até ao final de 1900 (Fig. 3), conseguindo progressões no corte de 7 a 8 cm por dia.



Fig. 3 – Sistema de corte antigo. Gravura existente na “Cava Museu”, Carrara.

O sistema rotopercussivo, sistema de perfuração massivamente utilizado em toda a indústria extrativa atualmente, teve início com dois trabalhadores, em que um segurava e rodava compassadamente um escopro e o outro golpeava-o com um maço ou marreta (Fig. 4), sendo, absolutamente necessária a confiança mútua, devido à perigosidade do trabalho. Por vezes juntava-se um terceiro homem munido de outro maço, golpeando alternadamente facilitando a progressão do furo. O pó de pedra que ia ficando no fundo do furo era removido com uma espécie de colher metálica.



Fig. 4 – Perfuração com escopro e maço. Fonte: foto Solubema, Sociedade Luso Belga de Mármore SA.

De facto, o trabalho desenvolvido na indústria extrativa sempre foi bastante penoso, principalmente quando os recursos tecnológicos eram escassos, daí que as pedreiras se desenvolvessem superficialmente e a seleção da pedra não tinha o rigor que hoje tem. Curiosa é a observação da majestosa fachada do Palácio Renascentista, dos Duques de Bragança, em Vila Viçosa construído nos séculos XVI e XVII. Quando observada de longe reflete uma arquitetura perfeita e sem mácula. Porém, quando o olhar se apura, rapidamente se observa que a harmonia que apresenta o revestimento da fachada, rapidamente desaparece, tendo sido utilizados diferentes tipos de mármore da região (Fig. 5), refletindo obviamente a disponibilidade de pedra que havia na altura da construção e também a diversidade cromática do mármore alentejano. Obviamente os recursos tecnológicos eram escassos e a necessidade de matéria-prima, por vezes obrigava a utilizar o que aparecesse. Curiosa também é a aleatoriedade da colocação das placas e dos pilares, tendo os mestres canteiros, durante os largos anos de construção, tido alguma dificuldade em respeitar a continuidade dos diferentes tipos de mármore e dos laivos cromáticos, vulgarmente denominados “vergadas”.



Fig. 5 – Vista frontal do Paço Ducal de Vila Viçosa, à direita um pormenor da fachada.

Segundo Manuel Branco (2015, comunicação oral, baseando-se em *Anselmo, A. J.*, 1984), as pedreiras e oficinas de canteiro dedicavam-se nos finais do século XIX e inícios do século XX às encomendas da arte funerária, onde existiam, em Estremoz, segundo o Inquérito Industrial realizado no ano 1890, duas oficinas de canteiro e uma serração de pedra (Ministério das Obras Públicas, Direção Geral do Comércio e Indústria, 1890). No mesmo período, a extração dos mármore, em Borba estava muito ativa nas pedreiras de Montes Claros. Na lavra das pedreiras locais extraía-se branco e ruivina, assim descrevia o Padre António Anselmo: “*a industria extractiva é representada entre nós principalmente pelos mármore, com especialidade os de Montes Claros, onde se encontra, a par de belos mármore brancos, uma mina inesgotável de esplendidos barbilhos manchados de varias cores, preciosíssimos para a architectura... Similar a esta, mas menos digna de menção, é a industria da pedra para mós, extrahida dos breves afloramentos que d’esta rocha possui o nosso território*”.

Entre 1910 e 1926, o diminuto território, chegou a produzir mais mármore que os seus dois vizinhos Estremoz e Vila Viçosa. Em 1915 foram produzidas 151 t enquanto Estremoz produziu 105 t e Vila Viçosa apenas 10 t.

Foi no início da década de trinta do século XX que se dá um salto tecnológico, nas pedreiras de mármore de Estremoz, Borba e Vila Viçosa. Até a essa data as condições eram extremamente adversas para os trabalhadores. As pedreiras encontravam-se repletas de homens (Fig. 6) que, de sol a sol, com recurso a maços, escopros, picões, guilhos, palmetas e outras ferramentas manuais criavam planos de fraqueza onde destacavam as massas desejadas. As pedras não vendáveis eram lentamente transportadas para fora da cavidade, à custa de força braçal, onde vários homens as carregavam às costas, dentro de cestos denominados “cabanejos”. Os blocos maiores eram movimentados com recurso a alavancas até serem colocados em atrelados e puxados por animais de carga.



Fig. 6 – Fotografia de 1901, da pedreira da Cerca de St. António. Fonte: Fotografia da empresa Marmoz, Companhia Industrial de Mármore de Estremoz, Lda.

Entre 1930 e 1945, a expedição dos blocos das pedreiras era feita com recurso a um trator a vapor que possuía um reboque de dois eixos, seis rodas revestidas com pneus maciços e capacidade de 10 t. Quando era necessário acoplava-se mais um atrelado aumentando para o dobro a capacidade de transporte. Esta máquina dava serventia a várias pedreiras deslocando os blocos para as estações de caminho-de-ferro, de Vila Viçosa e Borba, sendo posteriormente transportados para os portos do Barreiro e Setúbal.

Na transição da segunda para a terceira década do século XX, a exploração foi-se intensificando graças ao crescente interesse nacional e internacional pelos mármore alentejanos, chegando as cavidades a atingirem profundidades na ordem de 20 m. É neste período que se dá a introdução do corte mecânico, através do fio helicoidal, tendo-se revelado, naquela época, um salto tecnológico impressionante! Foi a empresa Solubema, Sociedade Luso Belga de Mármore SA a primeira a utilizá-lo e perdurou até ao final da década de noventa quando a empresa Criadarmore, Mármore Portugueses Lda. ainda cortava as bancadas de mármore ruivina, na sua pedreira de Pardais. Este sistema de corte era constituído por uma série de elementos que incluía motor (inicialmente a gasóleo e mais tarde elétrico) e poleia motriz instalada à superfície, montantes e várias poleias direcionais espalhadas pela pedreira e esticador do fio. Era ainda utilizado um crivo por onde se fazia passar areia siliciosa que funcionava como abrasivo e que entrava no furo previamente executado com uma perfuradora. A necessidade de refrigeração do fio obrigava a grandes comprimentos, nalguns casos superiores a 1000 m. Na realidade, a rotação do fio era promovida num motor localizado à superfície, sendo posteriormente direcionado para o fundo da

pedreira (Fig. 7), para executar o golpe desejado. De seguida era encaminhado, de novo, para a superfície, mas para outra extremidade da pedreira, onde ia a um esticador cuja função era manter a tensão do fio. Finalmente, este era direcionado para o motor, fechando o circuito.



Fig. 7 – A: Montante com poleia, posicionado junto do furo, por onde se faz a entrada na bancada, do fio helicoidal e da areia previamente passada pelo crivo; B: Saída do fio helicoidal na base da bancada sendo direcionado para o exterior. Trabalhos realizados na pedreira da empresa Criadmármore em finais do Século XX.

A perfuração que permitia a passagem do fio por dentro das massas rochosas também sofreu um avanço tecnológico substancial. A entrada em cena da coluna perfuradora, também ela inicialmente movida com motor a gasóleo, mas rapidamente adaptada para motor elétrico, representa uma melhoria na produção, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos. O furo era executado com uma broca oca de 40 cm de diâmetro (Fig. 8), a qual, na extremidade possuía umas “facas” revestidas com carboneto de tungsténio que iam cortando o mármore com auxílio de um abrasivo. O cilindro de pedra que ficava dentro da broca era posteriormente removido e, regionalmente denominava-se “nabo”. Não eram poucas as vezes que a parte inferior do “nabo” ficava no fundo do furo agarrado ao maciço. Nessa altura era selecionado o trabalhador mais magro, a quem era passado uma corda pelos ombros atando-lhes os pés. De seguida, o trabalhador era metido no furo de cabeça para baixo, com escopro e maço para que removesse o resto. Como recompensa, o corajoso trabalhador ganhava um dia de folga.



Fig. 8 – Coluna perfuradora, com broca e “nabo” já removidos.

Retomando a lógica do ciclo de trabalhos de pedreira, onde primeiro se tem a perfuração seguido do corte, as fases posteriores são as de desmonte e remoção de massas. No caso de volumes de rocha não comercializável o método mais rápido e eficaz era o desmonte com recurso a pólvora negra e rastilho, processo esse que ainda hoje é utilizado.

Terminado o corte e estando um determinado volume de rocha destacado do resto do maciço havia que o afastar. Para tal surgiram nas pedreiras os “macacos”, com capacidade entre três a cinco toneladas e de meio metro de altura, trazidos para o Alentejo por mestres cabouqueiros oriundos de Pêro Pinheiro que vieram como homens de confiança de certos industriais das serrações daquela zona, a fim de virem buscar pedra para as suas unidades de transformação. Gradualmente estes equipamentos foram substituídos por outros importados de França de 10, 12 e até mesmo 20 t, com um metro de altura para permitir um maior avanço direto no arranque e também na movimentação de pedras (Brito da Luz, 2005).

Paulatinamente foram entrando em cena os *crapauds*, máquinas com maior capacidade de movimentação de massas por arrasto, atingindo valores superiores a 30 t. Inicialmente eram manuais (Fig. 9), constituídos por um guincho de manivela tipo horizontal, uma roda dentada e carretos para que a força fosse desmultiplicada. O salto para a mecanização deste equipamento foi rápido aparecendo os *crapauds* mecânicos com motor a gasóleo, tendo sido utilizados até ao final do século XX (Fig. 10).

Porém, o *crapaud*, apesar da sua grande utilidade, está associado à fase mais negra da indústria extrativa de rochas ornamentais, pelo facto de ter sido responsável por inúmeros acidentes e mortes que ocorriam quando os cabos se partiam e o efeito de chicote era implacável.



Fig. 9 – *Crapaud* manual.
Plácido José Simões, SA.



Fig. 10 – *Crapaud* motorizado.

Em 1951, a empresa Solubema instala nas suas pedreiras dois enormes compressores a gasóleo, de marca Ingersoll Rand, podendo um deles (Fig. 11) ser observado no Museu do Mármore, de Vila Viçosa.



Fig. 11 – Compressor a gasóleo,
Ingersoll Rand, fabrico 1917.
As rodas não se destinavam à
locomção já que se tratam de
volantes e assim este equipamento
deveria estar assente num fixe,
para que estas peças circulares
rodassem livremente fazendo
movimentar um êmbolo de modo
a comprimir o ar que, então seria
utilizado como força motriz para
operar os equipamentos na
pedreira.

No início da década de sessenta do século XX chega a eletricidade às pedreiras de Borba e Vila Viçosa, sendo um marco importante na exploração dos mármore alentejanos.

Também por esta altura, o processo de limpeza das pedreiras alterou-se por completo, com o desenvolvimento de máquinas mais rápidas e mais versáteis, tais como os tratores com atrelados providos de báscula que vieram substituir primeiramente, os serventes de pedreira com o cabanejo às costas e posteriormente as vias Decauville e vagonetas de despejo lateral e frontal, puxadas por guinchos tipo verticais, tambor comprido e com uma ou duas centenas de metros de cabo (Brito da Luz, 2005). Mais tarde surgem os “*dumpers*”, equipamentos tecnicamente mais evoluídos e adaptados às duras condições das pedreiras, tendo que existir, obrigatoriamente, rampas de acesso às frentes de desmonte. Porém, com o inevitável desenvolvimento das pedreiras em profundidade, devido ao confinamento das áreas de exploração e na busca de melhor mármore, surgiu a necessidade de empregar outros equipamentos com maiores capacidades. Foi então montada a primeira grua “*Derrick*”, fixa ao solo por escoras e com motor a gásóleo, em 1965 pela empresa de José Brito da Luz, na sua pedreira da Cruz dos Meninos, em Estremoz. Graças à capacidade de remoção, na ordem de 20 a 30 t permitiu o escoamento mais célere de blocos de maiores dimensões e grandes quantidades de escombros, pelo que, gradualmente passaram a ter aplicação generalizada, tornando-se um elemento marcante na paisagem desta região (Fig. 12).



Fig. 12 – Gruas *Derrick* na zona de Pardais, Vila Viçosa.

Na tentativa de diversificar as técnicas de remoção de blocos, a empresa Solubema introduziu nas suas pedreiras o camião-grua que possuía capacidades até 20 t. Estes equipamentos, apesar de terem caído em desuso, ainda hoje podem ser observados, se bem que raramente, nalgumas pedreiras (Fig. 13).



Fig. 13 – Camião grua a operar no fundo da pedreira do Texugo (2014), da empresa Lugramar, Sociedade Lusitana de Mármore e Granitos, Lda.

O aprofundamento crescente das cavidades e a necessidade de movimentação de pedra e equipamentos, com dimensões e massas cada vez maiores, levou à evolução das gruas e ao aumento das suas capacidades, sendo as maiores com capacidade de 50 t, instaladas nas pedreiras da firma Ezequiel Francisco Alves Lda., na pedreira de Bencatel e Luís José Alves Cochicho & Filhos, Lda., na pedreira de Pardais.

Esta evolução tecnológica tornou-se determinante para o aumento considerável das escombreyras da região, passando a ser mais volumosas e constituídas por blocos de maiores dimensões, com impactes visuais cada vez mais marcantes, particularmente junto de vias de comunicação e centros urbanos.

Ainda no domínio da remoção, a empresa Plácido José Simões SA, montou em 1998, na sua pedreira de Borba, um elevador verdadeiramente inovador e de *design* arrojado. Construído pela Metalúrgica António Barradas & Filhos Lda., o elevador de *dumpers* (Fig. 14), com capacidade para 96 t é o único equipamento deste género existente nas pedreiras do Anticlinal de Estremoz.



Fig. 14 – Elevador de *dumpers* da pedreira da empresa Plácido José Simões S.A.

Retrocedendo um pouco no ciclo de trabalhos de pedreira, ao nível da perfuração, também se verificaram ao longo do Século XX evoluções tecnológicas consideráveis. As colunas perfuradoras foram dando lugar aos “Jumbos” (Fig. 15), perfuradoras rotopercussivas, hidráulico-pneumáticas, sendo que o sistema hidráulico é responsável pela rotação e avanço do bit e o sistema pneumático permite o efeito de martelo no fundo do furo. São equipamentos munidos de um bit com 220 mm de diâmetro, substancialmente menor que as gigantescas coroas de onde saíam os “nabos”. Esta evolução contribuiu para perfurações mais rápidas e menos pedra destruída na realização dos poços mestres (furos mais largos realizados nos topos de canal e nos abaixamentos de piso).

Antes do aparecimento dos Jumbos, a perfuração era somente rotativa, tendo estas perfuradoras electro-hidráulicas entrado em cena na década de oitenta, munidas de coroas com pontas de carboneto de tungsténio. Com estes equipamentos, ainda hoje utilizados, a água é fundamental para a limpeza do furo e arrefecimento da coroa.

O ar comprimido trouxe às pedreiras um sistema de perfuração mais barato e mais rápido sendo aplicado às perfuradoras de fundo de pedreira, normalmente utilizadas para a execução de furos de levante (furos horizontais). Estas perfuradoras inicialmente eram pneumáticas tendo evoluído rapidamente, na década de noventa para sistemas hidráulico-pneumáticos. Os martelos pneumáticos ligeiros (Fig. 15) adquiriram uma importância tal que ainda hoje são maciçamente utilizados, possuindo pesos que podem ir até aos 30 kg, necessitando de 6 bar de pressão para um bom funcionamento. A eles são acopladas barrenas integrais com pontas em bisel de carboneto de tungsténio e diâmetros entre 3 e 4 cm.



Fig. 15 – Jumbo com bit de 220 mm de diâmetro e trabalhador com martelo pneumático ligeiro, na pedreira da empresa Ezequiel Francisco Alves Lda.

No que diz respeito ao corte, em 1969, surgem nas pedreiras as roçadoras ou “serradoras de rocha” chamadas em França de “Haveuses-rouilleuses”, do fabricante Perrier, cujo corte se efetuava por ação de uma corrente provida de pastilhas de aço-tungsténio em movimento contínuo sobre a rocha (Brito da Luz, 2005). No entanto, este equipamento tinha a desvantagem dos cortes esta-

rem limitados ao comprimento da sua lança, porém, nunca deixaram de ser utilizados tendo evoluído gradualmente, passando as suas cintas a incorporarem segmentos diamantados (Fig. 16A). As roçadoras da nova geração surgiram nas pedreiras já no Século XXI, sendo equipamentos tecnologicamente muito evoluídos, possuindo a capacidade de corte a seco. São constituídas por uma cadeia de carboneto de tungsténio (*widia*) (Fig. 16B) ou de diamante policristalino sintético (*stratapax*).



Fig. 16 – A: Roçadora de galeria, de cinta diamantada, empresa Lugramar; B: Roçadora de cadeia de carboneto de tungsténio a executar um golpe de levante, empresa Solubema.

Nos anos oitenta dá-se uma grande revolução tecnológica nas pedreiras de mármore. Entram em cena as máquinas de fio diamantado catapultando as produções para valores nunca antes alcançados. As primeiras máquinas trabalhavam com motor a gasóleo, depois passaram para um sistema electro-hidráulico (Fig. 17), para posteriormente evoluírem para motores elétricos.



Fig. 17 – Máquina electro-hidráulica, de fio diamantado; A – Centralina; B – Poleia de puxe. Museu do Mármore de Vila Viçosa.

Eram e continuam a ser máquinas incrivelmente versáteis, possibilitando cortes horizontais, verticais e oblíquos, com elevadas velocidades, entre 3 e

9 m²/h, dependendo da dureza do mármore e da potência das máquinas que não ultrapassavam os 50 cv. Possuíam ainda a capacidade de cortar grandes áreas, consoante o comprimento do fio diamantado utilizado. As máquinas evoluem sobre carris (Fig. 18) mantendo o fio tenso, por forma a garantir o corte que deverá ser sempre auxiliado com água para arrefecimento do equipamento e limpeza dos golpes. O fio diamantado é constituído por um cabo de aço galvanizado, molas, anilhas, prensadores e pérolas diamantadas que podem ser eletrolíticas ou de concreção, sendo estas últimas as mais vulgarmente utilizadas nas pedreiras.



Fig. 18 – Máquina de fio diamantado a executar um golpe vertical em bancada, empresa António Galego & Filhos, Mármore SA.

Desde 2011, a empresa Solubema introduziu nas suas pedreiras máquinas de fio diamantado da Atlas Copco, com 100 cv de potência, elevando as velocidades de corte nos mármore para valores entre 25 e 30 m²/h.

O Século XX foi pródigo no desenvolvimento tecnológico, não sendo exceção os equipamentos de movimentação de massas. Gradualmente os mal-afamados *crapauds* foram dando lugar a equipamentos menores e igualmente de grande capacidade. O advento da eletricidade nas pedreiras permitiu também o surgimento, na década de oitenta, dos pistons hidráulicos, regionalmente conhecidos por “macacas” que possuem um cilindro que vai sendo projetado para fora da estrutura que o envolve devido a uma centralina elétrica. Estas “macacas” de peso considerável, com cerca de 50 kg, tinham a capacidade de deslocar massas até 160 t. Por possuírem peso elevado e serem de difícil manuseamento, associado ao facto de ser necessário a realização de uma “caixa” no maciço, para sua colocação, levando ao desperdício de pedra, gradualmente foram caindo em desuso. Porém, este equipamento, ainda hoje pode ser observado, nas pedreiras.

Os colchões pneumáticos surgem nas pedreiras na passagem para a década de noventa. Sendo constituídos por neopreno e uma malha de aço eram de mais fácil manuseamento e bem mais leves, daí que tenham sido utilizados durante

longos anos, durante o Século XX. Eram colocados nos cortes previamente executados pelo fio diamantado, sendo insuflados com ar comprimido. Possuíam capacidade de movimentação de grandes massas, até 200 t. Porém, devido ao elevado grau de fracturação do maciço marmóreo rompiam-se frequentemente, tornando-se perigosos para os homens que se encontrassem perto deles. A necessidade de se encontrar algo menos perigoso e tão ou mais eficaz que as “macacas” e os colchões pneumáticos, fez aparecer nas pedreiras, em 1996 as almofadas de água (Fig. 19), constituídas por duas chapas metálicas soldadas, com dimensões generalizadas de 1,0 m x 1,0 m, peso de 8 kg e espessura inicial de 0,4 cm. Depois de cheios com água, à pressão de 3,0 MPa, expandem até 20 cm, possuindo uma força de deslocação na ordem de 300 t.



Fig. 19 – A – Introdução de uma almofada de água num golpe (pedreira da Lagoa, da empresa Marmoz, Companhia Industrial de Mármore de Estremoz, Lda.); B – Duas almofadas de água depois de cheias produzindo uma deslocação na talhada.

Por fim, em pleno Século XXI, novas formas de derrube de talhadas foram sendo empregues, cada vez mais nas pedreiras de mármore. Trata-se do ripper (Fig. 20A) e do tomba bancadas hidráulico (Fig. 20B), ambos acoplados em retroescavadoras e de tomba bancadas mecânico (Fig. 20C) aplicados em pás



Fig. 20 – A: Derrube com recurso a *ripper* e retroescavadora (pedreira de Estremoz da empresa Bentel, Sociedade Extractiva de Mármore SA); B: Tomba bancadas hidráulico; C: Derrube com tomba bancadas mecânico acoplado em pá carregadora (pedreira da Vigária da empresa Solubema, Sociedade Luso Belga de Mármore SA).

carregadoras. Estes avanços tecnológicos são de grande importância visto ter-se tornado mais fácil e seguro a movimentação de grandes massas, estando o operador protegido de quaisquer projeções de pedra, visto estar dentro das cabines de comando das respetivas máquinas.

Quanto ao tipo de exploração, na zona dos mármore, sempre se caracterizou por um desenvolvimento em poço, a céu aberto, por degraus direitos, devido às características morfológicas da planície alentejana. Graças aos desenvolvimentos tecnológicos, as pedreiras vão sendo cada vez mais fundas, como é o caso da pedreira de Pardais (Fig. 21A) da empresa José Luís Cochicho, atualmente com cerca de 150 m de profundidade. Durante vários anos, no concelho de Borba, a empresa Marmoz explorou uma pedreira em flanco de encosta (Fig. 21B), no lugar do Mouro, porém paulatinamente foi-se tornando uma exploração em poço, perdendo a sua característica inicial. No que diz respeito à exploração subterrânea, a primeira tentativa, data de 1990, pela empresa Pardal Monteiro SA, na zona da Encostinha, Borba, onde se entraram apenas três metros em galeria, tendo-se abandonado de imediato devido à elevada fracturação do maciço. Ao longo dos anos, houve algumas tentativas de exploração subterrânea, no entanto, foram sendo abandonadas. A única exploração que atingiu dimensões consideráveis foi a pedreira do Texugo (Fig. 21C), da empresa Lugramar, tendo-se iniciado em galeria, no ano de 2002, encontrando-se atualmente com cinco pisos e com uma profundidade aproximada de 25 m.



Fig. 21 – A: Pedreira a céu aberto, Pardais, da empresa José Luís Cochicho; B: Pedreira em flanco de encosta, Mouro, empresa Marmoz; C: Pedreira em subterrâneo, Lagoa, Lugramar.

Quando recuamos até aos tempos pré-históricos e olhamos para as pedreiras atualmente, não há dúvida que dificilmente ficamos indiferentes ao desenvolvimento tecnológico preconizado pelo homem na constante busca para a melhoria das condições de trabalho e nas técnicas de extração dos recursos naturais. Rapidamente, também nos apercebemos que esse desenvolvimento não ficará por aqui. Trata-se de uma história sem fim e logicamente graças à arte, engenho e capacidade inventiva do homem fará com que caminharemos para equipamentos mais sofisticados e mais seguros que permitirão melhores rendimentos, velocidades de extração cada vez maiores e menores quantidades de desperdício.

Os nossos agradecimentos, por esclarecimentos prestados para a realização deste documento a Hugo Primo, Isidoro Simões, Joaquim Brito, Luís Miguel Brito da Luz, Manuel Branco e Vasco Barros.

Bibliografia

- Anselmo, A. J. (1984); *O Concelho de Borba, Topografia e História*. 2ª Edição, CMB, 1984, p. 53.
- Brito da Luz, L. M. (2005); *Análise Crítica ao Modelo de Desenvolvimento do Sector das Pedras Naturais: o Caso dos Mármore no Triângulo Estremoz – Borba – Vila Viçosa, 1980 – 2003*; Mestrado em Economia e Estudos Europeus; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão; p. 230.
- Hockensmith, C. H. (2009); *The Millstone Industry, a Summary of Research on Quarries and Producers in the United States, Europe and Elsewhere*; McFarland & Company, Inc. Publishers; ISBN 978-0-7864-3860-0; p. 269.

VILA VIÇOSA: PATRIMÓNIO GEOLÓGICO, POTENCIAL CIENTÍFICO E GEOTURISMO

Luís Lopes^{1,2,a} & Ruben Martins^{1,b}

...Primeiro havia uma cordilheira imensa com inúmeros montes e vales, depois surgiu um vasto oceano, que entretanto desapareceu e dele novas montanhas se ergueram. Da sua erosão restou o Alentejo que conhecemos!

Resumo

Apesar da pequena dimensão, Portugal apresenta uma riqueza geológica deveras impressionante. Efetivamente, de forma consistente mas diversificada de Norte a Sul e de Este a Oeste, estão bem representadas as Formações Geológicas equivalentes às que, à escala global, caracterizam as diferentes Eras. Desde o Proterozoico Superior à atualidade, é possível “ler nas pedras” a História Geológica da Terra. Ora, a evolução geodinâmica de um território não se faz de forma isolada, integra-se e é dependente de acontecimentos que operam à escala global. Neste sentido, os peritos da Geologia encontram no concelho de Vila Viçosa, argumentos inconfundíveis de materiais e processos geológicos cuja idade mais antiga remonta, de forma evidente, há cerca de setecentos milhões de anos e vem até aos nossos dias onde, o principal agente transformador da paisagem é o Homem.

Alguns destes vestígios são tão óbvios que foram reconhecidos pela Comunidade Científica Nacional com Património Geológico a preservar.

Nas páginas que se seguem procuraremos traduzir de forma clara e simplificada, a extremamente rica mas emocionalmente complexa geologia que se pode observar no concelho de Vila Viçosa e consequentemente extensível ao território nacional e até além fronteiras, tanto para Espanha como para outro lado do Oceano Atlântico.

¹Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geociências. Rua Romão Ramalho, 59. Apartado 94. 7002 554 Évora. ²Instituto de Ciências da Terra (ICT), FCT, Portugal. ^alopes@uevora.pt, ^brubenvm@uevora.pt

Summary

Despite the small size, Portugal has a very impressive geological variety. Effectively, consistently but diversified from North to the South and from East to the West, Geological Formations equivalent to that on a global scale represents the different ages, are well visible and outcrops very clearly. From the Upper Proterozoic to the present, it is possible to “read between the stones” the Geological History of the Earth. It is well known that the geodynamic evolution of a territory is not done in isolation, integrates and is dependent on events that operate on a global scale. In this sense, the experts of geology found in Vila Viçosa municipality, unmistakable arguments of geological materials and processes whose oldest age is about seven hundred million years and comes to the present day, where the main transformer agent of the landscape is the Man.

Some of these remains are so obvious that they were recognized by the National Scientific Community as Geological Heritage Monument to preserve.

In the follow pages we’ve try and clearly translate, to anyone, the extremely rich but emotionally complex Geology that can be seen in Vila Viçosa County and consequently extends to all the Country, Spain and even to the other side of the Atlantic Ocean.

Vila Viçosa, um passado com 700 milhões de anos

Não deixa de ser irónico que o mais antigo e enraizado património existente na região, o conhecimento intangível associado à História Geológica do Anticlinal de Estremoz, tenha sido o último a ser valorizado e explorado como potencial económico e mobilizador da região.

A Geologia como ciência que estuda a Terra e a sua complexa e sempre mutante evolução, permite, de forma coerente, interpretar o Mundo atual como uma cadeia lógica de acontecimentos que ficaram registados nas rochas. São as rochas os testemunhos do passado que registam processos e eventos que presidiram à sua formação e nesta perspetiva transportam-nos para outras latitudes e outros climas muito diferentes dos que agora prevalecem na região onde surgem. São ainda testemunhos de viagens pelo Globo! No Séc. XV Galileu a respeito da Terra, por entre a verdade absoluta da fé, deixou escapar como um murmúrio a convicção que a Terra se desloca no espaço “... e pur se muove...”. Hoje não só sabemos que se move como ainda que os continentes que a constituem se movem entre si. Há cerca de cem anos, partindo da observação do Mundo e dos registos mais antigos sobre o tema, Alfred Wegener lançou a ideia da Deriva Continental. Definitivamente, não só a Terra se movia, mas os próprios continentes se deslocariam uns em relação aos outros. Ainda assim e só depois de muita polémica e algum ceticismo, apenas na década de setenta do Séc. XX a Teoria foi moderadamente aceite. Nos anos 80-90, assistiu-se a uma série de inovações tecnológicas que já quase permitiam “ver” os continentes a deslocar-se, ainda

assim o erro era muito grande e os erros instrumentais superiores aos valores medidos. Os mais céticos podiam continuar a alegar que os desvios observados se deviam à imprecisão instrumental e não a um verdadeiro movimento entre os continentes. Finalmente, nos dias de hoje o movimento relativo dos continentes é inquestionável. A precisão instrumental permite-nos medir afastamentos de centímetros em milhares de quilómetros em períodos anuais, ou seja temos uma ideia precisa da velocidade a que os continentes se movem uns em relação aos outros, entre 1 a 18 cm/ano, a mesma velocidade, por exemplo, a que crescem as nossas unhas. Eventos tão espetaculares como a ocorrência, por vezes catastrófica para a Humanidade, e a sua precisa localização de, por exemplo, sismos e vulcões, são facilmente explicadas e integradas numa visão conjunta, global, do que é a Máquina da Terra que a todos transporta.

Assim sendo, a mais rica e longínqua História Geológica de Portugal pode ser lida nas rochas que afloram no Alentejo. Para a entendermos temos de considerar dois aspetos muito importantes: as condições iniciais de formação das várias rochas [diferentes materiais provenientes de rochas preexistentes acumulam-se, ou assentam, e formam as rochas sedimentares; ou surgem de antigos vulcões hoje completamente apagados e formam as rochas ígneas extrusivas ou vulcânicas; se estes materiais arrefecerem em profundidade formam rochas ígneas intrusivas – granitos e afins] e a sua transformação durante os longos períodos de tempo geológicos nos quais as rochas foram comprimidas originando dobras, falhas e diaclases ao mesmo tempo que sofreram alterações composicionais, texturais e mineralógicas (deformação e metamorfismo), originando as Rochas Metamórficas que hoje observamos à superfície (xistos, mármores, gnaisses, etc.).

Considerando o mapa geológico de Portugal, no Alentejo, destaca-se uma estrutura, elíptica e simétrica que se estende por mais de quarenta quilómetros, entre Sousel e Alandroal (Fig. 1). A simetria reflete-se na natureza e idade das rochas que constituem a estrutura anticlinal de Estremoz. As rochas mais antigas ocupam duas manchas centrais (a Noroeste de Estremoz e entre Borba e Vila Viçosa). Em seu torno e concêntricamente dispõem-se as rochas mais recentes. Esta geometria obtém-se pelo enrugamento de estratos que inicialmente se encontravam na horizontal e que sendo dobrados em forma de “A” (antiforma) e depois “cortados”, pela superfície de erosão que constituiu o relevo atual, gera essa simetria onde as rochas mais antigas estão no núcleo (anticlinal) (Figs. 2 e 4).

Tanto quanto nos é possível recuar de forma segura no tempo geológico, a história geológica da região inicia-se nesses terrenos mais antigos de idade precâmbria. Em particular denomina-se por “Formação dos Xistos de Mares” ao conjunto destas rochas. É constituído por xistos, arenitos e rochas siliciosas, todas muito escuras, pelo que a designação de “Série Negra” também aqui é um sinónimo para as mesmas. Ora, na parte superior desta sequência estratigráfica, na transição para Câmbrio, ocorrem uns conglomerados, rochas formadas num ambiente sedimentar de alta energia e muito próximo da linha de costa. No Parque Industrial de Vila Viçosa, em terreno preservado pela autarquia pelo seu

interesse geológico e didático, pode observar-se *in situ* um afloramento destes conglomerados (Fig. 3; ponto 1 da figura 4). Este local também está referenciado como um dos 326 locais com interesse científico a preservar e descrito no inventário nacional realizado para este fim no âmbito de um projeto de património geológico e geoconservação (Brilha, *et al.* 2010). Através da análise de uns minerais (zircões) neles encontrados foi possível datar as rochas, que no flanco Norte do anticlinal se situam na mesma posição estratigráfica e tem a mesma composição das que aqui ocorrem, em 542 milhões de anos, ou seja precisamente na passagem do Precâmbrico ao Câmbrio (Pereira *et al.*, 2012). Na História da Terra, este horizonte marca a transição biológica onde os seres vivos adquirem um suporte rígido (exosqueleto) o que veio permitir que o registo geológico passasse a ser mais completo e detalhado, já que as partes moles dos seres vivos só em condições excecionais ficam preservadas.

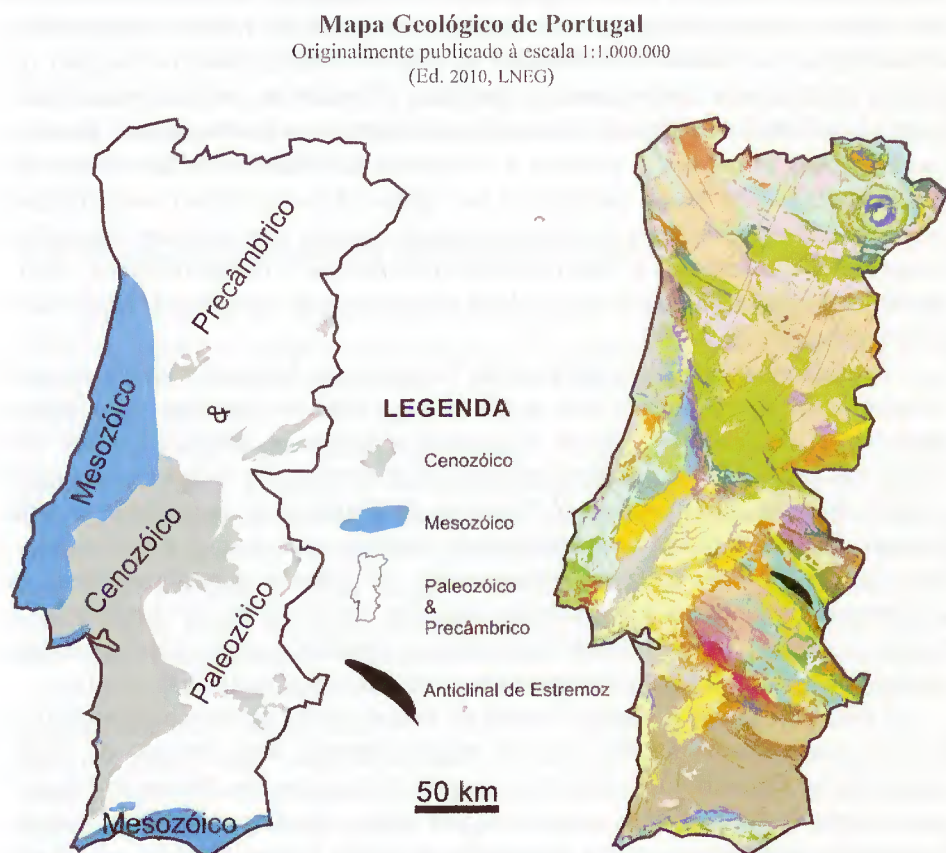


Fig. 1 – Localização do Anticlinal de Estremoz no território nacional e idade relativa das diferentes unidades que constituem o território continental português. Do mais recente para o mais antigo: Cenozóico – Mesozóico – Paleozóico – Precâmbrico. Mapa geológico adaptado de LNEG, 2000 – Mapa Geológico de Portugal na Escala 1:1.000.000.

CARTA GEOLÓGICA DO ANTICLINAL DE ESTREMOZ

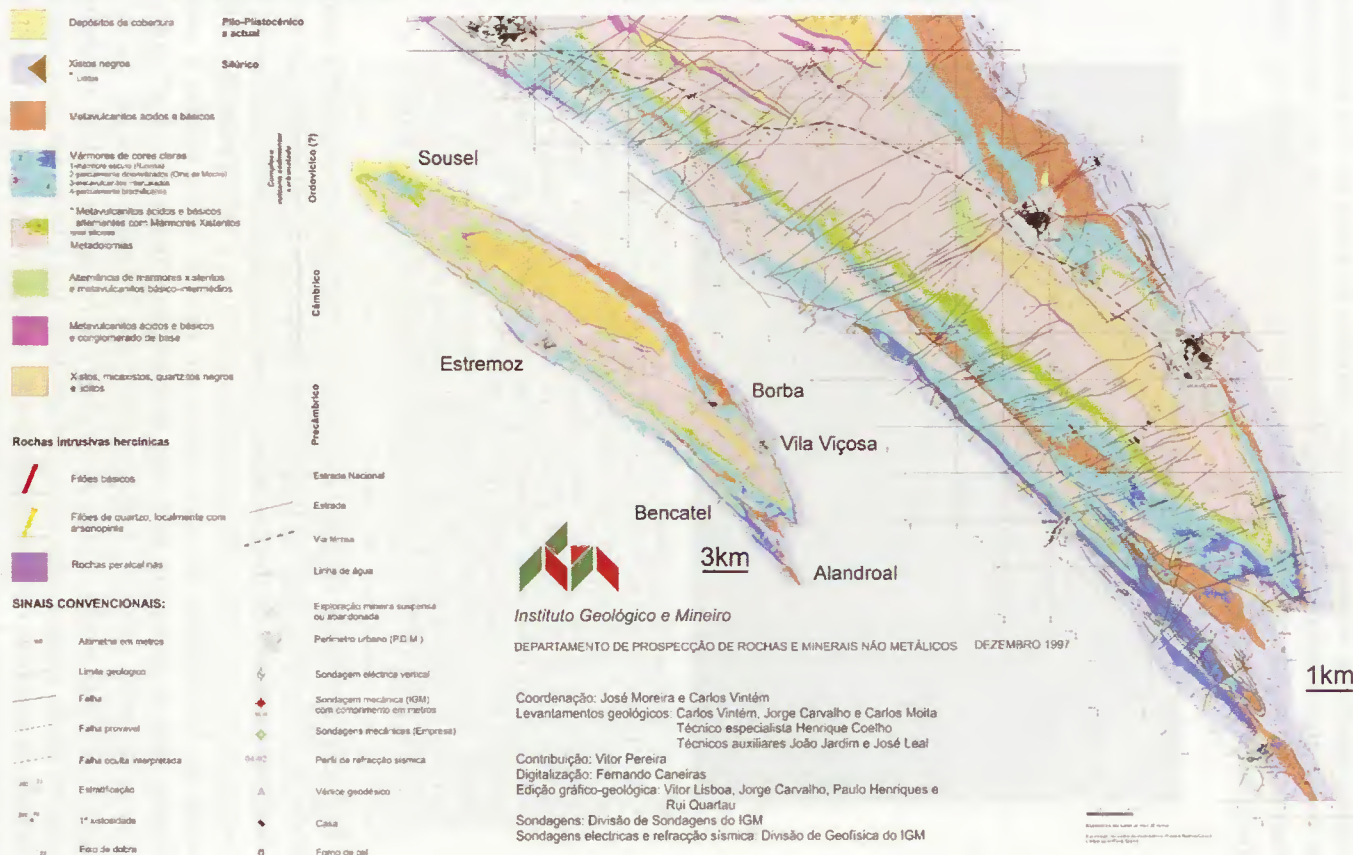


Fig. 2 – Estrutura Anticlinal de Estremoz com destaque para a metade meridional onde se situam os Concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, mais ricos em mármore explorados como rocha ornamental. Adaptado de: Moreira, J. & Vintém, C. (Coords.). 1997. Carta Geológica do Anticlinal de Estremoz. Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.

O “conglomerado de base” do Câmbrio teria sido depositado na foz de rios que desciam de antigas montanhas formadas há cerca de 700 milhões de anos. Nessa altura havia um supercontinente (Rodínia) que, por sua vez, já anteriormente havia sido formado pela colisão e consequente junção de outros continentes então existentes.



Fig. 3 – Pormenor do conglomerado de base do Câmbrio inferior aflorante no Parque Industrial de Vila Viçosa (ponto 1 da figura 4). Os clastos apresentam-se rolados e envoltos por uma matriz argilo-siltítica homogénea. Como curiosidade refira-se que os solos resultantes da alteração destas rochas originam barros de excelente qualidade para a indústria cerâmica e olaria tradicional. As reservas são imensas e permitem perspetivar uma exploração industrial desta matéria-prima (Cunha, 2010; Alves, 2015). A posição da bússola marca a orientação do bandado sedimentar e constata-se que ao contrário da orientação geral NW – SE do anticlinal, neste local as estruturas primárias estão orientadas E – W, com uma inclinação inferior a 30° para Sul.

Este supercontinente vai fragmentar-se e em Portugal, a maioria das rochas formadas no Paleozoico inferior (com idades superiores a 360 milhões de anos) resultam dos processos de meteorização e erosão a que os blocos resultantes da sua separação ficam sujeitos. Por exemplo, entre Elvas e Vila Verde de Ficalho, há cerca de 530 milhões de anos existia um mar de águas tépidas e pouco profundas onde se formaram as rochas dolomíticas (“pedra cascaval”) sobre o conglomerado atrás referido. Concomitante com a formação destes calcários ocorre um vulcanismo ora calmo, ora explosivo. Do registo geológico sabemos que a abertura do oceano paleozoico (denominado por Rheic) não foi contínua, na verdade os calcários dolomíticos chegaram a sofrer levantamentos eustáticos tendo ficado expostos à superfície e tal como hoje acontece, também se formaram grutas em resultado da circulação de águas meteóricas que provocaram a dissolução destas rochas. Este período de exposição aérea ficou vincadamente

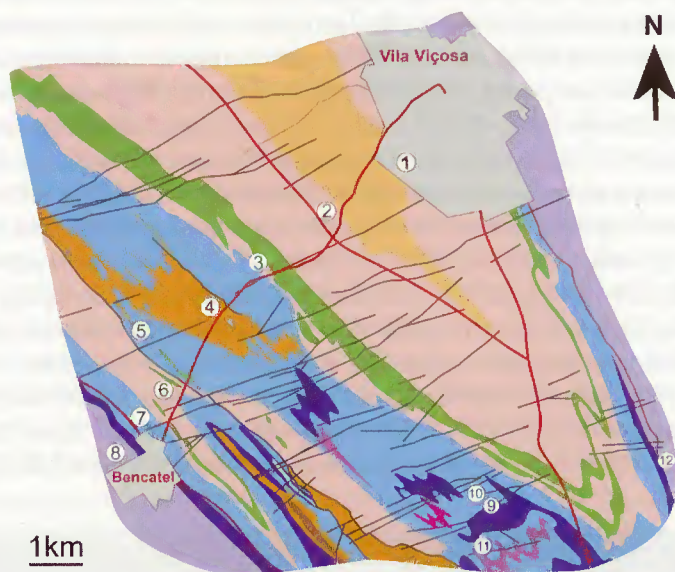


Fig. 4 – Localização dos pontos ilustrativos da geodiversidade existente na região e privilegiados para a observação das várias Formações Geológicas que constituem o Anticlinal de Estremoz. 1 – Conglomerado de Base do Câmbrio; 2 – Formação Dolomítica; 3 – Prováveis vestígios fósseis e horizonte silico-ferruginoso próximo das pedreiras junto à base do CVSC (local de Cabanas, Bencatel); 4 – Massa de rochas vulcânicas básicas; 5 – Pedreiras do Monte d’El Rei na parte superior do CVSC; 6 – Formação Dolomítica em antiforma anticlinal secundário; 7 – Mármore escuros, comercialmente designados por “Ruivina”, no topo da sequência carbonatada; 8 – Xistos negros com líditos (metachertes negros com muita matéria orgânica), por vezes fossilíferos, de idade silúrica, envolventes à estrutura anticlinal; 9 – Pedreira A. Mocho, cujo talude Sudoeste, onde se observam as duas fases de deformação dúctil da Orogenia Varisca (ou Hercínica), está classificado com Património Geológico; 10 – Pedreira Marmoz onde se encontram vestígios *in situ* da atividade mineira durante o Período Romano; 11 – Padrões de interferência cartográficos resultantes do dobramento e redobramento a que toda a sequência foi sujeita, e 12 – Mina de Cobre de Miguel Vacas (Monte dos Vieiros – Fonte Sociro, Pardais). Legenda igual à Fig. 2. Adaptado de: Moreira, J. & Vintém, C. (Coords.). 1997. Carta Geológica do Anticlinal de Estremoz, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.

marcado no registo geológico em grutas preenchidas por sedimentos e pela ocorrência de um horizonte silico-ferruginoso que separa a Formação Dolomítica (FD – “pedra cascalva”) do Complexo Vulcano-Sedimentar-Carbonatado de Estremoz (CVSCE – onde estão os mármore explorados como rocha ornamental) (ponto 3 na figura 4). Na paisagem atual a Formação Dolomítica corresponde a um planalto e o CVSCE ocupa os terrenos mais baixos na sua vizinhança (Lopes, 2003).

Se quisermos ter uma ideia da passagem do tempo e evolução da paisagem geológica num período da história da Terra entre quinhentos e quarenta e dois milhões de anos e os quinhentos milhões de anos (período de tempo correspondente ao Câmbrio na escala cronostratigráfica que regista a passagem do tempo desde a formação da Terra até aos nossos dias), nada melhor do que percorrer o território visitando locais onde os eventos que marcam as transições mais bruscas estão bem preservados e podem ser facilmente apreendidos pelos leigos.

O percurso de Vila Viçosa para Bencatel é um bom exemplo para mostrar no espaço, a variação temporal das Formações Geológicas que constituem o Anticlinal de Estremoz. Seguindo para Sudeste pela EN 254, na última rotunda à saída da vila estamos sobre o Precâmbrio, neste local essencialmente constituído por xistos. Nele se desenvolve para NW e até Borba, o “vale viçoso”, ao qual a vila deve o seu nome. Um pouco antes de chegarmos ao cruzamento com a EN 255, a subida leva-nos à Formação Dolomítica (Fig. 5) que podemos observar nas trincheiras da estrada e no planalto que aí se pode observar (ponto 2 de figura 4).



Fig. 5 – Aspeto típico dos afloramentos de (meta) dolomitos cristalinos pertencentes à Formação Dolomítica de Estremoz. Normalmente apresentam uma fracturação muito intensa e sulcos de erosão por dissolução originada pelas águas de escorrência. Por vezes a fracturação origina padrões que se assemelham à textura da pele dos elefantes (dita “...em pele de paquiderme). Como, para as mesmas condições de alteração deutérica estas rochas são mais resistentes que os mármore do CVSC, normalmente apresentam-se em zonas mais elevadas, sendo este o primeiro critério cartográfico que nos permite separar as duas unidades. Na passagem da FD ao CVSC é usual encontrar-se cristais, por vezes centimétricos e hialinos de quartzo, associados a pseudomorfoses de pirite em óxidos e hidróxidos de Fe, o que materializa o horizonte silico-ferruginoso com expressão regional.

Durante o processo metamórfico ocorre a transformação de calcário a mármore. Esta transformação consiste num rearranjo mineral, textural e composicional e implica uma recristalização geral da rocha. Esta, estando simultanea-

mente sujeita a esforços tectónicos, adquire uma orientação planar preferencial definida pelo alinhamento dos cristais de calcite que, na gíria popular é designada por “corrume”. Para os geólogos trata-se de uma microxistosidade (“micro” porque, estando presente, não é óbvia a sua presença) e corresponde à orientação planar da rocha geometricamente perpendicular à direção de compressão máxima que a rocha sofreu enquanto estava a ocorrer o processo metamórfico (metamorfismo dinâmico). Por um lado, as condições de pressão e temperatura a que estas transformações ocorreram foram cruciais para a obtenção dos mármore de excecional qualidade que se extraem no Anticlinal de Estremoz mas, por outro eliminam quase por completo as características primárias das rochas. Por exemplo, os vestígios orgânicos que dariam lugar a fósseis que permitiriam a datação das rochas por esta via, encontram-se praticamente ausentes. A este respeito ainda muito há por fazer pois cremos que, não sendo o metamorfismo um processo homogéneo, em alguns locais pode ter havido preservação de vestígios orgânicos. Recentemente encontrámos umas estruturas que, apesar de estarem muito recrystalizadas, são, indubitavelmente, de origem orgânica (Fig. 6) (ponto 3 da Fig. 4).



Fig. 6 – Bloco de mármore explorado numa das pedreiras da zona das Cabanas, Bencatel onde é possível observar estruturas orgânicas muito recrystalizadas, de tal modo que apenas restam umas “sombas” das estruturas originais (detalhe do bloco em cima à direita e de outra amostra do mesmo local, em baixo à direita). Em todo o caso pela coincidência morfológica e pela dimensão idêntica às que se encontram, por exemplo em Alconera, Zafra (Espanha) (imagem no canto inferior esquerdo) onde se encontram perfeitamente preservadas, estas estruturas podem ser atribuídas a arqueociatos, esponjas muito primitivas que apenas existiram num período muito específico da Terra correspondendo ao Câmbrio inferior (esquema em cima ao centro da imagem). Estratigraficamente ocorrem na posição certa e a existência destes materiais é motivante e muito promissora para levar a cabo novas pesquisas.

Tal como acontece entre Alandroal e Sousel (de SE para NW), também entre Vila Viçosa e Bencatel, o planalto ocupado pelo olival define a extensão da FD e a descida pronunciada, com o aparecimento das primeiras pedreiras, marca a passagem ao CVSC. A zona de relevo mais baixo, sem pedreiras e a seguir ao desvio para Noroeste em direção à Vigária, corresponde a uma massa considerável de rochas vulcânicas básicas (basaltos e cinzas vulcânicas) no CVSCE (ponto 4 da figura 3). Ocupam o núcleo de um sinforma secundário (dobra em forma de “U”) com as rochas mais recentes no núcleo (sinclinal) que se estende para Noroeste pela Herdada da Vigária até ao Poço Bravo (Barro Branco). Seguindo pela estrada em direção a Bencatel à direita surge a pedreira Ezequiel Francisco Alves Lda. onde rochas vulcânicas extrusivas e intrusivas, intercaladas nos mármore, podem ser observadas (Fig. 7). De facto, como será explicado adiante, é a presença de uma grande massa de rochas vulcânicas básicas que permite a existência de grandes massas de mármore rosados numa faixa (El Rei – Vigária) que compreende as pedreiras Ezequiel Francisco Alves, Rosa Ibérico e J. Mendes Nobre (Fig. 8).



Fig. 7 – Vista geral para Sudeste da pedreira Ezequiel Francisco Alves. No horizonte, a elevação ao centro corresponde ao ponto 6 da figura 4. Ao meio e à direita o pormenor na caixa destaca uma rocha ígnea intrusiva (filão básico) de idade anterior à deformação das rochas, uma vez que apresenta indícios similares de dobramento aos presentes nos mármore (estiramento, “*boudinage*” (adelgaçamento diferencial com formação de zonas mais estreitas e outras mais espessas, tal como se observa na figura), dobramento e falhas). Em baixo representam-se estruturas observadas no fundo da pedreira correspondentes a dobras assimétricas e heterogêneas com destaque para alguns pormenores que permitem ao geólogo interpretar, não só a deformação sofrida pelas rochas, mas também, perceber qual foi o sentido de atuação das forças e qual foi o sentido de transporte de massa associado a esses movimentos tectónicos.

Continuando pela estrada em direção a Sudoeste, à entrada de Bencatel a elevação situada à esquerda corresponde novamente à Formação Dolomítica, definindo um antiforma anticlinal. À entrada da povoação estamos novamente sobre o CVSC onde, sob as casas, poderíamos encontrar uma faixa de mármore cinzento azulado escuros que tomam a designação comercial de “Ruivina”. Estes correspondem aos mármore situados no topo do CVSC que, por isso mesmo, são os mais recentes (entre os pontos 7 e 8 da figura 4). Esta sequência continua para xistos negros e rochas siliciosas negras (liditos), indicadoras de um ambiente sedimentar muito calmo e sem oxigénio livre. Têm fósseis (graptólitos) que nos permitem saber a sua idade, cerca de 408 milhões de anos (Fig. 9). Seguindo a EN, mesmo no limite do concelho com o município de Redondo, junto ao Monte do Alfaval, existe uma das mais ricas e bem estudadas ocorrências de graptólitos de Portugal (Fonte Ferrenha) (Romariz, 1962; Piçarra, 2000). Estes afloramentos, por se encontrarem dentro do eucaliptal e sujeitos a intensa atividade florestal, não estão protegidos nem apresentam quaisquer condições de preservação, pela importância que têm para a compreensão da geologia portuguesa, urge tomar medidas de proteção com vista à sua conservação.



Fig. 8 – Vista geral para Sudeste a partir da pedreira Rosa Ibérico para a pedreira J. Mendes Nobre, a seguir, no alinhamento, fica a pedreira Ezequiel Francisco Alves, Este núcleo de pedreiras situa-se em Monte d’El Rei, Bencatel. À esquerda observa-se uma grande massa de xistos verdes que inicialmente corresponderiam a rochas vulcânicas básicas e extrusivas (essencialmente cinzas, *lapilli* e bagacina). É graças à existência desta enorme massa que permite a obtenção de blocos de grandes dimensões, até 12 m³, de mármore rosados nas pedreiras aqui enumeradas. Normalmente pequenas bandas destes xistos esverdeados intercalados nos mármore, conferem tonalidades rosas na sua vizinhança que se esbate como afastamento. Interpreta-se esta coloração rosada dos mármore pelo grau metamórfico que foi atingido na região que permitiu a difusão de um elemento cromóforo, no caso o Mn, a partir das rochas metavulcânicas para o mármore. O Mn substituiu parcialmente o Ca na rede cristalina da calcite sem, contudo, chegar a concentrações que originariam a formação de um carbonato de Mn (rodocrosite). Ao centro da imagem é possível visualizar grande dobra em “A” correspondente a um antiforma anticlinal secundário e de segunda fase, ou seja, a esta como a escalas maiores e menores as dobras repetem-se em diferentes ordens de dobramento mas tendo, contudo, uma coerência geométrica que é o testemunho dos fenómenos de deformação a que foram sujeitas. À esquerda (para Noroeste) e tal como é referido no texto, existe um sinclinal essencialmente constituído por estes xistos que não sendo explorados para fins ornamentais, não dão lugar a pedreiras.

Efetivamente, no Período Silúrico (há 443 – 416 milhões de anos) o Alentejo fazia parte de um extenso mar, no qual existiam organismos marinhos denominados “graptólitos”. Os graptólitos foram invertebrados marinhos coloniais que habitaram os mares mundiais na Era Paleozoica e que apresentavam evidências morfológicas aos Hemicordados atuais. O termo “graptólito”, do grego graphein (escritos) e lithos (pedra), vem do aspeto de “traços de lápis” com que estes fósseis (impressões ou restos dos organismos após a morte) se apresentam nas rochas, normalmente em xistos negros. O que se conserva dos Graptólitos é o esqueleto colonial, constituído por uma proteína fibrosa de natureza orgânica (colagéneo), idêntica à dos nossos tendões. Esse esqueleto, denominado rhabdosoma, era constituído por tubos (tecas), no interior de cada qual estaria o corpo mole de um graptólito (zooide graptolítico), que supostamente apresentaria braços ciliados e expansões carnudas que contribuiriam para o movimento da colónia na água. A maioria dos graptólitos foram organismos planctónicos e tal situação facilitou a sua expansão por todos os mares. Esta distribuição global, aliada a uma curta duração das espécies, em média estimada em 1 milhão de anos,

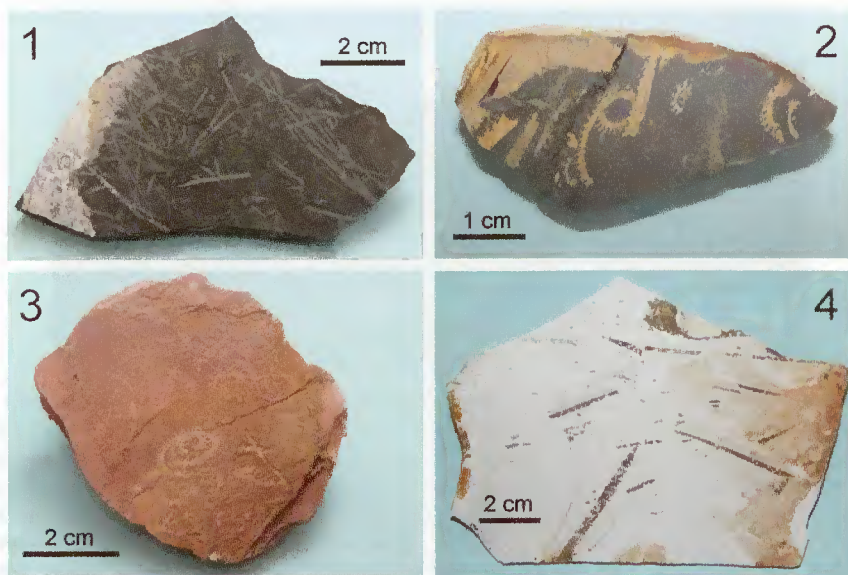


Fig. 9 – Fósseis de graptólitos do Silúrico: 1 – *Monograptus* sp. (*gr. marri* ou *priodon*) Monte dos Torneiros (Elvas); 2 – *Oktavites spiralis* (forma enrolada), *Monograptus gr. priodon* (forma recta) e *Retiolites geinitzianus* (forma recta bisseriada) Fonte Ferrenha (5 km a SO de Bencatel – Vila Viçosa); 3 – *Oktavites spiralis* (forma enrolada)? *Diversograptus* sp. (forma fina). Faixa de Estremoz-Barrancos; 4 – Monograptídeos rectos dos géneros *Monograptus* (*gr. priodon*), *Pristiograptus* e *Monoclimacis* e um bisseriado do género *Retiolites*. Faixa de Estremoz-Barrancos. Texto e amostras cedidos por José Manuel Piçarra d’Almeida, INETI – Beja para o Museu do Mármore de Vila Viçosa.

faz com que sejam bons fósseis para datar as rochas onde existem, com variações da ordem de 250 a 300 000 anos. Os fósseis de graptólitos representados na figura 8 pertencem à ordem *Graptoloidea* e são do Período Silúrico (443 – 416 M. A.). Na área que se estende desde Estremoz até Barrancos, incluindo a região de Vila Viçosa, foram já identificadas cerca de 100 formas diferentes, entre géneros e espécies (texto inédito de José Manuel Piçarra d’Almeida, LNEG, para a Exposição “Rochas e Fósseis – Patrimónios do Tempo”, Convento do Espinheiro, Évora, 5 de Novembro a 1 de Dezembro de 2011).

Pelo carácter único e pela importância que representam para a compreensão da geologia regional, referiremos ainda o afloramento de mármore brechóides com crinóides (lírios do mar) que afloram no Concelho de Alandroal. Estas rochas apenas apresentam uma xistosidade, resultante da atuação da última fase da Orogenia Varisca, pelo que serão mais recentes que os mármore do Anticlinal de Estremoz, que apresentam as duas xistosidades resultantes da atuação das duas fases da Orogenia Varisca. Embora as características morfológicas não tenham detalhes que permitam uma classificação precisa, as que têm apontam para que sejam de idade Devónica (Fig. 10). O conhecimento da localização deste afloramento não é de domínio público, pois, por enquanto, não estão criadas as devidas condições de preservação.



Fig. 10 – “Calcário de crinóides” encontrado na estrutura de Ferrarias, a Norte de Alandroal.

Em resumo, desde o Parque Industrial de Vila Viçosa até à saída de Bencatel em direção a Redondo, podemos fazer uma viagem no tempo desde um período anterior a 542 até aos 408 milhões de anos, ou seja mais de 134 milhões de anos que nos levam de uma praia de águas tépidas e transparentes a um mar profundo, escuro e gélido.

O oceano Rheic assim formado, cessa a sua expansão e os continentes começam a aproximar-se. De uma forma simples podemos afirmar que, até final do Paleozoico aos 245 milhões de anos, a “Zona de Ossa-Morena” (correspon-

dente em Portugal ao Alentejo Central) vai ficar comprimida entre a “Zona Centro-Ibérica (a Norte) e a Zona Sul-Portuguesa, a Sul (Orogenia Varisca ou Hercínica). As rochas anteriormente formadas vão ser empurradas umas contra as outras, enterradas em profundidade e sujeitas a aumentos significativos de pressão e temperatura.

Em certos locais, como nos arredores de Évora, de Redondo ou Montemor-o-Novo, por exemplo, o aumento de temperatura foi tão grande que as rochas acabaram por fundir e do arrefecimento lento do magma assim formado resultaram os granitos que hoje podemos ver na paisagem.

No Anticlinal de Estremoz, os calcários foram transformados em mármore, as argilas e arenitos em xistos e grauvaques e as rochas vulcânicas básicas e ácidas em metavulcanitos (normalmente xistos de cor esverdeada e esbranquiçada, respetivamente). Simultaneamente, os estratos horizontais, segundo os quais as rochas se haviam formado, são dobrados e retorcidos em padrões geométricos a que o termo “bolo de mármore” faz jus. O efeito da temperatura sobre as rochas vulcânicas básicas, para além de provocar variações texturais e mineralógicas, também induz a migração de alguns elementos químicos (cobre, ferro, manganês, crómio, vanádio, zinco, entre outros). Se, por processos geoquímicos, estes elementos encontram condições para se concentrar, podem mesmo formar novos minerais. O cobre (Cu) pode formar malaquite ou azurite, o manganês (Mn) rodocrosite, o Fe (ferro), associado ao S (enxofre) forma pirite ou calcopirite se também incorporar cobre, etc. Mas também podem entrar na rede cristalina de outros minerais sem a destruírem ou alterar significativamente as suas propriedades mas conferindo-lhe por exemplo, variação de cor. Uma relação muito próxima e que pode ser facilmente verificada relaciona-se com a variação do mármore que adquire uma tonalidade rosada forte na proximidade de vergadas verdes escuras e que vai ficando mais clara com a distância a estes níveis de rochas metavulcânicas básicas xistificadas. Neste caso é o Mn que migra desde os metavulcanitos e “tinge” o mármore. No entanto, tal só aconteceu porque o metamorfismo atingiu temperaturas que permitiram esta migração. Por exemplo, nos Estados Unidos, em Vermont também há mármore que se terão formado em condições similares aos de Estremoz e no mesmo período de tempo, a sequência estratigráfica é praticamente idêntica, no entanto a História Geológica pós-formação foi distinta e os materiais não atingiram o mesmo grau metamórfico que os alentejanos pelo que não ocorreu esta migração de Mn e daí não ocorrerem mármore rosados em Danby, Vermont.

A temperaturas mais baixas, os mesmos materiais cedem ao esforço tectónico originando fraturas. Esta fragmentação ocorre no fim da Orogenia Varisca, atrás referida e no período de erosão/descompressão continental que ocorre até aos dias de hoje.

No fim do Paleozoico, à escala Global, a convergência dos continentes leva à formação da Pangeia. Em Portugal teríamos uma enorme cadeia de montanhas. Se estas não tivessem sido erodidas não nos seria possível aceder aos mármore, granitos e xistos que observamos por todo o Alentejo. A fragmenta-

ção deste supercontinente leva à abertura do Oceano Atlântico e nas suas margens, à custa da erosão dessas montanhas, formam-se as rochas do Mesozoico sobre as quais os dinossauros caminharam e mais tarde, no Cenozoico, os mamíferos evoluíram dando lugar, entre muitas outras espécies, ao *Homo sapiens*, mas isso é outra história...

Pedreiras de Vila Viçosa um laboratório geológico em permanente transformação

Como já se frisou, do ponto de vista geológico o concelho de Vila Viçosa foi bafejado por uma imensa sorte. Efetivamente, como acabámos de perceber, quase sem esforço é possível reconstruir a História da Terra nos últimos setecentos milhões de anos.

A excelência dos afloramentos expostos, produtos secundários da exploração de mármore, permite de forma excecional e absolutamente única no território nacional, sendo também um raro exemplo em termos mundiais, termos o acesso tridimensional às estruturas geológicas resultantes do choque titânico dos continentes nas suas deambulações pelo Globo (no caso resultantes da atuação da Orogenia Varisca ou Hercínica, na região).

O processo extrativo é dinâmico e as estruturas geológicas, por mais belas e didáticas ou cientificamente relevantes que sejam, não se compadecem com a exploração do recurso que é, na sua essência, a riqueza da região. Ainda assim foi possível identificar e tomar medidas com vista a preservar e reconhecer como património geológico de interesse nacional, alguns afloramentos chave para a correta perceção da História Geológica de Portugal entre o Proterozoico Superior e grande parte do Paleozoico.

Como locais de especial interesse a preservar, destacamos os seguintes:

- Afloramento do conglomerado de base do Câmbrico situado no parque industrial de Vila Viçosa (ao qual já nos referimos atrás, ponto 1 na Fig. 4);
- Pedreira da empresa António Mocho Lda. na zona da Lagoa, Bencatel, a sudoeste de Vila Viçosa (ponto 9 na Fig. 4);
- Vestígios *in situ* da exploração de mármore durante o Período Romano na pedreira da empresa Marmoz na zona da Lagoa, Bencatel (ponto 10 na Fig. 4). Estes vestígios são ainda referidos neste mesmo volume no artigo intitulado “As Pedreiras ao Longo dos Tempos” e já foram alvo de estudos arqueológicos que comprovaram tratar-se de antiga pedreira de mármore cujos trabalhos de extração remontam ao Período Romano (Taelman *et al.*, 2013).

Como centros de especial interesse a visitar apontamos os seguintes:

- Núcleo de Pedreiras de São Marcos, Fonte Soeiro – Pardais;
- Núcleo de Pedreiras da Vigária;

– Minas de cobre no Monte dos Vieiros (Miguel Vacas) (ponto 12 na Fig. 4);

Existem ainda muitos outros pontos de interesse geológico, arqueológico e histórico já identificados mas que carecem de estudos e/ou medidas de proteção e salvaguarda para que possam ser devidamente usufruídos pelos visitantes e curiosos interessados em apreender sobre estes temas na região. Não é objetivo, nem há espaço para fazer neste trabalho, o inventário de todos estes interessantes locais pelo que vamos apenas referir aqueles onde o reconhecimento é público e podem ser visitados.

Na parede Sudeste da pedreira António Mocho (Fig. 11 e ponto 9 na Fig. 4), na zona da Lagoa, aflora uma estrutura geológica absolutamente única. Efetiva-



Fig. 11 – Pedreira A. Mocho, Lagoa – Bencatel. A parede SE da pedreira representada na fotografia constitui um afloramento chave para a interpretação da geometria das fases de deformação dúctil que afetaram o Anticlinal de Estremoz e consequentemente todo o Nordeste Alentejano. Facilmente se constata que os planos axiais (plano imaginário que divide simetricamente uma dobra originada por movimentos tectónicos) gerados durante a primeira fase de dobramento varisco (a azul) e que, nesta seção deveriam estar representados por uma linha reta, na verdade também estão curvos, o que corresponde à atuação da segunda fase de dobramento varisco. Os planos axiais desta segunda fase são retilíneos (a vermelho). A deformação incremental, que em último caso, leva a rutura das diferentes camadas de mármore, apresenta ainda comportamentos distintos entre camadas adjacentes, ou porque incluem outros minerais para além da calcite na sua composição ou porque tem espessuras diferentes ou ambos os casos. Tudo isto contribui ainda mais para que a deformação seja heterogênea, levando a que os flancos das dobras sejam estirados (alongados) e que a espessura das bancadas não seja mantida ao longo das dobras que se formam. Todos estes aspetos e ainda outros no domínio da deformação frágil, com formação de falhas e diaclases, podem ser observados e explicados neste local. Para além da beleza estética, foi acima de tudo o interesse científico e valor didático que permitiu inscrever este geomonumento na lista do Património Geológico Nacional.

mente à escala mesoscópica e ocupando uma área de cerca de 7000 m², é possível observar os efeitos das duas fases de deformação dúctil (dobras) que afetaram a região. As dobras de primeira fase apresentam planos axiais sub-horizontais com orientação E – W e vergência geométrica para Norte. Estas dobras são afetadas pela segunda fase com planos axiais *grosso modo* subverticais com orientação NNW – SSE e vergência para NE. O resultado da atuação destas duas fases de deformação são padrões de interferência facilmente identificáveis na parede vertical da pedreira (Fig. 11).

Esta interferência também origina padrões cartográficos identificáveis na cartografia geológica de detalhe publicada pelo LNEG em 1997, Folha N° 12 (Fig. 2; ponto 11 na Fig. 4). Tendo em consideração que, entre sanjas e poços de pesquisa, marmórea entre Sousel e Alandroal e que à escala da pedreira a situações de interferência são realmente raras, maior é a importância que esta ocorrência representa. De facto não existe mais nenhuma tão evidente aos olhos de um leigo, razão pela qual nos esforçamos para que fosse considerada na lista de sítios nacionais classificados como património geológico, o que veio a acontecer e culminou com a sua inclusão na publicação da Porto Editora: “Património geológico: Geossítios a visitar em Portugal” (Lopes *et al.*, 2011).

A maior escala, em afloramento, em amostra de mão ou ao microscópio petrográfico é quase sempre possível identificar as duas fases de deformação mas esta análise requer a explicação de um especialista em geologia estrutural, geodinâmica ou tectónica que possa interpretar e traduzir para os leigos as evidências escritas em linguagem geológica.

A dinâmica da exploração de mármore que continuamente remove das pedreiras estruturas geológicas mais ou menos interessantes e raras, também põe a descoberto novas imagens e deste modo coloca um desafio aos visitantes que regressando aos mesmos pontos em anos sucessivos, vão encontrar diferentes paisagens geológicas. Mais do que um constrangimento é um autêntico desafio renovado a cada dia.

Apontamento final

Nas páginas precedentes procurámos demonstrar o carácter excecional da geologia do Alto Alentejo, em particular a que se pode observar no Anticlinal de Estremoz e mais em objetivamente no concelho de Vila Viçosa. Longe de ser exaustivo este ensaio centrou-se em casos concretos que facilmente podem ser visitados e ensinados a qualquer visitante. Desde o primeiro artigo apresentado nesta mesma revista (Lopes & Martins, 2010) que temos desenvolvido trabalhos de natureza científica e aplicada, onde temos procurado fundamentar e consolidar, factual e analiticamente, várias questões como a idade dos mármore (Pereira *et al.*, 2012), a existência de pedreiras desde o Período Romano (Taelman *et al.*, 2013), o interesse como património geológico e geoturístico (Brilha *et al.*, 2010, Lopes *et al.*, 2011, Lopes & Martins, 2014), a existência na região

de outras matérias-primas suscetíveis de serem exploradas (Cunha, 2010; Alves 2015) e a oportunidade que constitui para a fauna e flora os espaços abandonados pela indústria extrativa de rochas ornamentais (Germano *et al.*, 2014). Também estivemos envolvidos na produção de conteúdos para a Rota Tons de Mármore, onde a pesquisa realizada permitiu consolidar uma base de dados que vai muito para além da que é oferecida nesta rota do conhecimento em torno do mármore e que, no futuro próximo, será disponibilizada, por exemplo, na produção de conteúdos para o atual Museu do Mármore de Vila Viçosa.

A geodiversidade do Anticlinal de Estremoz é muito em particular o elevado número de locais de interesse geológico, geoturístico, mineiro e arqueológico existente no concelho de Vila Viçosa, torna-o, sob esta perspetiva absolutamente único no panorama nacional. Mesmo a nível internacional é raro encontrar-se num espaço tão reduzido tal riqueza e variabilidade geológica. Também esta característica deve ser levada em conta e inscrita na candidatura do concelho a Património da Humanidade.

Bibliografia

- Alves, Tiago Filipe Lourenço Pereira. 2015. Formulação de Pastas Cerâmicas a partir de Matérias-Primas Argilosas dos Concelhos de Vila Viçosa e Redondo para a Produção de Olaria Tradicional. Tese de Mestrado em Engenharia Geológica, Universidade de Évora, em curso de realização.
- Brilha J., Alcalá L., Almeida A., Araújo A., Azeredo A., Azevedo M.R., Barriga F., Brum da silveira A., Cabral J., Cachão M., Caetano P., Cobus A., Coke C., Couto H., Crispim J., Cunha P.P., Dias R., Duarte L.V., Dória A., Falé P., Ferreira N., Ferreira Soares A., Fonseca P., Galopim de Carvalho A., Gonçalves R., Granja H., Henriques M.H., Kullberg J.C., Kullberg M.C., Legoinha P., Lima A., Lima E., Lopes L., Madeira J., Marques J.F., Martins A., Martins R., Matos J., Medina J., Miranda R., Monteiro C., Moreira M., Moura D., Neto Carvalho C., Noronha F., Nunes J.C., Oliveira J.T., PAIS J., Pena dos Reis R., Pereira D., Pereira P., Pereira Z., Piçarra J., Pimentel N., Pinto de Jesus A., Prada S., Prego A., Ramalho L., Ramalho M., Ramalho R., Relvas J., Ribeiro A., Ribeiro M.A., Rocha R., Sá A., Santos V., Sant'Ovaia H., Sequeira A., Sousa M., Terrinha P., Valle Aguado B., Vaz N. 2010. O inventário nacional do património geológico: abordagem metodológica e resultados. e-Terra, vol. 18, n.º 1, <http://e-terra.geopor.pt>, 4p.
- Cunha, Ana Marta. 2010. Aplicação na Olaria de Terra Rossa de Ocorrências no Anticlinal de Estremoz. Tese de Mestrado em Engenharia Geológica, Universidade de Évora, pp. 122.
- Germano, David; Lopes, Luís; Gomes, Carlos Pinto; Santos, António Pedro e Martins; Ruben. 2014. O impacte das pedreiras inativas na fauna, flora e vegetação da zona dos mármore: problema ou benefício? Callipole – Revista de Cultura n.º 21 – 2014, pp.
- Lopes, J. L. G. 2003. Contribuição para o conhecimento Tectono – Estratigráfico do Nordeste Alentejano, transversal Terena – Elvas. Implicações económicas no aproveitamento de rochas ornamentais existentes na região (Mármore e Granitos). Tese de Doutoramento. Departamento Geociências – Universidade de Évora, 568 p.

- Lopes, L.; Martins, R.; Falé, P. & Henriques, P. 2011. Pedreira António Mocho. In Brilha J. & Pereira P. (Eds.) Património geológico: Geossítios a visitar em Portugal / Geological Heritage: Geosites to visit in Portugal. Universidade do Minho, Braga, 84-65. Porto Editora. ISBN: 978-972-95255-7-5. 18, n.º 1, <http://e-terra.geopor.pt>, 4p.
- Lopes, L. & Martins, R. 2010. Aspectos da geologia e exploração de mármore em Vila Viçosa: Património geológico e mineiro a preservar, Callipole N.º18, Vila Viçosa, pp 255-275.
- Lopes, L. & Martins, R. 2014. Global Heritage Stone: Estremoz Marbles, Portugal. From: Pereira, D., Marker, B. R., Kramar, S., Cooper, B. J. & Schouenborg, B. E. (eds) Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones. Geological Society, London, Special Publications, 407, <http://dx.doi.org/10.1144/SP407.10>. *Online* 15 August 2014.
- Pereira, M.F., Solá, A.R., Chichorro, M., Lopes, L., Gerdes, A., Silva, J.B. 2012. North-Gondwana assembly, break up and paleogeography: U–Pb isotope evidence from detrital and igneous zircons of Ediacaran and Cambrian rocks of SW Iberia, Gondwana Research (2012), <http://dx.doi.org/10.1016/j.gr.2012.02.010>.
- Piçarra J.M. 2000. Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos, Zona de Ossa Morena, Portugal. Vol. I – Litoestratigrafia do intervalo Câmbrio médio?-Devónico inferior, Vol. II – Bioestratigrafia do intervalo Ordovícico-Devónico inferior. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, 268 pp.
- Romariz, C. 1962. Graptólitos do Silúrico Português. Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa, 2ª sér., C 10/2, 115-312.
- Taelman, D.; Elburg, M.; Smet, I.; De Paepe, P.; Lopes, L.; Vanhaecke, F.; & Vermeulen, F. 2013. Roman Marble from Lusitania: Petrographic and Geochemical Characterization, Journal of Archaeological Science, ISSN 0305-4403, <http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2012.12.030>.

Comemoração dos 350 anos da batalha de Montes Claros (1665-2015)

Commentary on the 1990
the Journal of the American
1990-1991

A IMPORTÂNCIA DA RESISTÊNCIA DE VILA VIÇOSA NOS 350 ANOS DA BATALHA DE MONTES CLAROS

Nuno Lemos Pires

Houve uma Batalha em Montes Claros porque foi decidido socorrer Vila Viçosa¹. Vila Viçosa resistiu, defendeu-se e afirmou-se como símbolo da resistência de um povo que via na defesa desta sua praça, não só a defesa da nação (Portugal europeu) mas, acima de tudo, a materialização de algo muito maior, a salvaguarda e defesa de Portugal Império.

Não foi um capricho nem uma decisão irrefletida porque, durante os longos anos em que Portugal dependera do mesmo Rei que o de Espanha, “*Vila Viçosa simbolizava a Corte portuguesa que o reino não possuía e simultaneamente a alternativa a Castela*” (Araújo, 2004: 185). Vamos recuar a esse período (1580-1640) para entendermos melhor porque tínhamos de garantir que Vila Viçosa, a *sede da Corte portuguesa*, não podia ser tomada em 1665.

Depois de um “matrimónio” pouco voluntário entre Portugal e Espanha em 1580, Portugal é forçado a conviver com muitos dos antagonistas do *cônjuge* e vê os seus territórios e interesses atacados em todo o Mundo, inclusive por alguns dos seus mais antigos aliados². A Inglaterra envia duas expedições para

¹ “Felice contingente e improviza batalha dos Montes Claros q’ na primeira marcha do exercito de Portugal q’ sahio em socorro da praça de Vila Viçosa governado pello Marquez de Marialva foi acometido pello de Castella a ordem do Marquez de Caracena (...)”: Excerto duma transcrição dos textos e dos nomes que figuram nos painéis de azulejos da sala das Batalhas do Palácio Fronteira alusivo à Batalha de Montes Claros.

² “Por arrastamento os inimigos de Espanha tornam-se inimigos de Portugal e deste modo, aproveitando a subalternidade de Portugal, primeiro os Holandeses e depois Ingleses e Franceses, que ambicionavam as riquezas das colónias portuguesas na Ásia, lançaram os

se apoderar dos Açores em 1591 e 1597 e, tal como os holandeses, atacam permanentemente a marinha (em acelerada decadência desde a malograda expedição da Invencível Armada de 1588). Corsários holandeses saqueiam e assaltam S. Tomé, os ingleses fazem o mesmo em Santos e S. Vicente no Brasil. Portugal resiste como pode mas sem grande apoio de Espanha.

Em 1612, atacam também franceses, neste caso no Maranhão/ Brasil³. Ainda no mesmo Brasil atacam holandeses, lutando pela posse da Baía a partir de 1624 e, em 1630, Recife e Olinda são conquistados. Em 1640, à data da aclamação portuguesa, os holandeses ocupam já uma parte significativa do Brasil.

No Oriente a situação é ainda pior. Se Macau resiste aos holandeses em 1622 e 1624, na Índia estes atacam as Molucas, Malaca, Samatra, Ceilão, entre outras praças, e os ingleses apoderam-se de Ormuz (ou apoiam os persas na conquista do mesmo) num ataque iniciado logo no ano de 1619 e consolidado em 1622⁴. Dos ataques holandeses, em 1640, restam apenas Colombo e Jafanapatão no Ceilão (perdera-se Galle, Negumbo, Teniquimale, Batalalá, entre outras praças). Goa e Malaca estão cercadas (pelos holandeses e sultões vizinhos), estão ainda perdidos Ternate, Amboino, Bornéu, Celébes, Java e Sumatra⁵. Em África tinha-se perdido Mombaça e S. Jorge da Mina.

Na Europa, entretanto, Portugal está absolutamente indefeso. Tinha uma população de 1,2 milhões de habitantes e não mais de 2.000 homens disponíveis para a força armada porque grande parte emigrara para o Brasil ou participara nas expedições no ultramar e, ainda, outros tantos estavam a combater na Flandres e na Itália pela glória dos Habsburgos. Em síntese é esta a situação em 1640: a marinha não tem navios⁶, as fronteiras estão desguarnecidas e abandonadas, o exército não tem nem armas, nem munições nem soldados e o país não tem dinheiro⁷.

seus ataques e começaram a ocupar as posições lusas, sem resposta por incapacidade dos Portugueses e por inércia de Espanha” in Zélia Maria Silvestre Sampaio, XV Colóquio de História Militar, p. 442.

³ “em 1614 os franceses pretendendo criar a França Equacional, voltaram (...)” in Carlos Bessa, XV Colóquio de História Militar, pg. 94; “os portugueses lutaram no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará e Mato Grosso”, in Anete Costa Ferreira, idem, p. 59.

⁴ “Os persas ocupam Ormuz com o auxílio dos ingleses em 1622”, in Fernando Martins de Almeida, XV Colóquio de História Militar, p. 383.

⁵ José Rodrigues Pereira, XV Colóquio de História Militar, p. 156.

⁶ “o poder naval na metrópole resumia-se a cerca de 20 navios antiquados e de pouco valor militar. Os oficiais experientes eram escassos e as guarnições mal instruídas” José Rodrigues Pereira, idem, p. 158.

⁷ “a queda brusca em que se encontrava a economia desde 1638, no contexto de uma desaceleração vinda de longe, nomeadamente 1621” António de Oliveira in História de Portugal, vol VII, p. 100.

A Restauração (ou a Aclamação)⁸ em 1640 irá, por isso, ter de recorrer a políticas corajosas, coerentes e globais. A estratégia futura terá de ser pensada holisticamente e executada de forma descentralizada. No plano operacional as missões terão de ser realizadas de acordo com a especificidade de cada um dos territórios em análise, das suas forças, dos respetivos apoios e adversários. A tática a utilizar terá de ser a possível, tendo em conta a distância, o isolamento, o apoio logístico e os meios disponíveis. Será necessária uma política *de génio* para daí resultar uma estratégia sustentável, robusta e global, com práticas operacionais adequadas a cada um dos teatros de operações (Ásia, América, África e Europa) com recurso a uma ação de gestão de meios humanos e materiais que possibilite a tática mais adequada para cada situação, território e força adversária.

A Restauração enquadra-se assim num possível conceito de Guerra Global para Portugal. Desta vez não se podia separar uma política de expansão global, como foram os Descobrimentos, da política de defesa das fronteiras. Agora ter-se-ia de combater, simultânea e concorrentemente não só no território base, na Península Ibérica, como em todos os territórios que se desejava defender nos “cinco cantos” do Mundo. Esta é, talvez, por obrigar ao combate simultâneo em vários teatros de operações, incluindo o continental europeu, a *1ª Guerra Global Portuguesa*⁹.

Numa guerra global, com múltiplas frentes e diferentes níveis de ação, torna-se necessário planear de forma sistemática prioridades políticas e escolhas difíceis. Primeiro que tudo foi necessário criar as condições de base para o desenvolvimento de uma estratégia sustentada em meios financeiros, recursos humanos e materiais. Conseguimos encontrar essa preocupação nas primeiras decisões do novo governo após a aclamação. Vejamos alguns dos passos seguidos.

Da identificação dos problemas em 1640 podemos constatar que a situação é muito precária devido à falta de militares em quantidade e qualidade; não há exército português; as ordenanças tinham sido desfeitas (a situação tinha-se agravado em 1639 por Filipe IV ao ordenar a entrega na sede das comarcas de todas as armas em poder das populações); os nobres, militarmente mais capazes, encontravam-se a servir na Flandres e na Alemanha, comandando os tercios espanhóis. Por outro lado não existem órgãos de gestão para a defesa nacional e

⁸ Restauração ou Aclamação e ainda “*Guerra da Aclamação, o mais das vezes como da Feliz Aclamação e muitas vezes também como Guerras Passadas*” in José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, XV Colóquio de História Militar, p. 209.

⁹ É verdade que a maior parte dos conflitos em que Portugal se viu envolvido “arrastou” quase sempre consequências e combates em outras partes do Mundo. O que separa esta Guerra, que ousamos de classificar de Guerra Global Portuguesa (ver texto publicado do autor: “A Primeira Guerra Global Portuguesa: A Restauração”, em *A Guerra*, Coimbra, Revista de História das Ideias, Vol. 30, Faculdade de Letras da Univ Coimbra, pp. 337-353, 2009), é a simultaneidade do combate em vários teatros de operações pela defesa última da existência do Estado Português – a própria existência da nação estava em causa no território europeu, e essa, aparentemente pequena, faz toda a diferença.

os negócios estrangeiros, porque foram áreas que, de uma forma gradual, foram transitando para Espanha num ambiente caracterizado por ameaças à integridade da vida do novo Rei e dos seus mais diretos colaboradores¹⁰.

Houve, efetivamente, ataques generalizados às diversas parcelas do Império¹¹, registou-se o surgimento de movimentos de insurreição em alguns dos territórios¹² e registou-se uma grande dificuldade em conseguir apoios internacionais. Na crueza das relações internacionais, para a maioria das potências da época, *era mais rentável/útil* ter Portugal como inimigo do que como aliado, pois assim justificavam os seus ataques na América, África e Ásia. Portugal estava sozinho não porque queria mas porque se encontrava abandonado pelos que, outrora, se tinham mostrado aliados.

Tinha de se atuar então a variados níveis. No patamar político iniciou-se uma “ofensiva” diplomática para encontrar reconhecimento, apoios, aliados, celebrar tréguas e acordos enquanto, dentro de Portugal, se procurava reforçar a lealdade ao novo soberano e sustentar a sua legitimidade. Do ponto de vista económico tentou-se alterar os mecanismos de exploração comercial no oriente¹³, tendo sido então definida uma forma imediata de disponibilizar fundos financeiros, procurando-se criar os instrumentos económicos para dinamizar o mercado global na obtenção de produtos com origem nos territórios portugueses e, finalmente, foi votado um imposto extraordinário¹⁴.

No patamar da estratégia militar foi criado o Conselho de Guerra e uma Junta de Defesa das Fronteiras. Foram restauradas as Ordenanças de 1570, procedeu-se à organização do *1º Exército permanente* que existiu no país, e revitalizou-se a marinha de guerra. Para cada um dos desafios nos vários teatros

¹⁰ A diplomacia filipina promoveu a ideia, nas cortes europeias, de que o movimento independentista se limitava a uma rebelião. Ao mesmo tempo a duquesa de Mântua, recolhida em Xabregas, recebia nobres descontentes com a causa da Independência liderados pelo Arcebispo de Braga, que prepararam a conspiração falhada de 29 de Agosto de 1641”; Fernando Martins de Almeida, Colóquio de História Militar, p. 363.

¹¹ Nesse mesmo ano de 1640 estava a decorrer uma importante expedição contra os holandeses na Baía; mais uma forma muito portuguesa de combater: companhias de bandeirantes (que tinham a sua origem nas milícias e ordenanças portuguesas) e uma armada expedicionária comandada pelo Conde da Torre (ver: Carlos Bessa, XV Colóquio de História Militar, pp. 87 e 97).

¹² Importa também referir que nem todos aclamaram o novo Rei: por exemplo no norte de África “o capitão de Ceuta, pressionado pela população, então maioritariamente espanhola, não reconheceu o novo rei, mantendo-se aquela praça para sempre sob domínio da Espanha” In João Brandão Ferreira, Idem, p. 159.

¹³ “nos 60 anos de domínio filipino (...) houve um prejuízo de 26.240.800 cruzados, em grande parte cobertos com os rendimentos das alfândegas de Malaca, Goa, Ormuz e Lisboa e com o tráfego nas costa de África e no Brasil. A carreira da Índia e a própria Índia deram prejuízo”, Francisco Mendes Magro, XV Colóquio de História Militar, p. 456.

¹⁴ A décima militar – 10% dos haveres individuais.

de operações definiram-se formas ajustadas e diferentes entre si, para lidar com os problemas locais¹⁵.

No território continental português são adotados modelos diferentes para a defesa para cada um dos “habituais” quatro teatros de operações: Alentejo, Beiras, Trás-os-Montes e Minho¹⁶. Criam-se os altos cargos de Tenente-General da Artilharia, Tenente-General da Cavalaria, Vedor-Geral do Exército, de Governador de Armas das Províncias, compreendendo estas um total de 25 comarcas e diversas capitânias, tendo à frente um capitão-mor e dois ajudantes. Na Marinha o comando foi entregue a um General do Mar (António Teles Menezes). Para o recrutamento e distribuição das forças, o Exército foi dividido em três escalões distintos: Ordenanças – destinadas a guarnecer as praças-fortes, em companhias de 240 homens cada, a servir como tropa irregular nas operações de pequena guerra, local e circunscrita, e a funcionar como depósito de recrutamento; Auxiliares ou Milícias – destinadas a acudir às fronteiras em situações de guerra, organizadas em terços com cerca de 600 homens; Exército de Linha ou Exército Regular – Exército *permanente* destinado à guerra de manobra, a Infantaria organizada em Terços de 2.000 homens e a Cavalaria em companhias de 100 homens num total de 20.000 a 26.000 infantes e 4.000 cavaleiros¹⁷.

Reorganiza-se o sistema de recrutamento em “levas”, tornando o serviço militar obrigatório “*para todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, mas com isenção dos lavradores e dos filhos das viúvas*” que com elas coabitassem, sendo para o Exército de linha os oficiais nomeados pelo Rei e os soldados provinham das listas de Ordenanças entre os filhos segundos de todas as classes. Os restantes ficavam distribuídos pelas milícias e os de maior idade nas companhias de ordenanças. O Rei ordenou ainda a reparação de castelos e fortalezas, a

¹⁵ Portugal sempre combateu e se defendeu de forma adaptada aos territórios, populações e situação geopolítica em que se encontravam – não só a forma de combater era diferente como ainda a forma de organizar as forças para o combate variava de acordo com as regiões e a tática era o que podemos apelidar de tática local adequada.

¹⁶ “o do quadrante nordeste, já delimitado, montanhoso, arborizado, bastante povoado, nomeadamente junto da fronteira, aberto a efetivos limitados e facilitando a defesa, em especial a guerrilha; o do Minho, sensivelmente com as mesmas características físicas do anterior, mas mais povoado, dispondo de faixa litoral que facilitava a progressão; o da Beira, ainda com as mesmas características do teatro transmontano em relação à parte física e humana, mas aberto uma vez descido o planalto e atingida a planície litoral; finalmente, o teatro do Alentejo, geralmente aberto a todas as investidas, em especial na sua metade norte, muito menos povoado, dificultando a defesa e permitindo o acesso mais fácil, curto e direto ao objetivo principal do território, Lisboa” in Lopes Alves, *A Guerra da Restauração (1640-1668) no Teatro de Operações Transmontano*. Através das “Memórias arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança” por Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), revista militar, Dezembro de 2005.

¹⁷ Um dos maiores exércitos europeus da altura (in Chartrand, *Ob Cit*, p. 6); foi também nesta época que o exército português combateu num verdadeiro conceito de *armas combinadas* (Espírito Santo, p. 7) – infantaria, cavalaria e artilharia.

abertura de caminhos, em especial na província do Alentejo, funda coudelarias e fábricas de material de guerra e munições. Prepara-se a defesa de Lisboa reforçando-se as fortalezas marítimas e decide-se continuar a política de edificação de fortalezas no Brasil¹⁸.

Na expectativa de um possível ataque da Armada espanhola (pelo duque de Maqueda a partir de Cádiz) são atribuídas prioridades à marinha¹⁹: com base nos navios apresados aos espanhóis, que mais não eram do que embarcações soltas a somar às naus que chegam da Índia, começa a organizar-se uma Armada de 17 navios com a missão principal da manutenção da segurança da fronteira marítima e na garantia da liberdade de circulação do comércio marítimo nacional. No ultramar, pode afirmar-se que, genericamente, a estratégia portuguesa dividiu-se em marítima e terrestre²⁰ ou seja, controlar as rotas no mar apenas com alguns pontos de apoio em terra e fazer a guerra terrestre a cargo dos poderes locais, apoiados ou não, por forças expedicionárias de socorro.

Finalmente, dentro de uma possível estratégia psicológica, tentou-se apelar, internamente, aos valores da nação²¹ e lutar, externamente, contra uma imagem internacional *distorcida*, veiculada principalmente por Espanha, de que Portugal não tinha futuro fora dela. Para isso foi essencial uma boa estratégia de comunicação visando a opinião pública e, como consequência, assiste-se nos anos seguintes, a um aumento de intervenções e de publicações, tanto a nível nacional como no estrangeiro²².

Definida assim uma estratégia política, económica, psicológica e militar estas passaram à execução através de: uma estratégia genética (o levantamento das forças e equipamentos); de estratégia estrutural (através da organização, composição e articulação dos meios) e, finalmente, de uma estratégia operacional (e que se prende com a utilização dos “parcos e variados” meios de defesa nos *cinco cantos do mundo*). Será nesta última onde centraremos de seguida a atenção para melhor entendermos o esforço e a importância da defesa de Vila Viçosa.

¹⁸ “Inteligentemente, Portugal aplicou na Amazónia técnicas militares estrategicamente cabíveis de defesa na formação de uma região onde soube equilibrar o económico, o geográfico e o humano no entrelaçamento perfeito com uma raça já ali existente, dando ao Brasil a sua maior extensão territorial – a Amazónia” in Anete Costa Ferreira, XV Colóquio de História Militar, p. 61; “A coroa Portuguesa tomou medidas acertadas quando nos séculos XVII e XVIII mandou construir fortalezas em toda a região, dotando-as das respetivas guarnições imprimindo uma organização de rondas e vigilâncias permanentemente atentas aos movimentos das forças estrangeiras que tentavam tomar o território” idem, p. 79.

¹⁹ José Rodrigues Pereira, pp. 160-161.

²⁰ António Manuel Hespanha, *Memória de Portugal*, p. 362.

²¹ Desde o início do século XVII que havia um esforço para reavivar o espírito português: Francisco Rodrigues Lobo com *Corte na Aldeia e Noites de Inverno* (1619); Mosteiro de Alcobaça com *Monarquia Lusitânia*, etc. (ver mais em Espírito Santo, pp. 9-10).

²² Ver a este respeito: Eurico Gomes Dias, *Gazetas da Restauração 1641-1648*.

A Guerra Global

Portugal enfrenta uma guerra global dentro de uma mais alargada conflitualidade e evidentemente, também ela global, Guerra no Mundo. Às guerras da religião na França, ao levantamento nos Países Baixos, à ofensiva espanhola contra a Inglaterra, segue-se a terrível Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) a que praticamente nenhum reino europeu escapa e que estende os seus efeitos um pouco por todo o mundo: efeitos **físicos** – pela destruição, pela doença e morte de milhões; efeitos **políticos** – com o nascimento de uma nova ordem mundial com o Tratado de Vestefália, sucessão de novos e diferentes regimes políticos que se impõem, do absolutismo de Luís XIV em França às Assembleias inglesa e holandesa. O mundo está em turbilhão, fervilham ideias novas preconizadas por nomes ilustres como Grotius, Thomas Hobbes, John Locke, Colbert, entre outros. É neste mundo em profunda mutação que Portugal se encontra após a aclamação em 1640.

Na Europa, Portugal regista o início da guerra em terra e no mar. Por terra, a 9 de Junho de 1641, quando patrulhas espanholas atacaram as forças estacionadas em Elvas. No mar, em 26 de Agosto, através de uma planeada ofensiva marítima conjunta portuguesa e francesa na denominada *Empresa de Cádiz* mas que não chega a concretizar-se²³. Por muitos autores tem sido usual considerar que esta guerra, se encontra dividida em quatro fases principais e, para os efeitos de uma breve descrição do que foi o monumental esforço português durante estes longos 28 anos de campanha, apresentamo-las de seguida:

1ª fase: de 1641 a 1646: caracterizada pela atividade ofensiva dos portugueses que, tanto no reino, como no Brasil, infligiram as primeiras derrotas aos espanhóis (1644 no Montijo) e holandeses (1645 em Tabocas). Os holandeses conquistam em 1641 o Sergipe, o Maranhão, a Ilha de S. Tomé e Luanda. Malaca, após alguns combates, capitula. Em 1642 conquistam o Forte de Axém. Portugal assina com a Holanda um tratado de tréguas que concede liberdade de comércio a ambas as partes. Esta fase termina em 1646 com o combate indeciso de Telená e com a partida de uma esquadra naval portuguesa para reforçar uma esquadra francesa no mediterrâneo²⁴.

É interessante notar a globalidade desta guerra pela sua ação em diversas partes do mundo e mesmo pelos seus múltiplos atores, vindos também de todo o mundo. Como é habitual e prática comum na Europa desta época, Portugal con-

²³ José Rodrigues Pereira, pg. 160.

²⁴ “A França, o primeiro país com quem se firmou a paz, solicitou o auxílio português em 1646 para combater a Espanha nas águas do mediterrâneo. Em Agosto de 1646 largou para o mediterrâneo uma esquadra portuguesa de sete navios com 1500 homens de desembarque sob o comando de D. João de Menezes e que colaborou na tomada da Ilha de Elba, regressando a Lisboa em 27 de Janeiro de 1647”, José Rodrigues Pereira, p. 161

tratou e procurou forças de outras nações. Desde os “ditos” regimentos do Cardeal Richelieu em 1641 compostos por franceses, italianos e irlandeses²⁵, os regimentos de mercenários contratados nas Províncias Unidas (contra quem combatíamos em 2/3 do Mundo) até aos regimentos franceses de 1661 e os ingleses em 1662.

2ª fase: de 1646 a 1656: caracterizada pela atitude defensiva dos portugueses no reino, que se limitava à cobertura e defesa das praças do Alentejo, Beira e Minho, ao passo que no Brasil e em África, mercê de uma ação ofensiva, conseguiam expulsar os holandeses de Pernambuco e Angola, nomeadamente, através de importantes e decisivas Batalhas como a dos Guararapes no Brasil e na reconquista de Luanda (em 1648). Os holandeses serão definitivamente expulsos do Brasil em 1654. Termina esta 2ª fase com um importante evento interno, a morte do Rei D. João IV e mais um evento externo, registando-se a perda de mais uma praça no oriente, do Forte de Calatué no Ceilão²⁶.

3ª fase: de 1656 a 1659: começa com o cerco e tomada de Olivença (1656). É esta fase caracterizada pelo malogro da enérgica ofensiva dos espanhóis (entretanto já livres de outras guerras e dificuldades na Europa Central). Em 1658 os holandeses, de novo em guerra aberta contra Portugal desde 1657, tomam Jafanapatão e assim perde-se definitivamente o Ceilão. Restaram apenas duas fortalezas na costa do Malabar: Cochim e Cananor e, outras praças, mais a norte: Goa, Bombaim, Salsete, Damão e Diu. Termina esta fase no Alentejo com a decisiva Batalha das Linhas de Elvas em 1659 (importa notar que foi, talvez, o êxito desta batalha, ou seja o envio de um exército de socorro português para expulsar os castelhanos que sitiavam Elvas em 1659 que levou à confiança na decisão de que, em 1665, também seria possível enviar um exército de socorro para libertar Vila Viçosa do cerco colocado pelos castelhanos – descreveremos mais adiante).

4ª fase: de 1660 a 1668: Em 1661 é assinado mais um tratado de paz com a Holanda²⁷. Também é esta fase caracterizada pela assinatura de um tratado com a Inglaterra em 1662 (que se seguiu ao acordo para o casamento do Rei Carlos II

²⁵ “dos 4.000 efetivos previstos não desembarcaram mais de 100 militares em Portugal” in Jorge de Freitas, XV Colóquio de História Militar, pp. 244 e seguintes: com muito detalhe pelo autor pode ser lido os efetivos que verdadeiramente reforçaram Portugal, as suas origens e a sua ação na guerra.

²⁶ Porque falamos de Guerra e merecem ser recordadas tanto as vitórias como as derrotas, não resistimos a fazer uma referência especial à forma como o Capitão General de Ceilão, D. António de Sousa Coutinho, dirigiu a resistência da praça de Colombo contra os holandeses, e como, esmagado pelo número e pelas armas, conseguiu obter a capitulação com todas as honras de guerra, depois de ter suportado um cerco de Outubro a Dezembro de 1655.

²⁷ Reconhece-se a soberania portuguesa sobre o Brasil, Angola e S. Tomé e a soberania holandesa do Ceilão, Malaca e Molucas e outras possessões no Oriente tomadas à força pelos holandeses.

de Inglaterra com a portuguesa Catarina de Bragança que, entre outras condições, incluiu no dote da princesa, as praças de Tânger, no norte de África e de Bombaim na Índia) permitindo o reforço de milhares de militares e de alguns navios ingleses. Houve alterações na ordem interna através de um *Golpe de Estado* – que teve como consequência o estabelecimento do governo do Conde de Castelo Melhor – em 1662. Perdeu-se Coxim para os holandeses em 1664. Esta fase foi ainda caracterizada pela reação enérgica dos portugueses (as Batalhas do Ameixial em 1663, Castelo Rodrigo em 1664 e Montes Claros em 1665). Com a defesa de Vila Viçosa e a Batalha de Montes Claros, *a última de seis batalhas que os portugueses ganharam aos castelhanos depois da aclamação (...) e a vigésima primeira contando as de outros séculos*²⁸, Portugal pôde assinar, finalmente, a paz com Espanha, mediada por Carlos II de Inglaterra, em 1668.

Vamos então detalhar a defesa de Vila Viçosa e a Batalha de Montes Claros.

A última fase das Campanhas

No padrão alusivo à *Batalha de Montes Claros*, erguido no próprio local, em homenagem à vitória sobre os castelhanos, pode ler-se claramente a forte relação entre a Batalha e a decisão de libertar Vila Viçosa:

“No ano de 1665, reinando em Portugal, D. Afonso o VI, em quarta-feira 17 de Junho do mesmo ano, dia infra oitavo do glorioso Santo Português, neste sítio de Montes Claros, D. António Luiz de Meneses, Marquês de Marialva, Capitão General do Alentejo, em batalha singular por espaço de nove horas, que começaram às nove da manhã até às seis da tarde, matou, rompeu, desbaratou e venceu o exército castelhano, que o marquês de Caracena Capitão General de estremadura governava; o qual deixou na campanha um grande número de prisioneiros e muitos cabos, toda a artilharia, carriagem, e a Vila Viçosa livre do sítio que lhe tinham posto. Esta memória fez, para os presentes e vindouros renderem a Deus graças e rezarem pelas almas dos que se acharam e morreram em tão notável contenda.”

Esta Batalha surgiu, como vimos, num momento em que a Espanha se encontrava já em paz com a França e fora dos combates na Flandres, na Catalunha ou em Itália, ou seja, podia fazer um derradeiro esforço para conquistar Portugal. O desejo de vingança de Filipe IV de Espanha era grande e materializava-se através de pedidos de ajuda a *“El-Rei de França (...) e ao Gão-Turco (...) com tropas de Alemanha, Itália e Flandres”* e os reforços foram então notórios e preocupantes para as forças de defesa portuguesas: *“que marchassem da Alemanha três mil soldados velhos para servirem na cavalaria e dois mil infantes”* (Menezes, 1759: 291-292). A razão de tanta preocupação castelhana em reforçar o seu contingente era fundada pelos desaires sofridos nos últimos

²⁸ Espírito Santo, pág. 6

dois anos contra as forças portuguesas. Vale por isso a pena recordar e recuar ao início desta derradeira fase da Guerra da Restauração.

Depois da Paz dos Pirenéus em 1659 a situação na Península esclareceu-se: Portugal estava abandonado pela França, de más relações com a Holanda e sem contar com o seu tradicional aliado, a Inglaterra. Espanha mobilizava as suas melhores forças contra Portugal. Em Junho de 1661 rompem as hostilidades em duas frentes (Alentejo e Minho). D. João da Áustria tenta a conquista de Campo Maior (e que o marechal Schomberg consegue evitar); uma segunda ofensiva que consegue a conquista de Arronches em 1661. Em Maio de 1662 são conquistadas as praças de Borba e de Juromenha. Na outra frente a norte, no Minho, o Marquês de Viana, fronteiro da Galiza, marcha sobre Valença mas o Conde do Prado consegue repelir esse ataque. Em 1662, o novo fronteiro da Galiza, Pantoja, renova o ataque sobre Valença mas também não obtém sucesso.

Em 1663, D. João da Áustria, um dos grandes líderes castelhanos que tentou a conquista de Portugal, inicia uma terceira ofensiva. Entra rapidamente em Portugal, conquista Évora e abre o caminho para Lisboa. Entretanto, o Marquês de Marialva reorganiza um Exército de reforço em Aldeia Galega (reforçado com um terço de ingleses e um batalhão de franceses). O alongamento das comunicações com Espanha, sem pontos de apoio dentro de Portugal, obriga D. João a retirar sem atingir o objetivo último da sua campanha que era Lisboa. A retirada irá levar 4 dias com os dois exércitos, castelhano e português, em permanente contacto. Os dois exércitos manobram, travam pequenas escaramuças ao longo do Rio Degebe e finalmente, a 8 de Junho de 1663, nos contrafortes do Ameixial, num sítio chamado *o Canal* – espécie de desfiladeiro que D. João pretendeu aproveitar para escoar o grosso das suas tropas – Schomberg, conhecidas as intenções espanholas e contra a vontade de Vila Flôr (que era efetivamente o comandante da força), tomou posições de batalha e caiu a fundo sobre a vanguarda inimiga. Deu-se a Batalha do Ameixial e a vitória portuguesa foi total.

Toda a artilharia espanhola (8 peças), 1.400 cavalos, milhares de armas, 2.000 carros, e muito outro material variado ficou na posse do Conde de Vila Flôr. Os 4.000 portugueses que estavam prisioneiros dos espanhóis foram libertados. Apenas D. João e alguns destroços conseguiram chegar a Arronches. Nesta batalha ficou provado que os portugueses podiam bater os espanhóis em batalha campal, deu coesão a um exército formado por contingentes de várias nações, robusteceu a posição de Schomberg como chefe tático e contribuiu para a desmoralização do Exército de Espanha (e que levou à inevitável demissão de D. João de Áustria).

No ano seguinte, em 1664, o saldo foi nitidamente positivo para Portugal. Marialva invade Espanha, toma Maiorga, cerca e conquista Valência de Alcântara. Também se consegue a restauração de Arronches e dá-se a vitória em Castelo Rodrigo.

Mas Espanha está agora completamente livre da França, da Flandres, da Catalunha e da Itália e, o ano de 1665, será para o derradeiro esforço na tenta-

tiva de reconquistar Portugal. O soberano espanhol, Filipe IV, não hesita em nomear o seu melhor general, o Marquês de Caracena, ordena-lhe a conquista, exige-lhe a vitória e que garanta a posse de Lisboa. Mas antes, terá de conquistar Vila Viçosa.

A Resistência de Vila Viçosa

O Marquês de Caracena, vencedor do Marechal Turenne na Batalha de Valenciennes, traçou um plano ambicioso para ocupar Portugal: conquistar Vila Viçosa, para garantir as comunicações com a Espanha; marchar de forma fulminante sobre Lisboa, por Setúbal, em conjugação com um ataque marítimo pela esquadra de Cádiz (com 8.000 homens, 30 navios e 20 galés, plano muito idêntico ao do Duque de Alba em 1580). Caracena chegou a Badajoz, passou em revista às tropas e a decorrente sustentação logística *“as praças da fronteira eram muitas e bem fortificadas (...) lugares abertos destituídos de mantimentos por se haverem recolhidos às praças-fortes”* (Menezes, 1759: 294).

O plano português tinha em atenção que estavam em causa interesses vitais da nação e do império. Castelo Melhor, em Lisboa, fazia fortificar modelarmente Estremoz, levantava outras fortificações, alistava tropas, aumentava os quadros. Com o seu tato político, reconciliou os generais do Alentejo – Marialva, Schomberg e D. Luiz de Meneses. Nomeou Schomberg como chefe de estado-maior do Alentejo, guarneceu e fortificou eficazmente Lisboa e outros portos de mar, em especial Setúbal. Em síntese: *“estavam guarnecidos todos os portos de mar que podiam ser ameaçados (...) Praça de Setúbal governada por Gil Vaz Lobo (...) no Reino dos Algarves o Conde de Avintes por causa de Cádiz”* (Menezes, 1759: 296). Contratou ainda novas tropas estrangeiras (francesas e irlandesas) e, finalmente, procedendo a um judicioso rateio nas guarnições das Beiras e Trás-os-Montes, aumentou as tropas do Alentejo.

Em maio de 1665 reuniu-se, em Estremoz, o Exército do Alentejo, sob o comando do Marquês de Marialva com 20.500 homens (15.000 de Infantaria, 5.500 de Cavalaria) e 20 bocas-de-fogo. A prioridade era claramente defender a praça de Vila Viçosa pelo que não foi surpresa que o terço de Francisco de Moraes passasse para esta praça por forma a *“que ficassem livres do receio de serem fintadas”* (Menezes, 1759: 296). Entendeu o Marquês de Marialva que Vila Viçosa era *“a praça mais arriscada pela falta de fortificações, por ser rodeada de padraços, e não ter mais defesa que o pequeno castelo circundado de uma estrela que só como prognóstico feliz lhe poderia servir de segurança, ocupando tão pouco terreno, que não permitia a numerosa guarnição que necessitava a resistência de um poderoso exército, facilitando (se os Castelhanos a ganhassem) a marcha para Setúbal e podendo servir com a vizinhança de Geromenha de alojamento às tropas estrangeiras”* (Menezes, 1759: 297-298).

Vila Viçosa tinha, de facto, uma importância fundamental para a defesa de Portugal. Era, simultaneamente, uma área de importância geográfica com rele-

vância para a estratégia militar e um símbolo da determinação de muitos povos, espalhados por todo o globo, na afirmação da independência e soberania do Império. Não era por isso accidental que esta importante vila fosse, há muitos anos, pensada para ser defendida: *“o castelo de Vila Viçosa (...) é uma construção claramente castrense, tudo se subordina à essência da função militar (...) foi concebida a pensar em grandes e duros cercos”* (Saramago, 1991: 223). Vila Viçosa *“foi povoação nobilíssima em todos os séculos”* alvo da cobiça e interesse pelos mais importantes povos que passaram pela Península Ibérica. Cartago, e antes ainda do seu maior capitão, Aníbal Barca, ter lançado a sua famosa ofensiva desde aqui até Roma, mandou fundar em Vila Viçosa, por um dos companheiros de Aníbal, Maharbal, um *“magnífico templo ao Deus Cupido”*. Mais tarde, precisamente cinquenta anos depois, foram os inimigos de Cartago, os romanos, que pela mão do pretor Lúcio Munio, fizeram elevar um templo a Proserpina onde atualmente se encontra a igreja de Santiago. Diz o Conde da Ericeira que apenas depois da construção deste templo conseguiram os romanos derrotar os lusitanos. Passados quase dois milénios, situada num importante centro de comunicações, bem defendida e com muitas provisões, a oito léguas de Évora, quatro de Elvas e duas de Estremoz num terreno *“ameno, saudável e alegre”*, continuava a justificar-se, amplamente, a decisão de tudo tentar para manter na posse lusa, Vila Viçosa (Menezes, 1759: 298-289).

Caracena tinha prevista a ofensiva para o início de maio, mas só no dia 22 de maio de 1665 é que deixou Badajoz, instalando-se entre os rios Xévor e Botova, a uma légua daquela cidade. Nessa região perdeu alguns dias, esperando a chegada das tropas que estavam aquarteladas a maior distância. A 1 de Junho puseram-se em marcha e *“a seis alojou em Caia e a sete passou este rio e se aquartelou na Torre das Siqueiras”*. O primeiro e principal objetivo é claro, *“os castelhanos marchavam a sitiar Vila Viçosa (...) governada por Cristóvão de Brito Pereira”* que contava para a sua defesa com *“mil e quatrocentos infantas dos terços dos Mestres de Campo Manoel Lobato Pinto, Francisco de Moraes Henriques, e algumas companhias de auxiliares, que governava o Mestre de Campo Thomás de Estrada”*. Sobre o dispositivo de defesa *“jogavam nas muralhas onze peças de artilharia e havia nos armazéns grande número de munições e mantimentos”* (Menezes, 1759: 298). Mas antes dos castelhanos tentarem chegar a Vila Viçosa teriam de tomar, primeiro, Borba.

Não havia a mesma determinação lusa na defesa de Borba do que de para Vila Viçosa ainda que, no ano anterior, tivessem sido dado ordens para a sua defesa: *“em 1664, a Câmara de Borba recebeu instruções para continuar a fortificar a vila, de acordo com o plano de defesa do Alentejo”* (Simões, 2007: 73). Durante a Restauração, Borba foi assediada duas vezes pelo exército castelhano, primeiro em 1662 onde se provou que a *“defesa de nada valeu, o referido alcaide e os seus soldados foram enforcados após a rendição (...) Paços do Conselho foram incendiados”*. Talvez este facto explique que *“devido ao grande trauma da guerra, da invasão, da ocupação e da destruição que a vila sofreu, não houve qualquer resistência durante a segunda ocupação, no ano de*

1665". Caracena tinha de conquistar Borba se a queria utilizar "*como trampolim para avançar para Vila Viçosa*" (Simões, 2007: 17-18) e, dados os planos de Caracena, "*não se podia considerar que a defesa permanecesse muitos dias*" e, assim, a "*nove de junho marchando o exército de Castela para Vila Viçosa, e ocupando a vanguarda a Vila de Borba, que estava sem povoação*" (Menezes, 1759: 300).

Caracena tinha acampado no Caia em 7 de junho de 1665; iniciou a sua campanha no dia seguinte (20 a 30.000 homens com 2.000 Infantaria e 3.000 cavalos alemães e 10.000 da Infantaria da Suíça e da Itália) e, como vimos, conquistando Borba abandonada que estava da sua povoação, no dia 9. Evitou Elvas, contornou-a por norte e, como estava também na posse de Olivença e Juromenha, abriu uma linha de comunicações com a Estremadura espanhola, a qual passava a Sul de Elvas e fora do alcance da mesma.

Sitiou então finalmente Vila Viçosa no dia 10 que, embora possuísse as suas fortificações em mau estado e tendo apenas a, já descrita, pequena guarnição de menos de 2.000 homens e 11 peças de Artilharia, mesmo assim, dotados de elevada moral e determinação, iriam conseguir repelir todas as ações dos castelhanos, embora com elevadas perdas. Vamos detalhar um pouco este enorme esforço.

"O Marquês de Caracena, quando entrou no território de Vila Viçosa, não ficou totalmente satisfeito, por ver que ocupavam montes ásperos, que sucedem uns aos outros". Embora as fortificações apresentassem falhas, o uso inteligente que lhes foi dado permitiu, desde os primeiros momentos da defesa, opor um esforço coordenado e inteligente, de aproveitamento do que havia pois, sendo "*todos eminentes à Praça, plantados de oliveis e vinhas, com diversão de muros e valados, que separam as propriedades umas de outras, e fazem aqueles sítios mais úteis que tratáveis para a marcha de um exército*". Aqui entra também a personalidade e a determinação do comandante da praça, porque "*o governador Cristóvão de Brito desprezando todos os perigos*" demonstrou que sabia o que queira fazer e tinha um plano de defesa baseado em várias linhas e posições. Assim "*não querendo tratar só da defesa do castelo e da estrela mandou ocupar as ruínas do Forte de S. Bento, que dois anos havia sido demolido (..) entregou a defesa ao Mestre de Campo Thomás de Estrada e aos Capitães António de Mesquita, José Magalhães e Manuel António do Terço de Trás-os-Montes que governava cento e cinquenta mosqueteiros*" (Menezes, 1759: 301).

As forças, embora poucas em número, encontravam-se judiciosamente distribuídas, o "*Capitão Francisco Carvalho do Terço de Manoel Lobato guarneceu a Porta do Nó e o Capitão Braz Torrado do mesmo Terço estava dentro do Paço*". No final do primeiro dia de confronto contra os castelhanos, Cristóvão de Brito mandou retirar para o interior as forças que tinha colocado no exterior. Depois de um dia de valorosa defesa já se registavam a morte do Capitão Magalhães e de mais 4 soldados. Para garantir que o avanço castelhano não se aproximava mais do centro da Vila, Manoel Lobato e Francisco de Moraes ficaram então a guarnecer os postos dentro da estrela (Menezes, 1759: 301).

Ao amanhecer do segundo dia chegou todo o Exército de Caracena e, no dia imediatamente após, mandou atacar a meia-lua diante da Porta de Nossa Senhora dos Remédios que o Capitão Manoel Nogueira do Terço de Francisco de Moraes, conseguiu rechazar. Não conseguindo entrar em Vila Viçosa começou o Marquês de Caracena a colocar forças em pontos de onde pudessem chegar eventuais reforços portugueses, enquanto ordenava à sua artilharia para começar uma sistemática ofensiva de fogos sobre as muralhas e sobre a cidadela mas, para seu desespero, *“não era grande o prejuízo dos sitiados”* (Menezes, 1759: 302).

O Marquês de Caracena tinha pressa em conquistar a praça e, a 11 de junho, mandava acelerar o fogo e a construção dos aproches *“com receio do socorro”* português de Marialva. Determinou a abertura de *“uma mina contra a muralha da Vila Velha”* mas ao fim de dois dias a mina *“rebentou contra eles”*. Nessa mesma noite chegou uma mensagem do Marquês de Marialva que pedia todo o empenhamento na defesa e, ao mesmo tempo, prometia o envio de uma força de reforço. Na resposta, enviada ainda no dia 13 a Estremoz, assegurava o Governador de Vila Viçosa, a determinação na defesa. No dia 14, pela noite, aproveitando uma pequena brecha que aparecera na muralha mandou Caracena concentrar o ataque nessa área. Mas a resposta dos defensores foi pronta e determinada: *“as mesmas granadas que os castelhanos lançavam, lhes tornavam a restituir, antes de rebentarem, desprezando as experiências de muitos, que perderam as mãos neste valoroso exercício”* (Menezes, 1759: 303).

Estando o Governador da Praça e dois dos Mestres de Campo feridos, tiveram de retirar para dentro da Cidadela mas continuaram prontos a combater pois *“mais do que a vida, a honra, não quiseram retirar-se até ao fim da contenda”*. No dia 15 tentaram os castelhanos queimar a *“estacada”* mas, mais uma vez e felizmente, sem sucesso (Menezes, 1759: 304).

A brava resistência de Vila Viçosa estava, até aquele momento, com muita determinação e sacrifício, garantida, mas urgia reforçá-la com mais efetivos. Assim, a 15 de Junho, saem de Estremoz o Conde de Schomberg (Chefe de estado maior), D. Luís de Menezes (General da Artilharia), Dinis de Melo e Castro (General da Cavalaria) e outros oficiais para reconhecimento do itinerário que o Exército seguiria. Acompanha-os a maior parte da cavalaria. Encontraram o inimigo também em exploração sobre o qual carregaram e obrigaram a fugir.

Reunido o conselho entre todos os chefes militares com o supremo comandante, o Marquês de Marialva, decide-se então cumprir o que se planeara e propor ao Rei o envio do Exército a marchar em socorro de Vila Viçosa porque *“ficava a duas léguas de Estremoz, e que ocupada, faria o inimigo árbitro das entradas de Elvas, Campo Maior, e ficarão aquelas praças exposta a muita grande opressão pela dificuldade dos comboios: que Borba, Redondo, Landroal e Terena”* (Menezes, 1759: 305). Depois de consultado o Rei e obtidas as autorizações *“se assentou, que o exército se pusesse em marcha quarta-feira dezassete de junho, com ordem, que se tomasse primeiro alojamento no sítio de Montes Claros, uma légua distante de Estremoz e outra de Vila Viçosa”* (Menezes, 1759: 307).

A Batalha de Montes Claros

Marialva deixou então Estremoz e marchou sobre Vila Viçosa (marcha pronta a partir das 05.00 horas da manhã junto ao Campo de St. António)²⁹. Aí fez um discurso para encorajar as tropas do qual selecionamos este extracto³⁰: *“Segunda vez, valorosos soldados, por Divina missão corre por minha conta exortar-vos a conseguirdes, rompendo pelos perigos de uma batalha, as consequências de uma vitória e se na primeira, na ocasião das linhas de Elvas, julgastes as minhas razões forçosas, é agora razão, que as avaleis invencíveis, pois se multiplicarão de sorte as experiências do vosso valor e da vossa felicidade, que podeis contar esta vitória (que suponho infalivelmente alcançada) como tributo indispensável, que vos paga a fortuna.”*

Marchou com a cavalaria na vanguarda (com o Conde de S. João e o General de Artilharia Luís de Menezes) e com 500 infantes na frente munidos de feramentas para abrir caminhos. Seguiam-se 6 peças de artilharia, depois a infantaria (cada soldado com 12 balas e um arrâtel de pólvora) e, em duas colunas, a restante artilharia com as cargas de munições, vedorias e bagagens. Ao fim de 10 quilómetros, pararam junto a uma fonte (para descanso e para permitir que chegassem os carros do pão à frente). Schomberg avança e descobre que os castelhanos já tinham ocupado a Vigária com a sua Cavalaria porque Caracena, informado do movimento português, decidiu procurar o confronto imediato, deixando à frente da praça de Vila Viçosa apenas um corpo de cavalaria com cerca de 1500 homens.

A 17 de Junho, quando as forças de reconhecimento avistaram os castelhanos, noticiaram a existência de massas profundas de cavalaria espanhola no seu flanco esquerdo, o que levou Schomberg a deslocar para essa ala a maior parte da cavalaria. Ficou assim o dispositivo das forças portuguesas no início da batalha: a sudeste de Rio de Moinhos, e na planície de Montes Claros, desenvolveu-se a cavalaria em 2 linhas, bem como 5 terços de infantaria (Marialva escolheu esta posição); no Alto do Mouro ocuparam os terços de Infantaria, que se estendia por um terreno de vinhedos (Schomberg ficou nesta posição) e, a artilharia foi distribuída pelos cimos referidos e nos intervalos da vanguarda. Os Espanhóis tinham um dispositivo semelhante: massa de cavalaria na sua esquerda (com o objetivo de carregar sobre o centro das nossas forças e cortar o nosso flanco direito) e infantaria na direita coberta nesse lado por pequenas forças de cavalaria (o Marquês de Caracena ficou no Alto da Vigária).

Caracena falou então às suas tropas dizendo: *“se ganharmos esta batalha, podemos contar sem dúvida com Portugal conquistado, e se a perdermos,*

²⁹ O plano era o de ocupar o Outeiro da Mina e o Alto da Encostinha, pontos dominantes próximos de V. Viçosa mas os espanhóis já tinham construído fortes nestas alturas.

³⁰ Proferida às 08H00 de 4ª Feira 17 de Junho de 1665, nos campos de Montes Claros

pouco dano faremos à monarquia de Castela” (Espírito Santo, 2005: 72) dando a entender, claramente, que os interesses porque portugueses e castelhanos se batiam eram muito diferentes e com graus distintos de importância. Para Portugal era vital vencer, estava em causa a soberania de um País de um Império mas, aparentemente para Espanha, segundo podemos depreender pelas palavras do seu comandante, esperava-se apenas pelo resultado de uma contenda que não comprometia os seus grandes desígnios nacionais. Esta diferente motivação, dos líderes de um lado e do outro, que naturalmente se estenderam às respetivas forças que comandavam, poderão ajudar a entender melhor o que de seguida iremos detalhar porque, à partida, a superioridade de meios castelhana, era bem evidente.

A Batalha iniciou-se às 10.00 da manhã do dia 17 de junho de 1765 com uma “*tempestade furiosa*” de artilharia e uma carga da cavalaria espanhola sobre o flanco direito e centro das forças portuguesas. Schomberg, apercebendo-se da intenção deste movimento, tinha feito transportar a cavalaria da esquerda para o flanco direito (ficando apenas nesse flanco 5 companhias de cavalaria). A carga da cavalaria espanhola foi sobre o flanco direito e centro das forças portuguesas (sobre os terços de Tristão da Cunha, Francisco da Silva de Moura e João Furtado de Mendonça). Conseguiram romper as primeiras linhas de Infantaria e cavalaria (com mais de 1000 cavalos) “*As duas primeiras linhas tinham sido totalmente derrotadas*” (Freitas, 2009: 352). Mas a artilharia portuguesa (com o Tenente General Raposo Figueira, reforçado com 100 mosqueteiros, carregados de sacos de *balas miúdas* disparando a 50 passos) obrigou os castelhanos a retirar.

A vanguarda portuguesa ficou quase aniquilada, devido ao ataque na esquerda da Infantaria espanhola mas, a pronta reação efetuada por Diniz de Melo e Castro, com o batalhão de João Pinto e Francisco de Ledesma, uma Companhia de José Pessanha de Castro, ao reforçar esta ala, conseguiram estancar a progressão. Na ala esquerda os castelhanos reforçaram o ataque e aí, alguns dos terços de portugueses e dos regimentos franceses de Fugeret e de Chévery, perderam terreno. Com a morte de António Saldanha, o flanco português ficou mesmo em perigo mas, com o terço de Sebastião da Veiga Cabral, conseguiu-se, na profundidade, deter o avanço castelhano. D. Luís de Menezes veio então à esquerda para reforçar o dispositivo e pediu reforços de munições de artilharia a Estremoz.

Schomberg toma novas medidas, movimenta-se para junto de Marialva (o seu cavalo é ferido e tem de mudar de montada) e transporta um terço de infantaria da direita para o flanco esquerdo. Francisco de Távora e Bernardino de Távora aguentam as cargas e obrigam os castelhanos a retirar. O dispositivo português é assim recomposto. A cavalaria espanhola rompeu efetivamente as primeiras linhas de infantaria e da cavalaria³¹ mas a artilharia, através do seu

³¹ Que esperavam de piques em riste e arcabuzes apontados.

fogo contínuo, obrigou-os a retirar. A vanguarda portuguesa ficou quase aniquilada devido ao ataque na esquerda da infantaria espanhola mas Schomberg reagiu a tempo e conseguiu sustentar o avanço espanhol.

Era o final da manhã e o primeiro ataque espanhol sobre as forças portuguesas em Montes Claros tinha falhado. No lado português pressentia-se a oportunidade de aproveitar este momento decisivo e nada é deixado ao acaso, tomando-se várias iniciativas. Primeiro através das transmissões de ordens para se parar um novo ataque castelhano a Estremoz, com quem se mantinha permanentemente ligação, o general da artilharia manda estafetas para trazer mais munições porque o tiro permanente das suas peças está a ter um efeito demolidor sobre as avançadas inimigas e, na frente da batalha, entre as várias forças do dispositivo, para ajustar e mudar capacidades essenciais entre flancos, no reforço de pontos vulneráveis e na aplicação judiciosa da reserva.

Dá-se então uma segunda tentativa no mesmo ponto de rotura e foram assim atingidos os terços da segunda linha na esquerda (esta foi uma das fases culminantes e críticas da batalha) obrigando Pedro Jaques de Magalhães a contra-atacar e a conquistar umas pequenas posições elevadas “nas paredes de uma encosta” enquanto o marquês de Marialva reforçava com terços de infantaria a segunda linha. Efetivamente o ataque castelhano é detido. Schomberg acode com a cavalaria no centro-direita e, por seu lado, a cavalaria castelhana não consegue passar da 1ª linha. Ao fim de 7 horas, ainda assim, a vitória parecia ser dos espanhóis, porque a superioridade continuava do seu lado. Mas uma manobra decisiva do Marquês de Marialva mudou o resultado a favor dos lusos: desguarnecendo um pouco o flanco direito, acorreu com a alguns terços à esquerda, que passaram a opor uma resistência eficaz às investidas castelhanas, restabelecendo finalmente o equilíbrio no combate. Era tempo de levar as tropas a dar o seu máximo no combate:

“O general de Artilharia, D Luís de Meneses e o Conde de S. João correm aos terços da vanguarda, animando-os com palavras de louvor e de incitamento, ao que responderam todos lançando os chapéus para o ar, que antes morreriam feitos em pedaços que perderem um palmo de terreno em que estavam. E a forte sebe humana foi novamente e por vezes atacada pela luzente cavalaria inimiga que nem sequer conseguia agora romper a primeira linha, nem teve o apoio que esperava da sua infantaria, a qual não prosseguiu com o receio do ataque dos flancos dos esquadrões de Simão de Vasconcelos” (Sepúlveda, 1898, pp 68-77).

Depois de este renovado ataque espanhol, como vimos sem sucesso, às três da tarde, invertia-se a tendência e agora já parecia que a vitória seria portuguesa: a artilharia espanhola não disparava, a sua fortíssima cavalaria não conseguia penetrar o dispositivo, a infantaria atacava desordenada e começava a recuar. Os portugueses estavam coesos, a Infantaria, a Artilharia, a Cavalaria combatiam como um só corpo de batalha e as linhas de comunicação para a retaguarda e na frente estavam firmes porque a Engenharia tinha melhorado tanto as defesas de Estremoz como as de Vila Viçosa e apoiara a mobilidade

com o “*equipamento sapador, destinados a facilitar o andamento das peças de artilharia que iam atrás*” (Lousada, 2011: 307)³². As ordens dos comandantes para e entre e as forças fluíam, eram transmitidas em tempo, sabendo-se assim sobre o estado efetivo das várias forças, permitindo um contínuo ajustar da batalha, o chegar de reforços, de reabastecimentos. Portugal demonstrava assim que a sinergia entre as várias Armas Combatentes (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Transmissões), bem lideradas e fortemente motivadas, era a forma mais eficaz de vencer um dos melhores exércitos de mundo, mesmo encontrando-se em inferioridade numérica.

Finalmente, e como terceira e última tentativa espanhola para tentar ainda inverter o rumo da batalha, a sua cavalaria simulou uma retirada e atacou de novo sobre o flanco direito português, mas já não teve o ímpeto das cargas anteriores. O Tenente-general D. João da Silva, na direita com a cavalaria, avisou Melo e Castro e este contra-atacou pela retaguarda, o que obrigou os espanhóis a debandar (fora o golpe decisivo). A luta entre as infantarias portuguesas e espanholas continuava árdua mas Marialva, aproveitando este sucesso da cavalaria portuguesa, conseguiu envolver a infantaria espanhola e esta foi obrigada a render-se.

Os espanhóis, face ao desgaste sofrido, resolveram então retirar-se de volta a Espanha. A exploração levada a efeito pelo General de Cavalaria Diniz de Mello e Castro conduziu ao aniquilamento do inimigo e, simultaneamente, em Vila Viçosa, uma sortida dos sitiados destroçou um corpo de 1.800 arcabuzeiros e ao capturar de toda a artilharia de sítio espanhola. Assim, escreve Ericeira, “*abatida toda a oposição dos castelhanos, vitorioso e triunfante, marchou o exército para Vila Viçosa*”.

O cerco a Vila Viçosa termina

A exploração da vantagem obtida na batalha, levada a efeito pelo General de cavalaria Diniz de Mello e Castro, iria conduzir ao aniquilamento do inimigo. Os mestres de Campo Ferreira e Rebelo foram ocupar uma colina que cortou a retirada à cavalaria. Pedro Jaques de Magalhães ordenou a 5 terços da esquerda que se juntassem à cavalaria na perseguição e, na direita, Simão de Vasconcelos e D. João da Silva saíram do terreno que ocupavam no flanco e também se juntaram à cavalaria na perseguição. A ação de perseguição foi até Juromenha onde se abrigaram Caracena e o Duque de Ossuna (que tinha assistido à batalha). Finalmente, quatro dos terços inimigos ainda subiram à Serra de Ossa, mas acabaram por se renderem.

Durante o tempo desta batalha, os sitiados na praça de Vila Viçosa “*não haviam estado ociosos, porque ficando os aproches guarnecidos por mil e oito-*

³² “que levavam ferramentas para abaterem os valados e facilitarem os passos dificultosos” (Ericeira, 1946, IV, pg. 290)

centos infantes à ordem de Nicolau de Langres (...) fizeram uma sortida todos os que estavam capazes de tomar armas e, apesar da porfiada resistência ganharam as trincheiras, degolaram a maior parte dos inimigos". Quando finalmente chegaram as forças de socorro enviadas por Marialva, os Capitães António de Abreu e Cristóvão de Dornelas à frente de um destacamento com mais sessenta mosqueteiros, só tiveram tempo de ouvir, e assistir, aos entusiásticos festejos da vitória sobre os sitiados (Menezes, 1759: 329-330).

Montes Claros foi uma batalha decisiva entre dois exércitos que desejavam o embate físico, a "prova de força" no campo de batalha, o modo da estratégia direta entre oponentes. Foi a demonstração de que um uso correto e inteligente entre as várias Armas do Exército, de forma coordenada, combinada, em permanente ligação, exponenciava o valor da força. Que mesmo em inferioridade numérica se conseguia atingir os melhores resultados possíveis, quando uma força era potenciada por uma liderança eficaz e uma boa rede de informações.

A vontade inequívoca na defesa Vila Viçosa, de a reforçar a todo o custo, constitui-se como a "prova de força" da determinação portuguesa. Escolhera-se o modo da estratégia direta, ao invés do proposto na época e que era a estratégia limitada (de atrição, através da paciente acumulação de recursos económicos, negando-os ao adversário). Vila Viçosa era a capital avançada de Lisboa. Manter Vila Viçosa significou manter Portugal e a vitória de Portugal foi a garantia que se podia manter o Império.

Na raia alentejana decidiu-se o destino de inúmeros territórios, da vida e futuro de imensos povos que fizeram a grandeza de Portugal. Porque se venceu em Montes Claros, o Portugal de então, multicultural, multiterritorial, espalhado pelos cinco continentes, manteve-se e afirmou-se. Os portugueses demonstraram que tinham projeto, que tinham garra e determinação, que quando provavam o seu valor garantiam aliados e apoiantes, e que o sonho de continuarem independentes se voltava, uma vez mais, a afirmar.

Se em 1385, em Aljubarrota, se defendeu e se afirmou um Reino, em 1665, em Montes Claros e em Vila Viçosa, defendeu-se e afirmou-se um Império. Saibamos hoje honrar a memória dos que se bateram por nós. Honrando o seu sacrifício damos sentido ao que temos de garantir no nosso futuro: a perseverança e o supremo orgulho de continuar a acreditar em Portugal.

Bibliografia

- AAVV, **XV Colóquio de História Militar**, LISBOA, Comissão Portuguesa de História Militar, 2005.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, **Vila Viçosa, as esmolas e os pobres do duque D. João II (1636-1646)**, in *Revista de Demografia Histórica*, Saragoça, XXII-II, pp. 183-205, 2004.
- DIAS, Eurico Gomes, **Gazetas da Restauração: 1641-1648 uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)** Lisboa, MNE – Instituto Diplomático, 2006.

FREITAS, Jorge Penin:

A Batalha de Montes Claros vista por um Oficial Inglês, Lisboa em *Lusiada História* inº 5/6, pp. 339-358, 2009.

Guerra da Restauração, blog disponível em: <http://guerradarestauracao.wordpress.com/>, 2014.

LOPES, Pedro M. A. Fonseca, **Batalha de Montes Claros** Lisboa, IAEM, TI do CEM – 95/97, 1996.

LOUSADA, Abílio, **A Restauração Portuguesa de 1640: Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII**, Lisboa, Fronteira do Caos, 2011.

MENEZES, D. Luís de, **História de Portugal Restaurado**, Lisboa, Parte Segunda, Tomo IV, 1662-1668, 1759.

PIRES, Nuno Lemos:

“Batalhas da Restauração”, Colaborador e coautor de textos no DVD sobre o Palácio Fronteira e a Guerra da Restauração, disponível em: <https://www.frenteira-alorna.com/textos.htm>, 2003.

“A Primeira Guerra Global Portuguesa: A Restauração”, em *A GUERRA*, Coimbra, Revista de História das Ideias, Vol. 30, Faculdade de Letras da Univ Coimbra, pp. 337-353, 2009.

“A Batalha de Montes Claros e o conceito de Armas Combinadas”, Mafra, Revista Armas Combinadas, Junho 2014, pp. 6-12; disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/EA/Publicacoes/Documents/AC/AC01.pdf>

SANTO, Gabriel Espírito, **Montes Claros 1665**, Lisboa, Tribuna, 2005.

SARAMAGO, José, **Viagem a Portugal**, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.

SIMÕES, João Miguel, **Borba: Património da Vila Branca**, Borba, Edições Colibri, 2007.

SEPÚLVEDA, Christovam Ayres De Magalhães, **História Orgânica e Política do Exército Português**, Vol II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Estudos históricos

PÚBLIA HORTÊNSIA DE CASTRO: UMA HUMANISTA CALIPOLENSE NO SÉCULO XVI

Licínio Lampreia¹

Como considerações iniciais convém sublinhar que não é possível, num breve estudo com estas características, não sendo mais do que um proémio, uma atenção exaustiva e abrangente à obra e à vida da humanista calipolense Públia Hortênsia de Castro. Por isso, é inevitável uma selecção, enfatizando alguns aspectos que porventura constituem os vectores mais representativos do conjunto da sua obra.

Sabemos que Vila Viçosa, verdadeiro centro de cultura demarcado de qualquer outro, foi berço de personalidades ilustres, de grandes figuras que nela nasceram, viveram ou trabalharam, tocando poetas e artistas de fala calipolense de várias épocas históricas.

Esta asseveração é reconhecível em Públia Hortênsia de Castro (1548-1595), licenciada em Filosofia aos 17 anos, cuja vida e obra encontram-se indissociavelmente ligadas a Vila Viçosa, onde nasceu e viveu, na estirpe de uma família fidalga. Como se verifica através das suas ligações familiares, Públia Hortênsia de Castro era filha de Tomás de Castro e de Branca Alves.

Se são ainda preliminares as considerações que se possam fazer sobre a vida e a obra de Públia Hortênsia de Castro, que me proponho comentar como atrás se disse, estima-se como certo que, no seu tempo, foi considerada uma ilustre poetisa e poliglota renascentista, uma exímia oradora e uma figura de comprovado prestígio cultural, em sentido que adiante se verá neste trabalho, mas que desde já posso anunciar irradiante e singular, pelo menos no que tange à erudição e à cultura.

¹ Por decisão pessoal, o autor deste texto não escreve de acordo com o Acordo Ortográfico.

Olhe-se com algum cuidado para a obra da humanista calipolense, o que mais pode aqui interessar. O exacto significado da vida e do labor cultural e artístico de Públia Hortênsia de Castro, que só vagamente conhece a superfície, pode escapar-se-nos, mas o sentido e a profundidade da sua acção transpira em várias referências e documentação conhecida e figura em escritos coevos com perfeita clareza. Há pelo menos quatro referências à obra de Públia que merecem ser observadas de perto. Em 1565, numa primeira referência à vida da humanista calipolense, André de Resende refere o singular brilhantismo da adolescente, com dezassete anos, na apresentação de conclusões públicas.

Seis anos mais tarde encontramos uma nova notícia sobre a humanista calipolense. Para já atente-se na documentação conhecida, recenseada, sobretudo, do relato que João Baptista Venturino fez da visita da comitiva do Cardeal Alexandrino a Vila Viçosa (legado do Papa Pio V), segundo a qual Públia Hortênsia de Castro aos 23 anos estava preparada para defender provas para alcançar o grau de doutora, que é esclarecedora dos seus dotes de inteligência e do seu assombroso saber.

A apressada partida da comitiva, não permitiu a realização das provas perante o legado, mas é muito provável que as mesmas tenham ocorrido, como previsto, no Paço Ducal de Vila Viçosa, perante os intelectuais que habitualmente aí estadiavam². Outros registos arquivísticos e documentais deixaram relatos circunstanciados, permitido a atestação de que foi autora de uma obra singular.

A informação que agora nos interessa lança luz sobre a biografia de Públia Hortênsia de Castro e contém uma lista dos seus escritos que avultam na sua produção literária com luminosa evidência, sendo enumeradas as seguintes obras: *Cartas Latinas e Portuguesas a diversas pessoas*; *Poesias Várias*, escritas em latim e em português; *Oito Salmos*; e o *Flosculus Theologicus*³, e que seria lástima não referenciar aqui, até pelo que podem esclarecer acerca da sua obra literária. Deste conjunto de obras, a que alude Diogo Barbosa Machado (1682-1772), nada chegou até aos nossos dias. No entanto, neste, como noutros aspectos da sua obra, estamos bem longe de poder negligenciar a sua qualidade e erudição.

Apresentamos outro exemplo dos vários que se poderiam citar para documentar a sua obra, que coloca especial ênfase nos seus dotes de eloquência e de sabedoria. Em 1581, terá sido ouvida e admirada por Filipe II de Espanha e I de Portugal, que em respeito às letras e suficiência de Públia Hortênsia de Castro lhe concedeu uma tença, o que se estima como um sólido testemunho do seu brilhante talento.

² Siga-se a consolidação deste assunto em Maria da Conceição Vilhena, *Públia Hortênsia de Castro: Uma Doutora Alentejana já no Séc. XVI*, in *Callipole* n.º 9, 2001, Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 86. Este trabalho é um dos principais centros nevralgicos de qualquer estudo sobre a vida e a obra de Públia Hortênsia de Castro.

³ Vide idem, *ibidem*, p. 87.

Públiã Hortênsia de Castro foi uma personagem cuja obra e estatura humana se projectaram, desde muito cedo, para fora da sua terra de origem⁴, apontando novos caminhos e horizontes, muitas vezes inéditos, numa época marcada por preceitos e preconceitos muito rígidos.

O seu nascimento no seio de uma família com formação humanística, as suas capacidades e virtudes e o facto de estar junto de humanistas e intelectuais, deixam-nos antever que frequentou um contexto impregnado de erudição e de requinte intelectual e que recebeu uma cultura humanista muito sólida, alcançando uma maturidade cultural e espiritual que a habilitaram para grandes empresas, visivelmente coincidentes com a sua craveira intelectual.

Contemporânea de gente ilustre, granjeou a admiração de grandes figuras da época, trocou correspondência com eruditos da sua geração, participou em centros de discussão sobre autores clássicos ou temas de literatura e poesia e conviveu com várias notoriedades do tempo que lhe permitiram aprofundar os conhecimentos. Certamente que o complexo de relações culturais, de debates literários e de tertúlias culturais, sob o signo do humanismo cristão da sociedade em que viveu, não lhe era ignoto. Passa pela corte ducal de Vila Viçosa e estadeia em Lisboa sob o apoio mecenático da Infanta D. Maria.

Depois da apressada visita a várias notícias sobre Públiã, vale a pena prosseguir no rasto da singular humanista. Em 1574, estava ao serviço de D. Isabel de Bragança, viúva do Infante D. Duarte, onde se dedicava à escrita e à prática epistolar, em latim e em português, consentânea com o ambiente que vivificava na época do Renascimento.

A isto há que juntar a sua presença no conjunto das mulheres cultas que rodeavam a Infanta D. Maria na sua academia, o que atesta uma forte circulação de ideias, modelos e pólos de referência cultural e literária, e permite imaginar o alto desenvolvimento que inevitavelmente se fomentava à sombra do prestígio e da cultura em torno da Infanta D. Maria.

Aquilo que caracteriza de imediato a obra de Públiã Hortênsia de Castro é o fino e precoce recorte erudito. De facto, desde muito cedo dedicou-se ao estudo das letras e da teologia, possuindo sólidos conhecimentos da boa tradição humanística, sem esquecer que na sua obra se respira, também grande capacidade para a oratória. Os seus grandes conhecimentos e a sua preparação para rebater argumentos permitiram-lhe competir com os doutores do seu tempo, abrindo caminho à importância da sua significação no domínio da cultura.

Tudo denuncia, pois, uma mulher com uma personalidade culta e erudita, seguramente com sólida formação eclesiástica e com relações privilegiadas nos meandros dos centros culturais e literários da época.

O retrato de Públiã Hortênsia de Castro foi delineado com traços irregulares e com cores pálidas. Muitas hipóteses colocadas sobre a autora tiveram de ser abandonadas por impossibilidade de comprovação, dada a mudez dos documentos e das referências consultadas.

⁴ A autora viveu e morreu em Évora.

Não se julgue, porém, que a autora calipolense teve uma vida fácil. A partir de 1581, um ano após as convulsões políticas que levaram à perda da independência com a União Ibérica, mergulhou no anonimato, cruzou os muros conventuais e vestiu os panos do hábito. E no silêncio de um convento, apagaram-se as memórias do seu quotidiano.

Com efeito, permanecem, ainda, ignotos muitos aspectos da sua vida. Cabe aqui fazer algumas perguntas. Que mudara entretanto para que Públia Hortênsia de Castro decidisse ingressar num convento? Quais as vicissitudes que sofreu? Que misteriosos desígnios levaram ao seu silenciamento?

Falta, pois, ainda indagar com critério sistemático dados mais rigorosos sobre esta personalidade, que permitam entender melhor o lugar que lhe corresponde no contexto cultural, literário e religioso do seu tempo e a plena aferição dos seus méritos. Para além da sua obra conhecida, estamos seguros que novas pesquisas poderão alargar o conhecimento sobre esta singular humanista e proporcionar pistas para deslindar novos aspectos importantes do seu legado que este estudo não tem margem para desenvolver.

Cabe talvez recordar que dos dados apurados até ao momento sobre a vida e obra desta insigne calipolense, sobressai uma bagagem de interesses e uma multifacetada e distinta personalidade, com um estatuto cultural firmado.

Ensaie-se um breve epítome final do que atrás se disse, levando mais longe as indagações sobre a autora. Por um lado, deu-se a entender que foi uma mulher que teve a coragem de trocar a agulha e o fuso, símbolos da submissão, pelo livro e a caneta, símbolos da afirmação, sendo também pela voz e pela pena de Públia Hortênsia de Castro que a mulher se afirmou no domínio do saber, o que representa um plano distinto e até aí impensável. E é esta postura que pretendemos, sobretudo, realçar. Por outro, explorou-se a absoluta singularidade qualitativa que não deixa dúvidas quanto ao lugar que lhe pertence no contexto da vida literária e cultural, que no seu tempo mereceu encómios pelo seu saber e chegou a justificar o estridente, caloroso e repetido elogio de "*Singular Humanista Calipolense*". Nesta caminhada, Públia foi mais longe do que qualquer outra.

Tudo ajuíza, portanto, do acerto desta asseveração que se encontra gravada no seu busto em mármore branco, colocado em Vila Viçosa.

A exposição de enumerações é de resumo imediato: a cultura e a erudição de Públia é densa o suficiente, para nos obrigar a convocar a nata das mulheres que no século XVI se distinguiram no domínio da cultura portuguesa, obrigando aos mais sublimes paralelos, até mesmo com autoras estrangeiras.

Falece em 1595 e jaz na Igreja da Graça, em Évora.

Referência bibliográfica

VILHENA, Maria da Conceição, *Públia Hortênsia de Castro: Uma Doutora Alentejana já no Séc. XVI*, in *Callipole* n.º 9, 2001, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

PRÁTICAS DE CARIDADE E ASSISTÊNCIA EM ÉVORA (1650-1750): DO PERCURSO AO CONTEÚDO

Rute Pardal¹

O percurso de *Práticas de Caridade e Assistência em Évora (1650-1750)*, que tem como base a dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora em Setembro de 2013, iniciou-se há mais de uma década quando, no seminário de História Moderna do curso de Mestrado em Estudos Históricos Europeus do Departamento de História da Universidade de Évora, tomámos contacto com as questões da caridade e da assistência enquanto campo de trabalho historiográfico. Nesse contexto, ao estudarmos as elites locais de Évora durante o período Filipino, fizemos uma primeira abordagem à vertente assistencial da Misericórdia e tivemos oportunidade de verificar as enormes potencialidades do seu espólio documental. Posteriormente, a participação em projetos de investigação sedeados na Universidade de Évora e financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia possibilitaram-nos aprofundar o conhecimento sobre outras instituições e mecanismos de assistência existentes em Évora no período moderno, nomeadamente os ligados à Igreja e à caridade privada, ultrapassando o âmbito da assistência institucional².

¹ Doutorada em História pela Universidade de Évora. Investigadora do CIDEHUS/Universidade de Évora.

² Projetos coordenados pela Professora Doutora Laurinda Abreu: *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva*. PTDC/HIS-HIS/113416/2009; *Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800)*. PTDC/HAH/68482/ 2006; *O sistema de caridade e a assistência: apropriação social, trajetórias sociais, discursos institucionais. O caso da região de Évora (séculos XV-XVIII)*. POCTI/HAR/60416/ 2004. *O Papel das Misericórdias na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime: o caso de Évora*. POCTI/33560/HR/2000.

As aprendizagens realizadas neste contexto permitiram-nos desenhar um projeto que à partida sabíamos dispor de uma base documental segura e de grande fiabilidade. A participação em encontros científicos, nacionais e internacionais, foi fundamental para o alargamento das perspetivas de análise, abordagens e diálogos interdisciplinares. A partir deles foi-nos possível estabelecer as grandes tendências historiográficas internacionais no domínio das práticas de caridade e assistência, de forma a melhor enquadrar o nosso trabalho e entender a situação de Évora. Pelo seu carácter algo pedagógico, no início da investigação foi de extrema importância o trabalho de Charles Parker³, desenvolvido a partir dos estudos de Natalie Zemon Davis⁴ e de Brian Pullan⁵: através dele tivemos contacto com uma visão da situação europeia no contexto da Reforma que recusava, como tantos outros historiadores, uma cisão em termos de práticas assistenciais de base confessional. Em alternativa, defendia um cenário comum, onde imperavam as raízes medievais e humanistas dos movimentos reformistas do século XVI, pressionados por um crescimento populacional sem precedentes e pelo aumento generalizado da pobreza em resultado das alterações de índole socioeconómica. Com Charles Parker acompanhámos, desde a década de 1520, as cidades europeias, católicas e protestantes, a ensaiarem planos de controlo da mendicidade, laicizando as estruturas de assistência sob a tutela das instituições locais, municipais ou não⁶, procurando reestruturar instituições, como os hospitais, que já não respondiam às novas necessidades e desafios sociais. Com Parker chegámos a Zemon Davis e ao seu trabalho sobre a *Aumône Générale* de Lyon observando como num cenário de crise urbana e pressão sobre as autoridades para reformarem os mecanismos assistenciais, protestantes e católicos

³ Cf. Charles H. Parker, *The reformation of community. Social welfare and Calvinist charity in Holland, 1572-1620*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 1-19.

⁴ Cf. Natalie Zemon Davis, "Poor relief, humanism and heresy: the case of Lyon", *Studies in Medieval and Renaissance History*, vol. 5, Lincoln, University of Nebraska Press, 1968.

⁵ Cf. Brian Pullan, *Rich and poor in Renaissance Venice: the social institutions of a catholic state*, Cambridge, 1971.

⁶ Recorde-se que em Portugal a assistência foi também uma competência das elites locais não através do município mas sim das Misericórdias, que reportavam ao rei. Contudo, apesar de se nortear por princípios e valores religiosos, as Misericórdias eram instituições laicas de facto e de jure. Sobre estas questões veja-se, entre outros, os trabalhos de Laurinda Abreu, de Maria Antónia Lopes, e Isabel dos Guimarães Sá, "A especificidade do sistema de assistência pública português", *Arquipélago/História*, 2ª série, VI, Ponta Delgada, 2002, pp. 417-434. Laurinda Abreu, "O século das Misericórdias", *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), *Série História*, 3, 2003, pp. 467-484. "O papel das Misericórdias dos "lugares de além-mar" na formação do império", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, nº3, 2001, pp. 591-611. E, Isabel dos Guimarães Sá, "A reorganização da caridade em Portugal no contexto europeu (1490-1600: Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno", *Cadernos do Noroeste*, vol. II, nº 2, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Minho, pp. 31-63. Maria Antónia Lopes, *The Portuguese Social Care System in the Modern Age: An Originality Case in Catholic Europe?*

haviam partilhado idênticas preocupações sociais, que conduziram ao estabelecimento de uma rede assistencial centralizada no município, que se haveria de tornar modelo para outros espaços europeus⁷. Brian Pullan seguia na mesma linha para Veneza⁸, e ambos os autores, impuseram, para recuperar Parker⁹, uma nova agenda de investigação sobre os sistemas de bem-estar europeus, que rapidamente se alargou a outras cronologias.

Em Portugal, por todas as razões conhecidas, as Misericórdias dominaram a historiografia sobre a assistência¹⁰. Se em 1997 Maria Antónia Lopes referia que o país não dispunha de uma história da pobreza claramente definida¹¹, atualmente já se pode falar pelo menos na existência de uma nova história das Misericórdias¹².

Foi a partir das discussões desenvolvidas pela historiografia portuguesa, enquadradas no vasto campo europeu, que definimos o problema central deste

⁷ Cf. Natalie Zemon Davis, "Poor relief, humanism and heresy: the case of Lyon", *Studies in Medieval and Renaissance History*, vol. 5, Lincoln, University of Nebraska Press, 1968, pp. 217-175. Também, Pierre Gutton, Pierre, *La Société et Les Pauvres en Europe (XVI^e - XVIII^e siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

⁸ Brian Pullan, *Rich and poor in Renaissance Venice...cit.*

⁹ Cf. Charles H. Parker, *The reformation of community... cit.*, p. 11.

¹⁰ Sem pretensões de esgotar a bibliografia que a partir da década de 1990 foi surgindo em torno das Misericórdias, devemos destacar os seguintes estudos: Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ...cit.*; Américo Fernando Silva Costa, *Sociedade Poder e Conflito. A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – 1750-1820*, Braga, 1993; Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Pobreza e solidariedade (1600-1750)*, Coimbra, 1995; Maria Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVIII: subsídios para a sua história*, Funchal, s.n, 1996; Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997; Fernando Calapez Correia, *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos, Lagos, Santa Casa da Misericórdia de Lagos*, 1998; Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*, Livros Horizonte, 1998; Ivo Carneiro de Sousa, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito Editores, 1999; António de Oliveira, "A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congêneres", *Memórias da Misericórdia de Coimbra – Documentação & Arte*, Coimbra, 2000; Isabel dos Guimarães Sá; *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Livros Horizonte, 2001.

¹¹ Cf. Maria Antónia Lopes, "Pobreza, assistência y política social em Portugal en los siglos XIX e XX: perspectivas historiográficas", *Ayer*, 25, 1997, pp. 211-240. Uma ideia que também resulta da ausência de referências aos estudos da pobreza na resenha historiográfica que José Tengarrinha fazia nesse mesmo ano. Cf. José Tengarrinha, "La historiografia portuguesa en los últimos veinte años", *Ayer*, nº 26, 1997, pp. 19-63. Desenvolvimentos sobre mesmo assunto encontram-se em Maria Antónia Lopes, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

¹² O contributo que, a este nível, foi dado pelos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* é, a vários níveis, notável.

trabalho, depois operacionalizado em questões específicas que conduziram toda a investigação: analisar as práticas de caridade e assistência em Évora, no período moderno, procurando, tanto quanto possível, reconstituir o universo dos distribuidores de recursos assistenciais e o dos seus beneficiários. E que universo era este e quais eram os seus protagonistas? Seria possível distinguir comportamentos conforme os atores? E avaliar resultados em termos de economia familiar? Enquadravam-se as práticas de caridade e assistência verificadas em Évora nos estereótipos de pobreza, baseados em relações dissimétricas e verticais entre doadores e recetores¹³? E que práticas, afinal? Que lugar às tradicionais definições de pobreza envergonhada assentes em atos sigilosos e no anonimato, quase sempre circunscritos a grupos sociais privilegiados¹⁴? Seriam envergonhados os pobres identificados nas listas de esmolas, uma das nossas principais fontes documentais?¹⁵ E os outros, que permaneciam sem rosto, diluídos sob o peso avassalador das instituições e das elites que as administravam?

¹³ Inspirados nas ideias de desigualdade e hierarquização social postuladas por Marcel Mauss. Cf. Marcel Mauss, “Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés primitives”, originalmente publicado em *l’Année Sociologique, seconde série, 1923-1924*. http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/2_essai_sur_le_don/essai_sur_le_don.html. Acedido em 28 de Agosto de 2012. Sobre o assunto veja-se ainda, Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto Social e Discriminação: Formas de Selecção de Agentes e Receptores de Caridade nas Misericórdias Portuguesas ao Longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2002.

¹⁴ Um conceito bem definido por Giovanni Ricci e que acabou por se tornar dominante na historiografia europeia. Cf. Giovanni Ricci, “Naissance du pauvre honteux: entre l’histoire des idées et l’histoire sociale”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 38e année, n° 1, 1983, pp. 158-177. Algumas considerações sobre a pobreza envergonhada em Portugal no período moderno podem ser encontradas em Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto Social e Discriminação: Formas de Selecção de Agentes e Receptores de Caridade nas Misericórdias Portuguesas ao Longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2002. E, Maria Antónia Lopes, “Imagens de pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia”, *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)* Maria José Azevedo Santos (coord.), Coimbra, Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 93-123.

¹⁵ Como sempre aconteceu na sociedade eborense dos séculos XVII e XVIII. Aqui, os assistidos nunca foram anónimos, sendo vários os casos como o de António Vidigal Salgado, membro da elite local de Évora que, em 1716, na sua petição de esmola ao Cabido da Sé de Évora referia que a sua pobreza era notória. Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido*, pasta n° 48, maço II, esmolas do século XVIII e XIX. Documentos avulsos. Ou, ainda, o de Marta de Oliveira, moradora em Vila Viçosa, que solicitava ao Cabido que confirmasse junto dos seus conterrâneos na Universidade de Évora a sua pobreza e honradez. Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido*, pasta n° 48, maço II, esmolas do século XVIII e XIX. Documentos avulsos.

Ora é precisamente a partir da perspectiva dos pobres que este estudo se organizou. O objetivo maior, provavelmente utópico, foi o de os resgatar da condição de agentes passivos do *sistema*. Não quer isto dizer que perfilhámos uma análise reducionista, do tipo da *history from below*¹⁶, já que igualmente demos atenção às instituições, às elites que as governavam e às suas opções assistenciais. Sem nunca esquecer o propósito inicial: dar rosto a alguns membros da comunidade que, em algum momento da sua vida, pelas mais variadas razões, recorreram à assistência, em Évora, no período moderno.

Apesar de, em termos gerais, o estudo se ter situado entre os séculos XVII e XVIII, a análise centrou-se entre 1650 e 1663 e entre 1700 e 1750. A opção por este período assentou no propósito de estudar permanências, ao invés das ruturas, usualmente preferidas pelos historiadores¹⁷. Dos dois períodos, a primeira metade do século XVIII era a que mais se adequava aos efeitos pretendidos, por ser um período em que o *sistema assistencial* de Évora se encontrava estabilizado, depois das mudanças ocorridas no século XVI. Nesse sentido, a observação dos referidos anos de Seiscentos serviram a necessidade de testar as continuidades, analisando momentos de fricção social e política e de conjunturas económicas adversas.

Em Évora, como no resto do país, as Misericórdias tiveram um papel central na assistência, razão pela qual iniciámos o nosso trabalho pela Misericórdia de Évora. Começámos por acompanhar a sua estruturação patrimonial, a forma como cresceu e evoluiu, mas também as dificuldades que enfrentou decorrentes dos contextos económicos e políticos, e as respostas dadas pelos seus administradores face aos desafios que lhe iam sendo colocados. Privilegiou-se a análise das opções assistenciais na aplicação dos recursos da confraria, tendo como escala comparativa a realidade nacional, sempre que os estudos locais o permitiram. Também se questionou a oposição entre a assistência domiciliária e a institucionalizada, no quadro europeu. Neste âmbito, discutimos as decisões institucionais sobre a assistência aos forasteiros, confrontando-as com as medidas de apoio aos naturais de Évora, definindo os comportamentos nos dois sectores e testando as variáveis explicativas das opções realizadas.

Estreitámos depois a análise, pretendendo entrar na difícil quantificação da pobreza e dos pobres assistidos no seu domicílio, acompanhando a intervenção da atividade da Misericórdia. A redução dos tipos de assistência em categorias e o tratamento agrupado pela frequência da distribuição resultou do conhecimento das lógicas distributivas da confraria mas também da comparação com idênticas situações, quer em Portugal, quer no resto da Europa, nos séculos XVII e XVIII.

¹⁶ Desenvolvida por Edward Thompson em *The making of the English working class*, New York, Pantheon Books, 1964.

¹⁷ Essa também é a opinião de Katherine Lynch em *Individuals, Families, and Communities in Europe, 1200-1800. The urban foundations of the Western Society*, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2003.

Alargámos depois o âmbito da investigação e entrámos no universo da assistência providenciada pelo Cabido da Sé de Évora e pelo legado do Cônego Diogo Vieira Velho, também administrado pela Misericórdia. Depois de identificarmos dois grupos com características diferenciadas – um que correspondia aos padrões tradicionais da pobreza e outro mais ligado às elites locais –, quisemos saber quantos pobres existiam em Évora e a dimensão da sua pobreza.

Assumimos a tentativa de afunilar a análise, tornando-a mais profunda, focando a objetiva nos pobres propriamente ditos, nas suas relações com os administradores e estruturas da assistência. Questionou-se a centralidade da esmola das instituições de assistência nas suas vidas, esboçaram-se meios alternativos que terão implementado para além da assistência institucional. De caminho, sondou-se a questão da difícil quantificação no universo das estratégias informais de sobrevivência.

Entrámos na “intimidade” dos dois grupos de assistidos. Em primeiro lugar, procuraram-se diferentes formas de representação e reprodução social dos indivíduos e das famílias pobres, ou das que se apresentavam como tal. Em segundo lugar, pretendeu-se encontrar as razões da sua entrada na assistência. Para isso introduzimos variáveis como a composição familiar e a sua mutabilidade ao longo do percurso de vida, individual e coletivo, enquanto agregado. Seria nesse jogo entre as escalas individual e familiar que se tentou perceber se o recurso à assistência foi motivado por um único fator ou por um conjunto de condicionalismos que, eventualmente, terão interagido. O percurso terminou com as experiências de pobreza nestes mesmos grupos, ou categorias sociais, como os tipificámos, medindo os ritmos, os tempos, os momentos e a quantidade de assistência recebida por alguns deles.

Ao longo do caminho percorrido pelas práticas de caridade e assistência implementadas em Évora no período moderno, sobretudo entre 1650 e 1750, algumas premissas estruturantes e metodologia de trabalho foram desenvolvidas. Utilizámos três níveis de análise. O primeiro, na perspetiva das instituições de assistência, dos seus administradores e das opções que tomaram enquanto distribuidores de recursos. O segundo, centrado na comunidade, nos grupos sociais, nas famílias e nas pessoas institucionalmente assistidas. O último, assente na comparação possível entre a realidade nacional e a europeia nas questões em análise.

No plano institucional começámos, como seria expectável pelo protagonismo que as Misericórdias assumiram no Portugal de Antigo Regime, pela Misericórdia de Évora e analisámos a sua base patrimonial, suporte, afinal, das suas atividades assistenciais. Verificámo-lo resultante de legados testamentários, onerados por encargos pios, como era comum ao tempo. No caso em apreço, um património de cariz fundiário, mais de 60% constituído por ferragiais, vinhas, olivais, quintas ou herdades, localizados na zona de influência de Évora. Por esta razão, quer dizer, pela especificidade dos seus rendimentos, a Misericórdia de Évora esteve, como todas as outras, dependente das flutuações económicas conjunturais, regionais e

nacionais, mas também sujeita a todas as vicissitudes que condicionam o desenvolvimento da agricultura. Na comparação das receitas com as despesas vimos estas últimas a acompanhar as primeiras, sabendo, no entanto, da artificialidade de semelhantes equilíbrios contabilísticos, sobretudo quando as confrarias tinham de responder à fiscalização da Coroa.

Aproximámo-nos, como referimos, do universo da assistência e dos assistidos para perceber de que forma os recursos da Misericórdia foram distribuídos. E a primeira constatação que fizemos foi a de que, apesar das diferenças verificadas entre o século XVII e XVIII, a maior fatia das despesas da confraria fora realizada pelos mordomos dos meses, que tinham a seu cargo a distribuição da assistência domiciliária. Importa esclarecer, no entanto, que nesta contabilidade não entrava o Hospital do Espírito Santo, que tinha gestão separada. Todavia, quando, num exercício meramente teórico, fizemos entrar as finanças do hospital nas contas da Misericórdia a assistência domiciliária continuou a ocupar o primeiro lugar, posição que partilhava com as despesas das capelas, representando ambas 21% dos gastos totais.

Foi na análise da proveniência dos utentes das duas vertentes assistenciais identificadas – domiciliária e providenciada no contexto de uma instituição, ou seja, no hospital, mas também na prisão, nos recolhimentos femininos e nas cartas de guia¹⁸ – que identificamos uma assistência geograficamente dividida, como, de resto, aconteceu em outras Misericórdias: a assistência domiciliária contemplou exclusivamente a população residente enquanto a vertente da institucionalização foi dirigida para os não naturais de Évora. No Hospital do Espírito Santo, 63,5% dos seus doentes eram exteriores à cidade, a maioria proveniente do norte e centro do país. Quando o olhar se deslocou para as cartas de guia encontramos 89% delas dirigidas a homens que, por várias razões, assumimos esmagadoramente não habitantes de Évora. Entre os motivos identificados para a sua atribuição, e que sustentaram a nossa conclusão, está o regresso ao local de origem após as colheitas estivais e inverniais, em valores que se sobrepõem aos das deslocações para tratamento no Hospital de Todos-os-Santos e no das Caldas da Rainha ou peregrinação a Santiago de Compostela.

Estabelecida esta distinção, procedemos de seguida à análise mais detalhada de cada uma das vertentes de assistência, procurando compreender as opções dos administradores da assistência no momento de distribuírem os recursos disponíveis. Tomámos como variáveis, em ambas as vertentes, as quantias gastas, o número de pessoas assistidas e os episódios de assistência (ou seja, a quantidade das ocorrências). No que respeita à assistência domiciliária, tendo sido possível estabelecer comparações entre o século XVII e o século XVIII, verificámos, neste último, um aumento das verbas alocadas aos pobres e do

¹⁸ As cartas de guia supunham um salvo-conduto que acompanhava os pobres e/ou doentes de misericórdia em misericórdia até ao seu destino, sendo providos normalmente com uma esmola para chegar ao destino seguinte.

número de pessoas assistidas, embora se tivesse mantido relativamente estável o número de ocorrências de assistência. No que concerne à assistência em contexto de instituição, cuja evolução apenas pudemos acompanhar entre 1714 e 1750, registámos um crescimento igualmente positivo, apesar das oscilações, quer das quantias envolvidas, quer do número de pobres assistidos e de ocorrências. Quando fomos procurar as razões desta distribuição confirmámos o que outros antes de nós já tinham verificado para geografias europeias: enquanto elites sociais e económicas e defensores dos seus interesses pessoais e da comunidade, os administradores da Misericórdia terão agido de forma a assegurar e controlar a força de trabalho, facto que justificará o aumento das admissões no hospital entre as diferentes colheitas dos produtos agrícolas. Nesta linha, o provimento de cartas de guia poderá ter funcionado como forma de afastar os potenciais focos de agitação social, ajudando os convalescentes mas também os presos e os desocupados a partirem para os seus locais de origem.

Todavia, quando comparadas as duas vertentes assistenciais, concluiu-se que a assistência domiciliária envolveu mais pobres assistidos mas gastou menos recursos do que a assistência *institucionalizada*, que terá provido menos pobres mas despendido muito mais dinheiro. Uma situação justificada pelo facto de, qualquer que fosse a forma de *institucionalização*, cada indivíduo gastar muito mais do que o valor de uma simples esmola, mesmo quando concedida com carácter de regularidade.

Já a explicação para o aumento do número de assistidos no século XVIII se encontrou, essencialmente, nas crises económicas de princípios do século e década de trinta e nos cenários de guerra que influenciaram o preço dos cereais e lançaram mais gente na miséria. Com as suas receitas igualmente afetadas, a Misericórdia teve de fazer escolhas nos alvos a assistir e a opção seguiu, claramente, sobretudo a partir de meados da década de 30 do século XVIII, a assistência *institucionalizada*, principalmente em contexto hospitalar, em detrimento da assistência domiciliária, que sofreu então uma profunda quebra.

Com o objetivo de tornar a análise ainda mais fina, quisemos conhecer as situações de pobreza privilegiadas pela Misericórdia enquanto recetoras de recursos assistenciais e quantias alocadas pela assistência domiciliária. Verificámos, em termos genéricos, que a maioria das esmolas era de reduzido valor. Quer isto dizer, entre 100 e 150 réis no século XVII e entre 200 e 250 réis no seguinte. Para além disso, o tratamento estatístico dos dados informou-nos que as medianas dos valores despendidos acompanharam essa divisão secular, sendo que no primeiro período a Misericórdia gastou em termos medianos 100 réis e no segundo 240 réis. Como tivemos oportunidade de constatar, estes valores corresponderam a galinhas, na verdade, a muitos milhares de galinhas que a Misericórdia distribuiu pelos pobres de Évora ao longo do período estudado. Na avaliação da periodicidade com que esta distribuição era feita vimo-la organizada em provimentos regulares (semanais e, sobretudo, mensais) e outros sem frequência definida. Para além das galinhas e do carneiro, encontram-se entre as primeiras os apoios para a criação dos filhos dos pobres e as mesadas. Já as

esmolas avulsas, as mortallas, os enterros, os sufrágios por alma, as curas de tinha e de alporcas, assim como a aplicação de sanguessugas, foram concedidas com uma periodicidade mais irregular. Todavia, o que se deve realçar é a importância de determinadas categorias em detrimento de outras em termos de pessoas assistidas. O mesmo é dizer, que em 1635, 1650/1663 seis categorias (galinhas de quadrelas; carneiro de quadrelas; missas, mortallas e enterros; criação dos filhos dos pobres e mesadas) concentraram 96% dos recetores. Nos primeiros 50 anos do século XVIII a concentração foi ainda maior, reduzindo-se a cinco categorias (galinhas de quadrelas; missas, mortallas e enterros; criação dos filhos dos pobres e mesadas), que agruparam 97% das pessoas assistidas.

O tipo de assistência com maior relevância foi, sem dúvida, o provimento de galinhas, cuja importância no universo das pessoas que beneficiaram da assistência domiciliária cresceu de 56% no século XVII para 63,1% no século XVIII. Neste movimento, o provimento de carneiro e de mesadas perdeu significado e tornou-se residual na observação estatística. Por outro lado, as missas por alma, as mortallas e as criações também perderam relevância em relação ao total de pobres providos, decrescendo, respetivamente, 1,5% e 0,9%. Por oposição, as esmolas avulsas aumentaram 4,3%.

Ao alargarmos o campo de observação às esmolas distribuídas pelo Cabido da Sé de Évora e pela Misericórdia no âmbito do legado do Cónego Diogo Vieira Velho detetámos muitas semelhanças, quer em termos de comportamentos, quer do público-alvo beneficiado pelas esmolas irregulares providenciadas pela Santa Casa. Em ambos os casos, a assistência privilegiou os residentes de Évora, que receberam esmolas avulsas, em dinheiro ou géneros, com uma periodicidade anual. Verdadeiramente pertinente, no entanto, é a representatividade final do número de *pobres* assistidos no contexto geral da população da cidade. Se, numa contabilidade mais abstrata quantificámos 9,1% da população em 1700 e 5,2% em 1750 – percentagens baixas mas ainda assim generosas quando comparadas com a maioria dos exemplos que apresentámos para outras geografias –, não temos quaisquer dúvidas que estes valores baixariam drasticamente se conseguíssemos conhecer com exatidão o número de pobres que usufruíram de assistência formal de uma forma mais intensa. Isto porque sabemos que mais de 78% dos *pobres* foram assistidos num máximo de 4 vezes.

Mas o cruzamento das práticas assistenciais do Cabido com as da Misericórdia, gestão do legado testamentário incluída, possibilitou também chegar à conclusão que o auxílio foi predominantemente atribuído a mulheres viúvas. E se esta é, em Portugal como no resto da Europa, uma característica comum, menos frequente é encontrar as esmolas dirigidas a dois grupos sociais perfeitamente delimitados: o dos comumente identificados como pobres e um outro, pertencente à elite local, autorrepresentada como empobrecida, portadora de características que em muito transcendem as que são atribuídas à designada “pobreza envergonhada”.

A definição destes grupos e das respetivas famílias foi essencial para reduzir a escala de observação, focando-a definitivamente na perspetiva do pobre,

nas suas estratégias de sobrevivência, formais e informais, resultantes da sua interação com as instituições e a comunidade. Uma análise de pormenor revelou que o grupo de elite foi o que mais beneficiou da assistência institucional, não das verbas que saíam diretamente do orçamento da Misericórdia, através da assistência domiciliária, mas sim das esmolas do legado instituído pelo cônego Diogo Vieira Velho, numa percentagem de cerca de 72,4%, contra 26,6% provenientes da Misericórdia e 1% do Cabido da Sé.

Face a estes números, e sabendo que o grupo da categoria social mais baixa do terceiro estado esteve dependente da assistência da Santa Casa, questionámo-nos sobre a centralidade das esmolas recebidas na sua economia familiar. Para isso comparámos os quantitativos auferidos através da assistência com o salário mensal de um trabalhador não especializado, que estabelecemos através de estimativa. Daqui apurámos que um pobre do estrato social mais baixo recebeu, em média, esmolas no valor de 183 réis mensais, enquanto um servente de pedreiro, se trabalhasse todos os dias do mês, poderia auferir cerca 2 000 réis. Por outras palavras, para este grupo a assistência não representou mais do que 5,7% do rendimento mensal de um trabalhador. Quando o alvo da análise foi o grupo da elite *empobrecida*, usando como termo de comparação os rendimentos que obtinham com as propriedades fundiárias e rendas de ofícios, a representatividade da assistência ascendeu, em média, a 12,4%.

Em suma, concluiu-se que a assistência institucional, tendo sido importante, não terá sido o único elemento a contribuir para a economia daqueles que recorreriam às diversas esmolas. É preciso considerar toda uma multiplicidade de outros expedientes usados pelos pobres ao longo do seu percurso de vida, de elite ou não, que funcionaram como outras tantas estratégias de sobrevivência, física ou social. De entre elas, as diferentes formas de endividamento; o atraso no pagamento a merceiros, carnicheiros e alfaiates; o recurso ao empréstimo de dinheiro a juros; o atraso no pagamento de rendas e de encargos pios; a utilização do trabalho de mulheres e crianças – quando o estatuto social e o mercado o permitiram –; ou ainda a coabitação com familiares e vizinhos.

Esta constatação permitiu-nos afirmar que, mesmo os pobres dos estratos sociais mais baixos eram detentores de alguma forma de capital social, obviamente que em escalas e categorias diferenciadas. Sem surpresas, o grupo de elite foi aquele que teve capacidade para mobilizar mais recursos assistenciais, provenientes dos vários locais de assistência formal, frequentemente acumulando a condição de esmolados e de distribuidores de esmolas. Mais importante, no entanto, o facto de, apesar de receberem ajuda institucional, o seu capital social não ter sofrido erosão, continuando a aceder aos lugares da administração do poder local, como a Câmara Municipal, a Inquisição e a Misericórdia. Com a ajuda da assistência puderam casar os filhos ou encaminhá-los para a vida religiosa, conseguindo manter o seu estatuto social.

Para além da identificação das estratégias de sobrevivência e da posse de capital social que estas pressupunham, considerámos importante definir o momento em que os dois grupos entraram na assistência e os motivos porque o

fizeram. Para isso focámos a análise em três pontos que à partida sabíamos críticos no percurso de vida individual e familiar: o casamento, o nascimento dos filhos e a velhice. Concluímos que os indivíduos pertencentes à categoria social mais baixa demonstraram maior vulnerabilidade à pobreza nos primeiros anos da vida conjugal, quando, quase sempre, começam a nascer os filhos, enquanto para os elementos da elite local esse momento ocorreu na última fase da vida, na maioria dos casos, poucos anos antes da morte, o que coincidia, para muitos deles, com a necessidade de dar “estado” aos filhos, o que potenciava os fatores de fragilidade. Em ambos os casos a existência de filhos foi determinante, mas em momentos diferenciados. Só a análise dos percursos de vida, que empreendemos no epílogo deste trabalho, permitiu chegar a semelhante conclusão. Demonstrando, ainda, que, independentemente das variáveis que determinaram situações de pobreza, a assistência formal foi utilizada com diferentes intensidades ao longo da vida dos *pobres*, dependendo de uma variedade de circunstâncias, pessoais ou familiares, mas também influenciada pelas opções realizadas por quem tinha o poder de distribuir recursos e seleccionar recetores.

A EXPANSÃO DA MEMÓRIA

... UMA CULTURA POR UMA PAISAGEM

Cuba Ramalho

0. O significado de cultura não se constrói do que constrói a raiz da sua natureza, provavelmente pela versatilidade de posições que disponibiliza aos vários referenciais interpretativos, que assim não convergem num desejado foco concordante que sempre o futuro guarda.

Se deve todo este processo interpretativo incluir, o que é próximo à mecânica que regula os sistemas e que a biologia define como “um conjunto de agentes que num mesmo meio se sustentam por interação”, aparelhada com o que significa em rede-extensa o todo, no qual se constituem e sustêm – em Posição –, independentemente do estado (construtivo) em que (toda) a sua informação se sedimenta, ante um sentido aparentemente único, que garante a comunidade em permanência, numa constante manutenção-sustentação, que advém duma vocação transformadora que precede as acções, enunciada numa tendência que é estrutural no Ambiente em Kósmos.

Serve assim de móbil a este curso interpretativo, o que se procura nas mecânicas de interferência participada ou da Comunicação, na variedade de estados em que toda a informação se sedimenta num diverso construtivo de “paisagens”, sendo também, de uma tenção que mesmo verde de ingénuo, pretende por estas âncoras que experimentalmente se introduzem, atenuar a incerteza em que o seu significado (nos) vaga na “volátil” tessitura deste complexo Ambiente|^{Kósmos} em-que-somos e em cuja extraordinária instrumentalidade nos sustentamos. A paisagem, nas suas múltiplas configurações, pode também colaborar no que por ela somos pelas formas como a compomos, num construtivo interferente que as posições instrutoras – de uma cultura (...) –

perfazem, no diverso dos processos que de partes edificam a **informação** que irá por conversão residir na complexidade de um “campo-de-memória”, onde com qualidade recursiva porque requisitáveis, permanecem (em estado) os utensílios operativos, que tornam um colectivo similar numa tendência, com uma mesma “carta de navegação”.

«Inicialmente, a palavra cultura, por ser um derivado de colo, significava, rigorosamente, “aquilo que deve ser cultivado”. Era um modo verbal que tinha sempre alguma relação com o futuro; tanto que a própria palavra tem essa terminação –ura, que é uma desinência de futuro, daquilo que vai acontecer, da aventura. *As palavras terminadas em –uro e –ura são formas verbais que indicam projeto* (antecipar*), indicam algo que vai acontecer. Então a cultura seria, basicamente, o campo que ia ser arado, na perspectiva de quem vai trabalhar a terra.» [Alfredo Bosi – Origem da Palavra Cultura]

A palavra comunicação vem do Latim communis, significa fazer comum ou unir o que está isolado, desta, graciosamente, também deriva a palavra comunidade.

Por estes significados e por conveniência experimental do discurso, porque afectamos e somos afectados de ser-em-ver, tão acentuados nas correntes práticas de interferência pela “imagem”, instruímos a palavra comunidade com as indicações gráficas que oportunamente a retiram do referencial semântico em que sempre conviveu e, na elasticidade deste corpo em complexo associativo, poderá aparelhar-se por ajuste intuitivo, à amplitude considerada para o sistema, presumindo que não afecta o contexto em que participa, tal como outros recursos similares que compõem esta cadeia-descritiva.

Se é a (mecânica da) comunicação o que sustém uma comunidade, pelo múltiplo de formatos em que se constitui no sedimento a sua ^{In}FORMA_{ção}, pode o curso interpretativo que se propõe, aproximar-se a uma posição de significado para uma cultura (...) por uma paisagem, se nesta instrumentalidade se abrandar este rio gerador d’ eventos, entre as margens, quicá, que o paradigma ocidental moderno edificou.

Assim, ante o risco que a ousadia do engenho se descaia em chão d’ ingénuo, tomado nesta projecção, devemos antes de mais, partir de uma proposição que se funde na síntese, que toma em “rede-extensa” o Ambiente^{Kósmos} em que somos na essência da sua condição estrutural, onde o contexto relativo que dá corpo aos sistemas, oscila aleatoriamente nos “zooms” da incerteza da nossa configuração perceptiva. Se a comunidade no seu modelo construtivo base, já assegura em nós, uma tendente vocação para a antecipação, que advém certamente do construtivo em-que-somos, ante os eventos de relação neste mesmo Ambiente^{Kósmos}, que se sustenta no complexo de uma (relativa) mecânica cria-

* Termo introduzido que não pertence ao texto original

tiva, disponibilizando-nos assim, expansivamente, na sua caleidoscópica alteridade, a constante conversão dos eventos na amplitude variável dos campos de interferência.

1. Se estruturalmente o Ambiente^{|Kósmos} em-que-somos é criativo e portanto expansivo, como se sustenta uma qualquer comunidade – numa inFORMAção com Posição – constituída na estabilidade relativa desta tendente constância criativa que sempre, utilizando sábias noções de Picasso, se precede de destruição? Provavelmente, terá que preceder-se de uma configuração instrumental reactiva que contribua no retardamento dessa tendência, numa possibilidade de sustentação-contensão-sobrevivência dessa inFORMAção, cujos estágios-escalas construtivos a sustentam nessa Posição na extensão do Ambiente^{|Kósmos}.

Parcendo esta proposição conter o que é por esta projecção alguma da essência estrutural que sustenta uma comunidade, encarregamos ao termo posição (Posição), a correspondência que tem no léxico militar clássico o terreno convenientemente disposto para nele se estabelecer uma “força” e sustentar um ataque. Definindo este modelo interpretativo, a manutenção configurada num acto para conservação de uma inFORMAção (com Posição) de uma comunidade, ante uma eventual acção dissipadora no Ambiente^{|K}.

Sendo que a palavra Informação, que do Latim informatio, onis significa selectivamente “dar forma”, provindo esta de Morphe que é do Grego e enuncia “aquilo que se vê”, é também definida no léxico da informática entre mais, como um conjunto de dados ordenados (...) de maneira a terem, no singular, um significado. Portanto, a terem uma informação porque também é “aquilo que se vê” e com esta disposição já com um agente (ou comunidade) em compatibilidade mecânica interferem porque se estabelece comunicação.

Imaginemos 6 tijolos a vaguear no vazio sem sujeição a tensões “gravíticas”, alternando em movimentos aleatórios as posições entre si numa causalidade indiferenciada, num dos quais, tendo nós assento referencial de observador sem interferência causal, temos nessas tomadas perceptivas uma noção pouco segura desse complexo. Mas se os ligamos com uma argamassa, estes, vagueando, terão uma disposição no singular, num padrão constante, independentemente dos movimentos que derivem desse unificado. Isto é uma explicação possível para uma inFORMAção com Posição de um colectivo similar em comunidade ou sistema. Em que o complexo argamassa tijolos, se constitui num suporte (memória) comum ou restrito e assim, a Posição em que permanece essa Forma (inFORMAção) que se sustenta numa dada extensão de intervalo, até, edição ou alteração desta por alguma acção dissipadora.

Consequentemente a associação inFORMAção com Posição onde se incluem evidências gráficas que resultam desta síntese, são a alternativa para enunciar o que pode um sistema ser, no particular de uma qualquer unidade, um “material”, um “órgão”, ou uma comunidade na amplitude de um qualquer diverso construtivo. Porque se constituídos em sistema, são um

“conjunto de agentes que “num mesmo meio” se sustentam ... porque comunicam”.

Ou seja, o que é a comunidade disposta na “tessitura” do Ambiente^{|Kósmos} que à partida é o grande sistema contendor em que todo o seu “fraccionário” neste se sustenta por comunicação, implicando o construtivo de uma inFORMAção que uma tendência concertada dá Posição (por uma memória comum), a um colectivo neste mesmo Ambiente^{|Kósmos}.

2. Se cultivar a terra para posteriormente colher frutos, pressupõe um acto de antecipação, que na correspondência relativa se constitui num segmento-compositivo^{segm-c} objectivo que extraímos do trânsito nas cadeias-de-processamento^{cdp} (c-d-p) enlaçadas em contínuo num vasto complexo de mais eventos relacionais, determina assim, que a carência básica para sustentação – ou sobrevivência pela alimentação –, coincide com os pressupostos evolutivos/expansivos que uma qualquer comunidade que está posicionada em sistema no Ambiente^{|Kósmos}, tende.

É um designado “instinto de sobrevivência”, que no mais diverso das más-caras que dissimulam o que se constrói por carência, a qualidade base que instrui uma comunidade numa dada inFORMAção com Posição, em todos os estágios-escalas no diverso de estados em que (toda) a sua informação se sedimenta e que constitui a sua composição unitária no complexo do sistema em que se sustenta no Ambiente^{|Kósmos}, porque antecipa e portanto comunica. Edificando em permanência, nessa extensão de intervalo por múltiplos segmentos-compositivos em trânsito nas cadeias-de-processamento (do Ambiente^{|Kósmos}), os actos contributivos para que esses estágios-escalas – vá lá de conforto relativo –, adquiridos, não se percam-dissipem, ante os tendentes ritmos-dissipadores deste Ambiente^{|Kósmos} em-que-somos e que assim se estrutura por tendências interferentes e por isso criativas por uma dada mecânica-da-comunicação.

3. Cerrar na proporção as pálpebras ante o excesso de luz, é o que sintetiza nesse “lapso” um acto reactivo. Produzindo este gesto de antecipação a noção de conservação-sobrevivência de uma parte operativa duma inFORMAção com Posição – com unidade –, cuja “border line” de contensão funcional se dilui no enlaçado “bolo-de-camadas” que somos (corpo) em complexo unitário.

Nada há no intelecto, que antes não tenha passado pelos sentidos.

Santo Agostinho

Por conveniência construtiva e interpretativa desta projecção, considere-se “Referência” o que os sentidos^{|||Consciência|||} constroem por antecipação dos eventos disponíveis no Ambiente^{|Kósmos} que lhe não são locais. Antecipar é “tomar conhecimento antes de ...” e assim ter em Referência (uma informação-

-referencial). Se num passeio a caminhar não antecipamos em Referência, não caminhamos, tropeçamos.

Por isto também podemos aceitar que os sentidos^{|||C|||}, por (nos) anteciparem em Referência uma informação-referencial que é (reflexiva) dos eventos disponíveis no Ambiente^{|Kósmos}, certamente constituem o nosso sistema-de-referência. Tomar pelos sentidos^{|||C|||} em Referência é (ter) consciência.

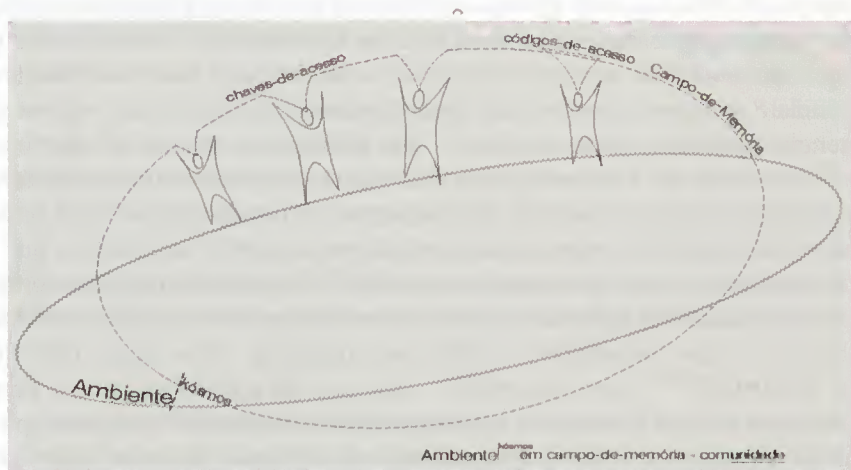
Pressupõe esta condição mecânica, que os sentidos^{|||C|||} antecipam os eventos do Ambiente^{|Kósmos}, não só pelo que significa “tomar conhecimento antes de ...”, por acesso às suas cadeias-de-processamento nas quais se deve incluir, nesse segmento-compositivo o mistério da Luz, como suposta “portadora” da “imagem-informação”, que o conceito relativista lhe tem numa constância de “velocidade” em C^2 e portanto de não simultaneidade. Perfazendo uma legítima razão interpretativa de que, é essa informação-referencial (imagem) tomada em Referência, admitindo esse intervalo de “porte” de 8 minutos se for a “observação” da Lua exemplo, se conota esta (informação-referencial) de alguma maneira com uma “memória” que é do evento Lua. Que pelo construtivo dos sentidos^{|||C|||} lhe tivemos acesso e, porque graciosamente foi constituída em Referência uma informação-referencial (imagem) com uma idade de 8 minutos, na relação do intervalo compreendido entre essa tomada-perceptiva e o evento Lua numa inFORMAção com Posição na disposição em que num momento anterior se sustinha. Pressupõe esta regra que, se os sentidos^{|||C|||} antecipam algum acontecimento na Lua com a duração de 1 minuto, será este constituído em Referência 8 minutos após o início deste, perfazendo que foi esta informação-referencial edificada pelos sentidos^{|||C|||} em Referência, quando já esse evento na Lua se esgotou há 7 minutos. Se o que é antecipado corresponde à informação-referencial (imagem) que é do momento de um evento no seu passado porque já foi existência ou era essa a sua disposição, é já um motivo que nos induz a aceitar que por esta mecânica construtiva, esta informação-referencial (imagem) tomada “em Referência”, tem um estatuto próximo de algo como uma “lembança”, uma “recordação”, enfim uma memória. Não vamos determinar que o Ambiente^{|Kósmos} tem “memória”, mas que há condições para o propor, mesmo como recurso intelectual, um campo de “conservação” ou um campo-de-memória, não parece nada despropositado. Até porque, se tomar pelos sentidos^{|||C|||} “em Referência” é (ter) consciência, determina que pela mecânica construtiva do nosso sistema-de-referência, é esta retrospectiva.

Se “ver” (sentidos^{|||C|||visão}) é antecipar em Referência, pode a informação-referencial (imagem) que antecipamos, compor-se nesta mecânica construtiva num segmento-compositivo que extraímos do trânsito das cadeias-de-processamento da tessitura do Ambiente^{|Kósmos}, que à ordem de uma chave-de-acesso que é do construtivo específico dos sentidos^{|||C|||} que nestas se inclui e têm acesso. Construindo em Referência dos eventos, que por sua vez integram a componente Luz (na sua constância) em processo, edificando assim uma informação-referencial (imagem) que é relativa a um momento passado de um evento, justificando que é esta, no correspondente a esse segmento-compositivo

(em reflexo), alguma “memória” ou mesmo alguma estranha lembrança que se toma/provém de algum campo de memória ou “conservação”.

O que se contém neste descritivo, vem o que no sentido instrumental deste processo, enuncia a identificação de uma “memória” ou “lembrança” (o reflexo de um evento), perfazendo que a informação-referencial (imagem) que os sentidos^{|||C|||}, numa tomada-perceptiva edificam em Referência, tem na vocação específica dessa mecânica construtiva do Evocador uma conotação flashback ou retrospectiva, algo que é da natureza construtiva de uma “cultura (...)” ou já compõe a sua raiz.

Porque, se a comunidade (um agente), antecipa em Referência em informação-referencial (imagem) que é de um evento do Ambiente^{|Kósmos} com um estatuto interpretativo próximo de uma “lembrança”, a qual, por sua vez, irá residir num campo-de-memória, tendo qualidades recursivas porque é requisitável-evocável e assim se torna utensílio, que embora de acesso restrito, porque pertence o código-de-acesso ao construtivo dos sentidos^{|||C|||} da comunidade (agente,) que essa informação-referencial (imagem) antecipa em Referência do Ambiente^K. É a memória aqui num paradoxo pelo múltiplo de aplicações que permite e por este motivo a reduzimos sem prejuízos à significação sintetizada no gráfico abaixo.



Entenda-se por chave-de-acesso o construtivo dos sentidos^{|||C|||}, que ao campo-de-memória que é dos eventos do Ambiente^{|Kósmos} tem acesso e é geral a uma comunidade. Sendo o código-de-acesso o construtivo dos sentidos^{|||C|||} que ao campo-de-memória tem acesso restrito, porque correspondem os convertidos Dados, de informação-referencial que já foi tomada em Referência pela comunidade (agente).

4. Para consolidar o que se deve entender como informação, embora já se tenham feito algumas indicações referentes à raiz etimológica e entre outras que resultaram na configuração que sintetiza inFORMAção, sendo este o seu estado de interferência, porque causal.

Se em termos gerais se define **informação** o que de Dados disponíveis se constitui numa disposição com significado ou Forma, também é equivalente, o que num determinado segmento-compositivo é o intervalo referente à **informação-referencial** (imagem) que foi antecipada por evocação em **Referência** de Dados disponíveis no campo-de-memória que é dos eventos disponíveis no Ambiente^{Kósmos}.

A **informação** só o é, para uma determinada **comunidade** (agente) com um determinado construtivo, quando de Dados (indiferenciados) por conversão (...) se constituem em Forma (significado), logo quando é esta interferente e assim causal, porque se estabelece **comunicação**. Que se permite, por recurso de chave-de-acesso ou código-de-acesso, quando por evocação se edifica em **Referência** uma **informação-referencial** que antes (da tomada-perceptiva) estava sedimentada em estado de Dados no campo-de-memória.

Se os supostos Dados permanecem indiferenciados, sem configuração de Forma (significado), não há interferência, não há **informação** (Forma), há os Dados, que assim permanecem ausentes do construtivo de um agente Evocador, quando não requisitados para edificar em **Referência**, sendo que permanecem nesse estado de indiferenciados no campo-de-memória sem participação causal.

Pelo que se define, é a **informação** (uma forma) o que resulta da qualidade recursiva de Dados, que “aparelhados” e assim disponíveis para criar – vir em existência – uma forma, ausentando-se assim do estado de indiferença anterior, são referenciais porque interferentes, significando que é neste estado já com propriedades causais que há condições para construir actos futuros. “Aparelhar” significa dispor em ordem, aplica-se a “dispor um cavalo com arreios”, portanto disponível em compatibilidade mecânica para se instrumentar cavalo com cavaleiro, perfazendo algo como as transições de fase, nessa disponibilidade para interferência de vocação criativa.

Podemos entender que a diferença que existe entre uma/a **informação** com **Posição** (a clássica materialidade) e a **informação-referencial** (a clássica imaterialidade), está aparentemente, na maior extensão de intervalo (dos segmentos-compositivos) em que a primeira se sustem e os curtos lapsos em que a segunda se edifica em **Referência** nos sentidos^{||C||}. Mas ambas, independentemente do construtivo e períodos em que se sustentam, se em estado de **informação**, são interferentes e instrutoras de actos, são utensílios causais, porque enquanto assim se sustem comunicam e, existindo **comunicação** há construção de futuro – há coisa-causa.

Resumindo, os sentidos^{||C||} antecipam em **Referência** uma **informação-referencial** (imagem) do campo-de-memória (reflexivo) dos eventos disponíveis no Ambiente^{Kósmos}, por chave-de-acesso que é comum à **comunidade**. Por sua vez, esta **informação-referencial** (imagem) vai “dissolver-se” no campo-de-memória com estatuto de Dados indiferenciados, mas com qualidade recursiva porque requisitável pela **comunidade** (agente) que a antecipou em **Referência**, sendo por isso de acesso restrito e não geral, porque à **comunidade** pertencem os códigos-de-acesso.

Nestas condições gerais ou restritas de acesso ao campo-de-memória se definem dois estados em que a informação se sedimenta, um que pelos sentidos^{|||C|||} por evocação em Referência é informação-referencial nesse lapso, o outro quando deste estado se “dissolve” torna ao estado de Dados que, não estando sujeitos a evocação, permanecem indiferenciados no campo-de-memória.

Pressupondo esta mecânica instrumental por campo-de-memória, que os sentidos^{|||C|||} dispõem de um utensílio-artefacto disponível por conversão de Dados que neste residem e por evocação os reconstroem em Referência, que é informação (-referencial) porque é interferente e assim instrutora de actos futuros (com qualidades causais) porque se estabelece comunicação.

«A informação é a resolução (redução) da incerteza.» |Claud Shannon

Esta citação vem por coincidência de objectivo quando anteriormente se disse que «num passeio a caminhar, se não antecipamos em Referência (uma informação-referencial), não caminhamos, tropeçamos».

Por isto insistimos, que os sentidos^{|||C|||}, por (nos) anteciparem em Referência (chave-de-acesso) de um campo-de-memória o que é dos eventos (inFORMAção com Posição) disponíveis no Ambiente^{Kósmos}, certamente constituem o nosso sistema-de-referência, pressupondo que é esta parte próxima do que significa (ter) consciência.

Se para o “... caminhante não há caminho, faz-se o caminho a andar ...”, são estas palavras de Machado y Ruis indicativas do que é numa cadeia de sucessos, o que induz a carência pelo constante recurso a referências que constroem participadamente uma progressão em complexo unificado.

5. «Memória do Grego “mnemis” ou do latim de MEMOR, “aquilo que se lembra”, de uma raiz Indo-Europeia MEN-, “pensar”, que nos deu também “mente”. Ambas denotam o significado de conservação de uma lembrança.» Também, em algum dicionário uma lembrança é um acto mental pelo qual a memória reproduz um facto passado. Por esta explicação escolhemos as seguintes afirmações:

1. Uma Lembrança é um acto|... pelo qual a ...^{Mente} reproduz (em Referência) um evento passado
2. Ver é um acto|... pelo qual a ...^{Visão} reproduz (em Referência) um evento passado
3. Ouvir é um acto|... pelo qual a ...^{Audição} reproduz (em Referência) um evento passado
4. Cheirar é um acto|... pelo qual o ...^{Olfato} reproduz (em Referência) um evento passado

Em traços gerais podemos admitir que só a 1ª edifica em Referência por código-de-acesso, sendo que as 3 restantes edificam em Referência por chave-de-acesso. Nesta quadra de afirmações há uma característica que a todas é comum porque os sentidos^{|||C|||} edificam uma informação-referencial que corresponde em todas a um evento passado porque têm acesso a um campo-de-memória.

Assim pelo construtivo dos sentidos^{|||Consciência|||} nos correspondentes segmentos-compositivos que extraímos do trânsito das c-d-p do Ambiente^{|K}, referentes à visão, audição e olfacto, em que todos eles dependem de processos causais que antecipam informação-referencial tomada em Referência e, sendo admitido que correspondem estes a uma construção retrospectiva de um evento (no passado), propomos que:

ao cerrar-mos as pálpebras ... estamos a cortar um acesso à “memória^{|c-d-m}” e assim a esta por este gesto a perdemos

ou;

ao cerrar-mos os ouvidos ... estamos a cortar um acesso à “memória^{|c-d-m}” e assim a esta por este gesto a perdemos

ou;

ao cerrar-mos o nariz ... estamos a cortar um acesso à “memória^{|c-d-m}” e assim a esta por este gesto a perdemos.

Por este motivo tanto faz a medicina por corrigir as dissonâncias instrumentais nas mecânicas de acesso em que os nossos sentidos^{|||C|||} (evocadores) nesses segmentos-compositivos falham ou avariam. Curiosamente, antecipamos em Referência uma informação-referencial que é de um evento numa inFORMAção com Posição disponível no Ambiente^{|K}, mas que corresponde esta, à “disposição” em que este num momento anterior se sustinha.

Talvez a “memória” não se tenha no seu complexo em “local”, “espaço” ou “corpo” em contensão dimensional, mas ainda assim por essas qualidades recursivas, estão os Dados disponíveis ao nosso sistema-de-referência num campo-de-memória. Que pelo construtivo em chaves-de-acesso e códigos-de-acesso, por evocação, edificam em Referência dos eventos disponíveis no Ambiente^{|Kósmos} ou, por acesso em modo restrito aos Dados de “experiências” já tomadas (em Referência). Curiosa e graciosamente especulativa esta constatação tende a induzir-nos que os sentidos^{|||C|||} para além do processamento-pensamento, terão uma muito provável qualidade construtiva que se semelha ao que é uma “antenna”, – porque uma antenna é também um evocador que edifica em Referência sob específicos códigos-de-acesso –, com acesso a um específico campo-de-memória, afecto a um colectivo similar que em sistema é uma comunidade.

Tendo em conta que é postulado pela física que a informação nunca se perde – embora se perca para um contexto objectivo restrito se há supressão de um elo funcional numa comunidade –, mas se dissipa no Ambiente^{|Kósmos}, esta instrumentalidade de acesso pela mecânica-da-comunicação, confirma que esta

qualidade recursiva por evocação, que promove uma reconstrução em **informação-referencial** que recupera o passado que foi de um evento, torna esta possibilidade de um campo-de-memória não dimensional e não local aceitável – e porque não, se o entrelaçamento quântico é uma questão comprovada mas não bem explicada, ou mesmo, a teoria dos Campos Mórficos do Prof. Rupert Sheldrake!

Em “realidade”^R “dizer «... ter muita ou pouca memória ...», será mais certo que dizer «... ter muito ou pouco **acesso** à memória (cdm)?»

Pela ordem em que esta cadeia-descritiva corre e na instrumentalidade desta mecânica (-da-comunicação) que propomos, para estes segmentos-compositivos no trânsito das c-d-p do Ambiente^{|Kósmos} que incluem os sentidos^{|||C|||}, seria mais adequada a segunda citação, pelo facto de a “visão” e os outros evocadores (antennas) tenderem a perder “o acesso” e assim por gradativa “amnésia” como é designada a falha mecânica, deixarem de antecipar em Referência os Dados que permanecem no campo-de-memória.

Recorrendo ao dualismo de Kant, que instruiu as técnicas de questionamento da filosofia e que ainda nos inunda de dúvidas pela dificuldade que temos em nos desabitar das noções que são relativas à dura “materialidade” e à volátil “imaterialidade”, mas que procuramos situar num patamar de equivalência construtiva que varia entre inFORMAção com Posição e a inFORMAção-referencial na sua correspondência com os polos cartesianos da res extensa e res cogitans, sendo o estado de Dados (indiferenciados) o que precede ou permanece em campo-de-memória quando não tomados em Referência. A in**informa**ção mesmo que em curtos, ínfimos lapsos, só o é, quando é interferente porque se estabelece comunicação e se constitui como objecto/forma com participação causal.

«Não é o **objecto** mesmo, mas sim a **sua imagem ou representação** aquilo que o **sujeito apreende**. Essa **imagem** tem de ter alguma relação com o **objecto**, mas não é o **objecto** mesmo: este é **exterior ao sujeito** e tem existência material autónoma, ao passo que a **imagem** tem existência **mental** e é inerente ao sujeito.»

Se os sentidos^{|||C|||} constituem parte do **sistema-de-referência** da comunidade, que assim – “... para que não tropece ...” – a sustenta porque lhe antecipa os eventos do Ambiente^{|Kósmos}, mudemos então o referencial perceptivo pelo que define Referência, **informação-referencial**, inFORMAção com Posição e campo-de-memória.

«Não é a inFORMAção com Posição mesmo, mas sim a Referência aquilo que os sentidos^{|||C|||} evocam. Essa **informação-referencial** é relativa a uma inFORMAção com Posição, mas não é a inFORMAção com Posição mesmo: esta é **não-local** à inFORMAção com Posição sede dos sentidos^{|||Consciência|||} e tem existência como

inFORMAção com Posição, ao passo que a Referência tem existência como infor-
mação-referencial nos sentidos^{|||C|||}»

... por acesso ao campo-de-memória que é dos eventos disponíveis no
Ambiente^{Kósmos} ... constituindo assim, pelo construtivos dos nossos sentidos^{|||C|||}
na tessitura do Ambiente^{Kósmos} o nosso sistema-de-referência.

“Tecnicamente”, o campo-de-memória é no complexo desta mecânica ins-
trumental, o que se “conserva” com qualidade recursiva – porque “aparelha-
dos” – sem ordem, Dados indiferenciados em estado, mas porque a informação
nunca se perde-dissipa, os sentidos^{|||C|||}, por evocação, edificam em Referência
uma informação-referencial, na correspondência que adaptámos a este texto que
é relativo ao notável modelo de questionamento de Kant.

Sobre esta possibilidade (experimental) de um campo-de-memória não
local e retomando um modelo dos sentidos^{|||C|||} em “antenna” falado atrás, para
que não caminhemos sós, faz-se referência às propostas do Dr. Stuart Hemeroff
(USA) e Sir Roger Penrose (UK) sobre a consciência, que partiram inicialmente
da suspensão desta pela anestesia porque foi o primeiro médico da especiali-
dade, as quais, se sustentam pelo que se dispõe pelas técnicas de questiona-
mento da física, nomeadamente a mecânica quântica, sobre o construtivo do
cérebro, espírito, consciência e universo.

Se efectivamente a consciência se suspende, existem condições que alteram
a mecânica instrumental em que os sentidos^{|||C|||} normalmente correm nos
segmentos-compositivos das c-d-p do Ambiente^{Kósmos}, nas fracções que em
processo constituem evocação em Referência numa informação-referencial,
pressupondo que «... não há caminho,...». Sendo (pouco convencional dizer)
que o sistema-de-referência (sentidos^{|||C|||}) não está em pleno funcionamento, se
não há tomada em Referência não há (temos) consciência, porque a mecânica
construtiva do que é parte dos sentidos^{|||C|||} – a “antenna” – que se constitui no
nosso sistema-de-referência, está desligada, logo não há acesso ao campo-de-
memória.

6. A interposição do seguinte enunciado sobre o conceito de paisagem por
“artialização” do filósofo Alain Roger, serve como escala de pausa a uma
intenção comparativa entre o significado atribuído à paisagem sob um regulado
estético, que assim a considera no trânsito das c-d-p do Ambiente^K, quando
admitida na extensão do segmento-compositivo proposto pelo autor e que
culmina no construtivo que perfaz uma pintura por exemplo.

«... a “paisagem” é uma simples extensão de “terra” (pays), um lugar no espaço
natural desprovido de qualquer valor estético, que só o adquire – isto é, que só
se torna verdadeira e propriamente naquilo que designamos por paisagem –
quando é “artializada” pela arte e pela cultura humanas.»

O que se segue, corresponde a uma conhecida e interessante citação popular, que sendo uma interpretação de eventos em processo, fixado desta maneira de tomadas-perceptivas no Ambiente^{|K}, detém-se na mecânica da raiz construtiva dos sentidos^{|||C|||} pela tomada em Referência que tudo precede, na extensão do segmento-compositivo proposto e que culmina no construtivo que perfaz a uma informação-referencial.

«A terra é do dono mas a paisagem é de quem a vê.»

Os dois enunciados dispõem-se para os segmentos-compositivos (...), na extensão de intervalo que admitem para dois construtivos de formatos-de-apropriação^{f-d-a} da realidade^R. Se ambas consideram a paisagem sob dois construtivos de processamento que diferem na extensão dos segmentos-compositivos nas c-d-p do Ambiente^{|Kósmos}, tomamo-los como equivalentes porque a paisagem:

• **Por “artialização”**

é o que no trânsito das cadeias-de-processamento do Ambiente^{|k}, corresponde ao segmento-compositivo que culmina na inFORMAção com Posição – que se sustem num construtivo com suporte numa “tela”.

– é **utensílio-artefacto** instrutor de actos futuros porque pelos sentidos^{|||C|||} é requisitável do campo-de-memória e assim interferente, tem acesso por chave-de-acesso que é geral à comunidade.

• **Por informação-referencial**

é o que no trânsito das cadeias-de-processamento do Ambiente^{|k}, corresponde ao segmento-compositivo que culmina na informação-referencial – que se sustem num construtivo com suporte nos sentidos^{|||C|||} em Referência.

– é **utensílio-artefacto** instrutor de actos futuros porque pelos sentidos^{|||C|||} é requisitável do campo-de-memória e assim interferente, tem acesso por chave-de-acesso que é geral à comunidade.

Ambas se diferenciam na extensão dos segmentos-compositivos em que culminam e na extensão do intervalo disponível em acesso no estado em que culminam:

- É a 1ª inFORMAção com Posição que se sustem no estado em que culmina num longo intervalo.
- É a 2ª inFORMA-referencial que se sustem no estado em que culmina num curto intervalo.

Tenhamos em conta que mesmo independentemente da extensão de intervalo dos segmentos-compositivos,

o 1º que teve processamento que culmina na pintura|tela que sedimenta uma paisagem em inFORMAção com Posição

e

o 2º que teve processamento que culmina o que em Referência sedimenta uma paisagem em inFORMAção-referencial.

É

a paisagem é em ambos os processos, em modo restrito ou comum por código-de-acesso ou chave-de-acesso, sempre tomada em Referência pelos sentidos^{|||C|||} por

ACESSO a um (mesmo) c a m p o – d e – m e m ó r i a.

Assim, todos os Dados que no futuro venham a ser tomados ou já tomados em Referência, residem exclusivamente no campo-de-memória e só assim serão e estão disponíveis, para requisição – quando evocados tornam-se em utensílios-artefactos.

O contido no campo-de-memória quer no geral ou restrito é “conteúdo” em permanência que determina, mesmo que previamente, nesta possibilidade, algo que é comum e certamente instrumenta numa tendência – em consciência – um colectivo similar ou comunidade, independentemente do estado em que toda a informação se sedimente, é no campo-de-memória que está a instrução de navegação em acesso, na condição de antecipação em Referência, quer dos eventos disponíveis no Ambiente^k, quer pelos já tomados (em Referência) que é condicional ao construtivo dos sentidos^{|||C|||}.

Também, pela diferença das extensões de intervalo construtivas, do segmento-compositivo que culmina na pintura|tela e o segmento-compositivo que culmina na informação-referencial tomada em Referência,

enunciam a vocação criativa e transformadora para um significado evolutivo, cuja cadência construtiva se sedimenta na complexidade da informação que corresponde aos estágios ou patamares da comunidade.

Ou seja, se cada um sedimenta no respectivo segmento-compositivo em que culmina, uma apropriação da paisagem (realidade^R), constituem-se nesta diferença dois patamares interpretativos, que poderão simular dois degraus, que ante a constância de uma vocação para antecipação por carência, poderá também estabelecer as acções instrutoras que sintetizadas de encontros dialógicos pela diferença, induz criativamente a evolução em /estágios/escalas de uma cultura (...). Ou seja, a inFORMAção com Posição da comunidade.

Existindo comunicação, existe futuro, não existindo comunicação persiste a dissipação (em Dados).

Curiosamente por este modelo interpretativo que se propõe, não há “materialidade” nem “imaterialidade”, há inFORMAção em estados de interferência ou Dados indiferenciados em estado com “suporte” num campo-de-memória

que é fundamental. Existindo inFORMAção há comunicação, interferência, causalidade, se há Dados em estado, não há interferência e consequentemente não há comunicação, mas há disponibilidade recursiva se há acesso ao campo-de-memória.

Como trabalhamos para um significado de cultura (...), pode colocar-se para o segmento-compositivo por “artialização”, ser este o que determina uma autoria por atitude e assim um acto “culturalizado” objectivo. Mas, se a um segmento-compositivo improvavelmente mensurável a montante, que numa cadência – em consciência – nos configurou entre tudo o que em acesso temos e que nos precede, lhe reconhecermos também o estatuto de arte, se é este nesta instrumentalidade construtora de futuro, cuja constância expansiva em diverso, também se traduz numa vocação criativa?

7. Parecendo demasiado radical o que se desenha, pesem alguns lapsos de percurso que nos escapam certamente, mas os fundamentos que se apresentam têm somente uma intenção que se prende com a procura vocacional que dê significado para uma cultura (...), no que a condiciona na instrumentalidade que nos constrói uma realidade^R num específico formato-de-apropriação, que não deixa contudo de se edificar por um leque de possibilidades, que já Platão na “Caverna”, questionava o que no trânsito das c-d-p, por um segmento-compositivo de acesso específico aos eventos que criou, para aferir o que o modus construtivo de uma realidade^R, que condicionaria os actos por uma tendência (cultural) de sustentação instruída e assim constituída, para duas comunidades em confronto com duas realidades perceptivas. Que nos induz, no que é uma cultura (...) em consciência por acesso ao diverso no campo-de-memória, que parte do construtivo das mecânicas de antecipação num colectivo similar, mas que depende das condições específicas dos enlaces que se estabelecem por amplitude também do acesso, em toda a complexidade que em sistema sustentam uma comunidade por comunicação com diverso proposto pelo Ambiente^{Kósmos}.

^R «... de todas as ilusões a mais perigosa consiste em pensar que não existe mais que uma realidade.» |Paul Watzlawick

Assim sendo, a cultura (...) pela instrução que também advém de um construtivo de paisagens que em alguma forma permanecem num campo-de-memória, independentemente do estado em que a informação de sedimento, constitui, na relatividade de incidência objectiva desta projecção o seu aparente significado. Sendo a mecânica-da-comunicação que é a génese dinâmica que sustem numa dada composição os sistemas e que “tudo” precede – para os segmentos-compositivos que avaliamos –, porque também é indutora dos actos de sustentação-manutenção de uma comunidade, que se sustenta porque comunica.

E se comunicar é permutar, porque se há recolha, há troca de **quantidades**, bastando-nos lembrar o que os notáveis praticantes que navegaram nas águas

da física quântica manifestaram com espanto e alguma ansiedade, quando constatarem que

a observação (“antecipar em Referência”), também altera o resultado da experiência.

Semicerrar as pálpebras doseando o excesso de “luz” do sol, é o que sintetiza nesse lapso um acto reactivo de defesa para conservação. Sendo em simultâneo o que pode instruir – pela contensão –, também uma noção de quantidade, que já é prévia na instrução do gesto.

Este descritivo que é referente a sinais indicadores de manutenção para conservação de uma comunidade numa inFORMAção com Posição no Ambiente^K, traduz um “automatismo” que revela no seu construtivo, sinais que despertam aos sentidos^{|||C|||} a reactividade ante o diverso de eventos disponíveis por “encontros”.

Tudo o que processamos por antecipação, porque não nos é local, é em Referência, que numa dada mecânica de acesso que configura de Dados disponíveis e que constituídos por esta maneira, admitindo esse relativista intervalo de “porte”, são o que corresponde uma informação-referencial retrospectiva, porque pertenceu ao que foi do evento que permanece ou não, à sua inFORMAção com Posição na disposição em que nesse momento se sustinha, que por sua vez, irá residir em estado de Dados no campo-de-memória.

Trabalhando por campos, se estabelecemos que numa comunidade, os sentidos^{|||C|||} se enlaçam na dependência de sentidos-sensores-radares-recordadores, pelo facto da aparente amplitude de interferência não ser local à sede da sua inFORMAção com Posição no Ambiente^K, *podemos aceitar que constituem estes o “cockpit de navegação” de uma unidade funcional dependente (o corpo), como uma Nave ... que pode ser uma comunidade.*

“... eu sou um cérebro, Watson, o resto de mim é um mero apêndice ...”[Sherlock Holmes

“...Eu sou a andadeira do eu ... “(o corpo) [Nietzsche – Assim falava Zaratustra

Onde os sentidos^{|||C|||}, que lhe antecipam do campo-de-memória o que é dos eventos disponíveis do Ambiente^{Kósmos}, assim a sustentam – ... para que não tropece ... – e que numa cadeia de operações reactivas coordenadas que à comunidade numa dada inFORMAção com Posição, resultam em actos instrumentais cujo trânsito-de-destino é sempre, mas sempre, instruído por antecipação, construindo futuro.

Uma comunidade por uma cultura (...), contribui e constitui-se em actos sempre transformadores ante uma permanente condição de carência, cuja essência criativa que é estrutural ao Ambiente^{Kósmos}, é desta constância, que depende o modelo de sustentação dessa Nave ou comunidade.

Por conveniência convidamos a palavra automático, que veio do Grego Autmatikos e significa “o que age por si”, de Autos “a si mesmo/eu/ego” mais Matos “pensante, com vontade própria”.

Por isto, o lapso que é dum “sinal indicativo de alarme” que instrui o cerrar das pálpebras ante o excesso de luz do sol, constitui, no que compreende esse acto de contensão-reacção, **o que se comprime** – em Autmatikos – nesse diminuto segmento-compositivo no trânsito nas c-d-p, que contém dissimuladamente, conhecimento em admissão, que deslaça nesse acto de antecipação uma resposta de manutenção para sustentação de uma comunidade em afectação, que pode ser de natureza cultural (...) porque instrutor de acto com destino objectivo de resposta para sustentação. Logo é inerente à tessitura mecânica da comunidade nesses actos reactivos. Há algo, como um “firmware” que tudo precede e que é de uma cultura em consciência.

A dificuldade em dispor-mos os sentidos^{|||C|||} num referencial independente, leva-nos a oscilar na posição a dar ao acto e ao facto na volatilidade que mascara os segmentos-compositivos no trânsito das c-d-p de entre o todo. Sendo que o acto precede o facto e, o acto em si será facto para outro segmento-compositivo noutro referencial de processamento. Mesmo por isto, a imprecisão referencial que dispomos para avaliar a amplitude dos eventos no contínuo das c-d-p enlaçados em múltiplos eventos relacionais, mistura-nos a aferição objectiva e não estratificamos muitas vezes, senão sempre, no justo limite de um segmento-compositivo que é contentor de uma vocação instrutora dissimulada, que é relativa a uma tensão regulada num construtivo que evolui no sentido do futuro, tal como as «palavras terminadas em -uro e -ura» do professor Bosi, que promovem a sustentação-sobrevivência da comunidade em todos os estágios-escalas que vão sendo a Posição da sua inFORMAção, independentemente do estado em que toda a sua informação se sedimente, ante os constantes ritmos-dissipadores do Ambiente^{|Kósmos}.

Por este sentido, uma cultura (...) pode ser em definitivo o que em Autmatikos determina a instrução base à Nave em que somos por antecipação, promovendo num diverso de utensílios em estado latente no campo-de-memória, a sustentação-conservação de uma comunidade ante os ritmos-dissipadores do Ambiente^{|Kósmos}, que é precedida de uma vocação que resume numa ordem directora única e que se traduz num “sempre fazer”:

tudo para que a informação não se perca-dissipe ou,
tudo para que a sua inFORMAção com Posição não se perca-dissipe...

Tudo converge num único trânsito-de-destino que em permanência sustenta uma comunidade em sistema nos sistemas. Tudo para que a sua inFORMAção com Posição não se perca-dissipe, ante os ritmos-dissipadores do Ambiente^{|Kósmos} que estruturalmente na sua pronúncia criativa que em tudo flui, se assina como um Editor.

«A vida é um processo de renovação dinâmica. Estamos todos a derramar cerca de 500 milhões de células da pele todos os dias. É essa poeira que se acumula na nossa casa, que é de nós. Você derrama a sua camada exterior inteira de pele em cada duas a quatro semanas. Você tem em cinco vezes dez células do sangue, onze que morrem todos os dias. Se você não está constantemente a sintetizar novas células, você morre». | Craig Venter – bioquímico e geneticista

Se o Ambiente^{|Kósmos} sendo estruturalmente criativo porque expansivo, em ritmos-dissipadores fluindo na inFORMAção com Posição da comunidade já constituída, por isto antecipamos e criamos, reconhecendo que corresponde esta condição a essa constante e igualitária tendência EDITORA que neste é estrutural, alterando “as disposição de dados”¹, que sintetizam qualquer estado da inFORMAção com Posição ou sistema, poderemos aceitar que é na instrumentalidade desta mecânica, por este “vento” EDITOR que tomamos do léxico da informática, que reside o fundamento criativo da tessitura do Ambiente^{|Kósmos}. Tudo o que se sustem (em sistema) como inFORMAção com Posição é num processo criativo permanente, porque antecipa e assim comunica, para que se não perca-dissipe – para outros sistemas.

Existindo comunicação existe futuro, não existindo comunicação
persistirá a dissipação

8. Não há conveniência de interpretar o que perceptivamente pode o Ambiente^{|Kósmos} ser pelos tendentes recursos ao léxico da informática e computação, não porque seja este análogo à informática, como clássica afirmação redutora pela configuração de tudo o que admitimos e explicamos das coisas-causas por analogias de reflexos comparativos, acentuadamente centralistas e antropomórficas utilizando noções de Nietzsche, mas é ela, a informática e o que nela somos, que se semelha ao Ambiente^{|Kósmos}.

É sempre uma questão instrumental que numa mecânica específica e em nós disponível, constrói uma relação interactiva pela diversidade dos processos, os acessos. Se a palavra **Via** é sinónimo de um utilitário que é um caminho, **Strata**, na sua etimologia latina mais directa refere-se ao pavimentado de um caminho, o seu revestimento, o qual, por esta qualidade dá a uma eventual comunidade em compactibilidade mecânica, independentemente dos estados em que a sua informação se sedimenta, acesso a algo.

Portanto se a comunicação se configura instrumentalmente no que podemos designar numa parte por **Via-Strata** ou caminho-pavimentado, é este o processo que determina um múltiplo de stratas que instrumentam o acesso ao

¹ Na amplitude do sentido criativo do Ambiente^{|Kósmos} como o grande sistema, é a sua pronúncia editora igualitária para todos os conteúdos. Isto é, todos têm o estatuto de Dados e assim editáveis. Resultando desta condição o título “A Expansão da Memória”.

futuro que se antecipa e tende. Estabelecendo assim, o que sedimenta a semântica construtiva desta vocação para a antecipação numa raiz que precede o que instrui uma comunidade, que não se constitui só pela palavra cultura,

mas o que significa uma **cultura-de-sustentação**.

Se for a **Via** um leito em disponibilidade latente, onde se aparelham em convulsivos trânsitos, os rios de eventos, que num formato de compatibilidade fazem em revestimento, a **Strata** das mecânicas de acesso que são do construtivo da comunidade e que gradativamente em constância criativa edificam a sua in**FORMA**ção com Posição, em sínteses que ao momento o Ambiente^{|Kósmos} propõe.

Assim se processa e se acede às **Vias** disponíveis na tessitura do Ambiente^{|K}, por acertos de coincidência causal em **Stratas** que dão acesso a esta vocação construtiva do futuro, modelada com os eventos relacionais de envolventes de proximidade por acesso, mesmo na relatividade do que é uma “distância”, se considerarmos que estão, em estado latente, todos os utensílios disponíveis num campo-de-memória.

A comunidade, essa in**FORMA**ção com Posição no Ambiente^{|Kósmos}, em que a cadência sucessória dos grupos, é nestas reposições, o que opera as transformações dinâmicas de uma “Nave”, que em permanente carência, terá sempre que navegar em andamento criativo, tão semelhante à renovação das células de pele e células de sangue do enunciado de Craig Venter. As quais, se renovam porque há (provavelmente) recursividade a um campo-de-memória que a essa cadência num padrão instrui, por uma cultura-de-sustentação, para que a Nave entre todas as suas componentes operativas mais ou menos “expansivas”, não se dissipe, ante esta pronúncia Editora que em tudo flui.

Estabelecendo-se, se aceite nesta projecção, que a criação o é, porque flutua na instrumentalidade directora dum Ambiente^{|Kósmos} na surdina de um vento Editor, porque se «as culturas trabalham como a madeira verde e nunca constituem totalidades acabadas», tem esta síntese de Marc Augé, implícita a razão criativa que lhe é estrutural:

para que a (sua) **informação** não se perca-dissipe ou,
para que a in**FORMA**ção com Posição da comunidade não se perca-dissipe ...

O significado de cultura, pode por esta projecção pela mecânica-da-comunicação, ancorar-se numa fundação que em complexo tem vigor na síntese que constitui o diverso que há no conhecimento, se apoiada no que significa a cultura-de-sustentação de uma comunidade. Que na relatividade dos sistemas, ante a tendência criativa que é estrutural no Ambiente^{|Kósmos}, é esta em complexo de um construtivo em consciência, como um “ESCAFANDRO”, que entre “zooms” do particular ao geral e extenso, se constitui numa Nave que navega, não necessitando somente da compreensão em suporte “estático” de cidade, cuja genética etimológica se enlaça com civilização.

Se cultura e civilização foram margens nebulosas para algumas correntes, supomos que sugere este modelo interpretativo que a cultura-de-sustentação de uma comunidade “è mobile”, sintetizando no seu construtivo mais simplificado a instrumentalidade base para portar os utensílios porque requisitáveis por acesso restrito ou comum ao campo-de-memória – que também sistematiza por acesso as chamadas comunidades “virtuais” do corrente –, os quais, constituem a “infraestrutura” que a um colectivo similar torna em tendência e que não é só referente a uma espécie, mas efectivamente a tudo o que se sustenta em sistema, nos sistemas, ante a pronúncia editora do Ambiente^{|Kósmos}.

Enunciando no singular o que sintetiza uma cultura-de-sustentação de uma comunidade, pode “ser ou estar” também o seu significado,

«nesta vocação transformadora que emerge da constante necessidade de”superar” a oferta que a”natureza”^k nos propõe, cuja regra consiste, em obter por momentos, um compromisso equilibrado entre o conforto e o desejo.»

Deve considerar-se a natureza^k na citação anterior o Ambiente^{|Kósmos} em todos os estados em que a sua informação se sedimenta no momento, retirando-se de uma eventual significação restrita que se refira somente à plataforma vital ou bio referente de sustentação mínima.

Aparentemente, porque é este modelo de questionamento perigosamente feito em águas de um mar muito novo, estará provavelmente a noção de um Ambiente^{|Kósmos} em constância criativa e em cuja tessitura o construtivo dos sentidos^{|III|CIII} se enlaça, nestas palavras de uma conhecida Viagem:

«... ser outro constantemente ...»

Conceitos modelados

^{segm-c} – Segmento-compositivo é o intervalo de um processo que culmina num evento em inFORMAção com Posição ou informação-referencial, que perceptivamente se extrai do trânsito das cadeias-de-processamento.

^{cdp} – O Ambiente^{|Kósmos} é o grande sistema contendor que pela mecânica-da-comunicação se sustenta expansivamente por flutuações na permanente alternidade de eventos. Sendo as cadeias-de-processamento o que neste complexo de eventos relacionais indistintos, constitui a possibilidade de acesso que constrói por compatibilidade mecânica, em transições de estado a inFORMAção ou eventos.

^{f-d-n} – Formato-de-apropriação é o que exprime a mais diversa maneira, independentemente do suporte, o registo de eventos que foram tomados em Referência sob uma determinada disposição causal. Supostamente, uma audição mal entendida porque distorcida por ruídos interferentes, a visão pela névoa que afecta a leitura de um objecto entre múltiplos outros, constituem nessa “tomada-

-perceptiva” um “formato-de-apropriação” de uma realidade^R, que nesse contexto de acolhimento, não estando construído na “totalidade” numa pureza desejada que é relativa em tudo, é a informação-referencial que de eventos evocamos/apropriamos e posteriormente tecemos por um múltiplo de associações casuais ou causais disponibilizadas duma dada teia de eventos inerentes ao complexo. A realidade^R é funcionalmente parcial.

Informação de referência – Os autores e temas indicados poderão se confirmados em qualquer motor de busca online por palavras-chave que os associem.

Nas Asas da Complexidade/ a mecânica-da-comunicação/ extracto de projecção em curso.

RECORDANDO A PRINCESA DE PORTUGAL, LEONOR DE MENDONÇA, E O PAGEM ANTÓNIO ALCOFORADO

Francisco Madureira

Em 1502 casada, com o então jurado sucessor de Manuel 1º de Portugal, matrimónio negociado pela coroa lusitana e o ducado de Medina Sidónia, para satisfazer meros objectivos políticos dos dois lados, foi Leonor avó da duquesa de Bragança Catarina, que era neta também do príncipe Duarte, filho do rei Manuel – e, nessa condição, foi a duquesa Catarina candidata, por linha varonil, ao trono deixado vago pela morte do cardeal Henrique. E foi também trisavó do rei João IV, em 1640 restaurador da nossa independência.

Por estas razões – e mais não eram precisas – a morte dela, às mãos, supostamente justiceiras, do marido Jaime de Bragança, na madrugada de 2 de Novembro de 1512, merece de nós uma magoada curiosidade.

Por sua vez, António Alcoforado, pelo duque Jaime acusado de adultério com a duquesa, apesar de não existirem provas flagrantes de tal, era um pagem do ducado, adolescente de dezasseis anos, que crescera ao lado de Leonor de Mendonça, donde se pode muito bem supor que entre eles houve, inicialmente, um amor fraterno, que depois se terá tornado maternal, quando ela já se tinha visto obrigada a ser mulher, e Alcoforado ainda era criança de menos de dez anos, e que terá acabado por se tornar paixão, muito provavelmente de natureza platónica. Esta história, que deles nos ficou, é, por tudo o que estou aqui a recordar, uma das mais belas, senão a mais bela, das ocorridas na ilustríssima casa herdeira do condestável Nuno Álvares e do rei de Boa Memória.

E o trágico desfecho deste amor é-nos assim relatado:

“Às duas horas da madrugada de 2 de Novembro, dia de Finados, entraram açodadamente nas casas que o Duque de Bragança fizera construir no reguengo de Vila Viçosa, e onde habitava com a esposa, os filhos e a famulagem doméstica, o bacharel Gaspar Lopes, ouvidor de Sua Senhoria, João Álvares Mouro, juiz ordinário da Vila, e Álvaro Pacheco, tabelião, acordados, no melhor do sono, por um recado terminante do Duque, para que fossem ali. Seguiu-os perto o escrivão Diogo de Negreiros (...)

Sem, naturalmente, dar tempo às salemas da etiqueta, D. Jaime disse às estremunhadas justiças que matara sua mulher, a Duquesa D. Lenor, e António Alcoforado, seu pagem, por os achar ambos e entender que dormiam juntos e lhe cometerem adultério.”

Luciano Cordeiro, A senhora Duquesa

Dada assim esta notícia breve, quem quiser conhecer bem uma das versões, a mais romântica (!), da tragédia acontecida no Paço Ducal de Jaime de Bragança, naquela madrugada de finados de 1512 – completaram-se justamente cinco séculos no ano passado, com os poderes autárquicos e seus servidores, alguns escribas e padres à mistura, pateticamente disso alheados, apesar de terem todos por mim sido alertados – e não refiro nomes para não os publicar no infortúnio – pois que se dê ao trabalho de consultar “Cavar em Ruínas”, do nosso Camilo de S. Miguel de Seide, e também o caderno 5 de Memórias de Vila Viçosa, de Joaquim Espanca, na edição da Câmara Municipal de Vila Viçosa. E, fundamentalmente, o livro de Luciano Cordeiro, “A Senhora Duquesa”, em que se inspira, romanceado, Campos Júnior, no seu livro “O Pagem da Duquesa”. Pode também ler, se tal lhe aprouver, um escrito na Revista *Callipole*, da autoria do nosso contemporâneo Joaquim Torrinha, que a mim me disse oportunamente não ter conseguido apurar se houve mesmo adultério consumado, mas que, de qualquer maneira, revestia extrema gravidade a presença do pagem Alcoforado, alta noite e para cúmulo de finados, de visita à Senhora da sua Vida.

Eu não vou maçá-los com a repetição destes autores. Vou ir mais além, vou publicitar belas palavras de poetas que choraram este trágico acontecimento, a que Joaquim José da Rocha Espanca, na obra por mim já aqui referida, se reportou na sua condição de padre, a exorcizar o pecado. Ouçamo-lo:

“Mas o incêndio, o incêndio fatal do amor libidinoso, já se tinha ateado há muito e não havia quem o apagasse a não ser a morte ou o apartamento para longas distâncias: Dona Leonor amava o pagem como nunca amara o legítimo esposo, e aquele era já o seu marido natural, o do seu coração.

Poucos dias antes do seu afastamento, cortou-lhe ela, por gracejo, uma guelha do cabelo que guardou para memória da sua pessoa (...)”

Joaquim Espanca, Memórias de Vila Viçosa, Caderno nº 5

O meu amigo José Manuel Martins se dê ao mister de comentar, com o seu muito saber jurídico, o que há de pouco consistente, da parte do inefável Espanca, em querer aqui encontrar sinais a apontar para adultério. Eu passo adiante, a

autor de mais mérito, Luciano Cordeiro, de seu nome próprio e apelido, que, como historiador do acontecimento, nos diz magistralmente:

“(...) e apuramos o esquiço de uma mulher moça, alegre, amorável, ingenuamente expansiva... companheira material de um homem em que havia de ver antes um senhor do que um marido amante que lhe recebesse e retribuísse a exuberância da adolescência, que se desoprimia após uma infância obscura e triste: – pobre planta puramente destinada à enxertia e reprodução necessária da casta, em estufa solitária e estreita, quando mais forte e capitosa circulasse a seiva, o licor da vida (...)”

Luciano Cordeiro, “A Senhora Duquesa”

Deste excelente estudo de Luciano Cordeiro faz Campos Júnior romance, nos seus seis volumes de “O Pagem da Duquesa”, em que, num gesto de ousadia extrema, chega ao cúmulo de engravidar a enredadeira Ana Camela, para assim poder desenhar e explicar a trama com que ela terá envolvido Leonor e o Pagem e feito despoletar a tragédia. Quem for dado a novelas baratas e a telenovelas do 4º Canal da T.V. que se ponha a ler a obra. Eu não transcrevo dela rigorosamente nada...

É preferível, de longe, reler Camilo que, no seu livro “Cavar em ruínas”, se refere ao duque Jaime com estas atrevidas palavras, sorte a dele, que se ainda estivesse no Séc.XVI e nos Paços do ducado de Bragança, iria acabar por ser decapitado:

“Agora passemos dos ursos aos frades, e depois à devota besta-fera chamada D. Jaime de Bragança (...)

(...) aquele devotíssimo das cinco chagas, que se metia nas cabanas a orar com os seus capuchinhos, entrou à alcova de Dona Leonor e a matou (...), depois de ter mandado um negro cortar a cabeça de António Alcoforado com um manchil de cozinha (...)”

Camilo Castelo Branco, “Cavar em Ruínas”

É óbvio que, nestas breves palavras de Camilo sobre Jaime de Bragança, filho segundo do duque Fernando II – pelo Príncipe Perfeito acusado de conspiração, que se terá provado, e decapitado em Évora, em 1483 – muito ficou por dizer, acerca desse sobrinho do rei Manuel, o Venturoso, por ele e pela viúva do rei João II reinvestido nas honras e propriedades de duque de Bragança – contra a vontade do rei falecido, que deixou isso bem explícito no seu testamento, ao ver-se forçado pela ordem de sucessão a aceitar o duque de Beja como seu sucessor. E pelos mesmos impedido de renunciar ao ducado, se tornar frade capucho e deixar a menina Leonor em paz, nos seus paços ducais de Sanlúcar de Barrameda, na Andaluzia.

Procurando ajuizar acerca da tragédia, o já citado Luciano Cordeiro deixou-nos exemplarmente escrito, primeiro sobre o desastroso casamento: “o

tabelião encerrou o termo, e duas existências que se não conheciam sequer, duas almas que nunca se haviam encontrado, uma criança de onze anos que aquela hora talvez brincasse alegremente nos jardins solarengos do Guadalquivir, e um jovem de vinte e dois, cheio de ambição, que desejaria pouco casar e muito de folgar – tal como ele havia de dizer mais tarde no crú remordimento de tantas recordações implacáveis, – estavam, ela sem consciência disso, ele muito contra sua vontade, – indissolivelmente, fatalmente, ligados na vida, jungidos ao mesmo destino, fundidos no mesmo nome...”

Em seguida, sobre a infeliz duquesa, uma criança prematuramente obrigada a ser mulher de facto do duque de Bragança: “gostava ela de falar e rir; tinha ímpetos e caprichos de criança; a criadagem respeitosa – modelada na contenção adorativa da grandeza, da majestade ducal espantava-se das desenfadadas familiaridades em que se desautorizava uma tão grande senhora (...)

(...) Aparte o isolamento e a monotonia provinciana, – e acrescentada a indiferença afectiva do duque – esta era a vida a preceito no estado matrimonial de uma grande dama como a Senhora Duquesa (...)”

Finalmente, sobre o trágico desenlace: “(...) a inquirição promovida por Jaime de Bragança, para se justificar da suposta justiça que fizera nos supostos adúlteros um deles um adolescente de dezasseis anos, baseia-se em depoimentos de testemunhas, declarações de supostos cúmplices, e daí resultam opiniões de historiadores. Querendo provar muito contra ela, não provam tanto como o sabermos do que é capaz um coração de mulher a quem meros interesses de ducados e reinos venderam como objecto de mercancia, e a quem na Primavera da vida arrancaram todas as esperanças de ventura e de amor.

Se de facto adúltera, esse crime não era seu. Assassinada por um esposo ciumento, para além de duque todo poderoso, não devia sequer o seu sangue sobre o marido cair, mas sim sobre os promotores, em causa própria, de um casamento político que tão tragicamente acabou: sobre os ossos do duque de Medina Sidónia, sobre a cabeça do Venturoso rei Manuel Primeiro, e sobre a duquesa de Bragança, sua irmã.

E, se Leonor estava inocente, foram eles que a assassinaram.”

Luciano Cordeiro, “A Senhora Duquesa”

E demos nós a palavra a poetas que choraram este amor trágico, de Leonor de Mendonça e António Alcoforado. Que eles nos possam trazer de novo este nobre sentimento que terá ligado os heróis, ao longo de breves anos, sempre demasiado breves, em formas sucessivamente bem diferentes: de início, fraternal, eram Leonor e António inocentes crianças, no castelo de Vila Viçosa; em seguida, maternal, quando a princesa já se vira mulher tornada, prematuramente – do devoto das cinco chagas Jaime de Bragança, para desdita dela e do forçado marido – e em António, ainda criança, revia os seus perdidos paços de Sanlucar, dos Medina e Sidónia e Niebla, casa muito mais antiga e tão ilustre quanto se tornara entretanto o ducado de Bragança, – ela, a mãe estremosa que se reen-

contra no filho querido; e, finalmente, tornados Romeu e Julieta, num teatro muito mais trágico que o de Shakespeare. Ou não seja Portugal sempre pioneiro em tudo, até na desgraça...

Vamos aos nossos poetas:

Todos os poetas aqui transcritos escreveram em memória de Leonor e do seu amado António.

Não nos vai pois ser necessário repetir isso para cada poema...

1

Desditosa,
a princesa,
a branca rosa...

Moreno,
o seu rosto, e o perfil em chama acesa,
a convocar o céu sereno...

E porque lhe foram as mágoas
Tão duras, o amor tão cruel,
e, assim, tornadas fel,
as águas?

E era a sua Andaluzia,
perdida na distância,
na ânsia
do que, nela, a vida lhe sorria!

2

E, chegado aquele Inverno,
ela morrera no Outono que viera,
e ficara-nos o mais terno
sorriso, que ter pudera...

E, no presépio de Natal,
nesse ano de tanta loucura,
ficaram os magos à procura
da menina, num gesto fraternal...

Aquilo que a alma nos murmura,
agora: ah! haver ainda um amor igual!

3

É a vida que nos leva,
de idade para idade...

E a liberdade
é vencer a treva,
que nos estorva
a vontade...

De viver,
de poder
chegar à nossa exacta dimensão...

De flor,
a mais singela,
na nossa janela
de menina, de amor!

4

Vai o caixão,
com ela,
a tão singela
princesa sem perdão!

E já a cova está
à espera dos seus desejos,
para lhe sepultar os beijos...

E é, agora, na terra,
aquilo que da paixão lá se desterra!

5

E ficou-nos Leonor,
na concertina
que nos canta o seu amor...

E ela irá regressar na flor
da Primavera, que nos ensina
esse valor,
essa menina...

Que virá liberta
das cadeias...
E é a vida, que sobrou das noites cheias
de fantasmas, da madrugada incerta!

6

Triste destino, que a paixão nos encobre,
o amor que morre, sempre tão cedo,
e o medo
que então se descobre...

E que nos não sobre
amargura, neste enredo
que de mágoa nos cobre...

E foi, para António, vencer a distância,
até ao paço, e o desdém,
na ânsia,

desse grande amor que a Leonor tem...
Mas é tanta a distância
porém!

Inez Madureira

Foi o poeta ao oriente,
esquecer tanto que lhe não sorria,
nesta gente...

A que por cá existia,
com prosápias de valente...

E nós, agora, lembramos
a flor, ao recordar
a única princesa que choramos...

No calor
desse amor,
a triunfar!

Francisco Grandella

Dir-me-á Leonor que cortejo
a trouxe, que infância então lhe ficou,
e tudo o que lhe não chegou,
o beijo...

E o desejo
que a vida nela despertou...

Portugal era tão grande, então!
Como foi que não lhe entendeu
o sonho, a paixão?

Tanta emoção,
que ela não conheceu!

João Figueiredo

“A História da Humanidade é a do Progresso na consciência de Liberdade”

Hegel

1

E como medir a liberdade,
nesta floresta de macacos?

Senão pelas crianças, pelas mulheres,
por todos os oprimidos, pela força da vontade,
no mundo novo que tu queres!

E ficam-nos os velhacos,
a vegetar no lodo
e a animalizar o todo,
num mundo desfeito em cacós!

E, da liberdade, o progresso,
passo a passo,
da prepotência o desfazer do laço,
é o que eu canto neste verso!

2

Fazer regressar os dias idos,
a Primavera, o nascer da flor,
a alegria, o amor,
aos sentidos!

E voltar a ter, renascidos,
os cravos, nesse valor
dos dias idos!

Repetir a esperança
e torná-la fruto!
Olhar com confiança,

o futuro! E, nesta espera,
tudo nos viesse, tanto
que nos trouxesse a Primavera!

Francisco Coelho

E conheci
que também em mim ela morreu, então,
e, com ela, também eu morri!

Ao morrer-me a ilusão
de que o amor é tudo, aprendi
que tão pouco é sempre a nossa paixão...

Ah! Quem a tornasse eterna,
triunfante, em cada dia,
a imensa alegria,
a mais terna!

Mas tudo isto é utopia,
realidade é a paixão que nos inverte!

Manuel Coelho

Prouvera que um fado singular
de novo no-la trouxesse,
desse tão distante lugar!

A morte, o nunca mais...
E que ela pudesse
distinguir-se de leis tais!

E, por todo o lado,
lá, na sua Andaluzia,
lhe tivesse chegado
o seu dia!

Como foi que se pode interromper
um amor tão jovem ainda?
Mas nunca, nunca nos poderá volver,
O tempo, quando finda!

José Madureira

CONTENTS
ORIGINAL ARTICLES
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus

ORIGINAL ARTICLES

The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus

THE JOURNAL OF THE AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION

CHICAGO, ILL., MAY 1, 1919
Vol. 27, No. 19

CONTENTS
ORIGINAL ARTICLES
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus

ORIGINAL ARTICLES

The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus

CHICAGO, ILL., MAY 1, 1919
Vol. 27, No. 19

CONTENTS
ORIGINAL ARTICLES
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus

ORIGINAL ARTICLES

The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus
The Effect of the Diet on the Blood Sugar in Diabetes Mellitus

LUSITANOS, PORTUGUESES E LUSÍADAS

Carlos Aurélio

1. Desde criança sempre me encantou a palavra dada por Camões ao seu poema maior: porquê *Os Lusíadas* e não *Os Portugueses* ou *Os Lusitanos*? Muito mais tarde dei com um dos textos avulsos atirados por Pessoa para o baú — *As três espécies de português*¹ — e aí encontrei uma explanação a partir da qual comecei a ordenar o que intuitivamente trazia comigo: entre nós existem ainda os *lusitanos*, esses que desde longe persistem na ancestralidade do que somos; outros, permitem chamar-se *portugueses* apenas por inércia oficial, pairando como sonâmbulos sobre uma identidade que desejam cosmopolita fazendo-a abstracta; outros ainda, bem poucos, aspiram a ser *lusíadas* tendo nos Descobrimentos um modelo e tomando o providencialismo como custódia. Enraízam-se como lusitanos e, ao invés da maioria, acham-se afortunados pela largueza futura da pátria portuguesa.

Esboçando rápido, diz Pessoa: dentro do mesmo Portugal há três espécies de português sendo a primeira o português típico que «*forma o fundo da nação e o da sua expansão numérica, trabalhando obscura e modestamente em Portugal e por toda a parte de todas as partes do mundo; (...) existe porque existe, e é por isso que a nação existe também*». Nesse português aprendi a designar o que se mantém intrinsecamente lusitano, ainda que o não saiba, desde o homem simples agarrado às suas raízes até ao emigrante. A segunda espécie caracterizada pelo poeta da *Mensagem* «*começou com a invasão mental estrangeira, que data, com verdade possível, do tempo do Marquês de Pombal*». É o português das classes médias superiores, algum povo e quase toda a classe dirigente que governa o país do qual está divorciado. «*É, por sua vontade, parisiense e*

¹ FERNANDO PESSOA, *Obras*, Lello e Irmão, 1986, Vol. III, pp. 554-6, *As três espécies de português*.

moderno. Contra sua vontade, é estúpido». Actualizando, substitua-se parisiense por anglo-saxónico ou nórdico, sem desprimor, entenda-se. A estes simplesmente chamo portugueses, mas em neutra atitude, tal qual quando vejo a matrícula de um carro e a reconheço portuguesa. O terceiro português «*começou a existir quando Portugal, por alturas de El-Rei D. Dinis, começou, de Nação, a esboçar-se Império (...) fez as Descobertas, criou a civilização transoceânica moderna, e depois foi-se embora (...) em Alcácer Quibir mas deixou alguns parentes*», muito dos quais se revêem sebastianistas. A estes clamo de lusíadas porque capazes ainda de contemplar o rei desaparecido, vivo e atado a um poste, trespassado certamente por setas no areal árido de África. Um rei desaparecido não pode estar morto, basta que elevado seja a S. Sebastião, cristãmente herói passado e santo futuro.

Para Pessoa todas as três espécies de português convergem em três características: «*o domínio da imaginação sobre a inteligência; o domínio da emoção sobre a paixão e a adaptabilidade instintiva*», sendo que pelo primeiro nos distinguimos do grego antigo, pelo segundo do espanhol e pelo terceiro do alemão. Em 1988, Pedro Teixeira da Mota editou uma carta escrita em 1930² pela qual Fernando Pessoa responde como lusíada ao Conde de Keiserling, carta que António Telmo refere na entrada do seu *Horóscopo de Portugal* de 1997. A missiva não se sabe se chegou ao destinatário e muito importa profeticamente se bem que, aqui e agora, mais nos interesse a sua argúcia antropológica. Além da natural sucessão histórica, convém antes reter que as três espécies de português de que Pessoa fala estão «*dentro do mesmo Portugal*», coexistem portanto, sendo concebível que, apesar dos portugueses médios e medíocres de sempre, os lusitanos farão um dia irromper das areias do deserto os futuros lusíadas por ora ocultos, talvez também trespassados por setas desde Alcácer Quibir. Em deserto decaiu Portugal desde Alcácer, simetria invertida de Aljubarrota, um Portugal alheado de si mesmo, sonâmbulo e mimético do estrangeiro, genérico e cheio de certezas cartesianas, amputando a sua imaginação fluida, marítima e atlântica, voltando costas ao oceano enquanto inveja a Europa central e nórdica. No entanto, Alcácer Quibir terá sido desastre necessário, qual treva encobrendo o embrião uterino de onde tudo renascerá, assim da morte a ressurreição. A Ilha do Amor camoniana baloiça alhures ao largo do mar atlântico à espera de ancorar na boca do Tejo, mal Portugal desperte. Já existe e é uma ínsula divina, ou então, uma arca de Noé expulsa deste dilúvio árido que não pára. Move-se espiritualmente no Portugal transfigurado pelo génio lusíada e nela habitam os nossos maiores, os que conhecem e amam profundamente a Pátria, aqueles que se realizam existencialmente sabendo-se não por acaso portugueses. O amor os faz, não morre, porque não pode ser vão o que move verdadeiramente o universo.

² FERNANDO PESSOA, *A Grande Alma Portuguesa-A carta ao Conde de Keyserling e outros textos comentados por Pedro Teixeira da Mota*, Edições Manuel Lencastre, 1988

2. O primeiro camoniano, Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), que defendeu a obra do nosso poeta épico perante a Inquisição de Madrid e de Lisboa, demonstra de como “a divina auxiliadora” da saga marítima dos portugueses n’*Os Lusíadas*, só por vileza se pode confundir com a Vénus vulgar decaída em luxúria e, antes, se revela celeste e medianeira da beleza inteligível, aquela que os clássicos chamaram de Urânica e «*que quando el poeta eligio Venus para favorecedora de los Portugueses, quando ivan a emplearse en accion realmente divina (pues el fin della fue plantar la Iglesia Catolica en la Asia) no pudo entender otra Venus, sino essa divina. Siguese tambiẽ, que el Amor de los Santos viene a ser con la divina Venus, que es la beleza divina, que los enamora a ellos, para sufrir por ella otras semejantes penas, a las que los enamorados de la Venus humana sufren por ella*».³ O autor chama a esta Vénus celeste «*Estrella-de los Portugueses en la mar, i en tierra, i por Abogada dellos delante de Dios*»⁴ em reflexo da função sobrenatural da própria Virgem Maria, aproximando-as tanto entre si que chega a afirmar a deusa do Amor como significando a Igreja oposta ao Demónio. Perguntar-se-á: então porque põe Camões, no poema, Vénus em vez da Virgem Maria? Lá iremos.

António Telmo numa Conferência em 1980 a que chamou *O Segredo d’Os Lusíadas*⁵ foi o primeiro a decifrar o poema de Camões como «*narrativa poética de uma viagem de conhecimento, ou, se preferirdes de uma viagem iniciática, (...) uma transformação do sentir (...), a revelação, a epifania, o aparecimento de um novo intelecto que não tínhamos*» antes da viagem. O caminho marítimo para a Índia é, ao longo dos cantos camonianos, uma espécie de descida aos infernos sendo que «*o Adamastor significa o aspecto titânico do próprio Vasco da Gama (...) aparição do seu próprio ser naquele aspecto de força indômita, de violência e orgulho*». Através de «*Thétis, a do corpo cristalino, a potência hostil transmuda-se (...) na própria energia espiritual de Vasco da Gama*» e «*a energia destrutiva do ígneo oceano é transmutada em energia erótica e esta utilizada como base da visão suprema*».

Transcendido, o corpo físico do Gama se sublimará depois, para receber alimento divino na Ilha do Amor. Finalmente, o filósofo do *Desembarque dos Maniqueus na Ilha de Camões* considera que a forma de conhecimento secreto oculto n’*Os Lusíadas* «*não é, nos planos mais profundos da vida espiritual, incompatível com a verdade católica*» a exemplos de Dante ou de Paul Claudel. A poesia lírica, sempre tão menorizada, ela mesma é para Telmo a chave do

³ MANUEL DE FARIA E SOUSA, *Os Lusíadas de Luiz de Camoens*. Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor Filipe Quarto el Grande comentados por Manuel de Faria e Sousa, Cavallero de la Ordem de Christo, y de la Casa Real. En Madrid, por Juan Sanchez. Ario 1639. LVZ II, Rayo14.

⁴ Ibidem, Rayo 4.

⁵ ANTÓNIO TELMO, *O Segredo d’Os Lusíadas* in *Filosofia e Kaballah*, Guimarães Ed., 1989, pp.180-197.

segredo amoroso pois «*todo o curso da viagem “dessa peregrina e rara navegação” (assim se exprime o poeta) é movido por uma só entelêquia: o Amor*» e, além dele, confirma Manuel Faria e Sousa, «*ninguma outra cosa canta en aquel Poema, sino los Heroes, que com virtuosas acciones pusieron la Vida por la propia Patria, dilatando su honra; i por el proprio Dios, estendiendo su Fè*». Os heróis do Amor eis a causa final n'Os Lusíadas, poema no qual se alude mais ou menos secretamente a uma forma de conhecimento capaz e, isto é nevrálgico, de alterar a natureza das emoções do viajante que faça da obra-prima camoniana seu modelo de viagem e de vida. Na Ilha do Amor habitam, hoje e desde sempre, os heróis, os poetas e os santos que têm Portugal como matriz vivente.

Lúcido como sempre, Telmo indica que Camões usa a mitologia pagã (Vénus conduz os Portugueses em vez da Virgem Maria) «*como uma espécie de comutador ligando o que parece distante, distanciando o que parece próximo, dando, na sua qualidade de escrita hierática os significados intermediários*», ou seja, mercuriais ou hermenêuticos. Por outro lado, «*em relação à mitologia pagã o poeta dispunha de inteira licença, era um licenciado,*» a salvo portanto de perseguições directas ou enviesadas de índole religiosa e «*(...) a mitologia era para ele o campo livre e aberto da imaginação (...) para que o essencial se dissesse quase sem se dar por isso*». ⁶ Quer dizer, através dos deuses clássicos Camões ousou com mais ampla e intuitiva imaginação, intuiu aquilo que no plano teológico católico lhe seria mais limitativo, porque humanamente perigoso ou mesmo real e potencialmente sacrílego.

3. Entre outras passagens evangélicas as seguintes, aquando da Anunciação a Maria (Lc,1), sempre me impressionaram: «*O Espírito Santo virá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a Sua sombra*». E logo se dispõe a Virgem: «*Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra — fiat mihi secundum verbum tuum*». «*Et discessit ab illa angelus — E o anjo retirou-se dela*», assim dito literalmente em grego original e que o latim confirma. Que relâmpago! É a força do Altíssimo e a Sua sombra, assegura Gabriel cujo nome significa “força ou sêmen de Deus”. Que densidade obscura se guarda no mistério da Encarnação: *e o anjo retirou-se dela!* Tanta luz que ofusca! Onde estamos? Que alturas ou em que abismos? Nada sabemos e humanamente não o poderemos nunca saber, sendo disto sinal a inclinação corporal, mais insciente que humilde, feita pelos crentes católicos perante estas palavras dominicais do Credo: «*E encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem*».

E o que é ser lusíada na Ilha do Amor? Uma vida entre nascer e morrer, qual nau ou casca de noz no breu da tempestade e do existir? Uma alma sozinha entre mar e céu a sós com Deus?

⁶ Ibidem, pg.194.

O *fiat* da Virgem é nódulo e modelo de toda a oração casta, raiz e fruto do gesto interior requerido e que o corpo deve exprimir: «*faça-se em mim segundo a tua palavra*». Há uma transformação do sentir, um acontecer de revelação e epifania.

O Gama e os nautas de Camões dispuseram-se em *fiat* reflexo ainda que não idêntico perante Deus e a Viagem, venceram-se a si mesmos em seu orgulho titânico, deram-se como viajantes até aos confins do mundo e da alma. O amor humano, a realizar-se, há-de exigir o amor sagrado, só o mistério do matrimónio queima os dois egoísmos amantes porque os olhares se elevam, a Vénus erótica resolve-se em urânica, o oaristo do casal sobe a santidade. É pouco comentado que na Ilha do Amor, depois dos «*famintos beijos na floresta*» (IX,83), os nautas casam com as ninfas: «*As mãos alvas lhe davam como esposas / Com palavras formais e estipulantes*» (IX,84). Só depois a Tethys venusina, oceânica e ocidental, pode mostrar ao Gama o centro imóvel do universo na «*(...)Sapiência / Suprema de c'os olhos corporais, / Veres o que não pode a vã ciência/ Dos errados e míseros mortais*» (X,76). Dos amantes, em amor sexual e casto, porque puro, irradia conhecimento supremo e santo.

Lusíada é cada um dos portugueses que, a seu modo, se transcende no espírito de Portugal. Só depois da Índia e em vez da canela e da pimenta é que os nautas aportaram à “ínsula angélica pintada” a qual, como barco se movia. Esse lugar cristalino e movente é reflexo de um Portugal sagrado visto do mar, é paisagem nova de quem a nós regressa depois da Viagem interior dos contemplativos do Amor: “angélica” porque a perspectiva é a dos anjos, “pintada” porque transfigurada pela imaginação vivente dos homens em mistério de Encarnação que sacraliza o amor conjugal. Os nossos heróis, artistas e santos vivem na Ilha do Amor e é de lá que cuidam e amparam os que se revêem no espírito de Portugal, «*onde a terra se acaba e o mar começa*», uma linha de praia que é fio dourado e indefinido entre dois mundos, o dos homens e o de Deus. Todo o lusíada se há-de vencer em seu orgulho terroso até ser sangue novo que o Amor subtiliza, seja Gama, mas também Veloso ou Leonardo porque as classes, agora, é o espírito que as ordena.

Pela Tradição viva e necessariamente actualizada os portugueses sobem a lusíadas, o passado é futuro e a saudade paradisíaca vão matando enquanto recriam vida. De saudade se faz um certo tempo qualitativo e especial dos heróis lusíadas, instante vital e revigorante, imbuído de futuro porque radicado em experiência de Deus ou, como desenvolve Pascoaes, «*sendo a Saudade uma força criadora (esperança) e perpetuadora (lembrança) a Saudade é a própria Natureza afeiçãoada ao sentimento lusitano, porque esta é absolutamente reductível àquelas duas forças, razão e efeito de tudo quanto existe. Em tudo se revela uma força invisível, num sentido superior e divino, mas logo decaída e aprisionada em aparências inertes e corpóreas. É a esperança e a sua materialização ou decadência em formas de lembrança: a Aparição e a Aparência, Deus e o Mundo*».⁷ Natura e saudade equivalem-se e, em realização espiritual

⁷ TEIXEIRA DE PASCOAES, *Os Poetas Lusíadas*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1987, pg. 160.

lusíada, poder-se-á chamar à Ilha do Amor camoniana a natureza trespassada de sobrenatural, a Ilha da Saudade de Deus, aquela a que desejam regressar os que se sabem expulsos do Paraíso. Ao herói lusíada a natureza surde aparição divina, força ígnea e não fixidez e aparência. Matar saudades é confluir no plano do coração ou da vida emocional, quer a vida instintiva e genesíaca, quer a intelectual superior, convergindo num sentir renovado um tempo único, instâneo e eterno, permita-se o paradoxo. A saudade é um lugar de alma recordativa, acima do espaço físico lembrado e subindo a entelêquia no herói lusíada, sempre em movimento de vislumbre e desembarque na Ilha do Amor.

Havia nos gregos antigos, bem distinto do tempo quantitativo, linear e humano de Cronos, um outro de índole qualitativa, dito oportuno e de cisão, diríamos celeste, chamado tempo de *kairós*. O primeiro decorre como que exterior, ele próprio coerente e encadeado no espaço de fixidez mental, enquanto o segundo por intuição é íntimo, profundamente decisivo e divino. Um, sucede-se inexorável como o sol que se levanta e põe criando espaço em sua luz mutável, o outro é luz poética, ou então litúrgica, quando pelo rito nos ajustamos à ordenação divina. Enquanto Cronos depaupera e exaure, *kairós* redime e liberta por transcendência. Quando no evangelho de S. Marcos (Mc 1,15), por exemplo, João Baptista diz: «*Completo-se o tempo e o reino de Deus está perto: Arrependei-vos, e acreditai na Boa Nova*», esse tempo é divino e só pode ser entendido no conceito de *kairós*. Há um texto excelentemente elucidativo sobre o tema da autoria de Pinharanda Gomes, no qual se conjuga destino e liberdade: «*Kairós é a decisão, o ensejo da cisão, o acto de decidir o que mais importa. E, no acto de decisão quem traça o destino, logo o momento a vir, é quem decide*»; (...) «*Destino nunca é um todo, mas apenas o início de cada momento e de cada acto, melhor, o início de cada acto no momento e no lugar*»; (...) «*A palavra [kairós] exprime, designa e significa o tempo oportuno, a melhor oportunidade para se iniciar ou prosseguir seja o que for*».⁸

A inspiração de Teixeira de Pascoaes é interior a *kairós* como se o poeta vivesse, pela saudade, liturgicamente ordenado desde a natureza ao sobrenatural, ainda que por vezes surja arrancado às sombras e petrificado em aparências. Nele, o tempo oportuno age como nesga de divino entre negridões de tempestade, um raio a varar céus de alto a baixo como sêmen fértil e imaginação real. Lucidamente, as suas imagens anulam a fantasia, essa espúria atmosfera de fantasmas que cegam a modernidade vulgar, desde a TV à publicidade. Veja-se em Pascoaes esta vertigem audaz de saudade pátria olhando D. Sebastião:

«*O Rei tinha vinte anos e o desejo de ser capitão de Cristo. O génio aventureiro da Raça encarnara nas formas esbeltas da sua figura juvenil armada para a luta que dilatária o Império e a Fé. Camões era poeta, uma criança*

⁸ PINHARANDA GOMES, *Palavras por Dentro: Kairós [O Ensejo]*, Teoremas de Filosofia (Revista Nº1), Porto, 2000, pp. 24-27.

também. Nos seus olhos fulgia a luz que visiona o aspecto sobrenatural das cousas. Por isso, ele sacrificou, cantando, a pessoa material do Rei ao seu fantasma espiritual. À actividade aventureira do Povo faltava-lhe um sentido superior. A nossa História precisava de uma Lenda. O corpo necessitava de uma alma. Sem Os Lusíadas e sem Alcácer-Quibir, Portugal teria findado, para sempre, alguns anos depois de 1580. Alcácer-Quibir é a Aljubarrota de nossa história transcendente. D. Sebastião é o Nun'Álvares do Sonho crucificado na realidade. Camões é o seu Arcanjo doloroso. Estes dois homens, irmãos na vida e ainda mais na Morte, não vieram realizar o momento presente e passageiro, mas o eterno Futuro. D. Sebastião tinha de morrer crivado de setas, num deserto. Camões tinha de morrer de fome, num hospital. A hora em que viveram, materializada pelo oiro da Índia, encontrou, nestas duas vítimas sublimes, os mártires da sua redenção.»⁹

Sem *kairós* nem sequer Cronos se entende ou distende e, só um olhar fixo de Medusa ousa apagar a vida que desde o Futuro incide agora, profeticamente. Por olhos de Medusa o estreme racionalista que foi António Sérgio se descompôs em impropérios a Pascoaes e a Sebastião.

4. No *fiat* de Maria ao Arcanjo Gabriel o tempo de Deus ilumina definitivamente o dos homens e, nessa *sizígia* universal, são os *santos* que connosco espiritualmente medeiam. No plano da alma humana agem também em *símile* os *poetas* e os artistas, enquanto pela prevalência do corpo cabe aos *heróis* elevar-nos à transcendência. Todos dão tudo, ainda que a dádiva se centre distintamente: os santos no espírito, os poetas na alma, os heróis no corpo.

Heróis há e haverá sempre, conforme os olhos de quem vê e que só a cegueira de muitos proíbe. Os marxistas também os têm em Lenine ou Che Guevara, os do futebol em Pelé ou Maradona, os burgueses estabelecidos contam com qualquer político em trânsito. Elevando de novo, veja-se que a heroicidade foi na antiguidade clássica, ou melhor, em sua génese, a energia humana que nos mitos uniu terra e céus, impeliu o olhar para o alto numa teogonia de homens e deuses. Seja Hércules ou Aquiles, Perseu ou o singelo Ulisses, todos foram heróis quando dominaram o medo, e viveram-no com tão sincera frontalidade que o atravessaram em seu negrume paralisante. Foi a valentia que os aproximou dos deuses. Valente significa “aquele que vale”, que tem valor porque é forte: “Vale!”, dizem os espanhóis como quem diz “Passa bem!”, “Eu te saúdo!”. “Valete, Fratres”, Força, Irmãos”, disse Pessoa ao despedir-se na *Mensagem*, almejando *lusíadas* os portugueses. O herói antigo ofertava o corpo, nele legando a bravura do seu ser, virtude que permite subir aos Campos Elíseos até beijar a absoluta bondade que tudo vence, incluindo a posse animal da existência física. Através desses heróis ganhámos o poder de deixar de ser feras, se aprendermos que o corpo não nos pertence.

⁹ TEIXEIRA DE PASCOAES, *Os Poetas Lusíadas*, Assírio e Alvim, 1987, p. 78.

Na Idade Média o poeta era profeta ou santo, porque a sua vida inteira desejava ser um poema de amor a Deus. Veja-se Dante e tudo se entende. A sua *Comédia* só é *Divina* se vista como drama humano seriíssimo, uma catedral cercada de Inferno em seu abismo simétrico de Paraíso, o bem cindido do mal, a luz libertadora purgada da treva impeditiva, porque sem Deus nem homens somos. A alma vence o orgulho e a vida é um arrependimento sobre a chaga do mal, um Purgatório necessário a aproximar-nos da porta celeste. Ah! O arrependimento, essa nobre palavra que afasta os orgulhosos é a maior dádiva cristã, o conhecimento dentro da misericórdia. Nela habita a beleza lúcida e suprema, o amor vitorioso sobre o homem petrificado, assim também n'*Os Lusíadas* Vasco da Gama é o Adamastor, um promontório preso nas aparências da vida, melhor, é o próprio Camões a libertar-se até arrimar à insula divina. Também patrioticamente Pessoa se libertou no seu *Mostrengo*: «*Aqui ao leme sou mais do que eu: Sou um Povo que quer o mar que é teu*». Vencido o orgulho até nem o mar haveremos de querer, se descobirmos a humildade vitoriosa de São Francisco de Assis. “*O corpo necessitava de uma alma*”, diz Pascoaes. A humanidade confinada a Hércules pode dar o corpo mas nada é sem o santo de Assis. Ficaria idólatra de si mesma. O Portugal de Nun'Álvares precisava que Sebastião subisse de rei-herói a santo, profetizado pelo arcanjo Camões. O deserto há-de transformar-se em mar de vida pois que, atravessado o nevoeiro, a metafísica atlântica será.

Após o Iluminismo os olhos humanos, ofuscados pelo herói grego e fatigados do santo por uma Igreja deprimida, elegeram o homem de ciência como seu modelo e até lhe chamaram precipitadamente sábio. O espírito decaiu em razão mental e a mente (palavra elucidativa!), fez a humanidade crer na luz exclusiva do raciocínio e da experiência científica, ou seja, racionou em análise os fenômenos múltiplos sem realizar a síntese noética do uno. Este declinar, quem sabe se necessário, trocou os nomes sagrados pelos dos homens nos altares da idolatria social, e Darwin, Freud ou Marx, tornaram-se heróis rivalizando com os prodígios tecnológicos da lâmpada eléctrica de Edison, com as alunagens da NASA, mais recentemente com a ovelha Dolly clonada por alguém de quem já perdemos o nome por inconclusiva fé científica. Dito de outro modo, sendo certo que à vitória sobre o medo na Antiguidade Clássica se sucedeu a derrota do orgulho pelo santo medieval, a humanidade não foi ainda capaz de vencer a inveja original da prosápia científica. Tudo porque lhe falta a admiração heróica pelo espírito. Depois da bondade e da beleza, quedámos mudos no meio de tanto barulho tecnológico. Falta-nos a verdade imediata dos santos: intuir Deus no mistério que cada coisa é.

Só a alma pode intrinsecamente ser sincera, e portanto medianeira, entre corpo e espírito, tomando este como semente eterna de Deus no homem. Os nautas do Gama não são alegoria dispensável, antes símbolo que une e completa, eles, «*barões assinalados*» que «*Passaram ainda além da Taprobana*», «*E aqueles que por obras valerosas / Se vão da lei da morte libertando*» (*Os Lusíadas* I, 1-2) eternos são, porque em suas almas venceram pela via patriótica o medo e o orgulho. A viagem à Índia é de conhecimento naqueles que se vencem a

si mesmos, de amor, portanto. Falta seguirmos por aí sendo lusíadas em espírito, lusitanos de corpo e portugueses em nossa alma marítima. Dentro do nevoeiro clamaremos, varonis, à heroicidade que vence o medo: «*É a hora!*», cinde Pessoa “kairoticamente”. Como cristãos, a alma será feminina porque reflexa do húmus marial na semente do espírito: *fiat mihi secundum verbum tuum*.

5. Em *kairós*, tempo de cisão, desembarcaram os nautas do Gama na Ilha do Amor, nesse instante de eterno moldado à «*glória por trabalhos alcançada*» (IX, 18). O prémio da vitória pátria sobre o egoísmo instintivo do corpo substanciosa-se no Amor, ainda que Camões nunca nomeie a Ilha como do amor, nem sequer dos amores, mas antes por «*(...) insula divina / Ornada de esmaltado e verde arreio*» (IX, 21), por «*(...) Ilha (...) nas entranhas do profundo / Oceano*» (IX, 40) ou «*Ilha namorada*» (IX, 51) que os nautas viram «*Rompendo pelo céu a mãe formosa*» que é como quem diz, saindo da aurora do dia. Assegura o poeta que «*De longe a Ilha viram, fresca e bela, / Que Vénus pelas ondas lha levava / (Bem como o vento leva branca vela)*» (IX, 52), isto num movimento além do espaço físico e em tempo não cronológico e, de tal forma tudo assim transita em transcendência divina, que o julgamento que fazem da realidade da Ilha hesita se é a Aurora que dá cor às flores se são estas àquela (IX, 61). Na «*Ilha angélica pintada*» (IX, 89) aos lusíadas ele chama «*Heróis esclarecidos / E nesta Ilha de Vénus recebidos*» (IX, 95) depois de serem conclamados à liberdade de alma e à valentia moral: «*Desperta já do sono do ócio ignavo, / Que o ânimo, de livre, faz escravo.*» (IX, 92). Por “esclarecidos” se intui entre outros sinais a lucidez de alma ou, se quisermos, «*a transformação do sentir (...), a revelação, a epifania, o aparecimento de um novo intelecto*» na expressão gnóstica de António Telmo.

Cada nauta culmina a Viagem em seu percurso pessoal de iniciação patriótica e cristã e, pelas forças ou virtudes do espírito, a libido das paixões potenciadoras do orgulho titânico de que o Adamastor é expoente, transmuda-se em amor ou aurora do ser redimido. Cada um dos nautas é, ele mesmo, uma Ilha de Amor no arquipélago lusíada, iniciação cristã pela via heróica, o corpo transcendido pelo matrimónio em amplexo amoroso e casto, o humano sacralizado pela íntegra dádiva em Deus. Tudo se centra na revelação divina envolvendo a Natureza inteira, o corpo não fica de fora como incompreensão gnóstica grosseira. Deus é amor, postula S. João. Só o amor é livre porque divino. Está pois vencido o destempero da concupiscência tantas vezes aludido à ilha camoniana e, ao invés, a libido age como força ígnea a recentrar o instinto no âmago da vida emocional e, também, em impulso de vida superior e intelectual. É daqui o símile legítimo entre amor e conhecimento e que na Bíblia se significa, por exemplo, em «*Adão conheceu Eva, sua mulher*» (Gn 4,1), esse subtil sefiroth de transição entre Inteligência e Sabedoria (Daath=Conhecimento) tão caro aos cabalistas. Também se percebe melhor o que leva António Telmo a insistir na importância decisiva da poesia lírica, mormente na de Camões, para superior entendimento d’*Os Lusíadas*. O poeta ou o artista trazem, pelo amor, viva

imaginação à sua própria vida, não lhes basta meras fantasias literárias. Camões não fantasiou uns certos marinheiros a desembarcarem numa ilha de prazeres, antes foi a Ilha do Amor, ela mesma, que o fez lusíada.

O matrimónio associa-se umbilicalmente à própria encarnação e é, assim, alto mistério de conhecimento analógico na via da santidade.

6. Ao contrário da visão materialista que amputa o homem de sua transcendência, Fernando Pessoa concebe o mito, e não a economia, como catalisador da história, isto porque certamente tem a humanidade na boa conta do ideal supremo dos homens superiores ou dos heróis. Em 2011, um prefácio dado à luz como *Pistas Para Uma Leitura d'Os Lusíadas*¹⁰ traz consigo a claridade de quem parece ver a partir da Ilha do Amor. O seu autor, Pedro Sinde, na senda de António Telmo e de Fiamma Hasse Pais Brandão interpreta o poema camoniano em sua origem e causa mítica pelas quais os nautas são heróis buscando a luz suprema, aquela que em Pascoaes traz a Aparição nesta nossa Aparência de mundo, a “saudade sentida pelos próprios heróis” como dirá Rodrigo Sobral Cunha. Eis pois a luz atravessando as trevas até à aurora renascente, sulcando pelo sul de ocidente para oriente o mar oceano como representação «do ilimitado e do infinito», feliz expressão com que Hegel caracterizou os portugueses na sua *Introdução à Filosofia da História*. Enfim, é de novo a ilha movente a mover-nos ao amor, epopeia lusa de gente esclarecida pelas virtudes da alma: «a libertação do egoísmo congénito é como que uma libertação da “lei da morte”», assegura Sinde.

Isto dito por mais ou menos conhecido traz, no mesmo prefácio, algo inaudito quanto a *Os Lusíadas*: «A viagem é factual, mas podia ser um mito e os elementos míticos ou arquetípicos actuam profundamente na alma humana. Aqui, o que mais impressiona é realmente que a história de um povo coincida, naquela viagem, com um relato mítico. Este poema é, sob este aspecto, comparável às grandes sagas míticas, como por exemplo o Kevala, que, de resto, desempenha na Finlândia um papel análogo ao que *Os Lusíadas* desempenham para Portugal em termos de consciência nacional, assinalando, no entanto, esta diferença que é a de que na nossa narrativa o facto histórico coincide com a lenda».¹¹ Ou seja, acresce que o mito encarnou na História lusa em imagem reflexa de Cristo entre os homens, *kairós* entrou numa fresta cronológica de Portugal, criando assim a realidade da Ilha do Amor no mundo subtil das almas medianeiras situadas entre o tempo de Deus e o dos homens. Eis o que possa ser a génese do V Império, Alcácer Quibir sendo deserto e derrota, sobe a crosta exterior de luz interior da saudade, um regresso ao paraíso na suprema vitória, fluida e oceânica de amor inundando todos os interstícios, domínio imperial de

¹⁰ PEDRO SINDE, Prefácio in *Lições d'Os Lusíadas*, de Auxília Ramos e Zaida Braga, Editora Centro Atlântico, 2011.

¹¹ Ibidem, p. 14.

libertação sobre o egoísmo congénito entre as nações: a aridez desértica em tensão criativa com a fertilidade da ínsula divina. É curiosa a comparação com a Finlândia, terra do fim para quem busca o Norte, enquanto em Portugal acaba a terra e começa o mar no limite onde morre o sol, «*representação do ilimitado e do infinito*» lhe chamou Hegel, lugar real e mítico de ressurreição lhe podem chamar os lusíadas. A Ilha existe desde que Camões a descobriu em geografia metafísica absolutamente verídica.

Dos 148 homens que partiram de Lisboa em 1498, regressaram com Vasco da Gama apenas 55, no Verão de 1499, tudo tão autêntico, espacial e cronológico, como o pode ser a Ilha do Amor no plano subtil do mundo, um tempo “kairótico” lusíada na dinâmica da história providencial que o futuro fará na intercessão entre o tempo de Deus e o dos homens. A imaginação é real? Mas os sonhos não o são em si mesmos? E a matéria universal que os faz é apenas mente recalçada de desejos, ou algo vital participante do mundo, tão real como este que os nossos olhos vêem fixado em aparência? O que é um sonho premonitório ou uma visão profética? A imaginação é realidade no mundo que Henry Corbin nos habituou a chamar de subtil e, por isso, lhe chama “imaginação criadora” ou creatriz, a qual, num plano estritamente emocional contém em si a mobilização de energias vitais que alteram o próprio sentir, centrando a vida sensitiva como medianeira entre instinto e intelecto: «*o que em mim sente está pensando*» diz Pessoa. «*Creatriz (...) que mais não é a criação poética do que ver suficientemente a coisa*», escreve Carlyle a propósito da «*calma e creatriz perspicácia de Shakespeare*»¹² na descrição dos homens. E, de facto, *ver* é tudo, e não é essa imaginação no *Otelo* ou no *Hamlet*, em *Macbeth* ou no *Rei Lear*, mais vívida e superior da que a estudada em tratados científicos de psicologia? Há imaginação de síntese a superar ciência analítica.

A verdadeira arte poética coloca a acção no âmago vital do seu autor, tudo nele é real ou, como demonstra e insiste Thomas Carlyle n’*Os Heróis*, a poesia é, em sua velha definição, música e ritmo, portanto, a própria vida, quando penetrada no íntimo do que tudo é. Por isso tão particular se revela, real e poeticamente, a língua de um povo como expressão rítmica do mundo, ou mesmo o sotaque como idiossincrasia situada, e até, a entoação peculiar de cada pessoa, sinais que a estupidez normativa da escolaridade centralizada e da TV tendem a anular. O poeta está contido no profeta e não apenas foneticamente, porque o ritmo intuitivo dá a ambos a direcção da alma do mundo, seja o Rei David ou Dante, Dostoiévski ou Balzac, Camões ou Pessoa. Por vezes a personagem imaginada supera criativamente o seu criador, realizando-se miticamente e agindo como ser movente. Não é assim com D. Quixote? Não vive o Jean Valjean de Victor Hugo quase paralelo a S. Francisco, nessa espécie de santo à civil, redimido pela Revolução Francesa? E, vendo bem, Fernando Pessoa se não foi o super-Camões, pelo menos desembarcou lusíada no século XX. Todos

¹² TOMÁS CARLYLE, *Os Heróis*, Guimarães Editores, Lisboa, 2ª edição, 2002, p. 101.

chegam algures da Ilha do Amor, movendo-se no mito que afinal vem ter com eles, atravessando os mares ilimitados do desconhecido, tal a ínsula divina que «*Vénus pelas ondas lha levava / Bem como o vento leva branca vela*».

Que abismo há entre a modernidade e o maravilhamento emocionado de Carlyle perante os homens superiores: «*A mais triste prova que um homem pode dar da sua pequenez é não acreditar na grandeza dos outros. Não há mais triste sintoma de degenerescência do que a cegueira geral para com a luz do espírito*».¹³ Álvaro Ribeiro sabendo que Camões fecha *Os Lusíadas* na palavra “inveja” apresenta no prefácio d’*Os Heróis* a seguinte hermenêutica: «*A inveja, ou invidia, consiste em não poder ver o diferente no semelhante, e é portanto um vício intelectual, uma confissão de estupidez, um factor de maledicência*».¹⁴ O invejoso é sempre cego e, porque vê revogada ou diminuída a grandeza do mundo, nunca conhecerá a virtude da esperança.

7. “Já não há heróis”; “não há milagres” sentencia o vulgo e, todavia, quanta falta nos faz o arquétipo do herói que a modernidade anulou, apostada que está na fragmentação do ser. A força do herói, a beleza do poeta e a sabedoria do santo são reflexas da criação divina em seus atributos, combatem a inveja porque reconduzem ao caminho que do múltiplo busca o uno, levam a contemplar o alto mantendo a variedade das criaturas. Esses atributos revelam-se imprescindíveis no retorno à Origem. O herói, o poeta e o santo vivem no desejo e na possibilidade de uma fissura para Deus, e dela entrevêm o fogo criador do mundo em sua acção amorosa. A transparência cristalina de *kairós* vence a opacidade da Medusa.

No *Desembarque dos Maniqueus na Ilha de Camões* António Telmo induz a «*ilha angélica pintada*» a partir de uma pintura persa do século XIV, editada num livro sufi de Laleh Baktiar. Digo induz como quem amplia e abre para plano inteligível o que de sensível se lhe oferece, ou seja, tanto a imagem do livro como o episódio camonianiano da Ilha do Amor, gradua-os o filósofo português por análogos estados da alma subtil, visões directas da imaginação criadora, absolutamente distinta da mera fantasia mental que caracteriza os literatos medíocres e os homens insinceros. Quem vê a integridade das coisas intui o fogo vital que as anima, o ritmo interior do universo que os gregos designavam por “harmonia das esferas”, visão que supomos nos santos ou vislumbre que adivinhamos no olhar absorto do espanto infantil, também às vezes na placidez sábia dos velhos, desses que recusam decair no sarcasmo agudo dos velhacos. Henry Corbin¹⁵ fala-nos continuamente desse *mundus imaginalis* distinguindo-o do imaginário diletante, ou seja, à atmosfera da vera alma se acede por uma espécie de órgão subtil de percepção, adormecido ou anestesiado naqueles que a

¹³ Ibidem, p. 25.

¹⁴ Ibidem, p. 12.

¹⁵ HENRY CORBIN, *Corps Spirituel et Terre Céleste*, Éditions Buchet/Chastel, Paris, 1979.

Medusa faz persistir na fixidez física do mundo, qual queda adâmica. Entre o domínio material onde tudo morre em aparência e o mundo inteligível, puro de aparição (o da visão angélica dos Querubins!), existe o mundo imaginal da alma, potência puramente espiritual capaz de comunhão com outras almas, entre as quais as criaturas da Natureza. O sobrenatural é a visão da natureza pelos olhos do mundo imaginal. Camões certamente aí poetou.

A realidade da Ilha do Amor é pois aparição objectiva em Camões, revelação na sua alma visionária. O amor, «*essa flama viva, o nunca morto lume / Desejo é só que queima e não consume*» (*Os Lusíadas* IX,31), o amor é a chave operativa da vida no despertar daquele órgão subtil de percepção antes fossilizado na alma a que o herói, o poeta ou o santo accedem por anulação do egoísmo, por vencimento do que no Gama significa o Adamastor, ou seja, como diz Telmo, «*a aparição do seu próprio ser naquele aspecto de força indómita, de violência e orgulho*». O desejo ígneo do amor liberta, porque activa por emoção superior a inteligência iluminante. Ao contrário do que diz o vulgo moderno, só quando a paixão exacerbada se ordena, surge a possibilidade de acender-se o verdadeiro amor. Não falou Deus a Moisés de dentro de uma sarça que ardia sem se consumir?

Importa vencer o Adamastor, Adão decaído mas também sinal anagramático de *Adam Kadmon* ou Homem Universal, até ao reencontro com a alma divina e paradisíaca, aquela que o mazdeísmo persa chama *Fravartî* ou duplo celeste de luz que cada ser tem. As *Fravartîs* equivalem às ninfas, segundo Telmo. Esta viagem até à nossa Índia deve descer ao sul, fazendo do Cabo das Tormentas o da Boa Esperança, tudo nessa matéria subtil da alma de que os sonhos são feitos, dito por Shakespeare. A matéria existe e é real, tão real como a ilha camonianiana revelada para quem se faz à viagem do amor. A revelação sobrenatural aparece aos nautas de Camões sob a forma de ninfas, em paralelo simbólico com os Anjos e Arcanjos femininos dos persas: *Spenta Armaitî*, arcanjo feminino criador litúrgico da Terra; sua filha *Daêna* que faz ver a fé professada; *Fravartî*, o duplo celeste de cada ser. Escreve assim António Telmo: «*Deus aparece ao homem no acto gnóstico culminante, “na mais bela das formas”, que é a forma feminina*»¹⁶. Há nisto não só um fundo de tradição da antiga Pérsia mas também céltica, pois as ilhas dos Bem-Aventurados eram habitadas apenas por mulheres, ou mesmo islâmica, com as suas *huris* que no paraíso esperam os eleitos. Telmo no seu *Desembarque ...* elucida: «*A ideia de fundo é esta: cada homem é uma parcela da luz divina imersa no “misto” ou no “confuso” do seu corpo elementar; há um duplo feminino em e para cada um de nós ou, noutros termos, uma forma subtil luminosa para cada forma terrestre*».¹⁷

O feminino é, aqui, sinal da completude do ser em Deus. Admite-se assim e noutra via o caminho marial cristão: a Virgem como modelo da alma contem-

¹⁶ ANTÓNIO TELMO, *Desembarque dos Maniqueus na Ilha de Camões*, Guimarães Editores, 1982, pg.38.

¹⁷ *Ibidem*, pg. 40.

plativa em Cristo, a expressão do *fiat* de Maria como feição feminina do ser configurado a Deus.

A Ilha de Camões é uma visão paradisíaca do outro mundo mas a partir deste nosso natural mundo, o espírito contemplado pela alma naqueles que, como os nautas d'*Os Lusíadas*, se reencontram em sua completude feminina em Deus, pois a alma no sentido teológico é sempre feminina, seja no homem ou na mulher, quando afeiçoada à virilidade do espírito. Telmo diz Ilha de Camões como que destacando o lado particular do caminho, o mapa de cada um no percurso heróico do amor. Há n'*Os Lusíadas* um acesso paradoxal à Virgem Mãe realizado através de Vénus, o amor conjugal e misterioso do matrimónio, pois é a venusina Tethys que mostra ao Gama no «*cume dum monte alto e divino*» o globo universal, o qual estranhamente os olhos corporais não enxergam, nem tão pouco «*a vã ciência / Dos errados e míseros mortais*» (X, 76). Quem vê é o amor, por revelação, no olhar redimido e imaculado do herói. O próprio desejo no amor conjugal — «*As mãos alvas lhe davam como esposas*» — é transmutado em percepção subtil da alma. O globo universal ou a “grande máquina do mundo”, «*Qual a matéria seja não se enxerga / (...) Volvendo, ora se abaxe, agora se erga, / Nunca se ergue ou se abaxa (...)*» (X,78) aparece motor imóvel composto por vários orbes, assim o corpo, alma e espírito humanos, inclusivos e entre si harmonizáveis como reflexos do universo e do divino.

Eis o poema épico de uma nação, também transfiguração de cada português, se bifronte, quando olha seu lusitano passado e se almeja futuro lusíada. A viagem à Índia significa a busca do oriente ou a luz de si mesmo, o regresso à pátria saudosa onde se depara a Ilha do Amor e, nela, a redescoberta de um sol novo a ocidente, despontando da visão atlântica. Eis um poema que revela o modo próprio do Portugal cristão na via do amor, algo arredio ao ascetismo extremo, mais próximo da santidade pelo matrimónio, assim Santo António casamenteiro e Nossa Senhora, Mãe em seus mistérios gozosos, ao invés dos dolorosos. Há nisto um certo lastro da tradição do Antigo Testamento, no *Cântico dos Cânticos*, mas também às evangélicas Bodas de Canaã ou ao hino do amor na carta paulina aos Coríntios (1Cor 13,1-13). Daí a importância da lírica camoniana para intuir a profundidade da epopeia: os sonetos iluminam as oitavas lusíadas, tal como pelo amor se adivinha o ritmo do mar.

Atravessar os oceanos até à Índia tem algo de similar ao deambular do Êxodo judaico até ao Sinai. É a busca do duplo celeste feminino ou de Deus, a libertação do português desordenado pelas paixões até as harmonizar pelo matrimónio, a alma reconduzida ao amor imaculado ou à Imaculada Conceção do divino, recebendo a pureza que não degrada, reintegrando mundos, configurando-se em Cristo pela graça virginal de Maria até dizer: «*fiat mihi secundum verbum tuum*». “Faça-se”! O resto é com Deus.¹⁸

¹⁸ O presente texto integra parte significativa e é sequência imediata de um outro que lhe é afim: *Uma Avé-Maria na Ilha de um Pintor*, Março de 2013.

CORRESPONDÊNCIA DE JOAQUIM FRANCISCO SOEIRO TORRINHA PARA JOAQUIM SAIAL (12.06.1990 – 25.01.2013)

Joaquim Saial¹

Ter acesso a correspondência escrita sobre papel, coisa em vias de extinção, é sempre apetecível. Fantasia-se desde logo algo de secreto e misterioso por ali, um não sei quê de saboroso petisco bisbilhotável, pleno de novidades palpitantes, desconhecidas... Ora ainda que o desanimemos à partida (o que, cremos, decerto se alterará por posterior leitura), o nosso leitor fica desde já ciente de que neste caso nada disso se passa. O que aqui reproduzimos é um conjunto de cerca de 20 documentos recebidos de um amigo de idade mais avançada que a nossa mas com o qual mantivemos interesses comuns. Entre eles, três sobressaem: um grande gosto pela arte portuguesa, embora em áreas diversas, um fervoroso amor por Vila Viçosa, pátria comum, e um inegável afecto pela revista *Callipole* que acarinhámos a par desde o seu começo (ao lado de outras boas companhias como a do saudoso Dr. Manuel Inácio Pestana) e durante os primeiros 20 números.

Destas cartas e cartões fica pois essa tripla memória. Mas mais algumas: a do rigor e cuidado que o co-fundador de *Callipole* procurava colocar nos textos que escrevia e nas ilustrações com que os adornava; a amizade sincera que oferecia a este seu colega mais novo e era retribuída, extensiva a outros compa-

¹ Iniciámos no n.º 20 de *Callipole* (2012) a publicação do texto “1953-1962 – Uma década de Vila Viçosa”, que teve continuação no número seguinte da revista. Uma prometida terceira e última parte sairá logo que possível, dependendo de dois textos pendentes nos arquivos da revista, um dos quais também relacionado com o Dr. Joaquim Torrinhã e por isso ainda oportuno para próximo número.



Joaquim Saial e Joaquim Torrinha, no lançamento da Callipole n.º 17, em 29 de Novembro de 2009

nheiros de escrita – aos quais, sempre que necessário e desinteressadamente, prestava uma ajuda, uma palavra, um documento raro; e o amor devotado a sua esposa. Neste particular, lembramos uma das últimas imagens com que ficámos do Dr. Joaquim Torrinha, em dia de largada de festa dos Capuchos do ano de 2012: ele ao canto da Comercial, vestido de claro, um olho posto na festa taurina e outro na janela de casa onde a qualquer momento a empregada o poderia requerer para assunto da esposa doente, preocupação vertida naquele sentido “Não posso sair daqui, não me chame a rapariga.”...

Vê-lo-famos ainda na justa homenagem que a Câmara Municipal de Vila Viçosa lhe fez em 20 de Novembro desse mesmo ano, extensiva ao arquitecto Nuno Portas e ao pintor e escultor Espiga Pinto, quando aos três concedeu a medalha de Mérito Cultural – onde, a seu pedido e com grande prazer nos coube fazer-lhe o elogio intelectual. Havíamos de receber dele uma última carta, em 25 de Janeiro de 2013.

A 5 de Janeiro de 2014, com o falecimento deste analista, farmacêutico, coleccionador de arte e plúmitivo de temas de história e arte cerâmica e azulejar, apagava-se mais uma luz de sabedoria para Vila Viçosa, das muitas que a terra viu nascer. Não, porém, no espírito daqueles que o conheceram e com ele privaram. Morreu o homem, ficou a obra e, neste caso, na nossa mão alguma correspondência que também o perpetua e aqui se divulga².

² Uniformizámos datas e o grafismo de algumas palavras, emendámos uma ou outra gralha ou pontuação mas no restante o texto está reproduzido de acordo como o original.

01 – Carta em folha branca tamanho A4, escrita a tinta azul de esferográfica. Existe envelope que não veio pelo correio, tendo sido entregue em mão por alguém cuja identidade já foi esquecida. 12.06.1990

Vila Viçosa, 12.06.1990

Meu Ilustre Amigo

Com antecipação suficiente para já não poder suspendê-lo, tomei compromisso de me ausentar de Vila Viçosa dias 13, 14, 15 e 16, aproveitando os feriados e o fim-de-semana. E tomei-o para o Algarve, a trezentos quilómetros de Vila Viçosa.

Estas razões me constroem a não poder dar um salto a V.^a Viçosa, para ouvir a lição do Mestre Saial sobre um tema de escultura, de que tanto gostaria³. Muito obrigado por ter vindo!

Peço desculpa de não poder ouvi-lo e de o abraçar. Mas suponho que, por empréstimo de fotocópia, eu possa tomar contacto com a sua lição, se quiser ter a bondade de oferecer uma ao Grupo dos Amigos de V. Viçosa que tem por seu dever a recolha de toda a obra dos filhos desta velha *Callipole*.

Venha mais vezes.

Um forte abraço do seu admirador

Joaquim F. S. Torrinha

02 – Carta em folha branca tamanho A4, escrita a tinta azul de esferográfica. Existe envelope, datado do mesmo dia, com remetente carimbado com a profissão do emissor, “Especialista em Análises Clínicas”. 29.06.1990

Vila Viçosa, 29.06.1990

Meu Ilustre Amigo

Não calcula a satisfação com que recebi as fotocópias dos seus artigos que já li com muita atenção.

Aceito inteiramente a razão porque não mandou cópia da conferência de V.^a Viçosa. A mim às vezes também me acontece não escrever à máquina e deixar tudo no “borrão” inicial.

³ Palestra “Estatuária e Humor”, realizada a 14.06.1990 no espaço da antiga Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa (primeiro andar do edifício dos Paços do Concelho), a convite do Grupo Amigos de Vila Viçosa.

Bela é a foto tirada à frente do túmulo do Pe. Espanca. Muito lha agradeço, bem como às fotocópias⁴.

Já temos pronto o original para a reedição das “Antas do Concelho” do Pe. Espanca⁵. Espero apenas o preâmbulo que me há-de ser dado pelo arqueólogo Silva⁶ que aqui veio falar sobre o Espanca-Arqueólogo. Deverá ser apresentado ao público no mesmo dia em que o irá ser também o Catálogo do Arquivo da Câmara e Misericórdia feito pelo Dr. Manuel Pestana⁷. No mesmo dia o Sr. Túlio Espanca falará ainda sobre a vida e obra do Pe. Espanca. Vamos ver se nada falta.

Será avisado.

Cumprimentos amigos do admirador,

Joaquim F. S. Torrinha

03 – Documento policopiado, com 20 folhas brancas tamanho A4 (versos em branco e agrafado), intitulado “A evocação da vida misteriosa de Públia Hortênsia de Castro”, por Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, texto de conferência realizada em 22.11.1991 na Escola Secundária André de Gouveia, Évora, por ocasião das comemorações do sesquicentenário desta. Na terceira página, está o texto que se segue. **C. final de 1991, início 1992**

Ao meu bom Amigo Dr. Joaquim Saial, esta oferta que lhe vai ser cara porque trata de uma figura da sua terra natal, off. com um abraço de admiração pela sua obra e pelo amor a V. Viçosa,

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

⁴ Fotografia de um conjunto de quatro feitas por Joaquim Saial durante a homenagem ao ilustre religioso, plumitivo e compositor musical calipolense, realizada em 26.11.1989 por iniciativa do Grupo Amigos de Vila Viçosa no cemitério de Vila Viçosa, comemorativa dos 150 anos do seu nascimento (17.03.1839). Em dia de chuva, estiveram presentes escassas 14 pessoas – entre outras, Alexandre Torrinha, António Aleixo Rosa, Demóstenes Apeles Espanca (familiar do homenageado e irmão de Túlio Espanca, que não pôde presente – só faleceria em 02.05.1993), Joaquim Francisco Soeiro Torrinha (orador principal), Joaquim Saial, Manuel Inácio Pestana e Pe. José Luís (Paróquia de São Bartolomeu).

⁵ Tratava-se da de facto reeditada dissertação arqueológica “Estudo sobre as antas e seus congêneres”, edição de autor, de 1894.

⁶ Arqueólogo António Carlos Siva que escreveu para a reedição do livro do Pe. Joaquim Espanca um preâmbulo com oito páginas intitulado “Algumas notas prévias”.

⁷ “Arquivos Históricos Municipais de Vila Viçosa”, efectivamente editado pela CMVV em 1990.



Ex-libris de
Joaquim Torrinha

Caro Joaquim Saial
Um grande abraço.

Lá vai uma brincadeira
literária para fazer sono a quem
tem insónias. É melhor do que
o afamado "Lorenin"; droga de grande
expansão universal.
Mande sempre

Do Amigo

Joaquim F. Torrinha
V.N.º 8/10/03

04 – Cartolina branca (9,5cm de altura x 15cm de largura) com ex-libris de Joaquim Torrinha. Escrito a tinta azul de esferográfica. Não existe envelope. 08.01.2003

Caro Joaquim Saial

Um grande abraço.

Lá vai uma brincadeira literária para fazer sono a quem tem insónias⁸. É melhor do que o afamado "Lorenin"⁹, droga de grande expansão universal. Mande sempre

⁸ Texto "O lugar do presépio na imaginária alto-alentejana" (18pp.), destinado à *Callipole* n.º 10/11 (número duplo de 2002/2003), já em grande parte orientada por Joaquim Saial devido à doença do director da revista, o sempre saudoso Dr. Manuel Inácio Pestana.

⁹ Medicamento utilizado no tratamento da ansiedade e para ajudar a dormir.

Do amigo

Joaquim F. S. Torrinha
V. V.^a, 08.01.2003

05 – Cartolina branca (9,5cm de altura x 15cm de largura) com *ex-libris* de Joaquim Torrinha. Escrito a tinta azul de esferográfica. Não existe envelope. 13.05.2004

Meu caro Saial

Vai o trabalho do Pe. Manuel Lopes Botelho, para publicação na *Callipole*, com oito fotografias¹⁰. Se houver que retirar algumas fotografias, isso deve ser feito a começar pelas duas que não são policromas e que estão na pág. 7. Acho que a da página 8 (a preto e branco) deverá também ser suprimida, porque já se arranjou uma a cores, que junto a esta encomenda, e é exactamente igual à que se vai suprimir.

Dúvidas que surjam, cá estamos às ordens para as estudar em conjunto.

Um grande abraço do amigo

Joaquim Torrinha
V.^a Viçosa, 13.05.2004

¹⁰ Texto “Vila Viçosa expande-se para a Andaluzia” (4pp.), destinado à *Callipole* n.º 12 (2004).

meu bom amigo
A carta que me escreveu é tão altamente elogiosa que
foi difícil para mim recontar-me como o fizemos, meu
angelical genitor.

A hyperbolia sentimental recobida no seu texto e prosto-
lar é, com certeza, filha da simpatia e da amizade que me
devota e que agreda este seu amigo e patriarca da
Terra de Minas.

E tem uma virtude suplementar que é a de ser contagiosa.
Com efeito o que se fez comigo e meu respeito é imenso
que se faz comigo em relação a si.

Estou me gemendo; e a diferença de idade que nos
separa não cause obstáculos.

E ainda bem, porque este Mundo só é perfeito e bom
quando todos formos amigos e nos saibamos respeitar
nas palavras, nos sentimentos, nas ações, nos negócios
político-religiosos, etc. Tudo apêto o que eu chamo
meu Mundo ideal! Não lamento mais este
mundo quando o nosso dever ideal começa a
mostrar-se.

Com Saial

Estou sempre às suas ordens, para o ajudar sempre que
pouder me permitir, para o ajudar, seguir os seus planos,
tudo o que quiser e que seja bom para Vossa Vida, a

a nossa terra querida.

Quanto à revista Calipelo: que é muito feliz, porque foi a grande e
sombria, está mesmo a ver-se que a nossa terra, e a nossa gente tem
o caminho aberto para encontrar a diversidade necessária, para
a sua cultura, os valores culturais com instituições e instituições
que encorajam, por direito próprio que a nossa da sua
preferência profissional, pela sua total e equitativa col-
cada no ponto certo para as experiências que este grande trabalho
apresenta, não esgotadas respectivas e mais do que suficientes
para o considerarmos uma boa coisa de expor.

Espero que a publicação tem de se aumen- e colocar lá indivíduos que
possuam amor e gosto. Para fazer o que for preciso.
O que fica por mim é de ter a ideia entender que dissona que se dá
o caminho aberto à autarquia, para mostrar os elementos que se
pertencem a não-de-outras.

Gostaria mais que fossemos nós a tomar em iniciativa, re-
ferendo, já se vê, sempre a vontade da autarquia de ela
demonstrar que pode aconselhar coisas de mais valor
para o facto.

Logo diz-lhe que tanto mais que se transfere a Calipelo: um
plano de salto ou pista de entrada ou para alguns, porque são plásticos
daqui ou dali. A Calipelo foi criada como meio de acolhimento de
todas as ideias novas e salutar para o espírito, para a cultura,
e também elas de outra natureza.

Muito forte abraço e até dia 5 no Património
Vale Verde 29/10/10/11
Joaquim Saial

06 – Carta em folha pautada, tamanho inferior a A4, escrita a tinta azul de esferográfica. Existe envelope, datado de 31.05.2004. 29.05.2004

Meu bom amigo

A carta que me escreveu é tão altamente elogiosa que foi difícil para mim reconhecer-me como o próprio, naquele angelical quadro.

A hiperbolia sentimental revelada no seu texto epistolar é, com certeza, filha da simpatia e da amizade que me devota e que agradece este seu amigo e patrício cá das terras do Suão.

E tem uma virtude suplementar que é a de ser contagiosa. Com efeito o que se passa consigo a meu respeito é o mesmo que se passa comigo em relação a si.

Estamos geminados; e a diferença de idades que nos separa não causou obstáculos.

E ainda bem, porque este Mundo só é perfeito e bom quando todos formos amigos e nos saibamos respeitar nas palavras, nos sentimentos, nas acções, nas crenças político-religiosas, etc. Tudo aquilo a que eu chamo um mundo ideal! Um Paraíso... mas este acabou quando o nosso venerável Adão comeu a maçã.

Caro Saial

Estou sempre às suas ordens, para o ajudar enquanto a saúde mo permitir, para o ajudar, seguir os seus planos, tudo o que quiser e que seja bom para Vila Viçosa, a nossa terra querida.

Quanto à revista *Callipole* que é minha filha, porque fui eu quem a sonhou, está mesmo a ver-se que, a meu ver, é você que tem o caminho aberto para encabeçar a direcção da mesma, porque a sua cultura, as relações culturais com instituições e indivíduos que escrevem, por direito próprio que emana da sua preparação profissional, pela sua idade exactamente colocada no ponto certo para as exigências que este grande trabalho apresenta, são coordenadas respeitáveis e mais que suficientes para o considerarmos um bom chefe de equipa.

Claro que a Redacção tem de se animar e colocar lá indivíduos que possuam amor e garra para fazer o que for preciso.

O que fica por mim dito dá para entender que discordo que se deixe o caminho aberto à autarquia, para nomear os elementos que de futuro a hão-de orientar¹¹.

¹¹ Os receios do Dr. Joaquim Torrinha eram compreensíveis, pois era a primeira vez que a *Callipole* mudava de director – embora, diga-se, não havendo antecedentes que os justificassem. De facto, até hoje, que saibamos, nenhum membro das diversas vereações que passaram pela autarquia exerceu pressões políticas, intelectuais ou de outro género sobre a Direcção, o Conselho de Redacção ou os autores. Todos estes têm surgido ou saído paulatinamente, de acordo com as circunstâncias que se vão sucedendo. E é sem dúvida essa inteligente oferta de liberdade por quem a patrocina, um dos maiores motivos de tão extensa e rara longevidade da revista.

Gostaria mais que fôssemos nós a tomar essa iniciativa, respeitando, já se vê, sempre a vontade da autarquia se ela demonstrar que pode aconselhar nomes de mais-valia para o facto.

Devo dizer-lhe que tenho receio que se transforme a *Callipole* em plinto de saltos ou pista de entrada só para alguns, porque são políticos daqui ou dali. A *Callipole* foi criada como meio de acolhimento de todas as ideias nobres e salutareas para o espírito da Cultura, venham elas de onde vierem.

Um forte abraço e até dia 5 no Património¹²,

O amigo Joaquim F. S. Torrinha

Vila Viçosa, 29.05.2004

07 – Carta em folha branca, tamanho A4, escrita a tinta azul de esferográfica, com timbre do “Município de Vila Viçosa – Câmara Municipal – Divisão de Serviços Sócio-Culturais”. Não existe envelope. 28.06.2004

Vila Viçosa, 28.06.2004

Meu caro Saial

Escrevo-lhe para lhe enviar um jornal da terra onde o M.^{el} Inácio Pestana nasceu¹³, o *Boa Nova*, onde poderá ler o “In Memoriam” que o director me pediu. É mais uma recordação com que ficamos dele.

Em segundo lugar é para lhe pedir que faça a correcção da data da geminação das 2 confrarias que o trabalho do Dr. Manuel Botelho contém¹⁴. A data verdadeira é a de 6 de Dezembro de 1998.

Aproveito a oportunidade para lhe enviar um cordial abraço.

Joaquim F. S. Torrinha

PS: O meu trabalho está pronto e aguardo apenas três “slides” que a Câmara de Estremoz me tem de enviar. Marcou o dia 29 para o fazer. Veremos.

[Rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

¹² Supomos que o Dr. Joaquim Torrinha se referia a reunião preparatória das II Jornadas de Património de Vila Viçosa que tiveram lugar nos dias 26, 27 e 28 de Novembro de 2004.

¹³ Alandroal.

¹⁴ Texto do padre Dr. Manuel Lopes Botelho “Vila Viçosa expande-se para a Andaluzia”, *Callipole* n.º 12 (2004).

08 – Carta em folha pautada, tamanho inferior a A4, escrita a tinta roxa de esferográfica. Não existe envelope. 08.07.2004

Vila Viçosa, 08.07.2004

Meu bom Amigo

Perdoe-me a demora em enviar o trabalho para a *Callipole*. O atraso foi motivado por várias razões e uma delas prende-se com o estado de saúde de minha mulher, que ultimamente não tem sido bom.

Duas visitas a médicos e tratamentos em Lisboa, neste curto espaço de 15 dias, obrigaram-me a dispersar a atenção para coisas que eu não desejava.

Mas tudo acabou bem. Minha mulher melhorou e eu dei conta do recado, tarde, é verdade, mas talvez ainda a tempo. Aí vai ele¹⁵:

Consta de um texto de 28 folhas dactilografadas, que passei a CD por ser mais cómodo para a tipografia. A acompanhá-lo vão 16 fotografias: 12 *slides* e 4 em papel, que fará o obséquio de tratar aí como o melhor cuidado possível para darem uma boa reprodução tipográfica.

Tanto as fotos como os *slides* vão numerados de 1 a 16, com um número colorido, bem isolado, para não dar confusão com alguns outros que lá estão espalhados e que foram usados em outras situações diferentes.

Qualquer dúvida que seja, prontamente será esclarecida.

Como lhe havia prometido, transmiti ao Dr. João Ruas o que se passou na nossa 1.ª reunião¹⁶. Achou tudo bem, mas preferia que a fotografia do nosso inesquecível Manuel Pestana não aparecesse na capa da *Callipole* mas sim lá dentro, no artigo que se prevê escrever, onde ele aparecesse ligado à sua secretária e aos livros e onde aparecesse também o seu *ex-libris*. Deste modo se retiraria um certo ar funéreo à capa da revista.

Para mim serve-me esta ideia, porque também a acho mais leve. O Dr. J. Ruas vai diligenciar obter uma boa fotografia, como me prometeu.

Ainda acrescentou o Dr. João Ruas que já tem um bom artigo para o próximo número da *Callipole*, sobre “os escravos da Casa de Bragança¹⁷” e que o autor é, se não me erro o nome, um tal Jorge Soares (?¹⁸), que eu não conheço mas que ele conhece bem.

¹⁵ Tratava-se de “Azulejaria barroca no Alto Alentejo”, publicado na *Callipole* n.º 12 (2004).

¹⁶ Primeira reunião do Conselho de Redacção da Revista *Callipole*, em 18.06.2004. Excerto da acta da dita: “Nas instalações dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Largo de D. João IV, número quarenta, Vila Viçosa, realizou-se no dia dezoito de Junho de dois mil e quatro uma reunião em que estiveram presentes o director indigitado de *Callipole*, doutor Joaquim Saial, e os membros do previsto Conselho de Redacção, doutores Joaquim Sociro Torrinha e Margarida Borrega e o engenheiro António Aleixo Rosa.”

¹⁷ “Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança”, de Jorge Fonseca, artigo que foi publicado na *Callipole* n.º 13 (2005).

¹⁸ Jorge Fonseca, como já se referiu na nota anterior.

E por hoje é tudo
Fico às suas ordens
Um forte abraço e até breve

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

09 – Cartolina branca (9,5cm de altura x 15cm de largura) com *ex-libris* de Joaquim Torrinha. Escrito a tinta azul de esferográfica. Não existe envelope. 08.07.2004 (anexo à carta anterior)

Vila Viçosa, 08.07.2004

Amigo Saial

Achava por bem que se deveria juntar uma nota preambular ao meu trabalho, em rodapé de página 1 que explicasse mais ou menos a “vida” do referido trabalho.

Poderia ser mais ou menos isto:

Um resumo deste texto foi lido no “Ciclo de conferências promovido pela Câmara Municipal de Estremoz, na acção cultural que desenvolveu no ano de 2004, denominada *A Cultura do Barroco, o Imaginário e o Quotidiano*”.

Assim acalmei eu, com esta promessa, os organizadores do festival do Barroco, em Estremoz, porque queriam que eu publicasse o trabalho nas “Actas das Sessões”.

Mais um abraço e saúde,

[Rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

10 – Carta em folha branca, tamanho A4, escrita a tinta azul de esferográfica, com timbre do “Município de Vila Viçosa – Câmara Municipal – Divisão de Serviços Sócio-Culturais”. Não existe envelope. 19.07.2004

Vila Viçosa, 19.07.2004

Caro Saial
Sempre fixe

Escrevo-lhe dos Serviços Culturais onde vim tratar de alguns assuntos relacionados com o “In Memoriam” que prevemos para o nosso amigo Manuel Inácio Pestana.

Envio-lhe fotocópias das cinco folhas (da capa e mais as restantes que atingem o prefácio). Como vê, a capa é pobre mas é a que há! Piores são algumas da idade média e a gente publica-as por reproduções.

Falando com o Dr. Ruas, que me ofereceu os dois selos¹⁹ que lhe envio e procurando soluções para ilustrar devidamente capas e guardas, ele apresentou-me algumas que acho capazes. Gostaria eu – e ele também mo pediu –, que o contactasse directamente ara o Paço de Vila Viçosa, por telefone, a fim de trocarmos impressões.

Cá fico às ordens, com o maior dos prazeres.

Joaquim F. S. Torrinha

11 – Carta em folha branca, tamanho inferior a A4, escrita a tinta azul de esferográfica. Não existe envelope. 17.03.2007

Vila Viçosa, 17.03.2007

Bom amigo

Estou com um problema por resolver, imposto pelo amor que dedico à *Callipole* desde o seu nascimento, e que me obriga a apresentar-me mas suas colunas com os trabalhos que julgo mais sérios e atraentes para o apetite dos leitores.

Desta vez o problema é cruciante porque se trata de dois trabalhos extensos – assim exigiram as circunstâncias. Ambos estão prontos a entregar. Um dos temas intitula-se “Procissões”, que versa a alta antiguidade até aos nossos dias; o segundo é uma narrativa histórica denominada do Paço do Reguengo²⁰ que relata os factos que impeliram o duque de Bragança D. Jaime a assumir o diabólico papel de uxoricida numa sinistra noite de Novembro de 1502, na alcova nupcial.

É um assunto que tem sido pouco relatado e que precisa de mais esclarecimentos para que se possa falar dele com certezas e não com suposições.

Ora cada um destes trabalhos tem a meu ver um inabitual número de folhas para ocupar lugar na nossa revista. Mas não seria a primeira vez que se via uma revista com um trabalho tão extenso. Tenho lido muitos com esta extensão e não era agora eu quem bateria o *record* e ocuparia um lugar de relevo no Guinness Book.

Claro que dos dois que disponho para publicação eu preferiria para já o da “Tragédia do Paço do Reguengo”. E para o ano publicar-se-ia o outro que tem menos folhas*.

Aceita a minha proposta?

¹⁹ Selos de €1,00 e €0,45, alusivos aos 400 anos do nascimento de D. João IV.

²⁰ O texto foi publicado sob o título “Vila Viçosa: uma tragédia no Paço Ducal do Reguengo”, na *Callipole* n.º 15 (2007).

Um forte abraço do amigo às ordens

Joaquim F. S. Torrinha
R. Florbela Espanca, 7
7160-283 Vila Viçosa

*[Nota do Dr. Joaquim Torrinha] – “Tragédia do Paço do Reguengo” – 54 folhas A4; “Procissões” – 36 folhas A4

12 – Carta em folha branca, tamanho inferior a A4, escrita a tinta azul de esferográfica. Não existe envelope. 18.03.2007

Meti correio de 18.03.2007²¹

Vila Viçosa, 18.03.2007

Meu caro Saial
Um forte abraço

1) Concordo com a comemoração da data de nascimento da *Callipole* no dia do lançamento do n.º 15 (24.11.2007) ou de outro que se aproxime e se mostre mais conveniente. O mesmo digo com o preenchimento desse dia com algumas palestras, porque é a melhor forma de se aproveitar o dia.

Acho que uma hora é tempo demasiado para cada palestra, porque é cansativo para quem fala e monótono para quem ouve.

A redução de tempo de cada uma das palestras ocasionaria a possibilidade de se alargar o número de prelectores, o que aligeiraria o ambiente. Ao mesmo tempo evitar-se-ia a ocupação da manhã seguinte que pode já ter uma assistência diminuta que não justifique a acção.

2) Concordo²².

3) Concordo.

4) Concordo.

[Rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

²¹ Com esta frase, o Dr. Joaquim Torrinha certamente se estava a referir à carta que nos tinha enviado no dia anterior.

²² Devido à inexistência da nossa carta que deu origem a esta, não conseguimos informar qual era a concordância do Dr. Joaquim Torrinha mas é garantido que se tratava de pedidos de aconselhamento sobre o alinhamento da cerimónia de lançamento da *Callipole* n.º 15 (2007).



Ex-libris de
Joaquim Torrinha

Vila Rica, 27/10/88

Querido Saial

Muito à raspanha lá'oungem
salvar-me, com a indispensável
ajuda de Victor, trabalhador
dos Serviços Culturais da Câmara
Municipal, que me preparou devota-
mente o CD para a tipografia.

São 3 peças diferentes, sendo um delas uma "nota"
repleta de uma extraordinária peça de cerâmica

extremamente. As restantes 2 são os do costume.
Vai aqui apenso a esta carta a fotografia de
2 peças de Vila Rica, do oleiro Arcadio, que não
são para incluir em parte alguma dos "escritos"
que envio.

São apenas para suprimir na capa da "Separação"
que costumam fazer os autores dos trabalhos.
Como nunca aconteceu antes a capa com qualquer
animação, desta vez poderia acontecer, se não
saísse fora das regras habituais. Muito grande
abraço do seu amigo Joaquim F. Torrinha

13 – Cartolina branca (9,5cm de altura x 15cm de largura) com *ex-libris* de Joaquim Torrinha. Escrita a tinta preta de esferográfica. Não existe envelope. 02.07.2008

Vila Viçosa, 02.07.2008

Meu caro Saial

Muito à rasquinha lá consegui salvar-me, com a indefectível ajuda do Victor, trabalhador dos Serviços Culturais da Câmara Municipal²³, que me preparou devidamente o CD-ROM para a tipografia.

São três peças diferentes, sendo uma delas uma “nota” referente a uma extraordinária peça cerâmica estremocense²⁴. Os restantes dois são os do costume.

Vai aqui apensa a este cartão a fotografia de duas peças de Vila Viçosa, dos oleiros Arcádios que não são para incluir em porte alguma dos escritos que envio. São apenas para imprimir na capa da separata que costumam oferecer aos autores dos trabalhos. Como nunca aconteceu aparecer a capa com qualquer animação, desta vez poderia acontecer, se não sair fora das regras habituais²⁵.

Um grande abraço do amigo

Joaquim F. S. Torrinha

14 – Carta em folha branca, tamanho A4, escrita a tinta preta de esferográfica, com timbre “*Callipole* / Revista de Cultura / Vila Viçosa”. Existe envelope. 21.05.2009

Meu bom amigo

Estamos na véspera de nova publicação da *Callipole*.

Será a n.º 17, que aí vem. Só que esse número vai surgir precisamente no sesquicentenário de Henrique César Araújo Pousão²⁶ e, por tal motivo, ter-

²³ Tratava-se do Dr. Vitor Mila, actual presidente da Assembleia Municipal de Vila Viçosa.

²⁴ O texto foi publicado sob o título “Uma invulgar peça cerâmica”, na *Callipole* n.º 16 (2008).

²⁵ A separata saiu sem esta imagem, porque se considerou que sendo as separatas “coisa pessoal” não fazia sentido surgir uma imagem referente apenas ao texto de um único autor nas dos restantes. Por outro lado, concretizar a ideia para cada conjunto de separatas (isto é, uma imagem diferente para as separatas de cada autor) tornava-se economicamente dispendioso, excedendo o orçamento acordado.

²⁶ Importante pintor naturalista nascido e falecido em Vila Viçosa (1859-1884) que nos últimos anos foi revalorizado e sobre o qual foram publicados vários estudos de envergadura.

-se-á de salientar o relevo que nos merece uma tão grande figura de calipolense.

Não sei se já se teria recordado deste facto, por isso atrevo-me a citá-lo. A mim nunca me esquece, porque tenho em frente da janela do meu quarto um prédio com a lápide que relembra o dia 1 de Janeiro de 1859²⁷.

Decerto que concorda com a iniciativa de darmos ao facto a importância que merece. Para isso teremos que proceder a alguns convites junto de especialistas da matéria Das pessoas com quem convivo, não tenho nenhuma que me possa responder, como eu desejava, ao pedido de colaboração para a *Callipole*, nesse campo da Arte. Mas o amigo Saial terá com certeza facilidade de o encontrar entre os seus conhecidos e amigos.

E também é possível que outros camaradas de Redacção da nossa *Callipole* tenham alguma ideia aproveitável, sobre o que deve ser o novo número, no que respeita à figura de Pousão. E neste caso seria bom que nos reuníssemos num dos próximos dias para todos poderem dar a sua quota-parte. Está de acordo²⁸?

A segunda questão que lhe ponho é a seguinte:

No ano passado enviei para a *Callipole* três pequenos trabalhos dirigidos ao n.º 16 da revista. Porque era muita coisa, pediram-me para reduzir a publicação a dois apenas. Ficou de sobra um que era o maior, mas não o devolveram. Eu estou convencido que está gravado. Mas onde? É que eu estou contando com ele para o n.º 17. Para meu descanso agradecia que tivesse a bondade de me indicar se o trabalho está a salvo²⁹.

Com um forte abraço de amizade do

Joaquim F. S. Torrinha

Vila Viçosa, 21.05.2009

²⁷ Data de nascimento do pintor, gravada em placa posta na fachada da casa onde foi dado à luz, n.º 10 da antes Corredoura, depois Rua Dr. Oliveira Salazar e hoje de Florbela Espanca.

²⁸ Esta sugestão veio na linha do que já tínhamos planeado para o número de *Callipole* em causa. Porém, com os possíveis candidatos a autores de textos sobre Henrique Pousão que conhecíamos ocupados com outras tarefas (algumas, pagas), apenas conseguimos que o Dr. Vitor Silva (Comissário Científico da exposição “*Esperando o Sucesso*, Impasse Académico e modernismo de Henrique Pousão” realizada no Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto, entre 26.Março e 28.Junho.2009) nos oferecesse o texto “Conversas no Museu – *Esperando o Sucesso*, uma pintura de Henrique Pousão”. Pela nossa parte, repescámos um artigo que publicáramos anos antes no *Diário de Notícias* e que melhorámos em termos de imagem e num ou noutro pormenor do texto: “Henrique Pousão – Entre o Porto e Vila Viçosa, a atribulada história de um monumento”. A capa da *Callipole* n.º 17 (2009) teve um pormenor de “Napolitana”, quadro de Henrique Pousão.

²⁹ O material que o Dr. Joaquim Torrinha nos pediu (e novamente no ano seguinte e que não encontrávamos) estava afinal em sua casa, como veremos.

Vila Rica, 15/06/2009

Meu bom Amigo

É com bastante tristeza que acabo hoje de tomar conhecimento da decisão, que de sua livre vontade assumiu, apresentando ao Presidente da Câmara o pedido de demissão de Director da nossa Revista "Callipole".

Nem em sonho admiti, alguma vez, que isso pudesse vir a acontecer na forma que tanta elevação conseguiu empurrar a publicação dela.

Sabeu-nos quanto de trabalho e sacrifício tem posto ao serviço da "Callipole", e a Redacção não se negará a tomar encargos que lhe queira atribuir, para que possa ter alguma alívio.

Nunca tivemos desentendimentos nem contrariedades que nos desuníssemos, e eu gostaria que assim continuássemos. Tenho a certeza que todo corpo

redacção está imbuído no mesmo sentimento que me invade.

Peco-lhe, de todo o coração, que reconsidere sobre a amizade e respeito em que sempre convivemos, e que o sacrifício que está fazendo pode ser aliviado, pois todos, como talipolenses que somos, temos dever de contribuir para a elevação do nosso bargo.

Na verdade não encontro o C.D. que me entregou no Cine-Teatro, porque o devo ter guardado em local que não consigo descobrir.

Mas já resolvi o problema com o funcionário Victor, do serviços culturais camarários, que tinha no computador, um original.

Ele fez hoje, mesmo à minha vista, um novo original respeitando os preceitos que o meu amigo me recomendou: «que fossem pedidos as imagens em ficheiros .jpg ou .gif.»

Creio que tudo em breve está à sua mão e espero

3

que tenha a bondade de me avisar da chegada
para meu descauso, pois ficaria muito triste se
não colaborasse neste número.
Perdoe-me tanto incômodo.
Fico ao seu inteiro dispor, sempre com o
espírito de ajuda.
Muito forte abraço do Amigo
Joaquim Francisco Leão Torrinho
P.S.: Não sei se tem colaboração suficiente
para manter as 300 figuras, mas se estiver com
dificuldades eu posso enviar outro trabalho
meu, porque sempre tenho aqui à mão para
as faltas, qualquer coisa de interesse para Vila
Viçosa. —

15 – Carta em folha quadriculada, tamanho inferior a A4, escrita a tinta preta de esferográfica. Existe envelope. 15.06.2009

Vila Viçosa, 15.06.2009

Meu bom amigo

É com bastante tristeza que acabo hoje de tomar conhecimento da decisão, que de sua livre vontade assumiu, apresentando ao Presidente da Câmara o pedido de demissão de Director da nossa Revista *Callipole*³⁰.

³⁰ A demissão, tal como se escreveu na dita carta e divulgámos publicamente por ocasião do lançamento da *Callipole* n.º 17, em 2009 (no habitual discurso de apresentação e no prefácio da revista) deveu-se exclusivamente a cansaço, desgaste e a previstas tarefas

Nem em sonho admiti alguma vez, que isso pudesse vir a acontecer na pessoa que tanta elevação conseguiu emprestar à publicação dela.

Sabemos quanto de trabalho e sacrifício tem posto ao serviço da *Callipole*, e a Redacção não se negará a tomar encargos que lhe queira atribuir, para que possa ter algum alívio.

Nunca tivemos desentendimentos nem contrariedades que nos desunissem, e eu gostaria que assim continuássemos. Tenho a certeza que todo o corpo redactorial está irmanado no mesmo sentimento que me invade.

Peço-lhe, de todo o coração, que reconsidere sobre a amizade e respeito em que sempre convivemos e que o sacrifício que está fazendo pode ser aliviado, pois todos, como Calipolenses que somos, temos o dever de contribuir para a elevação do nosso burgo.

Na verdade não encontro o CD que me entregou no Cine-Teatro, porque o devo ter guardado em local que não consigo descobrir. Mas já resolvi o problema com o funcionário Victor, dos serviços culturais camarários, que tinha no computador um original. Ele fez hoje, mesmo à minha vista, um novo original respeitando os preceitos que o meu amigo me recomendou: “que fossem pedidas as imagens em ficheiros jpg. ou gif.”.

Creio que tudo em breve vá à sua mão e espero que tenha a bondade de me avisar da chegada, para meu descanso, pois ficaria muito triste se não colaborasse neste número.

Perdoe-me tanto incómodo.

Fico ao seu inteiro dispor, sempre com o espírito de ajuda.

Um forte abraço do amigo

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

PS: Não sei se tem colaboração suficiente para manter as 300 páginas, mas se estiver com dificuldades eu posso enviar outro trabalho meu, porque sempre tenho aqui à mão para as faltas, qualquer coisa de interesse para Vila Viçosa.

[Rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

16 e 17 – Cartolinas brancas (9,5cm de altura x 15cm de largura) com *ex-libris* de Joaquim Torrinha. Escritas a tinta azul de esferográfica. Existe um envelope para ambas. 24.12.2009

Meu bom amigo

académicas que acabaram por não ter seguimento por darem lugar a outras, também importantes, de escrita. Para além de que desde aí continuámos a escrever com todo o gosto na revista – o que esperamos continuar a fazer, desde que ela exista e para isso tenhamos energia.

O tempo é de Festa – Natal e Ano Novo –, por isso os Amigos a recordam sempre. Que Deus ofereça à Família Saial um grande cesto de Felicidade – são os votos que faço.

Um grande abraço do

Joaquim F. S. Torrinha

[...e rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

Vila Viçosa, 24.12.2009

Vila Viçosa, 24.12.2009

Caro Saial

No ano transacto (2008), enviei à Redacção da *Callipole* três trabalhos originais com destino ao n.º 17. Por excesso de paginação que a revista já apresentava, pediram-me para publicarem um. Concedi, como era lógico e a Redacção optou pelo de menor paginação, claro. Mas nunca me devolveram os dois restantes. Posso reavê-los? É que um deles faz parte de uma série que eu não desejava interromper. Agradecia muito que os reenviassem para a minha morada.

Rua Florbela Espanca, 7
7160 Vila Viçosa

Às ordens fica o amigo

Joaquim F. S. Torrinha

18 – Cartolina branca (9,5cm de altura x 15cm de largura) com *ex-libris* de Joaquim Torrinha. Escrita a tinta preta de esferográfica. Existe envelope. **11.01.2010**

Sempre fixe e sempre atento aos deslises dos outros que, como eu já vão tendo a memória roída do desgosto que os anos lhe provocaram. Desculpe-me, mas já fui encontrar em minha casa aquilo que lhe pedia. Está cá a disquete, só que a guardei num local onde não é costume fazê-lo. Tudo correcto, aliás como era de supor da sua pessoa.

Vamos começar a trabalhar para a nossa edição 18. Cá esperamos pelo menos um trabalho seu para publicação. (...³¹)

Agora teremos de reorganizar o corpo da revista *Callipole* pois já é tempo disso.

Que Deus nos ajude nesta caminhada.

Um forte abraço amigo do Joaquim Torrinha

[rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

19 A – Cartolina branca (9,5cm de altura x 15cm de largura) com *ex-libris* de Joaquim Torrinha. Escrita a tinta azul de esferográfica. Existe envelope. 17.08.2012

[na frente do cartão³²]

Meu bom amigo

Ainda não vai tudo, como eu desejaria fazer, mas o que lhe faltar diga-me. Porque eu sempre arranjo tempo para as coisas dos amigos quando posso ajudá-los.

Um forte abraço do Joaquim Torrinha

[no verso do cartão]

Do Joaquim F. S. Torrinha que lhe deseja longos anos de vida.

[rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

O que não lhe interessar devolva para cá porque sempre estão a aparecer pedidos... que eu sempre atendo.

[rubrica do Dr. Joaquim Torrinha]

³¹ Corte nosso de cerca de duas linhas no texto. Trata-se de alusão (embora sem qualquer conteúdo crítico) a alguém cuja identidade no entanto preferimos não divulgar.

³² Este cartão (19A) é apresentação de uma longa missiva escrita em folhas A4 (algumas, menores) de papel branco e em folhas de bloco do medicamento Broncoliber Retard (19B, que vem a seguir). As mesmas são uma generosa e completíssima resposta a pedido nosso de esclarecimento sobre temática calipolense para o artigo “1953-1962, uma década de Vila Viçosa – (1.ª parte-1953-1955)”, destinado à *Callipole* n.º 20 (2012). A leitura deste texto resolverá ao leitor alguma incompreensão que agora se lhe depare.

BRONCOLIBER
RETARD

PARA QUE RESPIRAR NÃO SEJA UMA TRAVESSIA NO DESERTO.

Meu caro
Joaquim Saial

Desculpa-me a demora mas
tubo tido problemas de ordem
variá na vida, entre os quais
sobresai a falta de saúde de
minha Esposa, porque não tem
horário certo para aceitar o
refrimento a que a doença obriga.
Mas os amigos têm sempre a sua
hora, e hoje calhou a tua.

Resposta à pergunta da pg. 1 Nota 18:

A resposta mais encontrá-la na
fotocópia de uma Acta da Sociedade
que contém todos os nomes dos que
a constituiram, e que mais tarde a
deram ao Município Californense, a
troco de determinada quantia, que
também vai explicada por escrito,
visto que o valor com que cada sócio
entrou para a Sociedade não é igual.

VOLTE aH

Respostas:

II

= Página 1 - Nota 22: Julgo que pouco antes, ^{mas encontro uma data (1932) que me parece ser,}
 Não encontro nenhum carimbo ou carta
 onde, viesse o nome que me pedes.
 A empresa de Lisboa, a qual aluguei o edifício
 do Cine-Teatro Florbela Esplança, fazia arren-
 damentos na Província, para aplicar
 o material que vendia e alugava os filmes
 e os projectores para os mesmos. a
 Como a nova empresa "Cine-Teatro, Lda
 cedesse à Câmara Municipal de V.ª Vicosa
 a propriedade legítima do prédio, foi ela
 que passou a dirigir a natureza das acti-
 dades que ainda hoje lá têm lugar: o Cinema,
 o Teatro, Exposições, Conferências. Mas isso levou
 pouco tempo, porque mais tarde o Cine-Teatro ao Município
 Não sei como se chamava o chefe de mesa
 de quem me fala, nem consegui saber. ^{Conti-}
 = Página 3. Não são hoje as instalações
 actuais, porque estas funcionam já há
 alguns anos num espaço especialmente
 arranjado para o efeito, na hoje Avenida
 dos Duques de Bragança, que liga o terreno
 do Paço ao Convento da Esperança, e o
 Cine-Teatro, de hoje, é vizinho da Cantina
 Escolar actual. Já existe desde que se

19 B – Sete folhas, sendo três em folhas de bloco do medicamento Broncoliber Retard, duas em folhas brancas A4 e duas em tamanho inferior a A4, estas rascunhos de fotocópia num dos lados, escritas a tinta azul e preta de esferográfica. Existe envelope. 17.08.2012

Meu caro Joaquim Saial

Desculpa-me a demora mas tenho tido problemas de ordem vária na vida, entre os quais sobressai a falta de saúde de minha esposa, porque não tem horário certo para aceitar o sofrimento a que a doença a obriga. Mas os amigos têm sempre a sua hora e hoje chegou a tua³³.

– Resposta à pergunta da pág. 1, nota 18:

A resposta vais encontrá-la na fotocópia de um a Acta da Sociedade³⁴ que contém todos os nomes dos que a constituíram e que mais tarde a deram ao Município Calipolense, a troco de determinada quantia, que também vai explicada por escrito, visto que o valor com que cada sócio entro para a Sociedade não era igual.

– Página 1, nota 22:

Julgo que pouco antes, pois encontro uma data (1932) que me parece ser. Não encontrei nenhum carimbo ou carta onde viesse o nome que me pedes. A empresa de Lisboa à qual aluguei o edifício do Cine-Teatro Florbela Espanca fazia arrendamentos na província, para aplicar o material que vendia e alugava os filmes e os projectores para os mesmos. E como a nossa empresa “Cine-Teatro Lda.” cedesse à Câmara Municipal de Vila Viçosa a propriedade legítima do prédio, foi ela que passou a dirigir a natureza das actividades que ainda hoje lá têm lugar: o cinema, o teatro, exposições, conferências. Mas isso durou pouco tempo, porque nós vendemos o Cine-Teatro ao Município. Não sei como se chamava o chefe de mesa de quem me fala, nem consegui saber. Continuo perguntando a algumas pessoas.

³³ Em parte desta carta, o Dr. Joaquim Torrinha trata-nos por tu, o que nunca tinha acontecido e foi agradável surpresa, pela familiaridade simpática do acto mas que não tivemos coragem de retribuir no pouco tempo que mediou desde aqui até ao momento em que ele se foi deste mundo. Por outro lado, algumas partes da carta estão repetidas, o que sugere que há rascunho que veio junto à carta propriamente dita. Na seguinte e derradeira missiva, tratava-nos por você, como antigamente.

³⁴ Sociedade Cine-Teatro de Vila Viçosa, Lda.

– Página 3:

Não são hoje as instalações actuais, porque estas funcionam já há alguns anos num espaço especialmente arranjado para o efeito, na Avenida dos Duques de Bragança que liga o Terreiro do Paço ao Convento da Esperança e o Cine-teatro é vizinho da Cantina Escolar actual. Já existe desde que se abriu a Avenida, no tempo do engenheiro Duarte Pacheco.

É claro que a Sociedade Filarmónica Calipolense está ocupando há muitos anos o espaço da antiga cantina.

Quero ainda acrescentar, porque fiquei com os documentos, que de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1958 o arrendamento foi pago mensalmente, pela quantia de 1667\$00.

E assim termino o discurso. Se tiveres dificuldade em perceber o que escrevi, aqui ficam o meu telefone fixo e o telemóvel (...). Atendo a qualquer hora.

Ainda falta dar mais um parecer. Ele aí vai:

Parece-me que a Pensão Lisboa seria a mais antiga das três que citamos:

- a) Lisboa;
- b) Damião Canhão;
- c) António Simões.

E digo isto porque ela já existia quando eu era estudante liceal, o que aconteceu aí pelos anos de 1934-1940. E de facto os versos de Silva Parracho que aparecem no quadro intitulado “Diploma”, cuja fotocópia aqui envio, confirma, 1934.

Quando vinha a Vila Viçosa passar as férias escolares, era o Café do José Maria que eu frequentava. Ocupou alguns anos o rés-do-chão do prédio. No primeiro andar era a sala de jantar e os quartos.

A Pensão do sr. Damião Canhão foi contemporânea da Lisboa e fazia-lhe alguma concorrência porque os preços eram ligeiramente mais baixos; tinha como profissão a de carteiro nos CTT de Vila Viçosa.

A Pensão Granja pertencia ao sr. António Simões e também criou fama, especialmente entre os excursionistas que a Vila Viçosa chegavam em camionetas, cheias de turistas. Esse tempo foi o do dealbar do Turismo como fonte de receita, em Vila Viçosa.

(...³⁵)

³⁵ Seguem-se outras folhas onde há repetições, como já informámos o leitor na nota 31, e que portanto não vale a pena reproduzir aqui.

20 – Carta em folha pautada, de caderno escolar com furos, escrita a tinta azul de esferográfica. Existe envelope. 25.01.2013

Meu ilustre amigo
Dr. Joaquim Saial

Recebi a sua consoladora carta de amparo ao desgosto que me avassala após a morte de minha melhor Amiga de todo o sempre, minha querida esposa, companheira de todos os trabalhos da nossa vida.

É uma perda irremediável, mas Deus a quem sempre obedecemos, fará que tanto eu como ela que já partiu, ocuparemos o novo lugar que merecemos.

Peço o favor de agradecer à D. Laura, o expresso sentimento de solidariedade que a Aluna não esqueceu e referiu da Mestra que teve.

Aos dois: a si, caro Joaquim e à Laura, para quem também peço sorte na Vida, com a graça de Deus.

Muito obrigado fica o amigo

Joaquim F. S. Torrinha

Vila Viçosa, 25.01.2013

Estudos do património

Engineering and Technology

Engineering and Technology

Engineering and Technology

Engineering and Technology

Engineering and Technology

E DEUS ESTAVA COM OS PORTUGUESES!

D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA, UM CALIPOLENSE QUE FOI VICE-REI DA ÍNDIA

Tiago Salgueiro

Resumo

D. Francisco Barreto já ultrapassara o seu triénio no governo da Índia. Era necessário encontrar um sucessor. A escolha, com base em critérios de ordem política, recaiu sobre Constantino de Bragança. Elemento da Sereníssima Casa de Bragança, D. Constantino (1528-1575) provavelmente nascido em Vila Viçosa, filho do quarto Duque D. Jaime, desempenhou o cargo de Vice-Rei da Índia, entre 1558 e 1561.

Estes três anos foram marcados por importantes feitos militares e políticos, num contexto onde a Coroa Portuguesa tinha objetivos económicos bem definidos e onde ficou mais uma vez clara a influência política da Casa de Bragança no panorama nacional. O seu meio-irmão D. Teodósio I, quinto Duque de Bragança, teve uma ação determinante nesta escolha. A conquista da cidade de Damão e os territórios envolventes em 1558 são o exemplo dos objetivos que tinham sido definidos pela Coroa em relação à Índia. Devido a este feito, os Portugueses alargaram a jurisdição na Província do Norte.

Graças ao seu desempenho, foram implementadas diversas reformas, que contribuíram para uma reorganização dos serviços públicos, contenção das despesas e aumento das receitas fiscais no Estado da Índia. Este artigo pretende demonstrar a capacidade de liderança de D. Constantino no papel de 7º Vice-Rei da Índia e a forma como este contribuiu para a consolidação da presença portuguesa no território.



CONSTANTINO DE BRAGANÇA
VII VIZO-REI DA ÍNDIA

Imagem 1 – D. Constantino de Bragança,
por Aquilino Ribeiro

Introdução

A história dos Portugueses no Oriente foi feita com sangue, honra, coragem, determinação e por vezes, intolerância. D. Constantino, nobre da Casa de Bragança, provavelmente nascido em Vila Viçosa, personificou todas estas características e marcou, para sempre, a ligação de Vila Viçosa ao Oriente no século XVI. A aventura dos Portugueses no continente asiático constituiu, pela audácia e pelo desmedido dos objetivos, um dos episódios mais empolgantes da história do género humano.¹

Personalidade pouco conhecida da Casa de Bragança, D. Constantino teve um papel político fundamental na Índia na segunda metade do século XVI. Figura polémica e incontornável da História de Portugal, terá nascido em Vila Viçosa no ano de 1528.

¹ Ribeiro, Aquilino, Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, Lisboa, Portugalíia Editora, 1947, p. 6

Foi o quarto filho do Duque D. Jaime e de D. Joana de Mendonça, sua segunda mulher, filha de Diogo de Mendonça, Alcaide-mor de Mourão e de Brites Soares de Albergaria. Não tinha ainda vinte anos, quando em 1548 foi designado como embaixador a França, representando o rei D. João III no batismo dum filho de Henrique II.

A 5 de Maio de 1557, D. João III nomeava-o para Camareiro-mor de D. Sebastião.² Enquanto ocupou este cargo, D. Constantino tinha sob sua jurisdição todos os empregados da câmara real, como os pajens da campainha e da lança, os moços das chaves, os porteiros e os moços do guarda-roupa. Era sua responsabilidade vestir e despir D. Sebastião e dispunha de aposentadoria no Paço Real. Nos atos de juramento e das Cortes levava a falda e assistia postado atrás da cadeira³.

Foi nomeado membro do Conselho Real e comendador da Ordem de Santiago. Constantino de Bragança era de estatura pouco mais que mediana, largo de ombros e barba de alta nobreza.⁴

A Casa de Bragança no contexto político da época

Nessa altura, surge a necessidade de nomeação de um governador para a Índia e D. Constantino, através do Duque D. Teodósio I, é indigitado para o cargo pela regente do reino, D. Catarina de Áustria, viúva de D. João III, a 3 de Março de 1558, contando apenas com 30 anos de idade. Sucedeu a D. Francisco Barreto e foi o primeiro Vice-Rei do reinado de D. Sebastião.

A nomeação de D. Constantino deve ser analisada tendo em conta a situação instável e a tensão interna provocada pela morte de D. João III, a menoridade de D. Sebastião e o facto de ser meio-irmão do quinto Duque de Bragança, D. Teodósio I.

De facto, D. Teodósio I foi uma figura influente, que personificava os valores humanistas do Renascimento. Teve uma sólida formação que contribuiu para a sua maturidade literária e intelectual. É amplamente conhecido pela sua elevada erudição e pelo seu interesse pelas artes.

Os anos formativos da sua vida coincidiram com a rápida ampliação da visão europeia do mundo resultante das grandes navegações ultramarinas, e a sua educação formal foi ministrada por conhecidos mestres humanistas. Esta sólida preparação levou-o a adotar os valores e gostos do Renascimento. É importante referir que para tomar conhecimento do que se passava no estrangeiro, à semelhança do que acontecera no ducado de seu pai, D. Teodósio tinha

² ANTT, Chancelaria de D. João III, livro 71, folha 243

³ RIBEIRO, Aquilino, Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, Lisboa, Portugalíia Editora, 1947.

⁴ Ibidem. P 10

agente espalhados pelas principais capitais europeias, que lhe facultavam informações detalhadas em matéria política, cultural e militar. Esta preparação cultural, conjugada com a informação atualizada, contribuíram para a abertura de D. Teodósio às novas correntes artísticas.

No fulgor do ensino literário e científico que a corte ducal em Vila Viçosa tinha desenvolvido, D. Teodósio chegou a obter do Papa Pio IV, em breve de 15 de Junho de 1560, autorização para a abertura de uma “Universidade de Estudos Geraes”, junto do Convento de Santo Agostinho, cujos mestres seriam os próprios religiosos e o reitor, o prior. Este projeto não foi concluído devido ao falecimento do Duque em 1563⁵. O duque foi também responsável pela renovação e extensão do seu palácio seguindo eruditos modelos italianos, numa clara demonstração da sua adesão ao que de mais avançado havia na cultura arquitetónica europeia de então⁶.

Por estes motivos, tendo em conta a preparação de D. Constantino e o facto de pertencer à mais importante Casa do Reino, depois da Casa Real, fizeram recair em si a escolha para este desafio no Oriente.

Diz o Padre Espanca que levou para a Índia muitos dos seus conterrâneos de Vila Viçosa⁷, nomeadamente o capitão de fusta Apolinário de Valderrama, que teve uma ação militar importante neste contexto até 1574 e Sebastião de Sousa de Abreu, Alcaide-mor de Borba⁸.

Nesta aventura pelo Oriente, D. Constantino foi também acompanhado por figuras importantes do Reino, entre as quais devemos salientar D. Paio de Noronha, nomeado Capitão de Cananor e que viria a assumir um papel fundamental durante este vice-reinado, assim como Aleixo de Sousa Chichorro⁹, vedor da fazenda, indigitado por D. Catarina pelo facto da regente considerar que D. Constantino não tinha muita experiência em termos de gestão.

⁵ TEIXEIRA, José – *O Paço Ducal de Vila Viçosa, Sua Arquitetura e Suas Coleções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983, p. 33-42

⁶ Estas informações foram analisadas no âmbito do projeto “*De todas as partes do Mundo – O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*”, iniciativa que possibilitou uma nova perspetiva sobre este período e sobre o papel político, económico e social desempenhado pela Casa de Bragança no contexto nacional. Este evento agregou alguns dos mais reputados especialistas em diferentes áreas do saber, no sentido de aprofundarem as investigações acerca deste importante documento. Organizado pelo Centro de História de Além-Mar e pela Fundação da Casa de Bragança, este projeto foi descrito como um dos mais importantes realizados em Portugal, tendo em conta a especificidade do tema e o carácter pluridisciplinar das investigações.

⁷ ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha – *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. F. Carvalho, 1892.

⁸ Sebastião de Sousa d’Abreu tomou parte na expedição da Alcácer-Quibir, era Camareiro-mor de D. Teodósio II e foi capitão de Diu, cujo governo chefiou até 1597. Foi morto por um touro no Terreiro do Paço em Vila Viçosa

⁹ Aleixo de Sousa Chichorro era familiar de um outro calipolense ilustre, Martim Afonso de Sousa, que exerceu funções governativas no Estado da Índia de 1542 a 1545.

Em D. Constantino depositaram-se grandes expectativas políticas e militares por ser meio-irmão do primeiro nobre do reino, D. Teodósio, 5º Duque de Bragança. De facto, talvez por esta sua condição, a sua ação enquanto vice-rei tendeu a ser hiperbolizada e a sua boa imagem um pouco exagerada, chegando a conquista de Damão, na poesia de António Ferreira, a ser comparada à tomada de Azamor, em 1513, pelo duque seu pai, D. Jaime¹⁰.

A história do seu governo como Vice-Rei foi intensa, tendo-se recolhido muitos frutos da sua boa administração, como refere Diogo do Couto nas *Décadas*.¹¹ Foi o 20º Governador da Índia e o 7º com o título de Vice-Rei. Segundo Aquilino Ribeiro, demonstrou ser um moralizador austero, profundamente religioso prudente, verdadeiramente soberano sem ser déspota.¹²

A Viagem para a Índia

Foi numa quinta-feira Santa, dia 7 de Abril de 1558, que partiram quatro naus de Belém: *Garça*, capitaneada por D. Paio de Noronha, onde ia D. Constantino de Bragança, a *Rainha*, cujo capitão era Aleixo de Sousa Chichorro, conselheiro do Vice-Rei e vedor da Fazenda Real, a nau *Tigre*, capitaneada por Pero Peixoto da Silva e da *Castelo*, Jácome de Melo.

Nesta comitiva, muitos mais fidalgos e cavaleiros da pátria lusitana. Saldanhas, Almeidas, Castros e Meneses iam também embarcados¹³. Constantino, como os demais nobres da sua geração, ignorava a arte de navegar. Quem ia manejando o astrolábio e de olhos na agulha era o piloto¹⁴.

Chegaram a Goa a 3 de Setembro de 1558. Entre a tomada de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510 e a entrega do governo a Constantino de Bragança por Francisco Barreto em 1558 passaram 48 anos. Neste curto espaço de tempo a cidade tomara uma feição europeia. Os portugueses haviam fundado uma grande metrópole, com soberbos edifícios, igrejas, mosteiros, palácios e fortalezas. Era uma cidade eclesiástica por excelência. E foi esta a urbe que Constantino encontrou.¹⁵ Viera governar um Império de 5000 léguas de costa, onde os povos asiáticos, antes inconciliáveis, se coligaram pela necessidade de lutar contra os portugueses.¹⁶

¹⁰ www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=748, texto da autoria de Nuno Vila Santa.

¹¹ COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, VII, viix, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974

¹² RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia*, Lisboa, Portugália Editora, 1947, p. 3

¹³ *Ibidem*, p. 15-16

¹⁴ *Ibidem*, p. 15-16

¹⁵ *Ibidem*, p. 24

¹⁶ *Ibidem*, p. 35

O novo Vice-Rei fez-se acompanhar por 2000 homens de armas, tendo sido muito bem recebido e equiparado a Príncipe natural¹⁷. D. Francisco Barreto, seu antecessor no cargo, deixou como herança a D. Constantino uma armada muito poderosa, composta de 25 galeões e caravelas, 10 galés e mais de 70 galeotas e fustas. Todas estas naves de guerra estavam equipadas e municadas de pólvora e mantimentos, assim como capitães e tripulação, prontos a levantar ferro em qualquer momento.¹⁸

Governar a Índia não era tarefa fácil. Era necessário corresponder a um número elevado de solicitações e requerimentos, prover a equipação de naus e dar audiência a plenipotenciários dos rajás e dos potentados que proliferavam pela Ásia.

D. Constantino, dotado de ânimo prudente e esclarecido, formou um Conselho formado por pessoas com experiência no contexto indiano, entre as quais despontava Aleixo de Sousa Chichorro, vedor da Fazenda, que D. Constantino havia trazido do Reino¹⁹, como referimos anteriormente.

Logo sucedeu conseguir a submissão do Rei de Cambaia à Coroa portuguesa, em troca de auxílio contra os seus inimigos. A 2 de Fevereiro de 1559, o 7º Vice-Rei da Índia, chefiando uma poderosa armada, conquista Damão e toma também a fortaleza vizinha de Balasar (localizada no atual Estado Indiano de Gujarate).

Segundo as crônicas, os locais abandonaram a cidade assim que se tornou visível a intimidatória presença portuguesa, composta por cerca de 100 naus. Este passo foi fundamental para assegurar a segurança dos territórios circundantes a Baçaim.²⁰ Com este sucesso militar, os Portugueses alargaram a Província do Norte, aumentando o território sob seu domínio. Neste período as receitas fiscais oriundas da produção agrícola aumentaram substancialmente e ganharam um peso importante nos orçamentos do Estado da Índia.²¹

No processo de conquista da cidade, destacaram-se os chefes militares António Moniz Barreto e o capitão de Diu, D. Diogo de Noronha. Na sequência deste feito e antes de regressar a Goa, D. Constantino assegurou que as povoações próximas de Damão seriam obrigadas a pagar um tributo. Ainda antes de partir, nomeou D. Álvaro da Silveira para chefiar uma nova armada ao estreito de Meca, com o intuito de fustigar os preparativos do almirante turco Cáfar.²²

¹⁷ SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Burquets de Aguiar, Volume III, capítulo XIV, Porto, Livraria Civilização, 1945.

¹⁸ RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia*, Lisboa, Portugália Editora, 1947, p.46

¹⁹ *Ibidem*, p. 15

²⁰ www.fesh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=748, texto da autoria de Nuno Vila Santa.

²¹ MATOS, Artur Teodoro, *Na rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994

²² www.fesh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=748, texto da autoria de Nuno Vila Santa.

O período passado em Goa foi marcado por uma intensa atividade política e militar. Durante esta fase, D. Constantino estava empenhado na construção de uma grande catedral em Goa, eventualmente para comemorar as vitórias alcançadas ou para homenagear a figura de São Francisco Xavier.

O ano de 1560 é igualmente caracterizado pela componente militar, mas também por factos importantes do ponto de vista religioso: a fundação da Inquisição de Goa e a chegada do primeiro Arcebispo à cidade, D. Gaspar de Leão. Em ambos os casos fica patente a crescente expansão da dinâmica contra-reformista e missionária no Império.²³

O dente de Buda

Depois destes acontecimentos, D. Constantino virou as atenções do Estado da Índia para o Jafanapatão, cujo reino era inimigo dos portugueses. Nesse mesmo ano, é tomada a cidade de Jafanapatão, conquista mais tarde abandonada devido à resistência dos naturais do local. Este feito militar, baseado na expedição organizada por D. Constantino, marcou um episódio importante no que concerne à capacidade bélica dos Portugueses no Oriente,

A ofensiva contra o Rei de Jafanatapão e Senhor da Ilha de Manar ocorreu quando este depôs o seu legítimo irmão, que se refugiou em Goa e que se converteu ao Cristianismo com o nome de D. Afonso.

Ficou nos anais da história o episódio havido com um relicário indiano que os Portugueses retiraram de um pagode²⁴ e levaram para Goa.

Tratava-se de um dente de Buda. Em 1561 chegaram a Goa embaixadores do Rei do Pegú, com a finalidade de resgatar a relíquia. Foram transportados na nau de Martim Afonso de Melo. Vinham negociar o resgate do dente de Buda, cativado na tomada de Jafanapatão. Vinham autorizados a pagar pelo dente 400.000 cruzados.

D. Constantino esteve tentado a ceder, mas o Arcebispo D. Gaspar implorou-lhe que não o fizesse e que tal ato colocava em causa a honra de Deus e dos Portugueses. D. Constantino, homem prudente e circunspecto, zelador da fazenda pública, convocou o Conselho Geral, espécie de parlamento, para que fossem ouvidas todas as opiniões. Assistiram os primeiros representantes da Igreja, além do Arcebispo, os dois inquisidores, o vigário geral de São Domingos, o custódio de São Francisco, o Padre António de Quadros, provincial na Índia da S.J. e o Padre Francisco Rodrigues.

O debate não foi longo, embora estivesse em causa um precioso objeto do culto idólatra armado em relicário. Desde o remoto Sião que vinham a Jafana

²³ www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=748, texto da autoria de Nuno Vila Santa.

²⁴ Tipo de torre ou edifício com múltiplas beiradas, muito comum no Oriente e que tinha fins religiosos

ano após ano embaixadas especiais para moldar o objeto em âmbar, cera, almiscar, que eram depois colocados em cofres de ouro e sândalo e venerados por brâmanes e rajás.

Chamava-se Deleda e estava ornamentado com ouro fino, gemas e pedras preciosas. Atribuíam-se à relíquia os mais prodigiosos milagres.

Os capitães foram da opinião que, dado o estado precário do erário público, o dente devia ser vendido. Os eclesiásticos, pelo contrário, foram da opinião que a relíquia não deveria ser devolvida, por questões de moral e de religião.

Votada esta moção e lavrada a ata, o Vice-Rei mandou que lhe trouxessem o dente mágico. Colocou-o então dentro de um almofariz que passou a D. Gaspar. Este ergueu o pilão e triturou e moeu o dente até este ficar em pó.²⁵

Trata-se de um episódio que demonstra bem a intolerância religiosa desse período.

Com esta ação, D. Constantino eternizou a fama da cristandade portuguesa por todas as nações do Mundo. Era D. Constantino o melhor português que passou pela Índia e esta foi a maior proeza dos portugueses, segundo D. Manuel de Meneses, cronista de D. Sebastião.²⁶ Contudo, este facto reacendeu o rancor das populações asiáticas contra os portugueses. O episódio do dente do Buda foi diversamente apreciado no Reino.

As iniciativas que D. Constantino promoveu e aplicou no Estado da Índia demonstram que o recurso às armas continuava a ser uma constante para aumentar os domínios, na lógica de concretização de uma política de territorialidade²⁷.

No expediente dos demais negócios da Índia, andou D. Constantino com rigoroso despacho e economia. Enquanto Vice-Rei, terá ajudado Luís Vaz de Camões. O poeta, soldado da Índia, consagrou a Constantino uma ode em decassílabos, que figura já nas *Rythmas*, impressas por Manuel de Lira em 1595. Segundo Aquilino Ribeiro, D. Constantino terá protegido Luís de Camões, embora não existam provas concretas desse facto.²⁸

O seu papel neste cargo político foi controverso, já que é considerado pelo historiador Charles Boxer como um dos mais fanáticos governadores portugueses na Índia, juntamente com D. Francisco Barreto (1555-1558)²⁹.

²⁵ RIBEIRO, Aquilino, Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, Lisboa, Portugalíia Editora, 1947, p.384-385

²⁶ Ibidem, p. 384-387

²⁷ COSTA, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Rodrigues, José Damião, Oliveira, Pedro Aires, História da Expansão e do Império Português, p. 150, Esfera dos Livros, Lisboa, 2014.

²⁸ RIBEIRO, Aquilino, Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, Lisboa, Portugalíia Editora, 1947, p. 339

²⁹ BOXER, C., The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825, Carcanet Press, London, 1991

O regresso

Em 1561 chega a Goa D. Francisco Coutinho, Conde do Redondo, para suceder no cargo de Vice-Rei a D. Constantino, que no final desse ano regressa a Lisboa. Regressou ao Reino na nau *Chagas*, que tinha mandado construir com o nome do convento fundado em Vila Viçosa pelo seu pai, D. Jaime e onde tinha duas irmãs freiras. O seu governo durou três anos e oito dias. Durante este tempo, restabeleceu a ordem nas finanças, e realizou importantes reformas na administração do Estado da Índia.

Depois de chegar ao reino, deram-lhe a Capitania de Cabo Verde, a qual arrendou para se recolher em Estremoz na companhia da sua mulher, D. Maria de Melo, filha de D. Rodrigo de Melo, 1º marquês de Ferreira e 1º conde de Tentúgal, e de D. Brites de Menezes, com quem casara em 1552.

Em 1571, El-Rei D. Sebastião pediu a D. Constantino para voltar à Índia, mas este delicadamente se escusou por se encontrar já velho para ter êxito na missão que o Rei lhe propunha.

A velhice passou-a em Vila Viçosa. Faleceu a 14 de Julho de 1575 e foi sepultado na igreja das Chagas, nesta localidade.

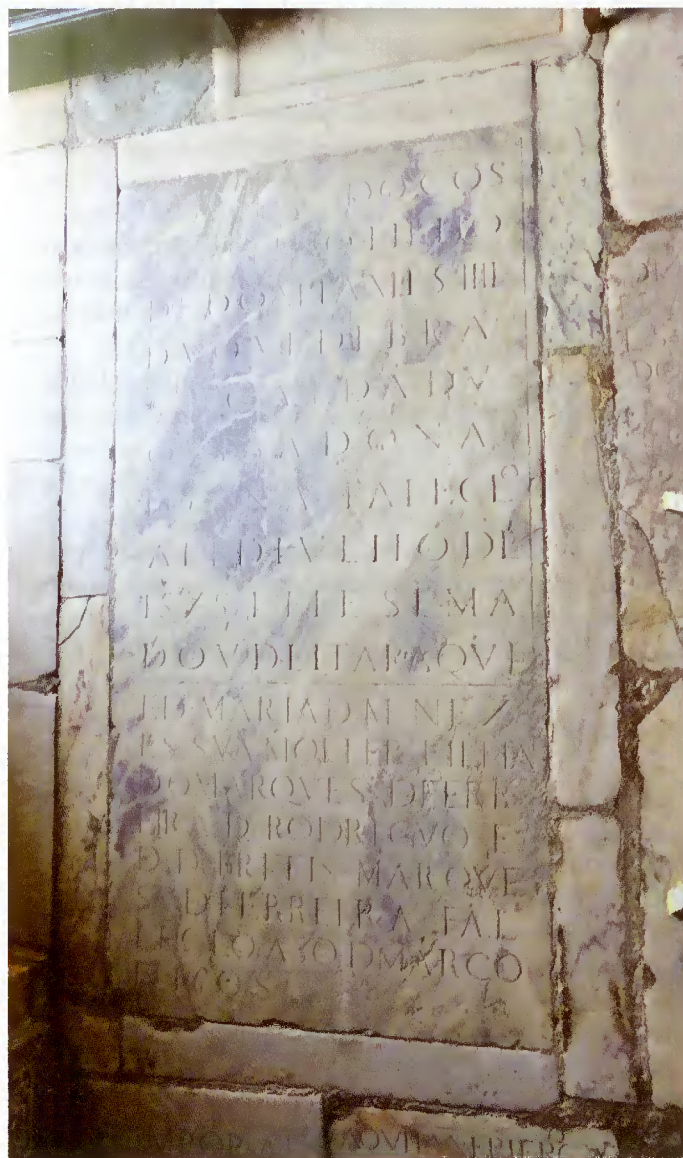
Segundo Diogo do Couto, D. Constantino foi homem de meia estatura, forte, barbudo, brando e afável, muito religioso, amigo da justiça, verdadeiro e casto. Não enriqueceu na Índia, nem usou o cargo que ocupou em proveito próprio, o que parece ter causado alguma estranheza na metrópole.

Conclusão

O nome de D. Constantino de Bragança é um dos que passaram com polémica à História de Portugal. Apesar de se tratar de um Vice-Rei marcante para o Estado da Índia, nem por isso, na opinião de Mafalda Soares da Cunha, este vice-reinado foi capitalizado pela Casa de Bragança, não muito apostada na busca dos proventos orientais, exceto na negociação dos privilégios comerciais, estratégia que se manteria até 1640.³⁰

Deste ponto de vista, a importância do vice-reinado de D. Constantino deve ser entendida como relativamente acessória às restantes lógicas de poder da Casa de Bragança. No entanto, creio que a influência do Duque D. Teodósio I permite constatar que se verificou uma iniciativa da Casa de Bragança em interferir em matéria de política ultramarina, relacionada com o cenário asiático, o que constituiu uma novidade absoluta, dada a grandeza nobiliárquica do novo

³⁰ CUNHA, Mafalda Soares da, – A Casa de Bragança e a Expansão, Séculos XV-XVII – in A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia, actas do colóquio internacional, edição organizada por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004



Legenda da lápide

(AQVI) I (AJZ) DÕ COS
TANTINO FILHO
DE DOM IAMES IIII
DVQVE DE BRA-
GÃÇA I DA DV
QVESA DONA
IOANA. FALECE.º
A II D.IVLHO DE
1575, E ELE SE MÃ
DOV DEITAR AQVI

.....
E D.MARIA DE MENEZ
ES SVA MOLHER. FILHA
DO MARQVES. DE FERR
EIRA. D.RODRIGVO.E
DE D.BRITES. MARQVE
SA DE FERREIRA.FAL
ECEO A 30 DE MARÇO
DE 1605.

**Imagem 2 – Campa marmórea de D. Constantino de Bragança
na Igreja das Chagas de Vila Viçosa © Tiago Salgueiro**

Vice-Rei. Este facto revela que existiam de facto interesses comerciais na Ásia e aspirações de revalorização política de D. Teodósio no contexto da morte de D. João III. Segundo a minha opinião, a Índia parece surgir como um meio para que fossem alcançadas mais benesses e regalias. O Projeto “De tódas as Partes do Mundo – O Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I” – (CHAM-FCSH/UNL), permitiu também identificar a oferta de bens de origem asiática, nomeadamente tapeçarias e escravos, por parte de D. Constantino de Bragança ao seu irmão D. Teodósio I.

Constantino de Bragança foi sobretudo um responsável e zeloso administrador. Transferiu a Alfandega de Goa para a Ribeira das Galés, de modo a controlar e fiscalizar melhor as movimentações e desordens, organizou muitas e poderosas armadas que cruzaram vários mares e se bateram no Estreito e na Costa do Malabar, ergueu monumentos e alargou o território das conquistas. Foi igualmente durante o seu vice-reinado que se verificou um alargamento da Província do Norte, como consequência da conquista de Damão e as receitas fiscais oriundas da produção agrícola ganharam uma nova expressão no Estado da Índia.³¹

O seu fanatismo religioso era uma característica comum neste período. Foi um governador probo, moderado de paixões e com uma boa vontade em ação³².

Bibliografia

- BOXER, C., *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, Carcanet Press, London, 1991.
- COSTA, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Rodrigues, José Damião, Oliveira, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, p. 150, Esfera dos Livros, Lisboa, 2014.
- COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, VII, viix, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974.
- COUTO, Diogo do; Caminha, António Lourenço (1808). *Obras inéditas de Diogo do Couto* [*New works by Diogo do Couto*] (in portuguesa). Imperial e Real.
- CUNHA, Mafalda Soares da, “A Casa de Bragança e a Expansão, Séculos XV-XVII” in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, actas do colóquio internacional, edição organizada por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, CHAM, 2004.
- EÇA, Duarte de, *Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R. O. W. Goertz (Codex Goa 38), Calgary, University Printing Series, 1979, pp. 13-15.
- ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha – *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. F. Carvalho, 1892.

³¹ COSTA, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Rodrigues, José Damião, Oliveira, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, p. 150, Esfera dos Livros, Lisboa, 2014.

³² RIBEIRO, Aquilino, Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, Lisboa, Portugália Editora, 1947, p.389-390

- ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha – Memórias de Vila Viçosa. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983 (*Cadernos Culturais*; n.^{os} 5, 6 e 7).
- FRIAS, António João de, Aureola dos índios & nobiliarchia bracmana: tratado historico, genealogico, panegyrico, politico & moral. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1702.
- MATOS, Artur Teodoro, Na rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994.
- PEREIRA, António dos Santos, A Índia a preto e branco: uma carta oportuna, escrita em Cochim, por D. Constantino de Bragança, à rainha D. Catarina in *Anais de História de Além-Mar*, vol. IV, edição de João Paulo Oliveira e Costa, Lisboa, CHAM, 2003, pp. 449-484.
- RIBEIRO, Aquilino, Constantino de Bragança, VII Vizo-Rei da Índia, Lisboa, Portuguesa Editora, 1947.
- SOUSA, Manuel de Faria e, Ásia Portuguesa, tradução de Manuel Burquets de Aguiar, Volume III, capítulo XIV, Porto, Livraria Civilização, 1945.

VILA VIÇOSA. RETAGUARDIA FORTIFICADA EN LOS CONFLICTOS PENINSULARES

Moisés Cayetano Rosado*

RESUMEN: El corredor de invasión Madrid-Lisboa ha resultado ser el más activo en los diferentes conflictos peninsulares de la Edad Moderna, y el más fortificado por el sistema artillado-abaluartado. Vila Viçosa, en retaguardia de la frontera extremeño-alentejana, desempeñó siempre un papel primordial, de lo que dan cuenta sus importantes elementos y fortificaciones artilladas, así como los cercos y batallas que en ella y sus alrededores han tenido lugar. De esto nos queda un importante legado patrimonial, que es preciso valorar y revitalizar.

PALABRAS CLAVE: Vila Viçosa, conflictos peninsulares, patrimonio fortificado, corredor Madrid-Lisboa, retaguardia fortificada.

En la Edad Moderna (pasados los tiempos de avance contra los musulmanes, en línea de confrontación norte-sur), tras el periodo de Unión Peninsular bajo la Casa de Austria, llegan las hostilidades con “el vecino de al lado” -España- al sublevarse los portugueses e iniciar la “Guerra de Restauração”, que es declarada en 1640 y culminada con la independencia portuguesa en 1668.

Con ello, se reafirma la amenaza del este para el oeste, que desde la conformación del reino luso había sido motivo de luchas y consiguiente fortificación en la Raya (más dos espacios que conservan la orientación norte-sur: de Galicia para el norte de Portugal, uno, y por la desembocadura del Guadiana otro).

* Doctor en Geografía e Historia.

Una vez desembarazada España de los conflictos en Europa y del intento de independencia de Cataluña, la ofensiva contra Portugal se intensificará, pasando de las escaramuzas, razías, saqueos y breves asedios iniciales, a confrontaciones de mayor calado.

1. Corredores de invasión en la raya hispano-portuguesa



Líneas de invasión (sobre mapa de Nicolas de Fer).
Biblioteca Nacional de Portugal: BNP

Las zonas de mayor tensión se distribuyen irregularmente a lo largo de toda la Raya, si bien adquieren una sistematización en su utilización a lo largo de los diferentes conflictos de los siglos XVII, XVIII y XIX que nos permiten hacer una división en cuatro grandes grupos.

El primero comprende el área entre los ríos Miño y Duero. El segundo, entre el Duero y el Tago. Un tercero entre el Tago y la penetración del Guadiana por el corredor Badajoz-Elvas. Y un cuarto, en la propia desembocadura del Guadiana.

Primer grupo

El primer grupo de tensión es bastante dilatado, pues comprende toda la frontera de Galicia con la zona de Minho y Tras-os-Montes, así como León-Zamora con el este de la región trasmontana. Ello hace que se refuercen y fortifiquen las poblaciones de un lado y otro de la Raya, especialmente las portuguesas, que son las que van a sufrir las acometidas invasoras en primer lugar.

Así, tenemos una primera línea en la propia desembocadura del Miño: Caminha y Vila Nova de Cerveira tienen enfrente a A Guarda y Tomiño, con Bayona en retaguardia, en el corredor de acceso de la desembocadura del río.

Siguiendo el curso del río hacia el este, enseguida se encuentra la más potente de las poblaciones fortificadas de este grupo, que en los sucesivos conflictos de los siglos XVIII y XIX continuará perfeccionando sus defensas: Valença do Minho, y muy cerca de ella Monção. Enfrente, tendrán a las españolas Tuy y Salvatierra de Miño. Aquí, el paso norte-sur es geográficamente muy practicable, por lo que necesita mayor refuerzo de la protección fortificada.

Al medio de la frontera norteña, la trasmontana Chaves tendrá un papel crucial en lo que podríamos denominar segunda línea de invasión. Enfrente a ella, en este modelo de “botón y ojal”, “uno para otro”, que se repetirá en la Raya, tenemos a la gallega Monterrey. El amplio valle permite un fácil acceso de las tropas, que ha de ser contrarrestado.

Ya al este, una tercera y última línea de invasión de este primer grupo está formada en Portugal por Bragança y Miranda do Douro, a las que los castellanos accederán siguiendo el curso del Duero y las ciudades de Toro y Zamora.

Las tres, una vez rebasada la frontera, conducirán a los ejércitos a la ciudad de Porto, desde donde bajarían por la costa occidental hasta Lisboa.

Segundo grupo

El segundo grupo, entre Duero y Tajo, tiene una línea fundamental de invasión en el eje de la salmantina Ciudad Rodrigo con Almeida en la Beira Alta. Desde allí, bordeando por el norte a la Serra da Estrela, se llega hasta la altura de Coimbra, por donde bajan, como los anteriores, hacia Lisboa.

Así, esas cuatro líneas de invasión de los dos primeros grupos citados - todos por encima del Tajo - conformarían los corredores norteños de confrontación, siendo las poblaciones enumeradas las que primero se fortifican, artillando castillos medievales, reforzando sus defensas con falsabragas, redientes, terraplenes, fuertes, y extraordinarios recintos abaluartados, especialmente en el caso portugués, destacando Valença do Minho y Almeida.

Tercer grupo

El tercer grupo, entre el Tajo y el Guadiana, tiene fundamentalmente dos líneas de penetración y conflicto: una primera inmediatamente al sur de este río, y una segunda al amparo del Guadiana y sus afluentes.

La primera constituye un importante eje de incursión, entre los desfiladeros de las Serras de Marvão y São Mamede, que en el lado español, contará con los recintos fortificados de las extremeñas Alcántara y Valencia de Alcántara, y en el portugués a las alentejanas Castelo de Vide, Marvão, Portalegre y Crato.

La segunda, en la que vamos a fijar especialmente la atención, será la crucial en casi todos los conflictos, estando justamente en el corredor Madrid-Lisboa, en medio de inmensos, penetrables y fértiles llanos, que facilitan tanto la incursión de tropas ligeras como armamento pesado, proporcionan importantes recursos agro-ganaderos para la manutención de soldados y animales de asalto y carga, presenta los accesos más practicables y sin barreras geográficas que sí tienen todas las anteriores, y están en medio de la distancia más corta entre las dos capitales de ambos estados.

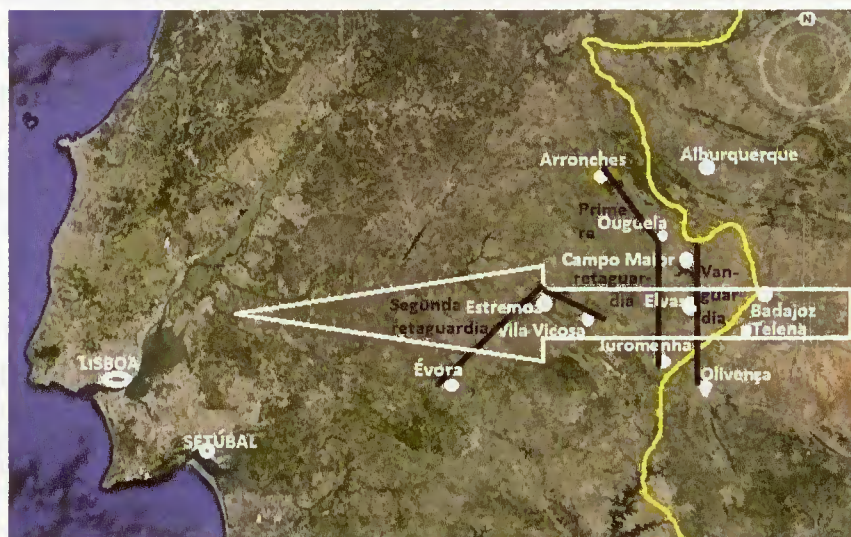
El lado portugués presenta un considerable escudo de fortificaciones en vanguardia y retaguardia, sobresaliendo entre las primeras Campo Maior, Elvas y Olivença. Entre las segundas: Arronches y Juromenha de inmediato, y algo más al interior Vila Viçosa, Estremoz y Évora. Del lado español: apenas Badajoz (con el auxilio de Telená y más al sur del castillo artillado de Alconchel, al que se dota de refuerzos propios del modelo abaluartado, por su importancia estratégica frente a la Olivença portuguesa) y Alburquerque.

Cuarto grupo

Un último grupo está constituido por la línea sur de penetración, que corresponde a la desembocadura del Guadiana, contando por el lado portugués sobre todo con la fortificación de la algarvía Castro Marim y más arriba Alcoutim. Del lado español, las andaluzas Ayamonte y Sanlúcar de Guadiana (cubriendo respectivamente a las anteriores). Aguas arriba hemos de anotar la importancia estratégica de las del Bajo Alentejo: Moura, Mourão y Monsaraz, así como las andaluzas Paymogo y Encinasola.

2. Vanguardia y retaguardia en el corredor Madrid-Lisboa. (Mapas históricos)

Los conjuntos defensivos se van a desarrollar de manera espectacular en el espacio alentejano, que constituye la principal línea de fricción en la comunicación Madrid-Lisboa. Téngase en cuenta que de las seis batallas fundamentales de la “Guerra de Restauração” cinco tendrán lugar en este territorio; a saber:



El Corredor de Invasión Madrid-Lisboa

“Batalla de Montijo”, de 26 de mayo de 1644, en que el portugués Matías de Alburquerque, con 7.000 soldados, se alza con la victoria frente a los 9.000 españoles comandados por el Marqués de Torrescusa.

“Batalla de Arronches”, del 8 de noviembre de 1653, en que André de Alburquerque, con un millar de soldados, vence a los mil trescientos de Bustamante.

“Batalla de Linhas de Elvas”, del 14 de enero de 1659, en que António Luis de Meneses, al mando de 11.000 hombres, derrota a los 19.000 de Luis de Haro, en una de las batallas más memorables de Portugal.

“Batalla de Ameixial”, en Estremoz, el 8 de junio de 1663, donde las tropas del Conde de Vila Flor y el Conde de Schomberg, en número de 22.000, vencen a los 26.000 españoles de Juan José de Austria.

“Batalla de Montes Claros”, entre Borba y Vila Viçosa, el 17 de junio de 1664, definitiva para la finalización del conflicto y la independencia de Portugal. Una pérdida más española, a manos de las tropas del Marqués de Marialva, con 20.500 soldados, frente a los 22.600 españoles del Marqués de Caracena.

La otra a resaltar es la “Batalla de Castelo Rodrigo”, del 7 de julio de 1664, en que Pedro Jacques de Magalhães con 3.000 hombres derrotó a los 5.000 del Duque de Osuna.

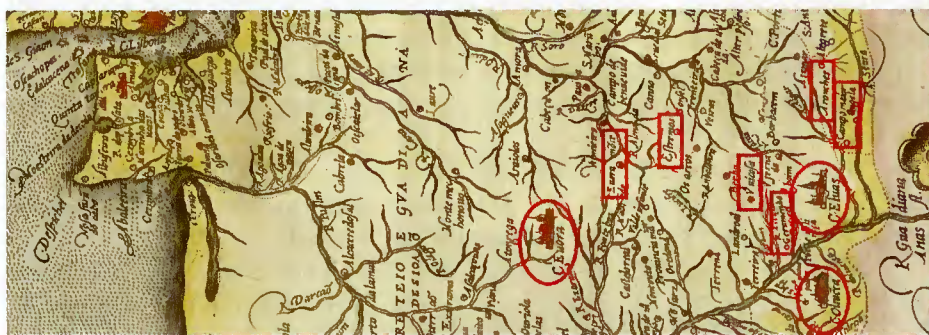
Batallas todas muy sangrientas, precedidas de saqueos, cercos y asedios a pueblos y ciudades, como los españoles de 1644 y 1659 a Elvas; de 1650 a Juromenha; de 1664 a Almeida y Castelo Rodrigo, y de 1665 a Vila Viçosa, todos sin lograr la toma de las plazas. Sí lo consiguen con Évora el 22 de mayo de 1663, aunque capitulan el 24 de junio, tras la derrota de Ameixial: don Juan

José de Austria había cometido el error de tomar Évora dejando atrás las plazas de Elvas y Estremoz, que no se atrevió a abordar, con lo que quedó aislado “en territorio enemigo” por todos lados.

Igualmente fracasan los portugueses en Alcántara (1648), o en Badajoz (1658), teniendo en todo ello mucho que ver sus iniciales defensas fortificadas y abaluartadas, aunque sí -tras diversos asedios- lo logran con Valencia de Alcántara en 1664, que capituló a causa del prolongado cerco y la imposibilidad de recibir los sitiados ayuda exterior.

Mapa de Alvares Seco. Conflictos del siglo XVII

Ya en la primera representación cartográfica conocida de Portugal -elaborada por Fernando Alvares Seco en 1560- se nos muestra la importancia de las poblaciones de este corredor fronterizo en el eje Madrid-Lisboa, destacando a tres ciudades entre las poco más de una docena de Portugal: dos en vanguardia fronteriza (Elvas y Olivença) y otra en retaguardia (Évora). Las primeras tendrán el refuerzo estratégico de otras poblaciones destacadas, que adquirirán protagonismo en los enfrentamientos de un siglo después: Arronches, Campo Maior, Juromenha y Vila Viçosa... que “comunica” con Évora a través de Estremoz y Evoramonte.



Mapa de Fernando Alvares Seco, 1560 (fragmento). BNP.

Este mapa de Alvares Seco será la referencia cartográfica fundamental de Portugal a lo largo de un siglo, siendo relevado por el que elaborará Pedro Texeira Albernaz, impreso en 1662, y que igualmente (con diversas versiones que elabora de inmediato) tendrá otro siglo de vigencia.

Mapas de Pedro Texeira, Johann Baptist Homann, Tomás López y John Lodge. Conflictos del siglo XVIII

El francés Nicolas de Fer lo copiaría con fidelidad en sus trabajos cartográficos cincuenta años más tarde, corrigiendo algunos errores y legándonos una

cartografía de gran interés para estudiar las fortificaciones rayanas levantadas a lo largo de la Guerra de Restauração y las que se proyectan, realizan y perfeccionan con motivo del nuevo conflicto peninsular, el de la Guerra de Sucesión española (1701-1714).

Aquí ya aparecen como plazas abaluartadas por el lado extremeño Alburquerque y Badajoz, más el poblado de Tena. Por el alentejano: Arronches, Campo Maior, Elvas, Olivença, Vila Viçosa, Estremoz y Évora, destacando también el castillo artillado de Evoramonte y las poblaciones de Ouguela y Vila Viçosa (aunque sin resaltar sus fortificaciones). Se resalta igualmente la Tapada Real de Vila Viçosa, de los Duques de Bragança, la nueva dinastía reinante en Portugal.



Copia de Nicolas de Fer (1646-1720) sobre mapa de Pedro Texeira Albernaz (1595-1662). Fragmento. BNP.

No obstante, en las “Memorias de los Generales”, reproducida en su antología “3º Centenário do Sitio de 1712”, por el historiador Francisco Galego, leemos que Arronches era una plaza mal fortificada; también Elvas. De Campo Maior señalan que “os parapeitos, en muitas partes estavam arruinados, mal terraplenadas as cortinas e revestidas de uma simples muralha, o fosso que não é profundo /.../; cinco rebelins imperfeitos /.../; na esplanada há muito falta de terra /.../; o forte de São João muito imperfeito”.

Sin embargo, en Alburquerque (también en su poder durante todo el enfrentamiento) construyen una línea de redientes en las faldas del castillo, hacia la población, con cuatro cuerpos informes de diseño angular unidos por cortinas, con plataformas artilleras).

A pesar de su “fortificación anticuada, mal formada y de poca fuerza sus baluartes” (en apreciación de Vicente Bacallar) no consiguen el Conde de Galloway y el Marqués de Minas (al mando del ejército anglo-portugués) tomar Badajoz. El asedio de octubre de 1705 será desbaratado por el Marqués de Bay, llegando con refuerzos desde Talavera la Real, haciéndose la retirada hacia Elvas, de la que también Bacallar dice que es una “plaza mal fortificada”.

No obstante, esta población también resistirá un importante cerco en 1706 y otro en 1712; cierto que su cerro da Graça no estaba fortificado y desde allí podía estar a tiro el castillo medieval, pero aún la distancia era considerable para la

artillería ofensiva de la época (aunque ya incluso la Guerra de Restauração sirvió para un castigo considerable a la ciudad). Hasta 1763 no se inicia la construcción del imponente Forte por el Conde Lippe, veintisiete años después que el Fuerte de la Concepción, de Aldea del Obispo, con el que comparte la magnificencia constructiva que cierra el “ciclo” de las fortificaciones abaluartadas.

En cualquier caso, la comparación entre esas dos plazas cruciales nos sitúa ante dos fortalezas en un grado muy distinto de defensa. Elvas resulta a esas alturas una plaza bien abaluartada, con revellines y glacis (más Fuerte -de Santa Luzia- y obra coronada hacia el este, el lado que conduce a Badajoz), de buena factura, mientras que Badajoz presenta un grado muy deficiente de aterraplanamientos, falta de revellines y nula defensa en su lado este (por donde le sitian en 1705, se le había atacado fundamentalmente en el siglo anterior y se volverá a repetir en el siguiente). Avanzado el siglo, se construirán el Revellín -casi fuerte por sus dimensiones- de San Roque y el Fuerte de la Picuriña en esta zona.

Johann Baptist Homann nos ofrece un mapa, mejorando en grabado, color y cartelas decorativas, al original de Jean-Baptiste Nolin, de 1704, que detalla buena parte de estas fortificaciones que tratamos.



Copia de Johann Baptist Homann (1664-1724), sobre mapa de Jean Baptiste Nolin (1657-1708). Fragmento. BNP.

En él, se resalta, en nuestro corredor de frontera del eje Madrid-Lisboa, las fortificaciones abaluartadas de Badajoz y Alburquerque, destacando también a Telená en la parte extremeña. En la alentejana: Arronches, Elvas, Olivença, Estremoz y Évora, dando también por abaluartada Evoramonte, y en cambio no Vila Viçosa, Campo Maior y Juromenha.

En 1762 ambos estados van a verse involucrados en la Guerra europea de los Siete Años (1756-1763), cuando Portugal tenía a su ejército muy reducido. Este nuevo enfrentamiento es conocido como “Guerra Fantástica”, pues fundamentalmente se basó, dentro de su brevedad (abril-noviembre de 1762), en acciones de guerrilla y milicias locales, sin auténticas confrontaciones militares.

Por lo que a nuestro corredor Madrid-Lisboa se refiere, en la Raya se producen ataques a Elvas, Campo Maior y Ouguela.

El conde de Lippe, nombrado mariscal general de Portugal, reorganizó su ejército con 20.000 hombres, dispuso la defensa del territorio y concibió el

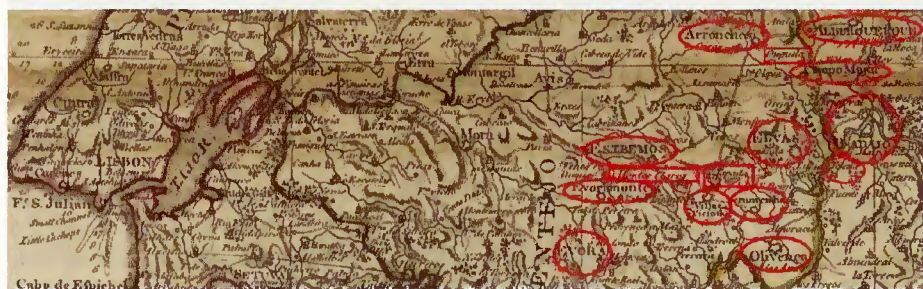
refuerzo de las defensas urbanas, debiéndose a él la construcción del Forte da Graça de Elvas (llamado también Forte de Lippe, construido ente 1763 y 1792).

Será en 1762 cuando el español Tomás López (muy copiado en lo sucesivo) presente un mapa de Portugal y la Raya en el que por lo que a nuestro espacio se refiere se destacan las “plazas de guerra y fuertes” de Arronches, Campo Maior, Elvas, Olivença, Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz, Evoramonte y Évora (no así Ouguela), y en España el “obispado” de Badajoz.



Mapa de Tomás López, de 1762 (fragmento). Real Academia de la Historia de España

En el mapa elaborado por John Lodge Júnior en 1762 (que copiará en 1794 Antonio Giovanni Rizzi-Zannoni), aparecen detalladas las fortificaciones que estamos tratando, destacándose como fortificaciones abaluartadas por la parte extremeña Albuquerque, Badajoz y Telena; por la alentejana: Arronches, Campo Maior, Elvas, Juromenha, Olivença, Vila Viçosa (indicando La Tapada y Montes Claros), Estremoz y Évora, así como Evoramonte, presentado igualmente como abaluartado.



Mapa de John Lodge, Júnior fl. 1755-1796, de 1794, copia de outro propio de 1762.
Compilación de Antonio Giovanni Rizzi-Zannoni (1736-1814). BNP.

El siglo XIX

En 1801, la “Guerra de las Naranjas” lleva de nuevo al enfrentamiento entre Portugal y la coalición franco-española. Godoy ocupa sucesivamente Arronches, Castelo de Vide, Campo Maior (para el historiador António Ventura

“foi a acção mais importante ocorrida durante a «Guerra das Laranjas»”), Portalegre, Olivença, Juromenha y otras poblaciones menores, entre mayo y junio, con mínima resistencia portuguesa. Las fortificaciones de todas estas plazas no serán obstáculo para la acción del primer ministro de Carlos IV, que por el Tratado de Badajoz (6 de junio de 1801) retiene para España Olivenza y su territorio comarcal.

Siete años después, entraremos en un nuevo conflicto, esta vez por la invasión peninsular de Napoleón. Badajoz sufrirá cuatro asedios. El primero lo realizarían los franceses del 26 de enero al 10 de marzo de 1811, en que tras morir en la ofensiva el gobernador de la plaza -general Menacho-, fue sustituido por el general Imaz, que capituló ante el mariscal Soult, tras abrir brecha de más de 30 metros entre los baluartes de Santiago y San Juan, en la zona sur de la ciudad, a la izquierda del río Guadiana.

El segundo asedio, de 8 a 14 de mayo (primero de los aliados), es dirigido por el general Beresford, que “se encontró con una fortificación más fortificada y perfeccionada de lo que se esperaba y tuvo que optar por atacar la ciudad desde la orilla derecha del Guadiana, dirigiendo sus ataques contra el fuerte de San Cristóbal y la Alcazaba”, como afirma Carlos Sánchez Rubio en “Los asedios de Badajoz” (O Pelourinho, nº15). El sitio fue levantado para participar en la Batalla de la Albuera, que tuvo lugar a 22 kilómetros de Badajoz el 16 de mayo, con más de 60.000 contendientes y pírrica victoria aliada.

El día 20 de mayo, y hasta el 17 de junio, se retomaría el asedio. Este tercer asedio (segundo aliado), dirigido por Wellington, realizado desde las mismas posiciones que el anterior, se levantó también sin éxito, ante la inminente llegada de tropas de socorro encabezadas por Marmont y Soult, que efectivamente aparecieron el día 20.

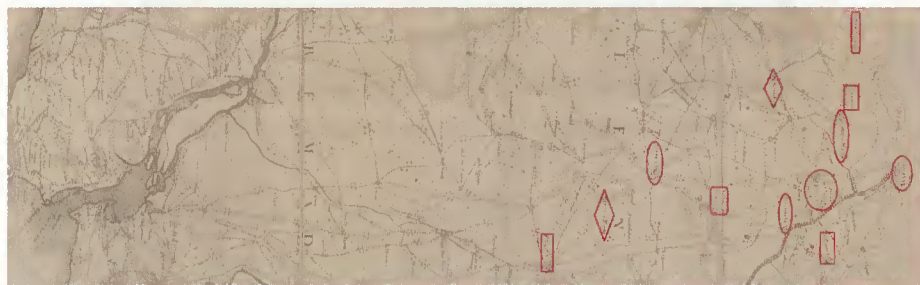
Por fin, un cuarto asedio (tercero aliado, del 16 de marzo al 6 de abril de 1812) llevaría a la conquista de la plaza por éstos. Wellington la toma al asalto desde distintas brechas abiertas, entrando en la ciudad “a sangre y fuego”, y siendo sometida durante más de dos días al pillaje, robo, destrucción, violaciones, asesinatos superiores incluso a los de Ciudad Rodrigo. También en esta ocasión el gobernador, general Philippon, se había negado a rendirse, y éste era el castigo aliado... para la población ¡invasada por los franceses!

Olivenza igualmente padecería por estas fechas el asedio napoleónico; el mariscal Soult la tomó el 23 de enero de 1811, tras doce días de cerco. La reacción aliada triunfaría poco después, el 15 de abril, tras un asedio de seis días, al que siguió nueva recuperación francesa el 21 de junio, procediendo a destruir la fortificación en las jornadas posteriores. Once meses después pasaría a dominio español.

Otras poblaciones asediadas en este año trágico de 1811 serían Alburquerque, tomada por Latour-Maubourg el 16 de marzo, procediendo a continuación a destrozarse los refuerzos artilleros, y al otro lado de la frontera, Campo Maior, sitiada por el mariscal Mortier del 8 al 21 de marzo, en que se rinde el mayor Talaya -que la comandaba-, ante su inferioridad de efectivos y la falta de pólvora para continuar la defensa.

En la zona, Elvas había sido concienzudamente reforzada en sus fortificaciones, sobresaliendo la construcción del portentoso Forte de Nossa Senhora da Graça, entre 1763y 1792, bajo las propuestas del mariscal conde Lippe y la dirección de los ingenieros Valleré y Étienne. A inicios del siglo XIX se completaría el conjunto con fortines, dos flanqueando al Forte de S. Luzia: de S. Mamede y S. Pedro, y otros dos a un lado y otro del portentoso Acueducto de Amoreiras: de S. Domingos y S. Francisco (el único que ha desaparecido en la actualidad).

En el mapa de Lourenço Homem da Cunha d'Eça, de 1808, basado en otro del español Tomás López, de 1778 (que mejora, corrige y actualiza), de nuevo las poblaciones abaluartadas de vanguardia y retaguardia en el corredor Madrid-Lisboa, aparecen destacadas por su importancia defensiva, resaltando esta vez las tres grandes protagonistas de vanguardia: Badajoz, Elvas y Campo Maior, así como en retaguardia Estremoz. Hoy en día son las que más completo conservan el legado patrimonial histórico-artístico que las fortificaciones abaluartadas representan, si bien el caso de Elvas no admite rival en la zona, y en toda la raya le secundan en importancia Valença do Minho y Almeida. Badajoz, Campo Maior (excesivamente degradada, aunque recuperable) y Estremoz quedarían en un segundo rango, similar al de Chaves al norte, Ciudad Rodrigo al centro (con el aporte importante del cercano Fuerte de la Concepción) y Castro Marim al sur. Vila Viçosa queda resaltada de forma más discreta, al ser su protagonismo y fortificación de menor dimensión.



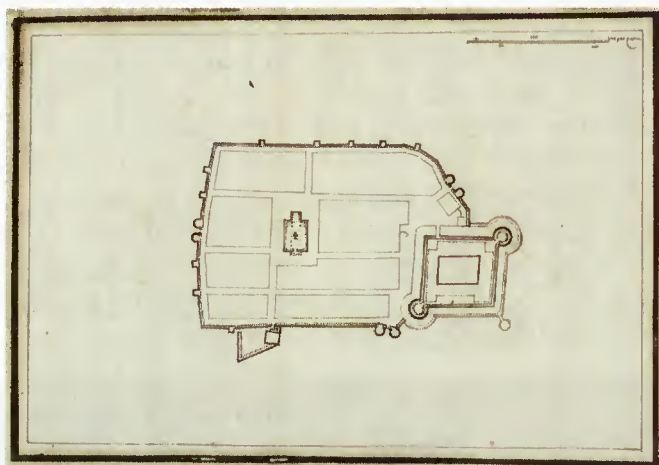
Mapa de Lourenço Homem da Cunha d'Eça. BNP.

3. Plantas de las fortificaciones artillada y atenazada de Vila Viçosa

Iniciada por su padre, D. Afonso III, la cerca de la Villa se levanta fundamentalmente durante el reinado de D. Dinis, erigiéndose en 1297 como una fortificación gótica, con manifiesta capacidad ofensiva: Torre del Homenaje situada en el extremo de aproximación del enemigo; tres puertas de entrada al recinto con torreones cilíndricos (dos de ellas al amparo de la Torre del Homenaje y otra en el extremo opuesto); diez torreones cuadrangulares más en los paños de las murallas; torre albarrana protegiendo otra puerta de entrada y ermita de Nuestra Senhora de los Remedios, así como amplio adarve recorrien-

do el amurallamiento, con diversos accesos al mismo desde el interior de la Plaza.

El ingeniero militar y arquitecto francés Nicolau de Langres -al servicio de la Corona Portuguesa y sucesor de João Pascácio Cosmader como *engenheiro da provincia de Alentejo* a su muerte en 1648-, realizó un interesante levantamiento de la fortificación, en que ya la Torre del Homenaje medieval ha sido reemplazada por el castillo artillado que Francisco o Diogo de Arruda levantaron hacia 1520, terminándose de construir sobre 1537. Detalla el diseño perimetral de la fortificación, con una protección angular delante de la torre albarrana, ocho amplias manzanas urbanas en el caserío interior y al medio la Iglesia Matriz.



Cercas de Vila Viçosa. Nicolau de Langres. 1661. BNP.

El castillo artillado de Vila Viçosa, construido como se indica más arriba por los hermanos Arruda, por encargo de D. Jaime I, 4º Duque de Bragança, constituye una de las obras defensivas más notables de esta etapa de comienzos de la ofensiva pirobalística, que se asemeja al cercano de Evoramonte, de los mismos arquitectos, si bien éste presenta torreones en las cuatro esquinas y el de Vila Viçosa lo hace en dos, en la diagonal que corta la Cerca Vieja, en los ángulos Este y Oeste. El modelo es muy similar al diseñado años antes por Leonardo da Vinci para fortificaciones italianas, con amplísimo foso perimetral, torreones redondos en esquinas opuestas y puentes levadizos.

Estos torreones -con tres aperturas para la artillería superpuestas más otra disposición artillera en terraza en las caras que miran al foso y una apertura menos en la cada exterior- defendían la propia base del foso, las puertas de entrada, la media y la larga distancia respectivamente. La construcción del castillo implicó destruir parte de la cerca contigua, así como la puerta llamada “de Évora”, para no obstaculizar la propia defensa artillera.



Planta del piso bajo del castillo artillado de Vila Viçosa y Fortaleza com foso y torreones redondos en esquinas opuestas, diseño de Leonardo da Vinci. (En “Almeida. O Castelo de D. Dinis e a fronteira de Portugal”, Câmara Municipal de Almeida, 2013, pg. 75. João Campos)

Esta mutilación no la contemplará Nicolau de Langres en el proyecto que presenta de fortificación abaluartada para Vila Viçosa en 1661 aproximadamente, y que resulta seguramente el más ambicioso, completo, imponente, de los que realiza como *Coronel Superintendente dos Engenheiros*, título que le otorga D. João IV.

El diseño respeta tanto el propio castillo artillado como la cerca medieval. La rodea y extiende la fortificación abaluartada a toda la Villa Baja, dotándola de siete baluartes completos y cuatro semibaluartes (dos sobre la cortina exterior de la muralla medieval, lindando uno con el castillo, que presenta otro más protegiendo el torreón exterior), con anchos fosos, paseos de ronda y plazas de armas. De este último semibaluarte parte una “obra coronada” con un semibaluarte y dos baluartes. Exteriormente, hacia los padrastrós que forman los cerros da Boavista, de Ficalho, da Força y de São Bento, planifica cuatro amplios hornabeques, los dos últimos con revellines.

La obra, como ocurriría en la mayoría de las plazas de guerra, no llegó a ejecutarse por falta de fondos económicos para una empresa tan gravosa, que además implicaría una numerosa guarnición y equipamiento artillero.

No obstante las intervenciones de João Pascácio Cosmader y Jean Gillot en los primeros años de la Guerra de Restauração, el Marqués de Leganés -general del Ejército de Extremadura- entró y saqueó en 1645 la población, que estaba dotada aún de pobres defensas. Una segunda intervención, Nicolau de Langres y el Duque de Schomberg incidirán en defensas atenazadas que reforzarán en buena parte al propio castillo artillado, así como la cerca de la Ciudad Baja.

En un plano de autor desconocido de finales de la década de 1660 (copiado por el cartógrafo y grabador Nicolás de Fer en 1705), se nos presenta el proyecto completo de esta segunda etapa del conflicto peninsular, con fortificación atenazada del castillo, abaluartada de la Villa Alta o Vieja, con redientes la Villa Baja, más el Forte de S. Bento. Menos ambiciosa que el proyecto de



Vila Viçosa. Proyecto de Nicolau de Langres, que murió en su cerco de 1665.
1661 aprox. BNP.



Vila Viçosa, hacia finales década 1660. Autor Desconocido.
Archivo Militar de Estocolmo. Edic. Junta Extremadura.

Nicolau de Langres en cuanto a la cerca exterior y a los complementos defensivos sobre los padrastrós, sin embargo, “acoraza” más al castillo y la primitiva cerca medieval, a la que suplanta, menos en su cortina noroeste, protegida por amplio revellín con flancos.

Nicolás de Fer recrea en su copia los campos de alrededor, dibujando cultivos, arboledas y caminos, e introduce una amplia leyenda (con algunas inexactitudes) sobre el conjunto fortificado. Y así, presenta en el ángulo superior izquierdo al Forte de S. Bento (cuadrado de cuatro baluartes comunicado con la cerca exterior), aunque sin las plazas de armas comunicadas que tiene el plano anónimo que le sirve de base, y que éste además prolonga por todo el paño de la cara noroeste de la cerca.

La Villa Alta está rodeada por tres baluartes, dos semibaluartes y tres contraguarnidas (resguardando expresamente las puntas de los ángulos E., SE. y SO. del castillo artillado); el castillo, además, se protege con seis ángulos atenazados y un hornabeque hacia la Villa Alta, al NO. La Villa Nueva, como dice Nicolás de Fer “est couverte d’une tranchée Flanquée de Redants”.

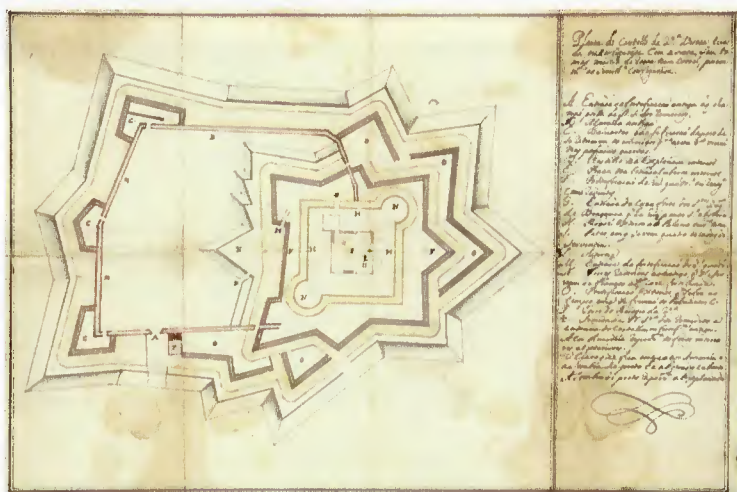


Plano de Nicolás de Fer, 1705. BNP.

El Marqués de Caracena, Capitán General del Ejército y Gobernador de la Provincia de Extremadura, sitió la población en junio de 1665, abriendo brecha el día 15 en el ángulo O., y llegando a entrar en el interior. Acudió en auxilio de la población el Marqués de Marialva, que logra una definitiva victoria en la Batalla de Montes Claros, el 17 de junio, lo que ayuda eficazmente a decantar la suerte a favor de Portugal en esta larga Guerra de Restauração, en que Vila Viçosa tuvo tanta presencia política (allí se decidió el levantamiento y liderazgo del Duque de Bragança, allí se fortificó y sitió, y allí se motivó la decisiva Batalla de Montes Claros).

Posteriormente, en la Guerra de Sucesión a la Corona española (1701-1714), en que nuevamente la Raya se ve envuelta en un sangriento proceso de incursiones, pillajes, sitios, ocupaciones y batallas, Vila Viçosa no se verá afectada de una forma decisiva, y apenas pasan en sus alrededores ligeras escaramuzas. Nada comparable con lo que vivirá la vanguardia de frontera, y en especial las vecinas por el E. Olivença, Elvas y Campo Maior, “tenaza geográfica y estratégica” frente a Badajoz.

De unos años después -1755 aproximadamente- se conserva un interesante plano atribuido a los ingenieros Miguel Luís Jacob y Luís Afonso Cabral Godinho, relativo a la Villa Alta y su castillo artillado. Presenta a éste con una “coraza de seis tenazas” y hornabeque hacia la población que ya vimos en los anteriores planos, más otra tenaza exterior en el E., redientes al NE. y O., tres baluartes en la cortina NO. de la fortaleza medieval (dos de esquina y uno al medio, protegiendo la Porta de Estremoz), más foso perimetral, camino cubierto y explanada.



Castillo Vila Viçosa, 1755 aprx. Atribuição aos Engs. Miguel Luís Jacob e Luís Afonso Cabral Godinho. BNP.

En mayo y junio de 1801, sufrirá invasión y saqueo el castillo de parte de las tropas españolas en los enfrentamiento que lidera el español Godoy en combinación con Francia, y que le supondrá a Portugal la pérdida de Olivença. Algo que se repetirá en las Guerras Peninsulares por la invasión francesa, en 1808, siendo saqueado el castillo, lo que no pueden evitar sus defensas artilleras y atenazadas, insuficientes para los avances y potencia pirobalística de la época.

4. Patrimonio fortificado heredado de Vila Viçosa

Como consecuencia de este proceso histórico, en que abundan los enfrentamientos fronterizos, la conformación de sucesivas defensas ha dejado un legado de elementos fortificados en Vila Viçosa realmente importante.

La propia cerca medieval ya es todo un conjunto de extraordinario valor, muy completo en cuando a elementos de fortaleza de defensa activa, con sus enormes paños de muralla, torres adosadas y albarrana, paseos de ronda y puertas monumentales.

Cierto que por necesidades del castillo artillero, que sustituye al primitivo, se derriban las Portas de Évora, con lo que las que actualmente contemplamos son una reinterpretación de las anteriores, levantadas en los años cuarenta del pasado siglo.

Con ello, pierde protagonismo, “lectura histórica y estratégica” este castillo del siglo XVI, que se oculta a la vista desde el exterior, y que “anula” su eficacia bélica, pues en caso de confrontación pierde una importante línea de tiro. Gana con ello el escenario medieval, a costa del posterior, si bien el castillo ha quedado interiormente en un estado satisfactorio.



Portas de Évora (reconstruidas). Vila Viçosa

En la actualidad, el Castelo artillado de la Casa de Bragança (hoy habilitado como Museu de Caça y de Arqueologia) se nos presenta en este esquina meridional del conjunto fortificado en toda su grandeza, con el enorme foso de hasta 7 metros de profundidad y 6 de anchura, excavado en roca viva, puerta de acceso levadiza en la cara NE. y disposición de três órdenes de tiro en las caras interiores de las torres cilíndricas (dos en ángulo exterior), más otra plataforma para baterías en terraza, además de en los paños de muralla, todo ello de espectaculares dimensiones.

La belleza de la construcción, el armónico trazado de influencia italiana renacentista, su propia configuración levantada sobre la roca madre, la espesura de sus muros que alcanza casi 5 metros, el levantamiento en tres pisos, sobre amplio patio central y secundario, los paseos de ronda... hacen del monumento una joya única en su género en toda la Raya luso-española. Un legado patrimonial, histórico-artístico inigualable.



Foto: M. Cayetano.

Castelo de Vila Viçosa. Entrada, foso y torreón artillado.

En cuanto a la fortificación de trazado atenazado envolvente del castillo, pervive en su mayor parte, pese a las actuaciones de allanamiento interior en la zona NO., donde se levanta el hornabeque, y a la destrucción del ángulo occidental de dicho hornabeque y la tenaza en el O., al reconstruirse en los años cuarenta del pasado siglo las Portas de Évora, dentro de las dobles conmemoraciones de la Fundación de la Nacionalidad (1140) y la Guerra de Restauração (1640).

Aún así, se mantiene en estado satisfactorio -desde el SO. al N. del castillo- buena parte de esa estrella irregular envolvente. Y se conservan dos de las garitas de planta circular con cupulilla de recubrimiento en sendas tenazas del E., accesibles, pese a la vegetación que descuidadamente crece en el interior de lo que debía ser el paseo de ronda.

Lamentablemente, la vista de estas tenazas desde los glacis se ve muy dificultada por la enorme masa vegetal y arbustiva que crece con profusión incluso en la misma escarpa, y que la está dañando gravemente, pues las raíces de los arbustos actúan como palancas contra el aparejo de piedras irregulares que forman estos muros en talud y vistosos alambores. La acción del agua y del viento, así como la oscilación térmica estacional y diaria, actúan como “agentes colaboradores” de esta invasión vegetal, para desencajar las piezas del paramento.



Interior garita en baluarte. Vila Viçosa.



Baluarte; escarpa. Vila Viçosa.

Una actuación de choque contra esta proliferación vegetal, en escarpa, fosos y glacis (donde la masa arbórea es extremadamente compacta, impidiendo la contemplación del conjunto monumental, especialmente el atenazado), se hace imprescindible, para preservar el legado patrimonial y para disfrutar de lo que es una joya de extraordinario valor.

La lectura histórica que el conjunto representa -tan singular en toda la Raya luso-española-, desde la fortificación bajomedieval (siglo XII) a la cobertura atenazada (siglo XVII y actuaciones posteriores), pasando por la joya renacentista que es el castillo artillado, bien merece esta actuación así como su conservación sistematizada, para disfrute nuestro y de las generaciones venideras.



Baluarte y foso. Vila Viçosa.

Bibliografía básica de consulta

- BACALLAR, Vicente: *Comentarios de la guerra de España e historia de su rey Felipe V, El Animoso*. Edición de Carlos Seco Serrano. Editorial del Cardo, 2010 (reedición). Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.
- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.: *La región transfronteriza luso-extremeña. Arquitectura y vida de frontera*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Junta de Extremadura. Mérida, 1994.
- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. y PAGÉS MADRIGAL, J.M.: “Arquitectura abaluartada y Territorio en la frontera hispano-lusa”. En *Conferencia Internacional sobre “Fortificaciones Abaluartadas Hispano-Portuguesas en el contexto de los grandes itinerarios culturales universales*. ICOMOS-CIIC. Ibiza, 1999.
- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.: “Fortificaciones abaluartadas de Extremadura: planos inéditos de Moraleja, Zarça de Alcántara, Alcántara, Valencia de Alcántara y Alburquerque”. *Revista de Estudios Extremeños*, LXII, II. Badajoz, 2006, pgs. 933-936.
- CAMPOS, J. (Coordinación): *Almeida. Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial*. UNESCO. Câmara Municipal de Almeida, 2009.
- CARRILLO DE ALBORNOZ Y GALBEÑO, J.: “La fortificación abaluartada de la frontera”. *Terceras Jornadas Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional: La raya, encrucijada ibérica*. Universidad de Salamanca, 2007.
- CAYETANO ROSADO, M.: “Amurallamientos abaluartados en la raya”. En *Revista Alentejo*. Casa do Alentejo. Lisboa, mayo-junio, 2005.
- CAYETANO ROSADO, M.: “Red extremeño-alentejana de ciudades abaluartadas”. En *Memoria Alentejana*. Primavera-Verão, 2006.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: “La red abaluartada luso-española. Valoración conjunta y actuaciones de futuro”, en *O Pelourinho*, nº 16. Pg. 11-50. Badajoz, 2012.
- COBOS, F. y CAMPOS, J.: *La fortificación de la Raya Central/A fortificação da Raia Central*. Consorcio Transfronterizo de Ciudades Amuralladas. Salamanca, 2013.

- COBOS GUERRA, F.: "Metodología para la caracterización Tipológica y Tecnológica de la Fortificación de la Raya de Portugal como Sistema", en *Revista CEAMA*. Almeida, 2011. Pgs. 70-87.
- COBOS GUERRA, F.: "Una visión de las escuelas y los escenarios de la fortificación española de los siglos XVI, XVII y XVIII", en *IV Congreso de Castellología*. Madrid, 2012. Pgs. 1-48.
- COBOS GUERRA, F.: "Reconocimiento y caracterización de los sistemas territoriales de fortificación hispánica en los siglos XVI, XVII y XVIII", en *Revista CEAMA*. Almeida, 2014. Pgs. 106-130.
- CORNELIUS O'CALLAGHAN, John: *History of the Irish Brigades in the Service of France*. Edita Glasgow. London, 1870.
- CORREIA, João Tomás: *Livro de varias plantas deste Reino e de Castela (entre 1699 e 1743)*. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa.
- CORTÉS CORTÉS, F.: "1640-1668. Fortificaciones en Extremadura". En *Revista de Estudios Extremeños, XXXVIII*. Diputación Provincial de Badajoz. Badajoz, 1986.
- CORTÉS CORTÉS, F.: *Militares y guerra en una tierra de frontera. Extremadura a mediados del siglo XVII*. Cuadernos Populares, 35. Junta de Extremadura. Mérida, 1991.
- CRUZ VILLALÓN, M^a.: *Badajoz, ciudad amurallada*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Junta de Extremadura. Mérida, 1999.
- CRUZ VILLALÓN, María (coordinadora): *Ciudades y núcleos fortificados en la frontera hispano-lusa*. Junta de Extremadura, 2007.
- DUCLÓS BAUTISTA, G. y FONDEVILLA APARICIO, J.J.: *Guía de las Fortificaciones Abaluartadas del Bajo Guadiana*. Huelva, 2011.
- LANGRES, Nicolau de: *Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal. 1661*. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa.
- MANSO PORTO, Carmen: *Cartografia histórica portuguesa. Catálogo de manuscritos (siglos XVII-XVIII)*. Real Academia de la Historia. Madrid, 1999.
- MARICHALAR, Javier: *Cartografia Histórica de Extremadura (s. XVI-XIX)*. 2 vol. Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura. Biblioteca de Extremadura. Badajoz, 2011.
- MATA PÉREZ, L. M.: *Ruta de las Fortificaciones de Frontera. Ciudad Rodrigo-San Felices de los Gallegos-Aldea del Obispo-Almeida*. Edt. ADECOCIR. Salamanca, 2006.
- MOREIRA, Luis Miguel: "Um 'coup d'oeil' sobre o entre Douro e Minho pelo engenheiro militar Michel Lescolles, em 1661", en *II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa, 2007. 16 pgs.
- MURILLO VELARDE, Pedro: *Geographia Histórica*. Imprenta de Don Agustín de Gordejuela y Sierra. Madrid, 1752.
- MURO MORALES, J.I.: "Las transformaciones en los usos de las propiedades militares en España". *Revista Finis terra*. Lisboa, 1990. Pgs. 261-298.
- NAVAREÑO MATEO, A.: *Castillos y fortalezas en Extremadura*. Edit. Periódico HOY. Badajoz, 1998.
- ROSADO VIEIRA, R.: *Centros urbanos no Alentejo Fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença (de inícios do século XVI a meados do século XVII)*. Livros Horizonte. Lisboa, 1999.
- SÁNCHEZ RUBIO, C.M.: *Badajoz, 1811-1812. Los asedios a través de la cartografía*. Ayuntamiento de Badajoz, 2012.

- SÁNCHEZ RUBIO, C., SÁNCHEZ RUBIO R. Y TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*. Fundación Caja Badajoz, 2014.
- SERRÃO, Joel (coordinador): *Dicionário Histórico de Portugal*. 6 volúmenes. Iniciativas Editoriais. Lisboa, 2000.
- SOUSA LOBO, Francisco: “Um olhar sobre o Castelo Artilheiro”, em *Revista Monumentos*. Pg. 36-43. Dezembro, 2007.
- TESTÓN NÚÑEZ, J.; SÁNCHEZ RUBIO, C. y SÁNCHEZ RUBIO, R.: *Planos, Guerra y Frontera. La Raya Luso-Extremeña en el Archivo Militar de Estocolmo*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Junta de Extremadura. Mérida, 2003.
- TESTÓN NÚÑEZ, J.; SÁNCHEZ RUBIO, C. y SÁNCHEZ RUBIO, R.: *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche. Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y las Indias*. Junta de Extremadura, 2004.
- VARIOS: “Património e Cidade”, em *Revista Monumentos*. Pg. 198-223. Lisboa, abril, 2007.
- VARIOS: *Monumentos. Dossier Vila Viçosa*. Lisboa, dezembro, 2007.
- VARIOS: *Fortificação do Território. A Segurança e Defesa de Portugal do Século XVII ao Século XIX*. Museu da Presidência da República, Exército Português e Câmara Municipal de Elvas. Lisboa, 2013.
- VENTURA, António: *O Cerco de Campo Maior de 1801*. Edic. Colibri. Lisboa, 2001.
- VIANA ANTUNES, João Manuel: *Obras Militares do Alto Minho*. Universidade de Porto, 1996.
- WHITE, L.: “Guerra y revolución en la Iberia del siglo XVII”, en *Manuscripts 21*, 2007. Pgs. 63-93.

Criação literária



NOTÍCIAS DE VILA VIÇOSA PARA O MUNDO. FLORBELA ESPANCA, E A ALMA ALENTEJANA 120 ANOS APÓS O SEU NASCIMENTO

Antónia Ruivo



Quem se atreveria a prever no final do século XIX, que Flor Bela Lobo, a menina nascida a 8 de Dezembro de 1894, em Vila Viçosa, cento e vinte anos após, fosse considerada dentro e fora das nossas fronteiras como um dos expoentes máximos da literatura contemporânea.

Florbela D'Alma da Conceição Espanca, nome pelo qual se auto-intitulou, estará para sempre ligada à lapidação da alma humana, ou não fosse a poesia o expoente dessa lapidação.

O seu legado poético é há muito património lusófono e não só, por todo o Globo a poesia de Florbela Espanca amealha admiradores a cada ano que passa, e por acréscimo Vila Viçosa, seu berço natal, passou também ela, a fazer parte do imaginário além-fronteiras através das rimas de Florbela, e assim se tornou destino quase obrigatório para muitos dos admiradores dos seus sonetos, e no geral para os amantes de poesia.

Muito poderia dizer sobre a figura de Florbela Espanca, sobre o seu imaginário, a sua vida e a sua obra, mas, correria o risco de ser repetitiva, pelo muito que se tem escrito e dito. A Poetiza depois da sua morte depressa conquistou proporções de mito, mito que ela própria antevira, talvez sem disso se inteirar quando escreveu o soneto “Vaidade” Sonho que sou a poetiza eleita” e passou a ser admirada como tal, muito embora para rematar “Vaidade” tenha escrito, “Acordo do meu sonho e não sou nada”. Uma mulher do início do século vinte, num país obscuro, embora o chamado horizonte intelectual da época vivesse envolto na aura de mudança, a maioria do seu povo vivia limitado à perspectiva rural das localidades de que eram oriundos, principalmente as mulheres de então. A mulher, Florbela Espanca, a Poetiza eleita, onde os estados de alma, tão depressa a elevavam ao cume, como a deitavam por terra. Certamente que escreveu muito mais do que os seus fracassos-amorosos ou as suas vitórias, que me desculpem os académicos, estudiosos da sua obra, que assim tem pensado. A obra de Florbela está repleta de alusões ao pensamento reinante da época, onde a mulher vivia para casar e ter filhos, cuidar do lar e pouco mais, por isso ao catalogar a poesia de Florbela, não deve o mundo esquecer que ao poeta é transmitida a facilidade de expressão, quase todos os poetas são exímios ao jogar com essa facilidade. Daí, a minha opinião de que Florbela como mulher inteligente que era, muito à frente do seu tempo, jorrou no papel algumas das suas dores, outras vezes os seus anseios, mas ao mesmo tempo que escrevia de si, elevava bem alto as dores e anseios de uma geração feminina em transição de século.

Em 2014 celebraram-se 120 anos após o seu nascimento, e Vila Viçosa como berço Natal da Poetiza, não poderia ficar indiferente a essa comemoração. Ao longo do ano a efeméride foi assinalada através de diversas actividades levadas a cabo pela comunidade local, encabeçada por Cristina Lopes, promotora dos encontros Florbelianos, uma iniciativa cultural que visou o aprofundar de um olhar mais abrangente sobre a vida e a poesia de Florbela, através de tertúlias mensais, onde os convidados e o público foram incentivados a desbravar a obra através da leitura dos seus sonetos e de divagações em forma de escrita ou de imagens, que levaram à reflexão de e como a poesia Florbeliana invade o universo de cada um de nós.

De diferenciados universos culturais e locais, os convidados que participaram nos encontros Florbelianos, trouxeram ao evento mensal, estudos, livros, filmes, ou peças de teatro onde o tema central é Florbela Espanca.

Assim, a 7 de Fevereiro de 2014 teve início a jornada Florbeliana subordinada ao tema “Florbela Espanca, o percurso da mulher e da escritora”. Perante

uma audiência interessada e participativa o Prof. Dr. Fabio Silva, da Universidade de São Paulo / CLETUL, trouxe até Vila Viçosa um estudo académico minucioso, sobre Florbela Espanca.

No mês de Março, o convidado especial, Mário Tavares de Oliveira, debruçou-se sobre o universo espiritual da Poetiza, ao mesmo tempo que incentivou os presentes a mergulhar no seu próprio universo através da escrita da Poetiza. Tendo como pano de fundo os sonetos, “Sem Remédio, Moribundo e Árvores do Alentejo”. Já em Abril o tema escolhido foi o teatro, são então convidados o escritor e Professor Universitário, António Cândido Franco, autor do texto “A Primeira Morte de Florbela Espanca, de 1999” e o encenador António Velez, que anos mais tarde terá levado a peça a cena, esteve também presente na tertúlia de 11 de Abril a actriz brasileira Lorena Mesquita. No dia 9 de Maio a Professora Ana Luísa Vilela, manteve os presentes cativos ao apresentar o seu ensaio sobre as Flores na vida de Florbela, ou não fosse o mês de Maio propício ao tema. Em Junho Zuzu Baleiro e o tema “Poesia no Feminino, uma voz de Rebeldia?” Fizeram jus à linha poética de Florbela Espanca e ao Verão que finalmente chegava ao Alentejo, onde as árvores e o sol escaldante da região, foram musa inspiradora para um dos mais brilhantes sonetos de Florbela Espanca, que passo a citar.

“Árvores do Alentejo”

Horas mortas... Curvada aos pés do Monte
A planície é um brasido... e, torturadas,
As árvores sangrentas, revoltadas,
Gritam a Deus a bênção duma fonte!

E quando, manhã alta, o sol posponte
A oiro a giesta, a arder, pelas estradas,
Esfíngicas, recortam desgrehadas
Os trágicos perfis no horizonte!

Árvores! Corações, almas que choram,
Almas iguais à minha, almas que imploram
Em vão remédio para tanta mágoa!

Árvores! Não choreis! Olhai e vede:
– Também ando a gritar, morta de sede,
Pedindo a Deus a minha gota de água!.....

In “Charneca em Flor”

Quem sabe a gota de água pedida neste soneto, não fosse um amor pleno, e sim, o reconhecimento entre os seus pares. E, “os trágicos perfis do horizonte” tivesse sido o grito de alerta sobre as desigualdades sociais que fustigavam o

Alentejo no início da década de 30 do século vinte, ou quem sabe uma antevisão do futuro, em 1932, Salazar, passaria a governar os destinos do país. Florbela era uma mulher de letras, de uma cultura elevadíssima e limitar o soneto Charneca em Flor, assim, como muitos outros, apenas ao lado afectivo da Poetiza, é pouco, muito pouco.

No mês de Julho, aconteceu um dos pontos altos da tertúlia Florbeliana, Animarija Marinovic, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa, a terminar na altura o Doutoramento em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, trouxe consigo alguns dos sonetos de Florbela Espanca traduzidos para a língua servia, sua língua mãe, um trabalho pioneiro que se iniciou segundo a autora, ao verificar a lacuna, se assim se pode chamar, de que não haverá obra de Florbela, traduzida. O projecto apresentado por Animarija Marinovic passa por organizar uma edição bilingue, sérvio, português de parte da obra de Florbela Espanca. Xana Veiga, em Agosto foi a convidada especial. Como sempre a leitura de sonetos de Florbela estiveram a cargo de alguns membros da assistência residentes em Vila Viçosa. Com o Verão a chegar ao fim, em passos largos, o mês de Setembro foi entusiasta e reconfortante, tendo não um, mas, dois dias dedicados a Florbela, assim, no dia 5 de Setembro foi exibido o filme “Florbela” e no dia 6 a assistência dos encontros Florbelianos rendeu-se às palavras do cineasta, realizador, argumentista e escritor, Vicente Alves do Ó. No mês de Outubro os olhares debruçaram-se sobre a vida familiar de Florbela com a presença de João Bacelar e Joana Espanca Bacelar, filha de Túlio Espanca, primo da Poetiza.

No penúltimo mês de 2014, Novembro, a mentora dos encontros Florbelianos Cristina Lopes, achou por bem antever o percurso a seguir em 2015, e assim, levou à tertúlia 3 escritores distribuídos entre a prosa e a poesia, dois deles nascidos em Vila Viçosa, Tiago Salgueiro e Francisco Cacião, e Antónia Ruivo residente nesta mesma vila alentejana. Quem esteve presente pôde ainda deliciar-se ao som das bonitas vozes das “Cantadeiras do Redondo” que fecharam a tertúlia ao som de dolentes modinhas alentejanas.

No mês de Dezembro aconteceu o culminar de um ano todo ele dedicado à memória de Florbela Espanca, como mês do seu nascimento, assistiu-se ao longo de uma semana, a diversas actividades onde Florbela e a sua poesia foram musas inspiradoras da comunidade local, desde o soneto “Charneca em Flor” passado por mãos laboriosas da turma de artesanato e pintura da Universidade Sénior Padre Joaquim Espanca, para um painel bordado em tecido, a ser desfraldado numa das janelas da Biblioteca Florbela Espanca, sita na rua com o mesmo nome, no dia da sua reabertura ao público, 7 de Dezembro, depois de algum tempo encerrada, onde permanece algum do espólio de Florbela, assim como algumas centenas de livros doados a essa instituição. Sem dúvida, um ponto de interesse e referência para quem gosta de literatura.

Atrevo-me a deixar um apelo à atenção da comunidade local e quem sabe nacional, para a necessidade de olhar para o referido espaço com algum cuidado e dedicação, o mesmo apresenta a necessidade urgente de reformas de conserva-

ção, e seria sem dúvida em abono do interesse público que o nome de Florbela nos mereça, que se unissem esforços para que tal acontecesse num futuro imediato.

Também a 7 de Dezembro pelas 16 horas foi inaugurada na referida biblioteca a exposição “Charneca em Flor” contendo trabalhos da comunidade Calipolense em torno do soneto Charneca em flor, estiveram ainda patentes ao público dois quadros cronológicos da vida da Poetiza oriundos da exposição “Os Espancas” que decorreu na Biblioteca da Universidade de Évora em Outubro de 2014. Lorena Mesquita e Fábio Brandi apresentaram nesse mesmo dia, o livro intitulado “A hora que passa” fruto do estudo feito pelos dois à vida e obra de Florbela Espanca, anteriormente ao livro os dois autores brasileiros desenvolveram um trabalho em forma de monólogo, que levaram a algumas salas de espectáculo do nosso país, e trouxeram a Vila Viçosa no dia 8 de Dezembro.

No dia 8 de Dezembro, data da comemoração dos 120 anos sob o nascimento de Florbela Espanca, foi colocado no busto da Poetiza, um extenso e colorido xaile em tricot executado por mãos ágeis, intervenientes no encontro de agulhas, também promovido e orientado por Cristina Lopes. Foi grande a emoção e a certeza de tarefa cumprida depois de colocado o xaile nos ombros da Poetiza. O xaile, foi a simbiose de uma manta executada em 2013 e que foi apresentada aos Calipolenses a 8 de Dezembro de 2013, dando assim início aos encontros Florbelianos em torno da figura de Florbela Espanca.

Merecem reconhecimento e admiração pública os Calipolenses que não se escusaram a esforços e iniciativas, para que a memória da Poetiza alentejana prevaleça, e assim deram o exemplo às gerações vindouras.

O Dezembro Florbeliano em Vila Viçosa, prosseguiu á volta da poesia de Florbela Espanca, envolto em conversas com chá, no dia 10, e nos dias 9,11, e 12, decorreram ainda oficinas de escrita criativa. As crianças também não foram esquecidas, e no dia 12 coube a Francisco Caeiro, Lorena Mesquita e Fábio Brandi, falarem sobre poesia às crianças do pré-escolar e 1º ciclo do Agrupamento Escolar de Vila Viçosa e alunos do pré-escolar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa.

Na despedida do ano que então findava e a jeito de preparação para a continuidade dos encontros Florbelianos em 2015 alguns dos intervenientes, convidados, e público em geral que se interessaram pelo tema em 2014 juntaram-se à volta da mesa, num jantar informal onde a poesia e a imagem da Poetiza Calipolense apontou, que, como dizia o poeta “Sempre que um homem sonha o mundo pula e avança”.

Obrigado Florbela.

Homenagem

Ammonium

Caro amigo:

A sua ausência tem vindo a ser enganada porque nos reunimos menos; porque continuamos a ter o seu imprescindível artigo como sempre, desde o primeiro número desta nossa tribuna que soube usar em defesa da sua vila natal; mas, acima de tudo porque a sua permanência no nosso pensamento e nas nossas palavras imprime com marca indelével o silêncio que herdámos.

A sua presença perpassa irrequieta e alegre, como era seu timbre, por sobre a sequência imparável dos dias e das noites.

Agora, teremos de navegar já sem o seu saber de velho marinheiro das letras e das paisagens desconhecidas que preenchiam os seus relatos de novas descobertas. A releitura dos seus textos será o vento sempre de feição que nos permite aproar ao futuro, onde também estará presente.

Adeus Senhor Doutor Joaquim Torrinha...

João Ruas

Colibri – Artes Gráficas

Apartado 42 001

1601-801 Lisboa

Tel: 21 931 74 99

www.edi-colibri.pt

colibri@edi-colibri.pt





Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal
Alto Alentejo – Portugal